



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: TEORIA DO DIREITO

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 1º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( X ) OPTATIVA: ( )

90 h

0 h

90 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS:

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Apresentar e discutir, de modo crítico, os principais conceitos, autores e teorias jurídicas que integram a Teoria do Direito contemporânea.

**Objetivos Específicos:**

Relacionar o fenômeno jurídico com a sociedade, a dimensão histórico-cultural, a política, a moral e a linguagem. Estudar as teorias da norma e do ordenamento jurídico, inclusive os seus recentes desenvolvimentos teóricos por meio da distinção entre regras, princípios e postulados normativos aplicativos. Estudar a teoria das fontes do Direito, os distintos métodos e teorias sobre a interpretação do Direito, assim como as principais diferenças entre a função judicial e a função legislativa. Analisar o relacionamento do conceito de Direito com os valores da justiça, segurança jurídica, liberdade e igualdade. Relacionar, ao longo do curso, as teorias, os conceitos e os autores estudados com a dimensão prática do Direito a partir da leitura, análise e crítica de importantes casos jurídicos no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

EMENTA

1. Definições do Direito.
2. Direito e sociedade.
3. Direito e moral.
4. Direito, coerção e política.
5. Direito e linguagem.
6. Teoria da norma jurídica.
7. Teoria do ordenamento jurídico.
8. Fontes do Direito.
9. Interpretação do Direito.
10. Direito Público e Direito Privado.

11. Direito e Justiça.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

1. Definições do Direito.
  1. 1. Significados da palavra "direito".
  1. 2. Definições descritivas, valorativas e críticas.
2. Direito e sociedade.
  2. 1. As funções sociais do Direito.
  2. 2. Direito como fenômeno histórico-cultural.
    - 2.2.1. A dimensão simbólica do Direito.
    - 2.2.2. Cultura, identidade e pluralidade social.
3. Direito e moral.
  3. 1. Critérios de distinção entre o Direito e a moral.
  3. 2. Principais teorias sobre o tema:
    3. 2. 1. Jusnaturalismo.
    3. 2. 2. Positivismo jurídico e suas versões.
    3. 2. 3. Realismo jurídico.
    3. 2. 4. Pós-positivismo.
4. Direito, coerção e política.
  4. 1. Direito e política.
  4. 2. Direito, coerção e soberania.
  4. 3. Estado de Direito.
    4. 3. 1. Estado Constitucional e Democrático de Direito.
    4. 3. 2. Dimensões do Estado de Direito.
5. Direito e linguagem.
6. Teoria da norma jurídica.
  6. 1. Estrutura da norma jurídica.
  6. 2. Características da norma jurídica.
  6. 3. Espécies de normas jurídicas.
    6. 3. 1. Normas primárias e normas secundárias.
    6. 3. 2. Regras e princípios jurídicos.
  6. 4. Atributos das normas jurídicas.
    6. 4. 1. Validade.
    6. 4. 2. Eficácia social, eficácia técnica e efetividade.
    6. 4. 3. Legitimação ou justificação moral.
7. Teoria do ordenamento jurídico.
  7. 1. O conceito de sistema na ciência do Direito.
  7. 2. A unidade do ordenamento jurídico:

*[Handwritten signature]*

7. 2. 1. A norma fundamental de Hans Kelsen.
7. 2. 2. A regra de reconhecimento de Herbert Hart.
7. 3. Coerência e as antinomias jurídicas.
  7. 3. 1. Critérios para solução de antinomias.
7. 4. A completude do ordenamento jurídico e o problema das lacunas.
7. 5. A crítica pós-moderna à teoria positivista do ordenamento jurídico.
7. 6. Os meios de integração do Direito: analogia, costumes jurídicos e princípios gerais do Direito.
8. Fontes do Direito.
  8. 1. As fontes do Direito na *Common Law* e na *Civil Law*.
  8. 2. Significados da expressão "fontes do Direito": fontes materiais, históricas e formais do Direito.
  8. 3. As fontes do Direito em espécie: processo legislativo, costumes jurídicos e jurisprudência.
  8. 4. Doutrina jurídica como fonte do Direito?
9. Interpretação do Direito.
  9. 1. Direito como interpretação.
  9. 2. A distinção entre texto e norma jurídica.
  9. 3. Os intérpretes do Direito.
  9. 3. Métodos clássicos de interpretação do Direito.
    9. 3. 1. O debate sobre a vontade do legislador e a vontade da lei.
  9. 4. Teorias sobre a interpretação do Direito.
    9. 4. 1. Teoria formalista.
    9. 4. 2. Teoria realista.
    9. 4. 3. A interpretação do Direito segundo Hans Kelsen.
    9. 4. 4. A interpretação do Direito segundo Herbert Hart.
    9. 4. 5. Pragmatismo jurídico.
  9. 5. Modelos de decisão judicial.
  9. 6. O problema da indeterminação no Direito.
10. Direito Público e Direito Privado.
  10. 1. Características do Direito Público.
  10. 2. Características do Direito Privado.
  10. 3. As relações entre o Direito Público e o Direito Privado:
    10. 3. 1. A privatização do Direito Público.
    10. 3. 2. A publicização do Direito Privado.
11. Direito e justiça.
  11. 1. O problema da legitimação do Direito.
  11. 2. Direito e direitos humanos.
  11. 3. Direito e democracia.

**Bibliografia Básica:**

- ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Traducción de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- ARNAULD, André-Jean [et al.]. *Dicionário enciclopédico de teoria e de sociologia do direito*. Tradução de Patrice Charles et al. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999.
- ATIENZA, Manuel. *As razões do Direito: teorias da argumentação jurídica*. Tradução de Maria Cupertino. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 4ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
- BARRETTO, Vicente de Paulo (Org.). *Dicionário de Filosofia do Direito*. São Leopoldo; Rio de Janeiro: UNISINOS; Editora Renovar, 2006.
- BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 4ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARROSO, Luís Roberto. BARCELLOS, Ana Paula de. "O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro". In: BARROSO, Luís Roberto (Org.). *A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 327-378.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. Tradução de F. P. Baptista e A. B. Alves. 3ª edição revista. São Paulo: Edipro, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do ordenamento jurídico*. Tradução de Maria C. C. L. dos Santos. 10ª edição. Brasília: Editora UNB, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. Tradução de Márcio Pugliesi et al. São Paulo: Ícone, 1995.
- CARVALHO, Ernani. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, 2004, p. 115-126.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2002.
- DIMOULIS, Dimitri. *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*. 2ª edição. São Paulo: Editora RT, 2007.
- DINIZ, Antônio C. MAIA, Antônio Cavalcanti. "Pós-positivismo". In: BARRETTO, Vicente de Paulo. *Dicionário de Filosofia do Direito*. São Leopoldo – Rio de Janeiro: UNISINOS – Ed. Renovar, 2006, p. 650-654.
- EISENBERG, José. POGREBINSCHI, Thamy. Pragmatismo, direito e política. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 62, março 2002, pp. 107-121.
- FASSÓ, Guido. "Jusnaturalismo" in: BOBBIO, N et al. (Org.). *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale et al. 5ª edição. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. Volume I, p. 655-660.
- FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação*. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Ciência do Direito*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.
- GRAU, Eros Roberto. *Direito posto e direito pressuposto*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- GUASTINI, Riccardo. *Das fontes às normas*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- HART, Herbert L. A. *O conceito de direito*. Tradução de A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Tradução João B. Machado. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SGARBI, Adrian. *Teoria do Direito: primeiras lições*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.
- STRUCHINER, Noel. "Algumas 'proposições fulcrais' acerca do Direito: o debate Jusnaturalismo vs. Juspositivismo". In: MAIA, Antônio C. et al. (Orgs.) *Perspectivas atuais da filosofia do direito*. Rio de

Janeiro: Lumen Juris Editora, 2005, p. 399-415.

### **Bibliografia Complementar:**

- ALEXY, Robert. *Teoria del discurso y derechos constitucionales*. México: Distribuciones Fontamara, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Epilogo a la teoria de los derechos fundamentales*. Traducción de Carlos Bernal Pulido. Madrid: Fundación Beneficentia et Peritia Iuris, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Tres escritos sobre los derechos fundamentales y la teoria de los principios*. Traducción de Carlos Bernal Pulido. Colombia: Universidad Externado de Colombia, 2003.
- \_\_\_\_\_. *El concepto y la validez del derecho*. Traducción de J. M. Seña. Barcelona: Editorial Gedisa, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Teoria de la argumentación jurídica*. Traducción de Manuel Atienza e Isabel Espejo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.
- ARIZA, Santiago Sastre. *Ciencia jurídica positivista y neoconstitucionalismo*. Madrid: McGraw Hill, 1999.
- ABELLÁN, Marina G. FIGUEROA, Alfonso G. *La argumentación en el Derecho*. 2ª. Edición. Lima: Palestra Editores, 2005.
- ATIENZA, Manuel. *El sentido del derecho*. Barcelona: Ariel Derecho, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Questiones judiciales*. México: Distribuciones Fontamara, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Tras la justicia: una introducción al Derecho y al razonamiento jurídico*. Barcelona: Ariel Derecho, 1993.
- BARCELOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Ponderação, racionalidade e atividade jurisdiccional*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *El problema del positivismo jurídico*. 3ª edición. México: Distribuciones Fontamara, 1994.
- BOUCAULT, Carlos E. de Abreu. RODRIGUEZ, José Rodrigo (Orgs.). *Hermenêutica Plural*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CALSAMIGLIA, Albert. *Postpositivismo*. DOXA, 21-I, p. 209-220, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Introducción a la ciencia jurídica*. Barcelona: Editorial Ariel, 1988.
- CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. *Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito*. 3ª edição: revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.
- CAPPELLETTI, Mauro. *Juízes legisladores?* Tradução de Carlos A. A. de Oliveira. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1993.
- DWORKIN, Ronald. *A leitura moral da Constituição norte-americana*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Uma questão de princípio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O império do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 10ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- FILHO, Roberto Lyra. *O que é o Direito?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- HASSEMER, W. KAUFMANN. *Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito contemporâneas*. Tradução de Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- KELSEN, Hans. *O problema da justiça*. Tradução de J. B. Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. Tradução de José Lamego. 3ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- MACCORMICK, Neil. *Argumentação jurídica e teoria do direito*. Tradução de W. Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Retórica e Estado de Direito: uma teoria da argumentação jurídica*. Tradução Conrado Mendes e Marcos Veríssimo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- MÜLLER, Friedrich. *Métodos de Trabalho do Direito Constitucional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- NINO, Carlos Santiago Nino. *Introducción al análisis del derecho*. Buenos Aires: Astrea, 1995.
- PECZENICK, Aleksander. *Derecho y razón*. Versión de Ernesto G. Valdéz. México: Distribuciones Fontamara, 2000.
- PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. *Interpretação constitucional e direitos fundamentais: uma contribuição ao estudo das restrições aos direitos fundamentais na perspectiva da teoria dos princípios*. Rio de Janeiro: Editora

Renovar, 2006.  
PERELMAN, Chaïm. *Ética e Direito*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.  
\_\_\_\_\_. *Lógica jurídica: nova retórica*. Tradução de Virgínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.  
PERELMAN, Chaïm. TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da argumentação: nova retórica*. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.  
REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 24ª edição. 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.  
SANCHÍS, Luis Prieto. *Apuntes de teoría del derecho*. Madrid: Editorial Trotta, 2005.  
SGARBI, Adrian. *Clássicos da teoria do direito*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.  
\_\_\_\_\_. *Hans Kelsen: ensaios introdutórios (2001-2005)*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.  
SILVA, Virgílio Afonso da (Org.). *Interpretação constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.  
STRUCHINER, Noel. *Direito e Linguagem: uma análise da textura aberta da linguagem e sua aplicação ao Direito*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2002.  
WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.  
TEIXEIRA, Antônio Braz. *Sentido e valor do Direito*. 2ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003.  
VIEHWEG, Theodor. *Tópica e jurisprudência*. Tradução de Tércio Sampaio Ferraz Júnior. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Mestri Ceco Damis de Oliveira Cunha  
Coordenador do Curso de Direito  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R N° 733/09

AA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO

<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> FADIR		
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 1º período		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b>	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>	<b>CH TOTAL:</b>
<b>OBRIGATÓRIA:</b> ( X )	<b>OPTATIVA:</b> ( )	30 h	0 h	30 h

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:**

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Pesquisar e estudar o significado dos processos de alteração das estruturas jurídicas, penetrando e convivendo com as naturais modificações de ordem política, econômica e cultural de uma sociedade ao longo do tempo.

**EMENTA**

Ciência e História. História do Direito: Direito Antigo, Direito Romano e Medieval, Direito Moderno, Direito Contemporâneo. História e Instituições Jurídicas: Estado, Família Estrutura Familiar, Trabalho. História do Direito Brasileiro: Brasil Colonial, Brasil Imperial, Brasil Republicano.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

**INTRODUÇÃO**

1.1. Ciência e História: O problema da cientificidade da história. Objetividade e subjetividade no

*Handwritten signature*



conhecimento científico. História e interdisciplinaridade. Direito e História.

1.2. Idealismo Alemão e Escola Metódica: Pressupostos sócio-epistemológicos. Fundamentos filosóficos. Características. "História tradicional" e a história do direito.

1.3. Escola de Annales: Fases. Conteúdos programáticos do movimento. Escola de "Annales" e história do direito.

1.4. Marxismo: Marxismo e história. Pressupostos da historiografia marxista. Marxismo e história do direito.

1.5. Teoria Crítica e Escola de Frankfurt: Fases e programas. Teoria benjaminiana da história e historiografia: a "história dos vencidos" e a história do direito.

1.6. Michel Foucault: Herança intelectual. A influência de Foucault na historiografia. Método arqueológico e genealógico. Poder soberano e poder disciplinar. Foucault e história do direito.

## 2. HISTÓRIA DO DIREITO

2.1. Direito Antigo: Proto história do direito. Regulamentação social dos povos sem escrita. Direito egípcio. Direito dos povos de escrita cuneiforme. Direito hebreu. Direito grego.

2.2. Direito Romano e Medieval: Direito romano e construções jurídicas medievais. A recepção da noção romana de "auctoritas" pelo direito medieval. Principais linhas do direito medieval. Direito canônico.

2.3. Direito Moderno: Tribunais, processo e feitiçaria na Europa Moderna. Racionalidade moderna e direito. Formação dos Estados Nacionais Modernos e o direito. jusnaturalismo moderno.

2.4. Direito Contemporâneo: Jus positivismo. Cientificismo, codificações e formalismo. História do direito e pós-modernidade. direito

## 3. HISTÓRIAS E INSTITUIÇÕES JURÍDICAS

3.1. Estado: Formação dos Estados Nacionais e o direito. Estado absolutista. Estado liberal e Estado de Direito. Estado Democrático. Contratualismo. Estado, direito e classes sociais: Marx, Gramsci e Poulantzas. O Estado e o capitalismo tardio: A Escola de Frankfurt.

3.2. Família: Famílias grega e romana. As estruturas matrimoniais na Idade Média. Estrutura familiar e capitalismo.

3.3. Trabalho: Relações de produção, modos de produção e direito: trabalho escravo, trabalho servil e trabalho assalariado. Revolução industrial e regulamentação do trabalho. Formas de controle do trabalho. Direito e relações de trabalho. Divisão social do trabalho: a perspectiva durkheimiana.

## 4. HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO

Handwritten signature or initials, possibly 'AP', with a large 'X' mark below it.

4.1. Brasil Colonial: Conquista das Américas. Processo e feitiçaria na colônia. Organização política e administrativa do Brasil Colonial. O pluralismo jurídico no Brasil colônia.

4.2. Brasil Imperial: Estrutura jurídica do Brasil Império. Organização política e administrativa do Brasil Imperial. Liberalismo, direito e escravidão

4.3. Brasil Republicano: Bacharelismo liberal na República Velha. Positivismo, liberalismo e direito republicano. Elites, tutelas jurídicas e o direito republicano.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

BOURDÉ, Guy & MATIN, Hervé. As escolas históricas. Lisboa: publicações Europa-América, s.d.

GIUSSEN, John. Introdução histórica ao direito. Lisboa, Fundação Cal ouste Gulbenkian, 1982.

HESPANHA, Antonio Manuel. A história do direito na história social. Lisboa Horizonte, 1978.

### **Bibliografia complementar:**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2.

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Waïter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico. São Paulo: Icone, 1995.

BOSCHJ, Caio C. As visitas diocesanas e a inquisição na colônia. In: Revista brasileira de história. n.14, p.151-182.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. 25.ed. Raízes do Brasil. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

BUCI-CLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.

BURKE, Peter (org.). A escrita da história. São Paulo : Unesp, 1994.

BURKE, Peter. A escola dos Anáíes (1929-1989): Revolução Francesa na historiografia. São Paulo : Unesp, 1991.

BURKE, Peter. O Mundo como teatro: estudos de antropologia histórica. Lisboa : Difel, 1992.

CLAVERO, Bartolomé. História dei derecho: derecho com úm. Salamanca: Universidad, 1994

COELHO, Luis Fernando. Teoria crítica do direito. 2.ed. Porto Alegre Sérgio Fabris, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro : Campus, 1989.

DUBY, Georges (org.). História da vida privada: da Europa Feudal à renascença. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

DUBY, Georges. Idade média, idade dos homens: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das

Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Rio de Janeiro : Graal, 1989. FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. 6.ed. São Paulo : Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 5.ed. Petrópolis : Vozes, 1987.

FREITAG, Barbara. A teoria crítica: ontem e hoje. 3.ed. São Paulo Brasiliense, 1986.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 7.ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HESPANHA, Antonio Manuel. Nova história e história do direito. Vértice Coimbra, vol. 46, n.470, 472, p.17, abr./jun. 1986.

HESPANHA, Antonio Manuel. Panorama histórico da cultura jurídica europeia. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

ICLESIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil (1500-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KONDER, Leandro. Walter Benjamin: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LE GOFF, Jacques (org.). A história nova. São Paulo : Martins Fontes, 1995.

MACHADO NETO, A. L. Sociologia Jurídica. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

MATOS, Olgária C. F. A escola de Frankfurt. São Paulo : Moderna, 1993.

MIAILLE, Michel. Introdução crítica ao direito. Lisboa : Editorial Estampa, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. 19.ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, s.d.

OFFE, Claus. O capitalismo desorganizado. 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.

PERROT, Michele (org.). História da vida privada: da revolução francesa à Primeira Guerra. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Renato Janine (org.). Recordar Foucault. São Paulo : Brasiliense, 1985.

ROCHA, Leonel Severo (org.). Teoria do direito e do Estado. Porto Alegre, Sérgio Fabris, 1994

SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial. São Paulo Perspectiva, 1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza do (org.). Teoria da história. São Paulo : Cultrix, 1976.

SOUZA, Laura de Melo e. Notas sobre a vida quotidiana das degredadas da inquisição no século XVII, In: História: questões e debates. n.13, p.252-258.

VEYNE, Paul (org.). História da vida privada: do Império Romano ao ano mil. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

WFBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 5.ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

WIACKER, Franz. História do direito privado moderno. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

WOLKMER, Antonio C. Pluralismo Jurídico. São Paulo : Alfa-Ômega, 1994. WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de história do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Heverton Danilo de  
Coord. de Assis da Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N.º 679/03

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. N.º 733/10

*[Handwritten signature]*



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Economia Política

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** IEUFU

**PERÍODO/SÉRIE:** 1º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATORIA:** (X) **OPTATIVA:** ( )

30 h

0 h

30 h

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:**

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Propiciar ao aluno condições de entender os processos básicos do funcionamento da economia capitalista, bem como, condições para compreender e utilizar indicadores de riqueza econômica, a dinâmica econômica, as relações entre consumo, pobreza e cidadania e, ainda, o conhecimento básico sobre relações econômicas internas e entre países.

**EMENTA**

Sistema econômico capitalista. Principais Escolas de Pensamento Econômico: Fisiocratas, Clássica, Neoclássica, Marxista, Moderna. Estado Moderno e economia. Instrumentais econômicos neoclássicos da Microeconomia. A dinâmica da economia. A concorrência de Mercado. Instrumentais da Macroeconomia. Economia Internacional. Análise econômica do direito.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

**1. Sistema econômico capitalista**

**1.1. Conceitos:**

- O que é um Modo de Produção (MP);
- Quando um MP é superado;
- O que são forças produtivas;
- O que é excedente de produção;
- As organizações de classe e de produção.

AL  
A



## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

AMARAL, Gustavo e MELO, Danielle. Há direitos acima dos orçamentos? In SARLET, Ingo Wolfgang e TIMM, Luciano Benetti. *Direitos fundamentais: orçamento e "reserva do possível"*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

AMARAL, Gustavo. *Direito, escassez e escolha*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FRANCISCO, José Carlos. Dignidade Humana, custos estatais e acesso à saúde. In NETO, Cláudio Pereira de Souza; SARMENTO, Daniel. *Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SILVA, Sandoval Alves da. *Direitos sociais: leis orçamentárias como instrumento de implementação*. Curitiba: Juruá, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. *O orçamento na constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

### Bibliografia complementar:

BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. In NETO, Cláudio Pereira de Souza; SARMENTO, Daniel. *Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BATISTA, Paulo Nogueira. (et al.) *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In *Em defesa do interesse nacional: defamação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

GALDINO, Flávio. *Introdução à teoria dos custos dos direitos: direitos não nascem em árvores*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRELL, Andreas J. *Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os (des)caminhos de um direito constitucional comparado*. Porto Alegre: Fabris Editor, 2002.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Em torno da "reserva do possível". In SARLET, Ingo Wolfgang e TIMM, Luciano Benetti. *Direitos fundamentais: orçamento e "reserva do possível"*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

OLSEN, Ana Carolina Lopes. *Direitos fundamentais sociais: efetividade frente à reserva do possível*. Curitiba: Juruá, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos sociais como direitos fundamentais: seu conteúdo, eficácia e efetividade no atual marco jurídico-constitucional brasileiro. In LEITE, George Salomão e SARLET, Ingo Wolfgang. *Direitos fundamentais e estado constitucional: estudos em homenagem a J. J. Gomes Canotilho*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

SCAFF, Fernando Facury. Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível. In SARLET, Ingo Wolfgang e TIMM, Luciano Benetti. *Direitos fundamentais: orçamento e "reserva do possível"*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais*. 4ª Ed. São Paulo: Futura, 2003.

Handwritten signature and a large star symbol.



1.2. Processo histórico:

- A evolução histórica das forças produtivas;
- Os fatores determinantes na formação de uma nova organização econômica, política e social;
- Principais características das economias que antecedem o Capitalismo (Feudalismo e Mercantilismo);
- O processo de superação do Modo de Produção Feudal (MPF)
- O período mercantil (doutrina e prática);
- O liberalismo econômico

1.3. As bases de criação, acumulação e reprodução do capital

- Capitalismo em Karl Marx e Max Weber

2. Principais Escolas de Pensamento Econômico:

- Fisiocratas
- Clássica
- Neoclássica
- Marxista
- Moderna.

3. Estado Moderno e economia

- Adam Smith
- Keynes
- Marx.

4. Instrumentais econômicos neoclássicos da Microeconomia

- A Ciência Econômica no pensamento neoclássico;
- As limitações da economia: escassez dos recursos produtivos;
- Curva ou Fronteira de Possibilidades de Produção;
- Fluxo circular da renda;
- Os bens econômicos;

5. A dinâmica da economia

- Conceito de Microeconomia
- A teoria do Consumidor
- Determinantes do preço: Lei da Oferta e Demanda

6. A concorrência de Mercado :

- Estruturas de Mercado
- Concorrência Perfeita
- Monopólio
- Concorrência Imperfeita
- Oligopólio
- Monopsônio
- Oligopsônio.

7. Instrumentais da Macroeconomia

- Conceito de Macroeconomia
- O papel do governo nos diferentes mercados
- Principais políticas econômicas: Política Monetária e Política Fiscal

8. Economia Internacional

- Apresentação das principais teorias sobre o Comércio Internacional
- Comércio Internacional.
- O conceito de câmbio
- Trocas internacionais no balanço de pagamentos: dívida externa brasileira.
- A globalização produtiva e financeira.
- Desenvolvimento e meio ambiente

9. Análise econômica do direito

- Estado orçamentário
- Ordem econômica
- Noções de direito financeiro
- Direitos fundamentais sociais e os custos dos direitos

Handwritten signature and initials.



TAVARES, Maria da Conceição. (et al.) O dissenso de Washington. *In Em defesa do interesse nacional: deformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Helvécio Tampi de Oliveira Lima  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"PROF. JACY DE ASSIS"  
Portaria R Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica

AP



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Teoria da Constituição

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 1º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATORIA: ( x ) OPTATIVA: ( )

60 h

0 h

60 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS:

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Estudar e explicar a Teoria da Constituição e suas principais correntes clássicas e contemporâneas de pensamento, de acordo com uma perspectiva jurídico-positiva crítica, apresentando a Constituição como sistema aberto de princípios e regras, sempre buscando uma aproximação com o Direito Constitucional Positivo Brasileiro.

EMENTA

Teoria Geral da Constituição e do Direito Constitucional. Teoria do Poder Constituinte. Teoria da norma constitucional: eficácia e aplicabilidade. Teoria da norma constitucional: a norma no espaço e no tempo. Linhas mestras da interpretação das normas constitucionais.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Unidade 1: Teoria Geral da Constituição e do Direito Constitucional.

1.1 Objetivos da disciplina, método e bibliografia.

1.2 Breves considerações sobre as origens e o desenvolvimento histórico das Constituições: constitucionalismo histórico x constitucionalismo moderno.

1.3 Modelos constitucionais.

- 1.3.1 O constitucionalismo pós revoluções burguesas: modelos inglês, norte-americano e francês.
- 1.3.2 O constitucionalismo pós revoluções sociais: modelos mexicano, soviético e alemão.
- 1.3.3 O neoconstitucionalismo popular latino-americano: entre a teoria e a práxis constitucional na Venezuela, Bolívia e Equador.

1.4 O constitucionalismo comunitário europeu.

1.5 A construção histórica do constitucionalismo brasileiro.

1.5.1 O poder político e sua organização constitucional no Brasil: entre a democracia e a autocracia.

1.5.2 O contexto ideológico-político, econômico e social das constituições brasileiras de 1824, 1890/1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988.

1.6 Conceito, estrutura, funções e classificação das Constituições.

1.7 O problema da supremacia da Constituição e da hierarquia das fontes: a construção histórica da força normativa da Constituição.

## **Unidade 2: Teoria do Poder Constituinte.**

2.1 O Poder Constituinte.

2.1.1 Características, natureza jurídica e classificações

2.1.2 Distinções entre poder constituinte formal e material.

2.1.3 Titularidade.

2.1.4 Formas de manifestação.

2.1.5 A crise do Poder Constituinte e o problema da legitimidade da Constituição.

2.1.6 Poder político versus poderes constitucionais: o estado de exceção permanente.

2.2 O Poder de Reforma da Constituição.

2.2.1 Conceito, características e funções.

2.2.2 Delimitação terminológica (reforma, revisão, emendas).

2.2.3 Limites formais, temporais e circunstanciais.

2.2.4 Os limites materiais implícitos e expressos.

2.2.5 Significado e alcance das "cláusulas pétreas".

2.2.6 O princípio do não-retrocesso em direitos sociais.

2.3 "Poder Constituinte" Decorrente: o Poder Constituinte dos Estados na Federação.

## **Unidade 3: Teoria da norma constitucional: eficácia e aplicabilidade.**

3.1 Estrutura jurídica das normas constitucionais: a Constituição como sistema aberto de regras e princípios.

3.2 Formas de positivação e funções das normas constitucionais.

3.3 Vigência, eficácia, aplicabilidade e efetividade.

3.4 A eficácia jurídica e aplicabilidade das normas constitucionais.

3.5 As classificações de normas constitucionais quanto ao conteúdo, eficácia, aplicabilidade e validade: as distintas posições doutrinárias.

3.6 O debate sobre a "cláusula de reserva do possível" na doutrina e jurisprudência brasileiras.

## **Unidade 4: Teoria da norma constitucional: a norma no espaço e no tempo.**

AP.  
A

4.1 Conflito de normas no espaço.

4.1.1 Relações entre o direito internacional e a ordem jurídica interna.

4.1.2 As normas estrangeiras e a Constituição.

4.1.3 A EC nº 45 e a posição do STF quanto à resolução dos conflitos de normas no espaço.

4.2 A Constituição e os conflitos intertemporais: Teoria da Recepção das Normas.

4.2.1 A Constituição nova e a ordem constitucional anterior.

4.2.2 A Constituição nova, as emendas e o direito infraconstitucional anterior.

4.2.3 O problema da retroatividade das normas constitucionais em face do direito adquirido, da coisa julgada e do ato jurídico perfeito.

4.2.4 As posições do STF quanto aos conflitos de normas no tempo.

#### **Unidade 5: Linhas mestras da interpretação das normas constitucionais.**

5.1 A análise principiológica da constituição e sua função hermenêutica.

5.2 Os princípios hermenêuticos constitucionais.

5.3 Hermenêutica clássica: os métodos da interpretação constitucional.

5.4 A crise da hermenêutica clássica e a virada lingüística: reflexos do paradigma da hermenêutica filosófica na Teoria da Constituição.

5.5 A Nova Hermenêutica e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.

5.6 Distinções entre mudança de texto (reforma) e mudança de interpretação ou sentido (mutação) das normas constitucionais.

5.7 Ativismo e passividade judicial na interpretação constitucional.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **Bibliografia básica:**

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

#### **Bibliografia complementar:**

ACKERMAN, Bruce. *Transformação do Direito Constitucional: nós o povo soberano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Lisboa: Antropos, 2001.

ÁVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos Princípios*. São Paulo: Malheiros, 2009.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia dos princípios constitucionais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

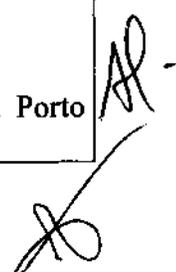
BARROSO, Luís Roberto Barroso. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

\_\_\_\_\_. *Aplicação e Interpretação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil Anotada*. São Paulo: Saraiva.

\_\_\_\_\_. *Temas de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BOLZAN DE MORAES, José Luís. *Dos direitos sociais aos interesses transindividuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.



\_\_\_\_\_. *As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2009.

\_\_\_\_\_. *Teoria Constitucional da Democracia participativa*. São Paulo: Malheiros, 2007.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Mutação Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. *"Brançosos" e interconstitucionalidade: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional*. Coimbra: Almedina, 2009.

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

CLÉVE, Clémerson Merlin. *Temas de Direito Constitucional*. São Paulo: Acadêmica, 2007.

CONSTANT, Benjamin. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DALLARI, Dalmo. *A constituição na vida dos povos: da idade média ao século XXI*. São Paulo: Saraiva, 2009.

DWORKIN, Ronald. *A Justiça de toga*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GRAU, Eros Roberto. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito*. São Paulo: Malheiros, 2007.

GROSSI, Paolo. *Mitologias Jurídicas Modernas*. Florianópolis: Fundação Boitex, 2006.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os problemas da verdade no Estado Constitucional*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 2008.

HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da Alemanha*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002.

\_\_\_\_\_. *A força Normativa da Constituição*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2000.

LASSALE, Ferdinand. *A Essência da Constituição*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.

MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2005.

NEGRI, Antônio. *O Poder Constituinte*. São Paulo: DP&A, 2005.

NEVES, Marcelo. *Transconstitucionalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *A Constituição Burguesa*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2009.

STRECK, Lênio Luiz. *Hermenêutica Jurídica e(m) Crise*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

\_\_\_\_\_. *Jurisdição Constitucional e Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
 Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Ms. Henrique Ramos de Oliveira Neto  
 Coordenador do curso  
 Carimbo e Assinatura do Coordenador do curso  
 Portaria R. Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
 Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Dr. Agnelo de A.  
 Diretor de Faculdade  
 Carimbo e Assinatura do Diretor da  
 Unidade Acadêmica

*[Handwritten mark]*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA			
CÓDIGO:		UNIDADE ACADÊMICA: DIREITO	
PERÍODO/SÉRIE: 1º PERÍODO		CH TOTAL TEÓRICA: 30 horas	CH TOTAL PRÁTICA: 0
OBRIGATÓRIA: (X)	OPTATIVA: ( )	CH TOTAL: 30 horas	

OBS:

PRÉ-REQUISITOS:

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Ao final da disciplina o estudante será capaz de:  
- Compreender os fundamentos básicos da organização do Estado. Analisar temas relacionados com a realidade política moderna. Desenvolver uma visão crítica da dinâmica jurídico-sócio política.

CONTÉUDOS

Conceito de Ciência Política. Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução Histórica do Pensamento Político: Grécia, Roma, Idades Média e Moderna. Pensamento Político Contemporâneo. Origem e Evolução do Estado. Estado Moderno. Estado Contemporâneo. Função Social do Estado Contemporâneo. Elementos do Estado. Formas de Estado e de Governo. Regimes Políticos. Investidura dos Governantes. Partidos Políticos. Formação do Estado Brasileiro.

RECURSOS DIDÁTICOS

1. Estudo das Instituições Políticas
  - a) O fenômeno político: poder e legitimidade

- b) Ideologia e utopia
  - c) Política e Ciência Política
  - d) Desenvolvimento dos estudos políticos
  - e) Teoria Geral do Estado
2. Estado
- a) Classificação dos grupos políticos
  - b) Conceito de estado
  - c) Fins e funções do estado
  - d) Origem do estado
  - e) Justificação e desaparecimento do estado
3. Evolução Histórica do Estado
- a) O estado oriental antigo: teocracia e escravagismo
  - b) A cidade-estado grega. O estado romano: transformações
  - c) O estado medieval. Instituições feudais. A Igreja Católica.
  - d) O estado nacional. O absolutismo monárquico.
  - e) A revolução liberal. "Estado de Direito e "Constitucionalismo"
4. Problemas do Estado Contemporâneo
- a) O estado e o capitalismo. Imperialismo
  - b) O estado e o socialismo. Comunismo soviético e chinês
  - c) O estado e o facismo. Nazismo. Populismo.
  - d) O estado e o subdesenvolvimento. Regimes militares. Democracias populares.
  - e) Intervencionismo e neoliberalismo. Democracia social.
5. Elementos Essenciais do Estado.
- a) Povo. Nacionais e estrangeiros
  - b) Território. Espécies. Fronteiras
  - c) Governo. Soberania e autonomia
  - d) Colonização e autodeterminação
  - e) Governo supra-nacional. A Organização da Nações Unidas.
6. Formas de Estado
- a) Estado simples e compostos. União e associação de estados.
  - b) Estado unitário. Descentralização administrativa e política
  - c) Confederação
  - d) Federação. Transformações do federalismo
  - e) Comunidade de nações
7. Forma de Governo
- a) Classificações antigas e modernas. Monarquia e República
  - b) Governo direto, representativo e misto.
  - c) Unicameralismo e bicameralismo
  - d) Concentração, divisão e colaboração de poderes
  - e) Parlamentarismo e presidencialismo
8. Regimes Políticos
- a) Elementos caracterizadores
  - b) Democracia (formal e substancial) e ditadura (conservadora e revolucionária)
  - c) Cidadania. Direito humanos.
  - d) Sistema social e econômico
  - e) Mudança política e reação. Revolução e reforma

AP.  
X

9. Investidura dos Governantes.

- a) Processos de escolha e espécies de investidura
- b) Eleição (direta e indireta). Sufrágio (restrito e universal) e voto (descoberto e secreto)
- c) Sistema majoritário. Distritos
- d) Representação proporcional. Tipos
- e) Mandato político. Garantias: inviolabilidade e imunidade

10. Partidos Políticos

- a) Facções, grupos de pressões, partidos de quadros e de massa
- b) Pluripartidarismo, bipartidarismo e monopartidarismo
- c) Representação profissional, classes sociais e partidos políticos
- d) Propaganda e opinião pública
- e) Partido políticos no Brasil

11. Formação do Estado Brasileiro

- a) Instituições coloniais: das feitorias ao reino unido
- b) A Independência e a instituição do Império Brasil
- c) Monarquia constitucional e hereditária
- d) Estado unitário e descentralização provincial
- e) Parlamentarismo no 2º Reinado

12. Instituições Republicanas

- a) República presidencialista e estado federal
- b) Da Revolução de 30 ao "Estado Novo"
- c) Restauração democrática. Experiência parlamentarista.
- d) O regime militar. A constituinte e a Constituição de 88
- e) Instituições vigentes

**BIBLIOGRAFIA**

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

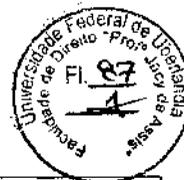
- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva. 3ª edição, 2010.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política*. São Paulo: Saraiva. 6ª edição, 2004.
- CHEVALIER, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político. Tomo I*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1ª edição, 1982.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva. 29ª edição, 2010.
- FILOMENO, José Geraldo Brito. *Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 7ª edição, 2009.
- MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva. 1ª edição, 2010.
- WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da Política*. São Paulo: Ática. 2v. 11ª edição, 2006.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 15ª edição, 2009.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e

Handwritten signature and initials.



Terra. 11ª edição, 2009.

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. Ed. Campinas:Papirus .8ª edição, 2003.

DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: UnB. 1ª edição, 2009.

LÊNIN. O Estado e a revolução. São Paulo: ed. Expressão Popular. 1ª edição, 2007.

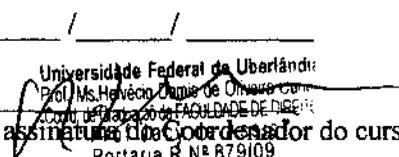
PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1ª edição, 1992.

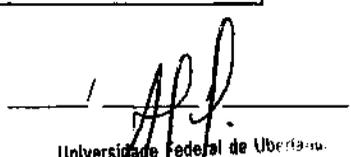
O'DONNELL, Guillermo. Transições do regime autoritário: América Latina . São Paulo: Vértice. 1ª edição, 1988.

WEBER, Max. Política como vocação. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo:UnB.1ª edição, 2003.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: UnB. 3ª edição, 1994.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hevécio Zaine de Oliveira  
Coordenador de Curso - FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879109

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Almeida  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R N° 879109



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Teoria do Estado e Democracia

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 1º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATÓRIA:** ( x )

**OPTATIVA:** ( )

**60 h**

**0 h**

**60 h**

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:**

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Analisar o Estado, a Política e a Democracia como objetos culturais e históricos;  
 Analisar as estruturas, funções e finalidades do Estado, da Política a ciência do direito, bem como seus limites;  
 Fazer associação interdisciplinar desta disciplina com os demais conteúdos das áreas de fundamentos e dogmática do curso.

**EMENTA**

1. As bases teóricas da filosofia política: dos gregos aos modernos
2. Origem e evolução das organizações políticas: sociedade como substrato da Política e do Estado
3. Política, Estado e Democracia na época contemporânea: Estado como fenômeno ocidental
4. Regimes de Políticos, Formas de Governo, Sistemas de Governo e Formas de Estado
5. Organização e funções do Estado: os Poderes da República
6. Problemas do Estado Contemporâneo: crise de legitimidade política e estatal: sociedade globalizada

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

1. As bases teóricas da filosofia política: dos gregos aos modernos
  1. Concepção de sociedade e de política
  2. O modelo político grego

*Handwritten signature and initials*



2. Origem e evolução das organizações políticas: sociedade como substrato da Política e do Estado
  1. Conceito e elementos da sociedade
  2. Relação entre poder político e sociedade
  3. Sociedades complexas
  
3. Política, Estado e Democracia: do moderno ao contemporâneo
  1. Maquiavel: a secularização da política
  2. Thomas Hobbes: o Poder Absoluto
  3. John Locke: Estado Mínimo
  4. Montesquieu: o exercício dos Poderes do Estado
  5. Jean-Jaques Rousseau: Democracia
  6. Hamilton, Madison e Jay: os federalistas
  7. O Estado como fenômeno ocidental
  
4. Regimes de Políticos, Formas de Governo, Sistemas de Governo e Formas de Estado
  1. Os regimes políticos: Autocracia e Democracia
  2. Democracia representativa e democracia participativa
  3. Democracia e direitos fundamentais: técnica majoritária e contramajoritária
  4. Democracia Brasileira: A Constituição de 1988
  5. Sistemas de Governo: parlamentarismo e presidencialismo
  6. Formas de Estado
  7. A Federação Brasileira
  8. Formas de Governo: Monarquia e República
  
5. Organização e funções do Estado: os Poderes da República
  1. Poder Legislativo
  2. Poder Executivo
  3. Poder Judiciário
  
6. Problemas do Estado Contemporâneo: crise de legitimidade política e estatal: sociedade globalizada
  1. Crise do Estado e da Política ocidental: a volta ao pluralismo jurídico
  2. Origens e efeitos da globalização
  3. A governança transnacional: *global governace*

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

ARENDR, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e a lição dos clássicos.* Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado.* 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

### **Bibliografia complementar:**

ARNAUD, André-Jean. *Governar sem fronteiras: entre a globalização e pós-globalização. Crítica da razão jurídica.* Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHEVALLIER, Jacques. *O estado pós-moderno.* Belo Horizonte: Fórum, 2009.

KELSEN, Hans. *A democracia.* São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.  
SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994. v. 1 e 2.  
VAZ, Anderson Rosa Vaz. *Introdução ao direito*. Curitiba: Juruá, 2007.  
WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "o Federalista". 13. ed. São Paulo: Ática, 2006.  
WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

### APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hebeiro Damis de Oliveira Guimarães  
Coordenador da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquilardo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Civil I

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 2º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
90 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
90 h

OBRIGATÓRIA: (X)    OPTATIVA: ( )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: História do Pensamento  
Jurídico e Teoria do Direito

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Análise de conceitos relacionados à teoria geral da relação jurídica (pessoas, bens e fatos jurídicos) e do Direito Privado, constantes da Parte Geral do Código Civil brasileiro.

Objetivos específicos:

Apresentar noções de direito necessárias à construção do aprendizado referente à dogmática do Direito Civil Brasileiro.

Propiciar a apreensão da estrutura lógico-normativa do Livro I do Código Civil de 2002 a partir da base principiológica fundada nas diretrizes da socialidade, eticidade e operabilidade;

Possibilitar: 1) a assimilação do conteúdo teórico filosófico que compõe a noção propedêutica de relação jurídica notadamente no que concerne aos conceitos de pessoas, bens e negócio jurídico; 2) o desenvolvimento de percepção crítica das normas constantes do ordenamento civil brasileiro; 3) a aplicação dos conhecimentos adquiridos a partir do estudo da Teoria Geral do Direito Civil no âmbito das categorias disciplinadas na Parte Especial do Código Civil (ex. Direito dos Contratos, Responsabilidade Civil, Direito de Empresa, Direito de Família e Sucessões, Direitos das Coisas);

TEMAS

1. Delimitação do Direito Civil;
2. Das Pessoas;



3. Dos bens;
4. Dos fatos jurídicos.

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### UNIDADE I – INTRODUÇÃO

1. Noções Gerais
2. Conceito de Direito
3. Classificação do Direito
4. Divisão do Direito Civil

### UNIDADE II – LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL

1. Introdução
2. As fontes do direito.
  - 2.1 A lei
    - 2.1.1 As lacunas da lei
    - 2.1.2 Vigência da lei no tempo
    - 2.1.3 Da vigência da lei no espaço
    - 2.1.4 Classificação da lei
    - 2.1.5 Interpretação da lei
  - 2.2 Analogia
  - 2.3 Costumes
  - 2.4 Princípios Gerais de Direito
  - 2.5 Doutrina
  - 2.6 Jurisprudência
  - 2.7 Equidade
3. Antinomias ou lacunas de conflito
4. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada

### UNIDADE III – O CÓDIGO CIVIL DE 2002

1. Introdução
2. Diretrizes de elaboração do Código Civil de 2002
3. Princípios do Código Civil de 2002
4. Ontognoseologia Jurídica de Miguel Reale
5. Direito Civil Constitucional
6. Eficácia horizontal (imediata) dos direitos fundamentais
7. Diálogo das fontes (*dialogue des sources*)

### UNIDADE IV – PESSOA NATURAL

1. Pessoa natural (física)
2. Situação jurídica do nascituro
3. Personalidade e Capacidade
4. Teoria geral da representação
5. Emancipação
6. Direitos da personalidade
  - 6.1 As grandes dimensões (gerações) de direitos
    - 6.1 Características
    - 6.2 Direitos personalíssimos regulamentados no Código Civil
7. Domicílio
8. Morte da pessoa natural
  - 8.1 Morte real
  - 8.2 Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação

AP.



8.3 Morte presumida com declaração de ausência

9. Da comoriência

UNIDADE V – PESSOA JURÍDICA

1. Introdução. Conceito de pessoa jurídica. Regras gerais

2. Principais classificações gerais da pessoa jurídica

2.1 Quanto à nacionalidade

2.2 Quanto à estrutura interna

2.3 Quanto às funções e capacidade

3. Da pessoa jurídica de direito privado. figuras previstas no art. 44 do cc

3.1 Das fundações particulares

3.2 Das associações

3.3 Das sociedades

3.4 Das organizações religiosas e dos partidos políticos. Corporações sui generis

4. Regras de Direito Intertemporal quanto às pessoas jurídicas

5. Domicílio das pessoas jurídicas

6. Extinção da pessoa jurídica e destinação dos bens

7. Da desconsideração da personalidade jurídica

8. Entes ou grupos despersonalizados

UNIDADE VI – BENS

1. Conceito de bens

2. Principais classificações dos bens

2.1 Quanto à tangibilidade

2.2 Quanto à mobilidade

2.3 Quanto à fungibilidade

2.4 Quanto à consuntibilidade

2.5 Quanto à divisibilidade

2.6 Quanto à individualidade

2.7 Quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados)

2.8 Quanto ao titular do domínio

3. Bem de família

3.1 Convencional ou voluntário

3.2 Legal

UNIDADE VII – TEORIA GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Fatos jurídicos em sentido amplo

1.1 Fato jurídico em sentido estrito (fatos naturais)

1.2 Ato jurídico em sentido amplo (fatos humanos)

2. Negócio jurídico

2.1 Classificação dos negócios jurídicos

2.2 Elementos constitutivos do negócio jurídico

2.3 Elementos essenciais do negócio jurídico

2.4 Elementos naturais (identificadores) do negócio jurídico

2.5 Elementos acidentais do negócio jurídico

UNIDADE VIII – DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução

2. Erro e da ignorância

3. Dolo

4. Coação

5. Estado de perigo

6. Lesão

7. Fraude contra credores

A  
A



8. Simulação
9. Reserva mental (reticência essencial)

#### UNIDADE IX – DO ATO ILÍCITO

1. Noções gerais
2. Abuso de direito
  - 2.1 A proibição de comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*)
  - 2.2 *Supressio* (*Verwirkung*) e a *surrectio* (*Erwirkung*)
  - 2.3 *Tu quoque*
- 3 Aplicação prática do abuso de direito

#### UNIDADE X – PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução
2. Os meios de prova previstos pelo Código Civil de 2002
3. Presunções, perícias e investigação de paternidade. Tratamento legal e análise prática
4. Confrontação entre o art. 221 do Código Civil e o art. 585, II, do CPC.

#### UNIDADE XI – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1. Introdução
2. Prescrição
  - 2.1 Conceito de prescrição
  - 2.2 Disposições gerais sobre a prescrição
  - 2.3 Causas impeditivas e suspensivas da prescrição
  - 2.4 Causas de interrupção da prescrição
  - 2.5 Prazos prescricionais e ações imprescritíveis
  - 2.6 Prescrição e direito intertemporal
- 3 Decadência.
  - 3.1 Conceitos e disposições gerais
- 3.2 Prazos de decadência

#### BIBLIOGRAFIA

##### **Bibliografia Básica:**

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. V. 1, 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. V. 1, 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ROSENVALD, Nelson; DE FARIAS, Cristiano Chaves. **Direito Civil (Parte Geral)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- TARTUCE, Flávio. **Direito Civil. Vol. 1. Lei de Introdução e Parte Geral**, 5. ed. Rio de Janeiro: Forense / São Paulo: Método, 2009.
- VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. 10. ed. V. 1, São Paulo: Atlas, 2010.
- CÓDIGO CIVIL DE 2002. Lei 10.406 de 10 de janeiro e 2002.

##### **Bibliografia Complementar:**

- ALVES, José Carlos Moreira. **A Parte Geral do Projeto de Código Civil Brasileiro**. 2. ed. São



Paulo: Saraiva, 2003.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil. Introdução.** 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado.** São Paulo: Saraiva, 15. ed., 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada.** São Paulo: Saraiva, 14. ed. 2009.

FIÚZA, César. **Direito Civil. Curso Completo.** 14. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil. Parte Geral.** São Paulo: Saraiva, 12. ed. 2010.

GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOZZO, Débora; ALVES, José Carlos Moreira; REALE, Miguel (Coord). **Principais controvérsias no novo Código Civil.** São Paulo: Saraiva, 2006

MARTINS-COSTA, Judith e BRANCO, Gerson Luiz Carlos Branco. **Diretrizes Teóricas do Novo Código Civil Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2005.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Noções Preliminares de Direito Civil.** São Paulo: RT, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Introdução ao Direito Civil. Teoria Geral de Direito Civil.** V. 1, 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010,

REALE, Miguel. **História do Novo Código Civil.** Rio de Janeiro: RT, 2005

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil. Parte Geral.** V. 1, São Paulo: Saraiva, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Código Civil Interpretado.** São Paulo: Atlas, 2010.

APPROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Hélcio Dias de Oliveira  
Coordenador do curso  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquilino Azeiteiro  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R Nº 733/09



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA:</b> SOCIOLOGIA JURÍDICA			
<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> FADIR	
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 2º período		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 30 h	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> 0 h
<b>OBRIGATORIA:</b> ( X )	<b>OPTATIVA:</b> ( )	<b>CH TOTAL:</b> 30 h	

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria do Direito, História do Pensamento Jurídico, Economia Política, Ciência Política, Teoria do Estado e Democracia.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

A disciplina tem como objetivo apresentar aos alunos do curso de Direito os conceitos e temas clássicos e contemporâneos da Sociologia, estimular o desenvolvimento de uma “imaginação sociológica”, bem como contribuir para a adoção de uma postura crítica em relação ao Direito e à prática jurídica. Almeja-se abordar as condições histórico-sociais de emergência do pensamento sociológico, contrastar suas principais vertentes teóricas e, ainda, estabelecer a relação entre tais abordagens teóricas e processos sociais e as transformações no campo jurídico.

**EMENTA**

Introdução à Sociologia; Contexto histórico do surgimento da Sociologia; O problema epistemológico nas ciências sociais; Sociedade e cultura; O positivismo; O pensamento sociológico de Durkheim; O materialismo histórico de Karl Marx; A metodologia histórica e compreensiva de Max Weber; Introdução à Sociologia Jurídica; Conceitos fundamentais da Sociologia Jurídica; Direito e sociedade; Direito e poder; Correntes e abordagens da Sociologia Jurídica; Limitações à eficácia do Direito; Legitimidade e crise de legitimidade do Direito no mundo contemporâneo; O pluralismo Jurídico; O Direito Alternativo; Acesso à Justiça na sociedade de classes; Revisitando os direitos humanos na sociedade globalizada.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

1. Introdução à Sociologia:
  - 1.1. Contexto histórico do surgimento da Sociologia.
  - 1.2. O problema epistemológico nas ciências sociais.

*Handwritten signature and initials.*

1.3. Cultura e sociedade: uma perspectiva relativista do Direito.

2. O Positivismo e o Direito:

2.1. Augusto Comte e o positivismo sociológico.

2.2. Émile Durkheim: o Direito como fato social.

2.3. O papel da consciência coletiva e das representações sociais.

2.4. O conceito de anomia no pensamento sociológico de Durkheim.

3. Materialismo histórico, dialética e o Direito:

3.1. A concepção dialética da história.

3.2. Trabalho e alienação.

3.3. Luta de classes e a perspectiva revolucionária.

3.4. Estado e Direito no pensamento marxista.

4. A metodologia histórica e compreensiva de Max Weber:

4.1. O processo de racionalização e desencantamento no mundo moderno.

4.2. Ação social e tipos de dominação.

4.3. Estado, burocracia e Direito no pensamento weberiano.

5. Introdução à Sociologia Jurídica:

5.1. Sociologia Jurídica ou Sociologia do Direito?

5.2. Sociologia do Direito ou Sociologia no Direito?

5.3. A produção social do Direito.

5.4. Direito e sociedade.

5.5. Direito e poder.

6. Correntes teóricas e abordagens da Sociologia Jurídica:

6.1. A crítica ao dogmatismo da Ciência do Direito.

6.2. O Direito como instrumento de controle social.

6.3. A mudança social e o sistema jurídico.

6.4. Limitações à eficácia do Direito.

6.5. Legitimidade e crise de legitimidade do Direito no mundo contemporâneo.

6.6. A sociologia jurídica de Niklas Luhmann: conceitos fundamentais.

6.7. O pluralismo Jurídico.

6.8. O Direito Alternativo.

6.9. Acesso à Justiça na sociedade de classes.

6.10. Revisitando os direitos humanos na sociedade globalizada.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LÉVY-BRUHL, Henri. *Sociologia do Direito*. São Paulo: Difel, 1964.

LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito*. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. 2v.

AL.

A



### Bibliografia complementar

- ARNAUD, André-Jean.(org.). *Dicionário enciclopédico de teoria e de sociologia do direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- ARNAUD, André-Jean. JUQUEIRA, Eliane Botelho (Orgs). *Dicionário da globalização*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BOAZ, Franz. *Antropologia cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CARVALHO, Amílton Bueno de (org.). *Direito alternativo brasileiro e pensamento jurídico europeu*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
- CASTRO, Celso A. *Sociologia do Direito*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CASTRO, Celso (Org.) *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2002.
- DARNTON, Robert; DUHAMEL. (org). *Democracia*. São Paulo: Record, 2001.
- FARIA, José Eduardo. CAMPILONGO, Celso Fernandes. *A sociologia jurídica no Brasil*. Porto Alegre: Antonio Fabris Editor, 1991.
- FERNANDES, Florestan. (org.). *Émile Durkheim*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_ (org.). *Karl Marx*. São Paulo: Ática, 1982.
- \_\_\_\_\_ (org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1982.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- IHERING, Rudolf Von. *A luta pelo direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- ISHAY, Micheline R. (org.). *Direitos Humanos: uma antologia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MACHADO, Antônio Alberto. *Ensino jurídico e mudança social*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARTIN, Roderick. *Sociologia do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ROSA, F. A. de Miranda. *Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- ROSA, F. A. de Miranda (org). *Direito e conflito social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SABADELL, Ana Lucia. *Manual de Sociologia Jurídica: Introdução a uma leitura externa do Direito*. 4.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- SALDANHA, Nelson. *Sociologia do Direito*. 6.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SCURO NETO, Pedro. *Manual de Sociologia Geral e Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2000.



SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim (org.). *Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina Sociologia Jurídica*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.  
SILVA, Artur Stamford da (Org). *Sociologia do Direito: na prática da teoria*. Curitiba: Juruá, 2007.  
TOMAZZI, Nelson.(org.). *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual, 1996.  
WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Saraiva, 2006.  
\_\_\_\_\_. *Ideologia, Estado e Direito*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2000.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damasceno de Oliveira  
Coordenador do Curso de Direito  
Carimbo e Assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R N° 733/10



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Filosofia Jurídica

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 2º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATORIA:** ( X ) **OPTATIVA:** ( )

**30 h**

**0 h**

**30 h**

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** História do Pensamento Jurídico.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Ampliar, sistematicamente, o pensamento jurídico em todas as dimensões propostas pela Ciência Jurídica, em especial no campo da investigação científica voltada para os profissionais em Direito, Filosofia, áreas afins das Ciências Sociais. Fomentar a abertura de um espaço acadêmico para estudo e discussão sobre fundamentos do Direito, bem como fundamentos do poder político, dos problemas éticos relacionados no campo jurídico, com foco na formação de pensadores e pesquisadores na área. Contribuir na qualificação do(a)s estudantes para a pesquisa de temas e problemas sobre fundamentos do Direito Contemporâneo, sem perder de vista seu desenvolvimento crítico ao longo da história, elaborados por diversos jusfilósofos em nosso país e em outros países. A Filosofia Jurídica é um vetor essencial para melhor compreensão do exercício real no dia a dia dos operadores do Direito. O aluno, ao final, será capaz de investigar problemas fundamentais do Direito, em especial aqueles concernentes ao seu "ser" (problema ontológico) e seu "dever-ser" (problema deontológico) relacionados à natureza e ao processo do conhecimento (gnoseológico) dentro uma dinâmica epistemológica.

**EMENTA**

Esforço Histórico. Conceito. Objeto. Divisão. Ontologia Jurídica. Epistemologia e Deontologia do Direito. Empirismo e Apriorismo Jurídicos. Dialética de implicação e polaridade entre sujeito e objeto na compreensão do Direito. Fenomenologia da Ação e da Conduta. Explicações Unilaterais da Realidade Jurídica. Teoria Marxista do Direito. Teoria Tridimensional do Direito.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

AL

A

1. **Esboço Histórico**
2. **Os temas da Filosofia Jurídica**
  - 2.1. Objeto e divisão da filosofia do direito
  - 2.2. A temática geral e os temas especiais
  - 2.3. O método da Filosofia do Direito
  - 2.4. Ontologia Jurídica
  - 2.5. Epistemologia e Deontologia do Direito
3. **Empirismo e Apriorismo Jurídicos**
  - 3.1. O conceito de Direito segundo as Doutrinas Empíricas
  - 3.2. A concepção do Direito na Doutrina Apriorista
    - 3.2.1. Rudolf Stammeler
    - 3.2.2. Giorgio Del Vecchio
4. **A dialética de implicação e polaridade entre sujeito na compreensão do Direito**
  - 4.1. O conteúdo axiológico do Direito
  - 4.2. Análise fenomenológica e reflexão histórico-axiológica sobre a realidade Jurídica
5. **Fenomenologia da Ação e da Conduta**
  - 5.1. Conduta teleológica
  - 5.2. Momentos específicos da conduta ética
  - 5.3. Modalidade de conduta
6. **Explicações Unilaterais da Realidade Jurídica**
  - 6.1. A escola da Exegese e a Escola Histórica
  - 6.2. O Sociologismo Jurídico
  - 6.3. O normativismo lógico de Hans Kelsen
  - 6.4. Moralismo Jurídico
7. **Teoria Marxista do Direito**
  - 7.1. Materialismo histórico e dialético
  - 7.2. O direito como superestrutura
8. **Teoria Tridimensional do Direito**
  - 8.1. Tridimensionalismo abstrato ou genérico
  - 8.2. Tridimensionalismo específico
  - 8.3. Normatividade e historicidade do Direito
  - 8.4. Fundamento de: validade, eficácia, vigor e vigência

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

ADEODATO, João Mauricio. **Filosofia do Direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BITTAR, Eduardo C. B. E ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 5ª. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

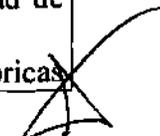
CRETELLA JR., José. **Curso de Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

### Bibliografia complementar:

ALBERT, Marta. **Derecho y Valor: Una Filosofia Jurídica Fenomenológica**. Madrid: Universidad de Córdoba y Ediciones Encuentro, 2004.

CHAMON JUNIOR, Lúcio Antônio. **Filosofia do Direito na alta modernidade: incursões teóricas**

AL



em Kelsen, Lyhmann e Habermas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DE CICCIO, Claudios. **História do Pensamento Jurídico**. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DEL VECCHIO, Giorgio. **Lições de Filosofia do Direito**. 5ª. ed., Coimbra: Armênio Amado, 1979.

Direito. 3ª. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

**Introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 2001.

HEGEL, G.W. F. **Princípios da filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HERKENHOFF, João Batista. **Como aplicar o Direito**. 11ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2007.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Os pensadores – Kant. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MARX< Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito e Filosofia Política: a justiça é possível**. São Paulo: Atlas, 2003.

**Introdução à Filosofia do Direito**. 2ª. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

**Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTORO, Franco. **Estudos de Filosofia do Direito**. 2ª.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 16ª. ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.

NUNES, Rizzato. **Manual de Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2004.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**. Trad. L. Cabral de Moncada. 6ª. ed., Coimbra: Armênio Armado, 1979.

REALE, Miguel. **Curso de Filosofia do Direito**. 20ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

**Lições preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de história do Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

**APROVAÇÃO**

<p></p> <p>Universidade Federal de Uberlândia Ms. Hélcio Dantas de Oliveira Coordenador do Curso Prof. Jacy de Assis Portaria R N° 879/09</p>	<p></p> <p>Universidade Federal de Uberlândia Prof. Dr. Aquilino de Almeida Diretor da Unidade Acadêmica Prof. Jacy de Assis Portaria R N° 733/10</p>
---	---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Direitos Fundamentais

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 2º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**  
60 h

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**  
0 h

**CH TOTAL:**  
60 h

**OBRIGATÓRIA:** ( x ) **OPTATIVA:** ( )

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria da Constituição;  
Teoria do Direito.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Compreender o sistema de garantias e direitos fundamentais da Constituição de 1988, bem como refletir criticamente sobre seus limites e possibilidades de aplicação e efetivação no contexto jurisdicional e fático da realidade brasileira.

**EMENTA**

Dos Princípios e Objetivos Fundamentais na Constituição de 1988. Teoria Geral dos direitos fundamentais. Sistema de Direitos Fundamentais na Constituição de 1988. Eficácia e justiciabilidade dos direitos fundamentais. Hermenêutica dos princípios e direitos fundamentais. As Garantias de Direitos Fundamentais.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

**Unidade 1 Dos Princípios e Objetivos Fundamentais na Constituição de 1988**

- 1.1 Conceito, características, funções e classificação dos princípios constitucionais fundamentais.
  - 1.1.1 O princípio da dignidade da pessoa humana como valor basilar dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.
- 1.2 Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

*Handwritten initials: R.*

*Handwritten signature.*

### 1.3 Os princípios constitucionais do Brasil nas relações internacionais.

#### **Unidade 2 Teoria Geral dos direitos fundamentais**

##### 2.1 Direitos Fundamentais: origens e transformações

##### 2.1.1 Dos direitos naturais do homem aos direitos fundamentais constitucionais

##### 2.1.2 O princípio da universalidade dos direitos fundamentais

##### 2.2 As dimensões/gerações de direitos fundamentais, suas características distintivas e sua aplicabilidade.

##### 2.2.1 A problemática terminológica entre os termos gerações e dimensões de direitos e sua insuficiência diante da complexidade dos sistemas de direitos e garantias fundamentais.

##### 2.3 Distinção e reflexão crítica da relação entre Direitos Humanos/Direito Internacional e os Direitos Fundamentais/Direito Constitucional.

##### 2.4 O conceito materialmente aberto dos Direitos Fundamentais: conteúdo e significado do artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal: complementação entre direitos fundamentais constitucionais e direitos humanos internacionais, segundo a Constituição de 1988.

##### 2.4.1 Direitos Fundamentais apenas materialmente constitucionais.

##### 2.4.2 O § 3º do art. 5º e a internalização dos tratados internacionais de direitos humanos na ordem fundamental brasileira.

##### 2.4.3 A tese da supralegalidade adotada pelo STF como critério de recepção de normas garantidoras de direitos humanos na ordem constitucional brasileira.

##### 2.5 Breve análise sobre a questão dos Deveres Fundamentais.

#### **Unidade 3: Sistema de Direitos Fundamentais na Constituição de 1988.**

##### 3.1 Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.

##### 3.2 Tutelas constitucionais individuais e as liberdades públicas.

##### 3.2.1 Direito à vida.

##### 3.2.2 Direito à propriedade e o princípio da função social.

##### 3.2.3 Liberdade de expressão, manifestação e organização.

##### 3.2.4 Liberdade de locomoção.

##### 3.2.5 Liberdade intelectual.

##### 3.2.6 Liberdade de consciência religiosa.

##### 3.2.7 Liberdades políticas: direitos políticos e de nacionalidade.

##### 3.3 Tutela constitucional da igualdade.

##### 3.3.1 Distinção entre isonomia formal e isonomia material

##### 3.3.2 Discriminações positivas: políticas públicas de ações afirmativas e seu fundamento constitucional.

##### 3.3.3 Igualdade, promoção e proteção da diversidade étnica, cultural e de gênero.

##### 3.4 Tutela constitucional das prestações estatais.

##### 3.4.1 A polêmica dos direitos sociais como direitos fundamentais.

##### 3.4.2 Direito à moradia.

##### 3.4.3 Direito à seguridade social.

##### 3.4.4 Direito à educação.

##### 3.4.5 Direito à alimentação.

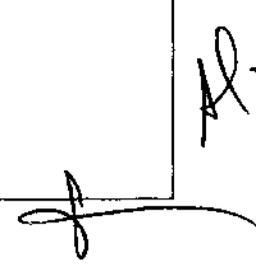
##### 3.4.6 Os direitos de proteção estatal nas relações de trabalho.

##### 3.4.7 Direito à segurança pública.

##### 3.5 Tutela constitucional dos interesses transindividuais.

##### 3.5.1 Direito à comunicação social.

##### 3.5.2 Direito ao meio ambiente equilibrado.



3.5.3 Direito do consumidor.

3.5.4 Direito à boa administração.

#### **Unidade 4: Eficácia e justiciabilidade dos direitos fundamentais.**

4.1 A Teoria dos custos dos direitos e a distinção entre direitos civis e políticos e direitos sociais: análise crítica.

4.1.1 A teoria do mínimo existencial na efetivação dos direitos sociais.

4.1.2 O princípio da reserva do possível e sua interpretação na ordem constitucional brasileira.

4.2 A eficácia progressiva e a eficácia imediata na aplicação dos direitos fundamentais.

4.3 A vinculação do poder público aos direitos fundamentais: legislativo, executivo e judiciário.

4.4 A vinculação dos particulares aos direitos fundamentais ou a chamada "eficácia horizontal" dos direitos fundamentais:

4.4.1 Análise das distintas posições doutrinárias sobre a eficácia horizontal.

4.4.2 Análise das posições e tendências do STF quanto à eficácia horizontal.

4.5 Reflexos da judicialização da política e da politização do judiciário na efetivação dos direitos fundamentais.

#### **Unidade 5: Hermenêutica dos princípios e direitos fundamentais**

5.1 Interpretação dos princípios e direitos fundamentais como problema específico: análise do alcance e significado do artigo 5º, § 1º, da Constituição Federal.

5.2 A importância da interpretação não restritiva das Cláusulas Pétreas de Direitos Fundamentais.

5.2.1 O princípio da proibição de retrocesso em matéria de direitos sociais.

5.3 Conflitos entre princípios e direitos fundamentais.

5.3.1 Os princípios da ponderação, razoabilidade e proporcionalidade na resolução dos conflitos entre princípios e direitos fundamentais.

#### **Unidade 6: As Garantias de Direitos Fundamentais**

6.1 Garantias não jurisdicionais.

6.1.1 Direito de resistência e desobediência civil.

6.1.2 Direito de petição.

6.2 Garantias jurisdicionais.

6.2.1 Remédios Constitucionais.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **Bibliografia Básica:**

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Malheiros, 2010.

#### **Bibliografia complementar:**

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.

H.  
f



AVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos Princípios*. São Paulo: Malheiros.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia dos princípios constitucionais*. Rio de Janeiro: Renovar.

BARROSO, Luís Roberto (org.) *A nova interpretação constitucional: ponderação, Direitos Fundamentais e Relações Privadas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Temas de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar.

BOLZAN DE MORAES, José Luís. *Dos direitos sociais aos interesses transindividuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

\_\_\_\_\_. *As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Direitos Fundamentais e Direito Privado*. Coimbra: Almedina, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. *"Brançosos" e interconstitucionalidade: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional*. Coimbra: Almedina.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins fontes, 2009.

HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da Alemanha*. Porto Alegre: Sérgio Fabris.

LEITE, George Salomão e SARLET, Ingo Wolfgang. *Direitos Fundamentais e Estado Constitucional*. São Paulo: RT, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. São Paulo: Malheiros.

NETO, Cláudio Pereira de Souza e SARMENTO, Daniel. (coord.) *Direitos Sociais: fundamentos, judicialização e Direitos Sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; FILHO, Firly Nascimento. *Os Princípios da Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang e TIMM, Luciano Benetti (org.) *Direitos Fundamentais, orçamento e "reserva do possível"*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

## APROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hebeido Duarte de Araújo  
Coordenador do curso  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R Nº 979/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agumalio Almeida  
Diretor da Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Psicologia Jurídica

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: IPUFU

PERÍODO/SÉRIE: 2º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: (X) OPTATIVA: ( )

PRÉ-REQUISITOS:

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Fornecer ao aluno as ferramentas e o conhecimento necessários para compreender a interface entre Psicologia e Direito, de modo a apreender o conteúdo jurídico dos limites normais, biológicos e legais da responsabilidade penal e da capacidade civil.

EMENTA

Psicologia e Psciopatologia Jurídica. Interface entre Psicologia e Direito. Limites e modificadores da capacidade civil. Limites e modificadores da responsabilidade penal.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. Psicologia e Psciopatologia Jurídica
  - 1.1 Conceitos e distinção
2. Interface entre Psicologia e Direito
  - 2.1 Aspectos psicológicos nos litígios judiciais
    - 2.1.1 Direito de Família
    - 2.1.2 Proteção da criança e do adolescente
    - 2.1.3 Proteção da mulher
  - 2.2 Danos psíquicos e indenização por dano moral
3. Limites e modificadores da capacidade civil e da responsabilidade penal
  - 3.1 Limites biológicos
  - 3.2 Limites psicopatológicos
  - 3.3 Limites psiquiátricos



3.4 Limites ambientais

3.5 Limites legais

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica

CAIRES, Maria Adelaide de Freitas. **Psicologia Jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas**. São Paulo: Vetor.

MIRA Y LOPEZ, Emilio. **Manual de Psicologia Jurídica**. São Paulo: LZN

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; CRUZ, Roberto Moraes. **Psicologia Jurídica**. São Paulo: Vetor.

### Bibliografia complementar

BOCK, Ana Mercedes Bahia. **Psicologia e Direitos Humanos - Práticas Psicológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; MIRANDA Vera Regina. **Psicologia Jurídica - Temas de Aplicação**. Curitiba: Juruá.

COLTRO, Carlos Mathias; ZIMERMAN, David E. **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. Campinas: Millenium.

CORREA, JOSEL MACHADO. **O doente mental e o Direito**. São Paulo: Iglu.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Direito e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

IORE, UMBERTO. **Manual de Psicologia Judiciária**. Sorocoba (SP): Mineli.

GOMES, Orlando. **Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

MARANHAO, Odon Ramos. **Psicologia do crime**. São Paulo: Malheiros.

MEDEIROS, Cristiano Carrilho Silveira de. **Saúde Mental e o Direito**. São Paulo: Método.

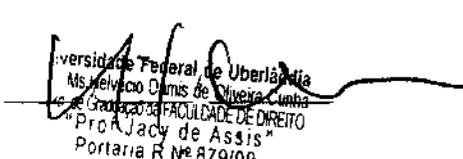
PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **Lei (a) uma abordagem a partir da leitura cruzada entre direito e psicanálise**. Belo Horizonte: Del Rey.

PONTES DE MIRANDA, Francisco C. **À margem do Direito**. Campinas (SP): Bookseller.

SHINE, Sidney. **A Espada De Salomão: A Psicologia e a disputa de guarda de filhos**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

SILVA, Denise Maria Perissini. **Psicologia jurídica no Processo Civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.

## APROVAÇÃO

  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica

AP.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: METODOLOGIA E EPISTEMOLOGIA JURÍDICA

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 2º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATORIA: ( X ) OPTATIVA: ( )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Teoria do Direito.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Estimular e desenvolver no aluno de Direito o espírito crítico-investigativo, com o objetivo de conhecer os parâmetros epistemológicos do direito e os conceitos de ciência do direito.

EMENTA

Introdução à teoria do conhecimento. Metodologia das ciências sociais. O método científico e seus processos. Direito e ciência. Perspectivas teóricas sobre o conhecimento jurídico. Pesquisa e conhecimento jurídico. A pesquisa jurídica e seus tipos. O projeto de pesquisa e seus elementos constitutivos. Métodos de pesquisa jurídica: histórica, descritiva e de campo. A pesquisa jurídica e suas etapas: planejamento, coleta e análise de dados, relatórios e resultados. Artigo científico. Monografia jurídica. Apresentação de trabalhos científicos.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. Introdução à teoria do conhecimento.
2. Metodologia das ciências sociais.
3. O método científico e seus processos.
4. Direito como ciência – desafios da ciência dogmática e das abordagens especulativas.

AP.

5. Perspectivas teóricas sobre o conhecimento jurídico.
6. As ideologias jurídicas e os impactos na abordagem científica.
7. A pesquisa jurídica: espécies, métodos e seu processo.
8. Contribuições da pesquisa do direito.
9. Dilemas entre a pesquisa especulativa e a pesquisa especulativa.
10. Projeto de pesquisa e seus elementos constitutivos.
11. Elaboração de artigo científico.
12. Elaboração de monografia jurídica.
13. Apresentação de trabalhos científicos: elaboração e modalidades.

### BIBLIOGRAFIA

#### Bibliografia básica:

HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

SILVA, Angela M. et al. *Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*. 5ª ed. Uberlândia: EdUFU, 2008.

#### Bibliografia complementar:

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WARAT, Luiz Alberto. *A ciência jurídica e os seus dois maridos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

### APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira  
Coordenador do Curso  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 87/91

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Almeida  
Diretor da Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. Nº 73/91



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Hermenêutica e Teoria da Argumentação Jurídica

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 2º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATÓRIA:** ( X ) **OPTATIVA:** ( )

**30 h**

**0 h**

**30 h**

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria do Direito.

**CÓ-REQUISITOS:** Filosofia Jurídica

**OBJETIVOS**

Apresentar os principais autores, conceitos e teorias relacionados com a hermenêutica e argumentação jurídicas, discutir as contribuições e limitações de cada modelo teórico e aplicar o referencial teórico estudado na análise, compreensão e crítica de casos jurídicos controvertidos no Brasil e no exterior.

**EMENTA**

Direito e linguagem. O problema da indeterminação. Texto e norma jurídica. Direito como interpretação. Métodos clássicos de interpretação e seus limites. Teorias sobre a interpretação do Direito. Hermenêutica e argumentação jurídica. Raciocínio jurídico e silogismo lógico-dedutivo. Teorias sobre a argumentação jurídica: Theodor Viehweg, Chaïm Perelman, Ronald Dworkin, Neil MacCormick e Robert Alexy. Conceitos fundamentais da teoria da argumentação jurídica. Modelos de decisão judicial. Critérios para justificação das decisões judiciais. Argumentação jurídica e fontes do Direito.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

1. Hermenêutica jurídica: objeto, teorias e métodos.
1. 1. Direito como interpretação.
1. 2. A distinção entre texto e norma jurídica e suas relações.

1. 3. Intérpretes e aplicadores do Direito.
1. 4. Métodos clássicos de interpretação do Direito e seus limites.
1. 5. Resultados da interpretação.
1. 6. Teorias sobre a interpretação do Direito: entre o formalismo e o realismo.
1. 7. Hans Kelsen e a teoria da “moldura” da norma.
1. 8. Herbert Hart e a “textura aberta” do Direito.
1. 9. Pragmatismo jurídico.
2. Direito e argumentação:
  2. 1. Direito, demonstração e argumentação.
  2. 2. Raciocínio jurídico como raciocínio lógico-dedutivo.
  2. 3. Teorias sobre a argumentação jurídica:
    2. 3. 1. A tópica de Theodor Viehweg.
    2. 3. 2. Nova Retórica de Chaïm Perelman.
    2. 3. 3. A teoria do discurso jurídico de Robert Alexy.
    2. 3. 4. O Direito como integridade proposto por Ronald Dworkin.
    2. 3. 5. A contribuição de Neil MacCormick.
  2. 4. Conceitos fundamentais da teoria da argumentação jurídica:
    2. 4. 1. Contexto de descoberta e contexto de justificação.
    2. 4. 2. Decidir, explicar e justificar.
    2. 4. 3. Casos fáceis e casos difíceis.
    2. 4. 4. Justificação interna e justificação externa.
  2. 5. Critério de justificação externa das decisões judiciais:
    2. 5. 1. Universalidade.
    2. 5. 2. Coerência e consistência.
    2. 5. 3. Conseqüências da decisão.
  2. 6. Argumentação jurídica e fontes do Direito:
    2. 6. 1. Legislação. Regras, princípios e suas funções argumentativas.
    2. 6. 2. Jurisprudência e precedentes.
    2. 6. 3. Analogia.
    2. 6. 4. Ponderação, razoabilidade e proporcionalidade.

Estudo de casos jurídicos.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. *Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito*. 3ª edição: revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

PERELMAN, Chaïm. *Ética e Direito*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

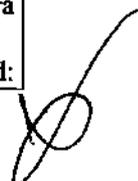
PERELMAN, Chaïm. TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da argumentação: nova retórica*. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

### **Bibliografia complementar:**

ABELLÁN, Marina G. FIGUEROA, Alfonso G. *La argumentación en el Derecho*. 2ª. Edición. Lima: Palestra Editores, 2005.

ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Traducción de Ernesto Garzón Valdés. Madrid:

AP





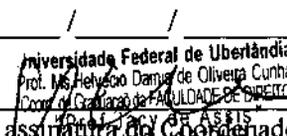
- Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Teoría de la argumentación jurídica*. Traducción de Manuel Atienza e Isabel Espejo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.
- ATIENZA, Manuel. *As razões do Direito: teorias da argumentação jurídica*. Tradução de Maria Cupertino. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *El sentido del derecho*. Barcelona: Ariel Derecho, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Questiones judiciales*. México: Distribuciones Fontamara, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Tras la justicia: una introducción al Derecho y al razonamiento jurídico*. Barcelona: Ariel Derecho, 1993.
- ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 4ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
- BARCELOS, Ana Paula de. *Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2005.
- BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 4ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRANCO, Paulo G. G. *Juízo de ponderação na jurisdição constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BOUCAULT, Carlos E. de Abreu. RODRIGUEZ, José Rodrigo (Orgs.). *Hermenêutica Plural*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BUSTAMANTE, Thomas R. *Argumentação contralegem: a teoria do discurso e a justificação jurídica nos casos mais difíceis*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do Direito e decisão racional: temas de teoria da argumentação jurídica*. Rio de Janeiro, Renovar, 2008.
- CADEMARTORI, Luiz H. U. DUARTE, Francisco C. *Hermenêutica e argumentação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.
- DWORKIN, Ronald. *A leitura moral da Constituição norte-americana*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Uma questão de princípio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O império do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação*. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- GRAU, Eros R. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito*. 5ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009.
- GUASTINI, Riccardo. *Das fontes às normas*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- HART, Herbert L. A. *O conceito de direito*. Tradução de A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- HASSEMER, W. KAUFMANN. *Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito contemporâneas*. Tradução de Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Tradução João B. Machado. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. Tradução de José Lamago. 3ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- MACCORMICK, Neil. *Argumentação jurídica e teoria do direito*. Tradução de W. Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Retórica e Estado de Direito: uma teoria da argumentação jurídica*. Tradução Conrado Mendes e Marcos Veríssimo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- MELLO, Patrícia P. C. *Precedentes: o desenvolvimento judicial do Direito no constitucionalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- MENDONÇA, Paulo R. S. *A tópica e o Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- MÜLLER, Friedrich. *Métodos de Trabalho do Direito Constitucional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- NINO, Carlos Santiago Nino. *Introducción al análisis del derecho*. Buenos Aires: Astrea, 1995.
- PECZENICK, Aleksander. *Derecho y razón*. Versión de Ernesto G. Valdéz. México: Distribuciones

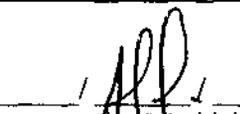
AP.



Fontamara, 2000.  
PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. *Interpretação constitucional e direitos fundamentais: uma contribuição ao estudo das restrições aos direitos fundamentais na perspectiva da teoria dos princípios*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006.  
\_\_\_\_\_. *Lógica jurídica: nova retórica*. Tradução de Virgínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.  
SANCHÍS, Luis Prieto. *Apuntes de teoría del derecho*. Madrid: Editorial Trotta, 2005.  
SGARBI, Adrian. *Teoria do Direito: primeiras lições*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.  
VIEHWEG, Theodor. *Tópica e jurisprudência*. Tradução de Tércio Sampaio Ferraz Júnior. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms Helvécio Damásio de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N 079/09

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr Aginaldo A. de Azevedo  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da Unidade Acadêmica  
Portaria R N 080/09



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Organização do Estado e dos Poderes

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 3º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATÓRIA:** ( x ) **OPTATIVA:** ( )

**60 h**

**0 h**

**60 h**

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Capacidade de interpretação e aplicação das normas constitucionais sobre os órgãos estatais de estatura constitucional e das normas constitucionais sobre a estrutura federativa; capacidade interpretativa do sistema constitucional como organizador do poder e da estrutura do Estado

**EMENTA**

A forma de Estado federativa – os componentes da federação – sistemas de crise constitucional – os órgãos estatais e as funções constitucionais

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

- i) A forma federativa – princípios da federação – componentes da federação – possibilidades de transformações na estrutura federativa - vedações na federação – descentralizações administrativas na federação – distribuição de competências na federação – competências especificadas por antes da federação - organização dos poderes na federação – os bens na federação
- ii) A partição das funções estatais – órgãos estatais (tripartição clássica e estrutura dos vários órgãos estatais) – a função normativa – a estrutura do Legislativo – garantias dos membros do Legislativo – produção normativa (processo) – competências do Legislativo

AP

– sistema de sanções aos parlamentares – atividade fiscalizadora do Parlamento (os Tribunais de Contas) – a função administrativa – estrutura da Administração Pública brasileira – Administração Pública na Federação – especificidades de garantias do Executivo – responsabilidade política do Executivo – Chefia de Estado e Chefia de governo – a função judicial – a estrutura do Judiciário – controle de constitucionalidade na estrutura do Judiciário – Judiciário da União e Judiciário dos Estados - garantias e vedações dos Magistrados – o Controle da atividade judicial – funções essenciais à justiça – Ministério Público e funções – Ministério Público da União e dos Estados – garantias e vedações dos membros do Ministério Público – a Defensoria Pública – a Advocacia (pública, privada)

iii) Sistemas de crise institucional – a crise federativa e a intervenção – intervenção federal – intervenção estadual – especificidade da representação interventiva - Estado de Defesa – Estado de Sítio – limitações aos Direitos Fundamentais – Excepcionalidade das crises – processo de decretação – controle de medidas

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

CARVALHO, K. G. **Direito constitucional didático**. Belo Horizonte: Del Rey

SILVA, J. A. **Direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros.

SILVA NETO, M. J. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

### Bibliografia complementar:

BRANCO, P. G.; COELHO, I. M; MENDES, G. F. **Direito constitucional**. São Paulo: Saraiva.

FERNANDES, R. V. C. **Jurisprudência do STF – anotada e comentada**. São Paulo: Método

FERREIRA, O. A. V. A. **Sistema constitucional das crises – restrições a direitos fundamentais**. São Paulo: Método.

LEWANDOWSKI, R. E. **Pressupostos materiais e formais da intervenção federal**. São Paulo: Rt.

## APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hebevio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Edmaria F. N. AZEVEDO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquilino Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA: DIREITO CIVIL II**

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA: DIREITO**

**PERÍODO/SÉRIE: 3º PERÍODO**

**CH TOTAL  
TEÓRICA:  
90 horas**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0**

**CH TOTAL:  
90 horas**

**OBRIGATÓRIA: (X)**

**OPTATIVA: ( )**

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I**

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Ao final da disciplina o estudante será capaz de:

- Utilizar elementos de legislação, doutrina e jurisprudência componentes do universo do direito obrigacional, habilitando-o a interpretar e solucionar a sua casuística.
- Compreender temas pertinentes ao direito das obrigações em ambiente multidisciplinar, notadamente em seus aspectos atuais e controvertidos, de forma a permitir sua correta aplicabilidade no cotidiano profissional do operador do Direito.

**EMENTA**

1. Introdução geral ao Direito das Obrigações.
2. Modalidades das obrigações.
3. Transmissão das obrigações.
4. Adimplemento e outras formas de extinção das obrigações.
5. Inadimplemento das obrigações.
6. Consequências do inadimplemento das obrigações.
7. Atos unilaterais.
8. Preferências e privilégios creditórios.

*Handwritten signature and initials.*

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1. Introdução geral ao Direito das Obrigações

- 1.1. Enfoque civil-constitucional do Direito das Obrigações.
- 1.2. Sistematização do Direito das Obrigações no Código Civil.
- 1.3. Fontes das obrigações
- 1.4. Distinções relativas ao direito obrigacional.
- 1.5. As diretrizes do Código Civil e sua repercussão no Direito das Obrigações.
  - 1.5.1. Socialidade: funcionalização do instituto do contrato
  - 1.5.2. Eticidade
  - 1.5.3. Operabilidade: sistema aberto e cláusulas gerais
- 1.6. Repercussões das mudanças socioeconômicas no direito obrigacional.
  - 1.6.1. Estado liberal e a principiologia clássica: autonomia da vontade e obrigatoriedade da convenção.
  - 1.6.2. Estado social e a reformulação da base principiológica dos contratos: autonomia privada, boa-fé, justiça contratual.
  - 1.6.3. Pós-modernidade e transformação dos contratos na sociedade contemporânea: efeitos da globalização e os paradigmas da diversidade, confiança e essencialidade.
- 1.7. Reformulação do princípio da relatividade pelo princípio da função social do contrato
- 1.8. Elementos constitutivos das obrigações
  - 1.8.1. Construção do conceito de relação obrigacional: simples e complexa
  - 1.8.2. Sujeitos ativo e passivo
  - 1.8.3. Conteúdo ou objeto
  - 1.8.4. Vínculo obrigacional
  - 1.8.5. Deveres de conduta

### 2. Modalidades das obrigações

- 2.1. Obrigações de dar, entregar e restituir coisa certa. Obrigações de dar coisa incerta. Obrigações pecuniárias.
- 2.2. Obrigações de fazer e não fazer.
- 2.3. Obrigações Alternativas. A escolha.
- 2.4. Obrigações Facultativas.
- 2.5. Obrigações Cumulativas
- 2.6. Obrigações Fracionárias ou Conjuntas.
- 2.7. Obrigações Divisíveis e Indivisíveis.
- 2.8. Obrigações Solidárias. Solidariedade ativa. Solidariedade passiva. Extinção da solidariedade.
- 2.9. Obrigações Civis e Naturais.
- 2.10. Obrigações de Meio e de Resultado. Obrigações de Garantia.
- 2.11. Obrigações condicionais e a termo.
- 2.12. Obrigações principais e acessórias.

### 3. Transmissão das obrigações.

- 3.1. Cessão de crédito.
- 3.2. Assunção de dívida
- 3.3. Cessão de contrato

A.

3.4. Outras formas de transmissão das obrigações

**4. Adimplemento e outras formas de extinção das obrigações.**

- 4.1. Pessoas vinculadas à obrigação. Situação dos herdeiros. Figuras aproximadas: Promessa de fato de terceiro, estipulação em favor de terceiro, contrato com pessoa a declarar.
- 4.2. Quadro geral das formas de extinção das obrigações.
- 4.3. O pagamento. De quem deve ou pode pagar.
- 4.4. Daqueles a quem se deve ou se pode pagar. Pagamentos eficazes feitos a um não credor e pagamentos ineficazes feitos ao credor.
- 4.5. Objeto do pagamento. Obrigações pecuniárias. O princípio do nominalismo. Cláusula de escala móvel.
- 4.6. Prova do pagamento e presunções de pagamento. Quitação.
- 4.7. Lugar e tempo do pagamento. Antecipações de vencimento.
- 4.8. O pagamento indevido.
- 4.9. Pagamento em consignação.
- 4.10. Pagamento com subrogação.
- 4.11. Imputação do pagamento.
- 4.12. Dação em pagamento.
- 4.13. Novação.
- 4.14. Compensação.
- 4.15. Confusão.
- 4.16. Remissão.

**5. Inadimplemento das obrigações.**

- 5.1. Noção geral de inadimplemento. Distinção entre mora e inadimplemento absoluto.
- 5.2. Inadimplemento absoluto. Caso fortuito e força maior. Resolução. Inadimplemento mínimo.
- 5.3. Mora. Espécies. Constituição. Purgação. Consequências.
- 5.4. Violação positiva do contrato. A regra da boa fé objetiva e o descumprimento de obrigações secundárias ou de deveres acessórios. Figuras relativas ao inadimplemento e subordinadas à regra da boa-fé objetiva.
- 5.5. Superendividamento: caracterização e propostas de regulamentação.

**6. Consequências do inadimplemento das obrigações.**

- 6.1. Perdas e danos.
- 6.2. Juros.
- 6.3. Cláusula penal.
- 6.4. Arras.

**7. Atos unilaterais.**

- 7.1. Promessa de recompensa
- 7.2. Gestão de negócios
- 7.3. Pagamento indevido
- 7.4. Enriquecimento sem causa

**8. Preferências e privilégios creditórios.**

- 8.1. Responsabilidade patrimonial
- 8.2. *Par conditio creditorum*
- 8.3. Insolvabilidade, insolvência e insolvência civil

AP.



8.4. Preferências e privilégios

8.5. Quadro geral de credores

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Básica:

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Civil*. Vol. 2 (Obrigações). São Paulo: Saraiva, 2010.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil brasileiro*. Vol. 2 (Obrigações). São Paulo: Saraiva, 2010.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo Curso de Direito Civil*. Vol II (Obrigações). São Paulo: Saraiva, 2010.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil brasileiro*. Vol. II (Obrigações). São Paulo: Saraiva, 2010.
- GOMES, Orlando. *Obrigações*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- NORONHA, Fernando. *Direito das obrigações*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RIZZARDO, Arnaldo. *Obrigações*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ROSENVALD, Nelson. *Direito das Obrigações*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. Vol. 2. *Teoria geral das obrigações e Teoria geral dos contratos*. São Paulo: Atlas, 2010.

### Bibliografia Complementar:

- ALMEIDA COSTA, Mário Júlio. *Direito das obrigações*. Coimbra: Almedina, 2008.
- ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas conseqüências*. São Paulo: Saraiva, 1980 (edição esgotada).
- COUTO E SILVA, Clóvis. *A obrigação como processo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- COSTA, Geraldo de Faria Martins da. *Superendividamento: a proteção do consumidor de crédito em direito bancário brasileiro e francês*. São Paulo: RT, 2002.
- TEPEDINO, Gustavo. *Obrigações: estudo na perspectiva civil-constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- FERREIRA, Keila Pacheco. *Abuso do direito nas relações obrigacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- LOTUFO, Renan e GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. *A boa-fé objetiva na relação contratual*. São Paulo: Manole, 2004.
- MARQUES, Cláudia Lima e AGUIAR Júnior, Ruy Rosado. *Comentários ao novo Código Civil*. Vol. VI. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- MARQUES, Cláudia Lima e BENJAMIN, Antônio Herman Vasconcellos. *Comentários ao novo Código Civil*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- MARTINS, Fernando Rodrigues. *Princípio da Justiça Contratual*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARTINS-COSTA, Judith. *Comentários ao novo Código Civil*. Vol. V. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- MARTINS-COSTA, Judith. *Comentários ao novo Código Civil*. Vol. V. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

M.

A



- MARTINS-COSTA, Judith e BRANCO, Gerson Luiz Carlos. *Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MENEZES CORDEIRO, Antonio M. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 2005.
- TARTUCE, Flávio. *Direito civil*. São Paulo: Método, 2010.
- VARELA, Antunes. *Das obrigações em geral*. Coimbra: Almedina, 2008.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damásio de Oliveira Couto  
Coordenador do Curso de Direito  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Almeida  
Diretor da Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** DIREITO PENAL I

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 3º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

90 h

0 h

90 h

**OBRIGATÓRIA:** (X) **OPTATIVA:** ( )

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria do Direito, Teoria da Constituição, Direitos Fundamentais, Hermenêutica e Teoria da Argumentação Jurídica.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral:**

Construir em conjunto com o discente a capacidade necessária para compreender a Parte Geral do Direito Penal (especialmente sobre o papel que o Direito Penal realiza no Estado Democrático de Direito e sobre os fundamentos da Teoria do Delito), proporcionando-lhe as condições instrumentais imprescindíveis para o aprofundamento teórico e prático da atividade jurídico-penal.

**Objetivos Específicos:**

- Proporcionar ao discente uma visão propedêutica do Direito Penal preparando-o para compreender suas teorias construtivas e sua evolução no tempo e no espaço.
- Estudar os conceitos gerais da ciência jurídico-penal em conjunto com a análise dos artigos que formam a Parte Geral do Código Penal brasileiro, compreendida entre os artigos 1º ao 31.
- Fornecer ao discente o aparato científico necessário para o desenvolvimento do raciocínio jurídico-penal, com o escopo de tornar mais claro o entendimento dos tipos penais estudados na Parte

*M.*  
*[Signature]*  
1

Especial do Código e na Legislação Extravagante.

### EMENTA

Introdução do Estudo do Direito Penal. Evolução Histórica. Doutrinas e Escolas Penais. A Lei Penal. Do Tipo Legal do Crime. Eficácia da Lei Penal no Tempo. Eficácia da Lei Penal no Espaço. Eficácia da Lei Penal com relação às pessoas. Teoria do Crime. Fato Típico. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de Pessoas.

### DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

#### **1 Introdução do Estudo do Direito Penal.**

- 1.1 Noções Preliminares;
- 1.2 O Direito Penal como meio de controle social.
- 1.3. O Direito Penal em sentido objetivo e em sentido subjetivo
- 1.4. A pena e as medidas de segurança como componentes do Direito Penal.

#### **2 A teoria das normas jurídico-penais.**

- 2.1. Conceito de norma jurídico-penal.
  - 2.1.2. Norma primária e norma secundária.
  - 2.1.3. Normas de valoração ou normas de determinação
  - 2.1.4. Fontes Formais e Materiais; Imediatas e Mediatas;
  - 2.1.5. Classificação e características das Normas Penais;
  - 2.1.6. Da Norma Penal em Branco;
- 2.2. Eficácia da Lei Penal no Tempo.
  - 2.2.1. Vigência e Princípios da Lei Penal no tempo;
  - 2.2.2. "Lex gravior". Irretroatividade absoluta;
  - 2.2.3. Fixação da lei aplicável pelo tempo do crime. A combinação de leis;
  - 2.2.4. "Abolitio criminis";
  - 2.2.5. Leis temporárias e excepcionais. Ultra-atividade;
  - 2.2.6. Contagem de Prazo.
- 2.3. Eficácia da Lei Penal no Espaço e com Relação às Pessoas.

*[Handwritten signature]*  
2

- 2.3.1. Princípios de Direito Penal Internacional (da territorialidade ou do pavilhão, da nacionalidade, da defesa ou real, da justiça penal universal, da representação);
- 2.3.2. Teorias do Lugar do Crime (adotada no C. P.);
- 2.3.3. Regra "Non bis in idem";
- 2.3.4. Vigência da Lei Penal em Relação às Pessoas.
- 2.4. Conflito Aparente de Normas.
  - 2.4.1 Critérios de resolução; Especialidade; Subsidiariedade; Consunção;
- 2.5. Direito Penal e Estado Democrático de Direito. Os limites do *ius puniendi*
  - 2.5.1. O Estado Democrático de Direito como limite do *ius puniendi*
  - 2.5.2. A teoria do garantismo penal.
  - 2.5.3. Os princípios gerais do Direito Penal.
  - 2.5.4. A função do Direito Penal no Estado Democrático de Direito
- 2.6. As teorias dos fins da pena.

### **3. O desenvolvimento epistemológico do Direito Penal**

- 3.1 As sociedades primitivas e a punição;
- 3.2 O Iluminismo e as idéias penais;
- 3.3. As 3 (três) Escolas Penais italianas.
  - 3.3.1. Os postulados filosóficos-penais da Escola Clássica;
  - 3.3.2. Escola Positivista ou Científica (Lombroso, Garófalo, e Ferri);
- 3.4. O Tecnicismo Penal e outros movimentos penais
  - 3.4. A dogmática penal alemã
    - 3.4.1. O positivismo clássico ou naturalista alemão. As idéias de Binding, von Liszt e Beling. Contribuições para a teoria do delito e da pena.
    - 3.4.2. O positivismo neoclássico ou neokantismo. As Escolas Penais de Malburg e Baden. As idéias de Frank, Max Ernest Mayer, Frank e Mezger. Contribuições para a teoria do delito e da pena.
    - 3.4.3. O Irracionalismo alemão. O nacionalsocialismo e o Direito Penal do autor.
    - 3.4.4. O Finalismo. A concepção estrutural de Welzel. Os postulados filosóficos e psicológicos de Welzel. Contribuições para a teoria do delito e da pena.
    - 3.4.5. O Funcionalismo. A superação do ontologismo. As estruturas penais de Roxin e Jakobs e a influência destas na reformulação da teoria do delito.

AP.  
3

#### **4. Teoria do delito**

4.1. O significado da teoria do delito;

4.1.2. A teoria do delito no Direito Penal de um Estado Democrático de Direito

4.1.3. Linhas gerais da teoria do delito e a influência que cada metodologia gerou na formação da atual dogmática penal.

4.1.4. Os sistemas bipartido, tripartido e quadripartido e sua influência para o conceito de delito.

4.1.4.1. Os conceitos formal, material e analítico de delito;

4.1.4.2. Sujeitos do delito. Objetos jurídico e Material.

4.2. A antijuridicidade penal

4.2.1. Elementos gerais da antijuridicidade penal;

4.2.2. Antijuridicidade penal formal e material

4.2.2.1. O conteúdo material da antijuridicidade penal no Direito Penal de um Estado Democrático de Direito

4.2.3. Evolução histórica do conceito de antijuridicidade. Do bem jurídico individual ao supraindividual,

4.2.4. O bem jurídico. Desenvolvimento epistemológico.

4.2.4.1. O Direito Penal protege bens jurídicos?

4.2.5. As teorias que relacionam a antijuridicidade e a tipicidade e a sua importância.

4.2.6. Análise das causas justificantes legais e supralegais.

4.2.6.1. As causas em espécie.

4.3. A tipicidade penal

4.3.1. A tipicidade objetiva e a tipicidade subjetiva.

4.3.2. A tipicidade objetiva.

4.3.2.1. O comportamento humano (a ação) como elemento do delito

4.3.2.1.2 A evolução histórico-dogmática do conceito de ação ou comportamento humano

4.3.2.1.3. A evolução histórico-dogmática do conceito de omissão

4.3.2.1.4. Ação e omissão em casos-limite

4.3.2.1.5 Espécies:: omissão pura e comissão por omissão

4.3.2.2. O resultado

4.3.2.2.1. Teorias do resultado.

4.3.2.3. Teorias da causalidade. Evolução e aplicação.

4.3.2.3.1. A teoria da imputação objetiva. Análise. Elementos e aplicação.

- 4.3.3. O tipo doloso de comportamento
  - 4.3.3.1. Teorias do dolo. Desenvolvimento.
  - 4.3.3.1. Elementos do dolo.
  - 4.3.3.2. Espécies do dolo
  - 4.3.3.3. A parte objetiva do tipo doloso: nexo de causalidade e imputação objetiva
  - 4.3.3.2. O tipo imprudente
    - 4.3.3.2.1. Elementos do tipo imprudente
    - 4.3.3.2.2. Espécies e classificação do tipo imprudente;
    - 4.3.3.2.3. Delito imprudente e imputação objetiva.
  - 4.3.4. As causas excludentes da tipicidade. Os princípios da adequação social e da insignificância.
- 4.4. A responsabilidade penal
  - 4.4.1. Evolução histórica-dogmática do conceito de culpabilidade. Teorias.
  - 4.4.2. Elementos da culpabilidade.
    - 4.4.2.1. Culpabilidade e redução da idade penal.
    - 4.4.3. Culpabilidade e necessidade preventiva de pena enquanto elementos da responsabilidade penal;
      - 4.4.3.1. As funções da culpabilidade para o sistema finalista e para o funcionalismo. O Estado Democrático de Direito.
      - 4.4.3.2. O conteúdo material da culpabilidade. A crise da culpabilidade. Teorias.
      - 4.4.3.3. Exigências e necessidades preventivas de pena.
    - 4.4.4. Causas exculpantes da culpabilidade legais e supralegais
      - 4.4.4.1. As causas exculpantes legais e supralegais e os respectivos elementos da culpabilidade
      - 4.4.4.2. Causas constitucionais de exculpação da responsabilidade.
- 5. Responsabilidade penal da pessoa jurídica**
  - 5.1. Argumentos político-criminais favoráveis;
  - 5.2. Argumentos dogmáticos contrários;
  - 5.3. Argumentos dogmáticos favoráveis;
  - 5.4. A legislação brasileira
- 6. Tentativa e consumação.**
  - 6.1. Teorias da tentativa.
  - 6.2. Espécies de tentativa. A tentativa inidônea.
  - 6.3. Consumação. Espécies.

6.4. A desistência voluntária e o arrependimento eficaz

6.5. O arrependimento posterior.

**7. Concurso de pessoas.**

7.1. Autoria. Conceito. Teorias e espécies de autor.

7.2. Participação. Conceito e espécies.

7.3. Circunstâncias.

7.4. Punibilidade

**BIBLIOGRAFIA**

**BÁSICA**

BACIGALUPO, Enrique. **Direito penal – parte geral**. Trad. André Estefan. São Paulo : Malheiros, 2005, 574 p., ISBN: 8574206768

MIR PUIG, Santiago. **Direito penal. Fundamentos e teoria do delito**. Trad. Cláudia Viana Garcia e José Carlos Porciúncula Neto. São Paulo : RT, 2007, 444 p. ISBN: 978-85-203-3116-3

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**, v. 1: parte geral. 9. ed. São Paulo: RT, 2010. 688 p. ISBN: 978-85-203-3613-7

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal – parte geral**. 3.ª ed. Rio de Janeiro : Lumen, 2007. ISBN: 9788537501825

**COMPLEMENTAR**

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução livre. Editoras e edições livres.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão – Teoria do garantismo penal**. 3. ed. São Paulo : RT, 2010

GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA PABLOS DE MOLINA, Antonio e BIANCHINI, Alice. **Direito penal. Introdução e princípios fundamentais**. Vol. 1, 2. ed . São Paulo : RT, 2009, 406 p., ISBN: 978-85-203-3410-2

\_\_\_\_\_. **Direito penal. Parte geral**. Vol. 2. São Paulo : RT, 2009. ISBN: 978-85-203-3548-2.

MACHADO, Fábio Guedes de Paula. **Prescrição Penal – Prescrição Funcionalista**. São Paulo: RT, 2000.

\_\_\_\_\_. **Culpabilidade no direito penal**. São Paulo : Quartier Latin, 2009.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. 10. ed., rev., atual. Niterói: Impetus, 2008, v.1.

GUNTER, J. **Direito Penal do Inimigo**. Trad. André Luiz Callegari. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

JAKOBS, Günther. **Tratado de Direito Penal – Teoria do injusto e culpabilidade**. Belo Horizonte ; Del Rey

NUCCI, G. de S. **Código Penal Comentado**. 8. ed., rev., atual., ampl.. São Paulo: RT, 2008.

REALE JR. Miguel. **Instituições de direito penal: parte geral: vol. 1**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ROXIN, Claus. **Derecho penal – parte general, tomo I – Fundamentos. A estrutura da teoria do delito**. Trad. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y Garcia Conlledo e Javier de Vicente Remesal, da 2.ª ed. alemã, Madrid : Civitas, 1997.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Direito penal supra-individual – interesses difusos**. São Paulo: RT, 2003.

\_\_\_\_\_. **Direito penal econômico como Direito Penal de Perigo**. São Paulo: RT, 2006

SOUZA, Luciano Anderson de. **Expansão do direito penal e globalização**. São Paulo: Quartien Latin, 2007.

TAVARES, Juarez. **Teoria do injusto penal**. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 403 p. ISBN 85-7308-528-2

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 384 p. ISBN 85-0200-785-8

WELZEL, Hans. **O novo sistema jurídico-penal**. 2. ed. Trad. Luiz Régis Prado. São Paulo : RT, 2009, p. 166, ISBN: 978-85-203-3560-4.

## APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. M. Heloísa Damás de Oliveira Carneiro  
Coordenadora da FACULDADE DE DIREITO  
PROF. VACCARONE ASSIS  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agnaldo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
PROF. VACCARONE ASSIS  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 3º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( x ) OPTATIVA: ( )

60 h

0 h

60 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Teoria do Direito

CÓ-REQUISITOS: Organização do Estado e dos Poderes.

OBJETIVOS

Fornecer para o aluno, através do estudo dos princípios e das regras fundamentais do Direito Processual, uma visão unitária do processo, abordando, ao mesmo tempo, as peculiaridades diferenciadoras dos vários ramos deste instituto, contribuindo, assim, para o seu melhor aproveitamento nos estudos posteriores das disciplinas de Direito Processual.

EMENTA

1. Princípios Gerais de Direito Processual
2. Jurisdição
3. Ação
4. Processo

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. GENERALIDADES

- Sociedade e Tutela Jurídica: os conflitos e insatisfações; a função estatal pacificadora; meios alternativos de pacificação social.
- O processo e o direito processual: denominação e âmbito, visão dogmática e sistemática dos vários ramos processuais.
- Evolução Histórica do Direito Processual.
- O processo e a Constituição Federal de 1988: exame das garantias do cidadão em face das garantias processuais constitucionais.

- Princípios Informativos do Direito Processual: Princípio Econômico; Princípio Político; Princípio Jurídico; Princípio Lógico.
- Princípios Constitucionais do Direito Processual: Garantias Gerais; a Garantia da Coisa Julgada; os Princípios Constitucionais do Processo Penal; os Princípios Constitucionais do Processo Civil; Aplicação dos Princípios Constitucionais nos Direitos Administrativo, Tributário, Constitucional.
- Norma Processual: Objeto e Natureza jurídica; Norma Jurídica; Normas Cogentes e Dispositivas; Norma Processual e Norma Substancial.
- Fontes da Norma Processual: Competência para legislar sobre os diversos ramos do Direito Processual; Normas Processuais na Constituição federal; Outras Normas Constitucionais que versam sobre matéria Processual; Fontes Subsidiárias da Norma Processual.
- Eficácia da Lei Processual no Espaço e no Tempo: Dimensões da Norma Processual; Eficácia da Norma Processual no Espaço; Eficácia da Norma Processual no Tempo.
- Interpretação da Lei Processual: Métodos e Resultados; Integração da Lei Processual.

## 2. JURISDIÇÃO

- Jurisdição: Conceito; Escopo Jurídico de Atuação do Direito; Jurisdição, Legislação e Administração; Princípios Fundamentais; Extensão da Jurisdição; Poderes Inerentes à Jurisdição.
- Espécies de Jurisdição: Unidade da Jurisdição; Jurisdição Penal, Civil, Administrativa, Tributária, Trabalhista, Constitucional; Jurisdição Especial ou Comum; Jurisdição Superior ou Inferior.
- Limites da Jurisdição: Generalidades; Limites Internacionais; Limites Internacionais de Caráter Pessoal; Limites Internos.
- Poder Judiciário - Funções, Estrutura e Órgãos: Conceito; Funções do Poder Judiciário e Função Jurisdicional; Órgãos da Jurisdição.
- O Poder Judiciário e suas Garantias: a Independência do Poder Judiciário; as Garantias do Poder Judiciário como um todo; as Garantias dos Magistrados; Garantias de Independência; Impedimentos como Garantia de Imparcialidade.
- Organização Judiciária - Nacional e Estaduais: Conceito; Competência Legislativa; Conteúdo da Organização Judiciária; Magistratura; Duplo Grau de Jurisdição; Composição dos Juízos; Divisão Judiciária.
- Serviços Auxiliares da Justiça: órgãos principais e Órgãos auxiliares da Justiça; Auxiliares Permanentes e Eventuais da Justiça; Fé-Pública.
- O Advogado, o Defensor Público e o Ministério Público: Noções Gerais; Estrutura; Breve análise de suas atribuições.
- Competência: Conceito; Distribuição da Competência; Órgãos Judiciários Diferenciados; Dados referentes à Causa; Dados referentes ao Processo; Prorrogação da Competência; Causas de Prorrogação da Competência; Prorrogação da Competência e Prevenção; Conexão de causas; Continência de Causas; *Perpetuatio Jurisdictionis*; Conflito de Competência.

## 3. AÇÃO

- Ação e Exceção: Conceito e Natureza Jurídica; Teorias da Ação; Ação no Pólo Ativo e no Pólo Passivo da relação jurídico-processual.
- A Ação e o Sistema Processual Brasileiro: Noções Gerais; Elementos da Ação: Partes, Pedido e Causa de Pedir; Fundamento Jurídico e Fundamento Legal.
- Condições da Ação: Noções Gerais; Interesse de Agir, Legitimidade para a Causa e Possibilidade Jurídica do Pedido.
- Classificação das Ações: Noções Gerais; Ação Declaratória; Ação Constitutiva; Ação

AL.



Condenatória; Ação Mandamental. Ações de Conhecimento, de Execução e Cautelar.

- Ação Declaratória: Espécies e Funções; A Ação Declaratória e seus problemas práticos - Declaratória e Violação do Direito; Declaratória e mero fato; Ação Declaratória e Reconvenção; Declaratória e Cumulação de Ações; Declaratória e Falsidade de Documento; A Ação Declaratória Incidental.

#### 4. PROCESSO

- Processo: Processo e Procedimento; Teorias sobre a Natureza Jurídica do Processo; Natureza Jurídica do Processo; Relação Jurídica Processual e Relação Material; Sujeitos da Relação Processual; Objeto da Relação Processual; Características da Relação Processual; Autonomia da Relação Processual; Início e Fim do Processo.
- Sujeitos do Processo: Generalidades; o Juiz; Autor e Réu; Litisconsórcio; Intervenção de Terceiro; o Advogado; o Defensor Público; o Ministério Público.
- Espécies de Processo e de Procedimento: Classificação de Processos; Processo de Conhecimento; Sentença Meramente Declaratória; Sentença Condenatória; Sentença Constitutiva; Efeitos da Sentença; Coisa Julgada; Processo e Provimento Executivo; Sobre a Execução Penal; Processo Cautelar.
- Pressupostos Processuais: A Relação Jurídica Processual; Pressupostos Processuais da existência da Relação Jurídica Processual; Requisitos da Validade da Relação Jurídica Processual; Pressupostos Processuais Negativos.
- Formas Processuais - Procedimento: O Sistema da Legalidade das Formas; as Exigências quanto à Forma; o Lugar dos Atos do Procedimento; O Tempo dos Atos do Procedimento; o Modo do Procedimento e dos seus Atos; O Modo da Linguagem do Procedimento; o Modo da Atividade e do Impulso Processual no Procedimento.

Atos Processuais - Classificação, forma e nulidades; Noções Gerais; Fatos e Atos Processuais; Classificação dos Atos Processuais; Atos Processuais do Juiz, das Partes, dos Auxiliares da Justiça; Atos Processuais Simples e Complexos; Documentação do Ato Processual; Inobservância da Forma; Nulidade e Decretação da Nulidade; Nulidade Absoluta e Nulidade Relativa; Inexistência do Ato Processual; Convalidação do Ato Processual.

#### BIBLIOGRAFIA

##### Bibliografia Básica:

**CALMON DE PASSOS**, Joaquim José. *Democracia, Participação e Processo*. In: Participação e Processo. Coordenação: Ada P. Grinover, C.R. Dinamarco e Kazuo Watanabe. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

**CAPPELLETTI**, Mauro & **GARTH**, Bryant. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1988.

**CINTRA**, Antônio Carlos Araújo; **GRINOVER**, Ada Pellegrini & **DINAMARCO**, Cândido R. *Teoria Geral do Processo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

**COELHO**, Fábio Alexandre. *Teoria Geral do Processo*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

**CRUZ**, José Raimundo Gomes da. *Estudos sobre o Processo e a Constituição Federal*. São Paulo: Saraiva, 1993.

**DINAMARCO**, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

*Fundamentos do Processo Civil Moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

AL-



- FARIA**, José Eduardo. *Justiça e Conflito: os juizes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- FERREIRA FILHO**, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Federal*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GREGO FILHO**, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Tutela Constitucional das Liberdades*. São Paulo: Saraiva, 1989.
- GRINOVER**, Ada Pellegrini. *Novas Tendências do Direito Processual*. Rio de Janeiro, 1990.
- LIMA**, Alcides de Mendonça. *Os Princípios Informativos no código de Processo Civil*. In: Revista Forense. Vol. 295.
- MIRABETE**, Júlio Fabbrini. *Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2006.
- NERY JÚNIOR**, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- PAIXÃO JÚNIOR**, Manuel Galdino. *Teoria Geral do Processo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- PAULA**, Jônatas Luiz Moreira de. *Teoria Geral do Processo*. Barueri/SP: Manole, 2004.
- ROCHA**, José de Albuquerque. *Teoria Geral do Processo*. São Paulo: Atlas, 8ª ed. 2006.
- ROSA**, Eliézer. *Novo Dicionário de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.
- SCHLICHTING**, Arno Melo. *Teoria Geral do Processo: Concreta – Objetiva – Atual*. Florianópolis/SC: Momento Atual, 2ª ed., 2004.
- TUCCI**, Rogério Lauria & **TUCCI**, José Rogério Cruz e. *Constituição de 1988 e Processo*. São Paulo: Saraiva, 2002.

#### **Bibliografia Complementar:**

- ARRUDA ALVIM**, José Manoel de. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. I e II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- ASSIS**, Jacy de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. II, Tomo II. Rio de Janeiro: Ed. Belo Horizonte, 1979.
- AZEVEDO**, Plauto Faraco de. *Crítica à Dogmática e Hermenêutica Jurídica*. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1989.
- BANDEIRA DE MELO**, Celso Antônio. *Elementos de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BARBI**, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. I. 7ª ed. Rio de Janeiro, 1992.
- BASTOS**, Celso Ribeiro. *A Função Jurisdicional dentro dos Poderes do Estado*. In: O Poder Judiciário e a Nova Constituição. Porto Alegre: Ajuris, 1985.
- BEDAQUE**, José Roberto dos Santos. *Direito e Processo: Influência do direito material sobre o processo*. São Paulo: Malheiros, 1995.
- CARRAZZA**, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 1993.
- COQUEIJO COSTA**, Carlos. *Princípios de Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: LRT, 1976.
- DINAMARCO**, Cândido Rangel. *Execução Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- DI PIETRO**, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 1992.
- MARINONI**, Luiz Guilherme. *Novas Linhas do Processo Civil: O acesso à Justiça e os institutos fundamentais do direito processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- MEIRELLES**, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- MIRABETE**, Júlio Fabbrini. *Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MONTENEGRO FILHO**, Misael. *Curso de Direito Processual Civil, Vol. I, II e III*. São Paulo:

AP.

★



Atlas, 2006.

**NASCIMENTO**, Amaury Mascaro. *Elementos de Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2005.

**SANTOS**, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva, 2008.

**SILVA**, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

\_\_\_\_\_. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2008.

**THEODORO JÚNIOR**, Humberto. *Curso de Direito Processual*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

**TOURINHO FILHO**, Fernando da Costa. *Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2006.

**TUCCI**, Rogério Lauria & **TUCCI**, José Rogério Cruz e. *Devido Processo Legal e Tutela Jurisdicional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

**WATANABE**, Kazuo. *Da Cognição no Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

### APROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Melvécio Damasceno de Oliveira  
Coordenador do Curso  
Carimbo e Assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agostinho Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
PROF. JAYR DE ASSIS  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. Nº 439/09



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL I

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 4º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( X )

OPTATIVA: ( )

60 h

0 h

60 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I e II.

CÓ-REQUISITOS: Direito Civil III.

OBJETIVOS

Ao final da disciplina o estudante será capaz de: estabelecer, do ensino aprendizagem, condições favoráveis para que disponha de conhecimentos científicos, para o acompanhamento e execução de serviços, das áreas de Direito Empresarial e Cambiário.

EMENTA

1. Teoria Geral do Direito Empresarial. 2. Obrigações comuns aos empresários. 3. Teoria geral dos títulos de crédito. 4. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. 5. Letra de câmbio. 6. Nota promissória. 7. Cheque. 8. Duplicatas. 9. Títulos impróprios. 10. Ação cambial.

DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO

1. Origem e evolução histórico-legislativa da disciplina
  - 1.1. A regulação dos atos comerciais na Idade Média
  - 1.2. A atuação das corporações de ofício
  - 1.3. A Revolução Francesa e a codificação dos atos de comércio (1804)

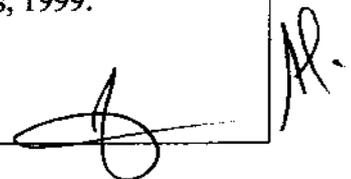
Handwritten signature and initials.

- 1.4. A teoria dos atos do comércio no Código Comercial Brasileiro (1850)
- 1.5. Os Tribunais do Comércio e a regulação processual comercial (Reg. 737/1850)
- 1.6. A transição - Do Direito Comercial (1850) ao Direito de Empresa (2002)
2. A formação da relação jurídico-empresária
  - 2.1. Identificação do sujeito de Direito Comercial
  - 2.2. Requisitos para o exercício da empresa: capacidade e impedimentos
  - 2.3. Obrigações comuns aos empresários regulares
  - 2.4. A Constituição jurídica do empresário
3. Formação e proteção do estabelecimento empresarial
  - 3.1. Estabelecimento empresarial e fundo de empresa
  - 3.2. Elementos do estabelecimento empresarial
  - 3.3. Os bens do empresário
  - 3.4. A defesa do ponto empresarial e a relação locatícia
  - 3.5. Os bens da propriedade industrial
  - 3.6. Nome empresarial
  - 3.7. Título do estabelecimento
4. Títulos de Crédito
  - 4.1. Conceito de títulos de crédito
  - 4.2. Princípios de direito cambiário (literalidade, cartularidade e autonomia)
  - 4.3. Natureza da obrigação cambial
  - 4.4. Classificação dos títulos de crédito
  - 4.5. A informática no direito cambiário
  - 4.6. Constituição e exigibilidade do crédito cambiário
  - 4.7. Emissão
  - 4.8. Aceite
  - 4.9. Endosso
  - 4.10. Aval
  - 4.11. Vencimento
  - 4.12. Pagamento
  - 4.13. Protesto
  - 4.14. Ação cambial
  - 4.15. Letra de câmbio
  - 4.16. Nota promissória
  - 4.17. Duplicatas
  - 4.18. Cheque
  - 4.20. Títulos impróprios

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

- ALMEIDA, Amador Paes de. *Títulos de Crédito*. São Paulo: Saraiva, 21ª ed., 2002.
- ASCARELLI, Tullio, *Teoria geral dos Títulos de Crédito*. Campinas: Red Livros, 1999.
- BORGES, João Eunápio. *Títulos de Crédito*. Rio: Forense, 2ª. ed., 1983.
- BULGARELLI, Waldirio. *Títulos de Crédito*. São Paulo: Atlas, 18ª. ed., 2001.





COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 3 Vol., 2009.

COSTA, Wille Duarte. *Títulos de crédito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

**Bibliografia complementar:**

FERREIRA, Waldemar. *Tratado de Direito Comercial*. São Paulo :Saraiva, 1965..

GALGANO, Francesco. *Trattato di Diritto Commerciale*. Padova :CEDAM, 13 Vol, 1990.

LUCCA, Newton de. *Títulos de Crédito*. São Paulo: Pioneira Ed., 1979.

MARTINS, Fran. *Títulos de Crédito*. Rio: Forense. Vol. II, 10ª ed.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Cambiário*. Campinas: Bookeller, 4 Vol., 2000.

MOURA, Geraldo Bezerra de. *Curso de Direito Comercial*. Rio: Forense, 2ª. ed., 2001.

OLIVEIRA, Hilário de. *Títulos de créditos*. São Paulo: Pillaree 2006.

PAZ-ARES, Candido. *Naturaleza jurídica de la letra de cambio*. Madrid: Fundacion Beneficentia, 2005.

PIRES, José Paulo Leal Ferreira. *Títulos de Crédito*. São Paulo: Malheiros, 2ª. ed., 2001.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. Saraiva: São Paulo, v. I

RESTIFFE Paulo Sérgio e Outro. *Lei do Cheque*. São Paulo: Rev.Trib., 4ª ed., 2000.

ROSA Jr, Luiz Emygdio Franco da. *Títulos de Crédito*. Rio: Renovar, 2009.

SIDOU, J.J. Othon. *Do cheque*. Rio: Forense, 4ª. Ed., 2000.

VERÇOSA Haroldo Malheiros Duclerc. *Curso de Direito Comercial*. V. 1. São Paulo: Malheiros, 2004.

APROVADO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia:  
Prof. Ms. Helécio Demis de Oliveira  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia:  
Prof. Dr. Aquilino Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. Nº 135/10



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Processual Civil I

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 4º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( x )

OPTATIVA: ( )

90 h

0 h

90 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Teoria Geral do Processo;  
Direito Civil I; Teoria do Direito.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

- Estabelecer os direitos, deveres e responsabilidades das partes e seus procuradores, do juiz, dos intervenientes, do Ministério Público dos serventuários e demais auxiliares da justiça dentro do processo.
- Compreender a competência e os atos processuais no âmbito do processo civil.
- Enfatizar os casos de formação, suspensão e resolução do processo com ou sem análise de mérito.

EMENTA

Processo de Conhecimento: Da jurisdição e da ação; Das partes e dos procuradores; Do Ministério Público; dos Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça; Dos atos processuais, da Formação suspensão e extinção do processo.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

- 01 - Da jurisdição e da ação
- 02 - Da capacidade processual
- 03 - Dos deveres das partes e seus procuradores
- 04 - Da substituição das partes e dos procuradores
- 05 - Do litisconsórcio e da assistência

- 06 - Das intervenções de terceiros
- 07 - Do Ministério Público
- 08 - Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça
- 09 - Dos atos processuais
- 10 - Da formação, suspensão e extinção do processo

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

NEGRÃO, Theotônio; GOUVÊA, José Roberto Ferreira. *Código de processo civil e legislação processual civil em vigor*. São Paulo: Saraiva.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. V. 1. São Paulo: Saraiva.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. V. 1. Rio de Janeiro: Forense.

### Bibliografia complementar:

ALVIM, José Manuel de Arruda. *Manual de direito processual civil*. V. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. V. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*. V. 1. Salvador: Jus Podivm, 2008.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. V. 1 e 2. São Paulo: Saraiva.

MONTEGRO FILHO, Mizael. *Curso de direito processual civil*. V. 1. São Paulo: Atlas, 2008.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. V. 1 e 2. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Ovídio Araujo Baptista da. *Curso de processo civil*. V. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (coord). *Curso avançado de processo civil*. V. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais.

## APROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damasceno  
Coord. de Curso da Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agivaldo Alemar  
Diretor da Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. Nº 733/08



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR**

<b>CÓDIGO:</b> GDR019	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> FACULDADE DE DIREITO	<b>SIGLA:</b> FADIR	
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 90	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>	<b>CH TOTAL:</b> 90

**OBJETIVOS**

Possibilitar ao aluno compreender os institutos fundamentais e de aplicação geral para todo o processo civil, proporcionando-lhe uma visão sistêmica de tal processo. Para tanto, abordará suas normas fundamentais, a aplicação da norma processual, a função jurisdicional, a competência interna e cooperação internacional, os sujeitos do processo, o litisconsórcio e a intervenção de terceiros, o juiz e os auxiliares da justiça, entre outros, os atos processuais, as nulidades e a formação, extinção e suspensão do processo, proporcionando, assim, uma necessária preparação para o avanço no estudo dessa área do conhecimento jurídico.

**EMENTA**

Das normas fundamentais do processo civil. Da aplicação das normas processuais. Da função jurisdicional. Da competência interna. Da cooperação internacional. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Do juiz e dos auxiliares da justiça. Do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública. Dos atos processuais. Das nulidades. Distribuição, registro e valor da causa. Da formação, extinção e suspensão do processo.

**PROGRAMA**

1. Das normas fundamentais do processo civil
2. Da aplicação das normas processuais
3. Da função jurisdicional
  - 3.1- Jurisdição e ação
  - 3.2- Jurisdição nacional e cooperação internacional
4. Competência interna
  - 4.1- Disposições gerais
  - 4.2- Da modificação de competência
  - 4.3- Da incompetência
5. Da cooperação internacional
6. Sujeitos do processo
  - 6.1- Capacidade processual
  - 6.2- Deveres das partes e seus procuradores
  - 6.3- Dos procuradores
  - 6.4- Sucessão das partes e procuradores
7. Do litisconsórcio
8. Da intervenção de terceiros: assistência, denunciação à lide, incidente de descon sideração da personalidade jurídica, *amicus curiae*
9. Do juiz e dos auxiliares da justiça
  - 9.1 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz
  - 9.2 Impedimento e suspeição
  - 9.3 Auxiliares da justiça
10. Do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública
11. Dos atos processuais
12. Das nulidades
13. Da distribuição, registro e valor da causa
14. Da formação, suspensão e da extinção do processo

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo de Civil**. São Paulo: RT, 2015.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Salvador: Juspodium, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCATO, Antônio Carlos. **Procedimentos Especiais**. São Paulo: Atlas, 2015.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.

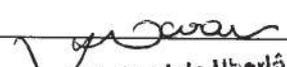


SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2015.

### APROVAÇÃO

  
Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso  
Prof. Ms. Maria Tereziinha Tavares  
Coordenadora de Graduação da Faculdade de Direito  
"Prof. Jacy de Assis" - Portaria R nº. 698/2025

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dra. Simone Silva Prudêncio  
Diretora Subs. da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
(que oferece o componente curricular)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** DIREITO CIVIL III

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** Faculdade de Direito

**PERÍODO/SÉRIE:** 4º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**  
60 horas

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**  
0

**CH TOTAL:**  
60 horas

**OBRIGATÓRIA:** (X) **OPTATIVA:** ( )

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Direito Civil I e II.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Compreender a Teoria Geral dos Contratos e ter noções sobre os Contratos em Espécie.

**EMENTA**

Teoria Geral dos Contratos. Contratos em Espécie.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

**PARTE I - TEORIA GERAL DE CONTRATO**

**CAPÍTULO I - CONCEITUAÇÃO DE CONTRATO**

**SEÇÃO I - O CONTRATO COMO NEGÓCIO JURÍDICO**

**SEÇÃO II - EVOLUÇÃO HISTÓRICA**

**SEÇÃO III - REGIMES CONTRATUAIS NO DIREITO BRASILEIRO**

**CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO CONTRATUAL**

**SEÇÃO I - PRINCÍPIO DA BOA-FÉ**

**SEÇÃO II - PRINCÍPIO DA EQUIDADE CONTRATUAL OU EQUILÍBRIO CONTRAPRESTACIONAL E SEUS COROLÁRIOS**

AL.

SEÇÃO III - PRINCÍPIO DA FORÇA OBRIGATÓRIA  
SEÇÃO IV - PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS EFEITOS DO CONTRATO  
SEÇÃO V - A AUTONOMIA DA VONTADE (LIBERDADE CONTRATUAL) E A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO  
SEÇÃO VI - PRINCÍPIO DO CONSENSUALISMO

**CAPÍTULO III - ELEMENTOS DOS CONTRATOS**

SEÇÃO I - DAS PARTES  
SEÇÃO II - DO OBJETO  
SEÇÃO III - DA FORMA E DA PROVA  
SEÇÃO IV - DO CONSENTIMENTO

**CAPÍTULO IV - DAS GARANTIAS LEGAIS E GERAIS DOS CONTRATOS**

SEÇÃO I - GARANTIA CONTRA VÍCIOS REDIBITÓRIOS (VÍCIOS DE FATO)  
SUBSEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO  
SUBSEÇÃO II - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA EM MATÉRIA REDIBITÓRIA  
SUBSEÇÃO III - PROBLEMATIZAÇÃO  
SEÇÃO II - GARANTIA CONTRA EVICÇÃO (VÍCIO DE DIREITO)

**CAPÍTULO V - CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS**

SEÇÃO I - CLASSIFICAÇÃO QUANTO À NATUREZA DA OBRIGAÇÃO  
SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MODO DE APERFEIÇOAMENTO  
SEÇÃO III - CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO REGRAMENTO  
SEÇÃO IV - CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO TEMPO DE EXECUÇÃO  
SEÇÃO V - CLASSIFICAÇÃO QUANTO À PESSOA DOS CONTRATANTES  
SEÇÃO VI - CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO OBJETO  
SEÇÃO VII - CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LIBERDADE CONTRATUAL  
SEÇÃO VIII - CONTRATOS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS

**CAPÍTULO VI - INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS**

SEÇÃO I - HERMENÊUTICA LEGAL E CONTRATUAL: INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO  
SEÇÃO II - TEORIAS CLÁSSICAS: TEORIA DA VONTADE E TEORIA DA DECLARAÇÃO  
SEÇÃO III - PRINCÍPIOS  
SEÇÃO IV - REGRAS

**CAPÍTULO VII - EXTINÇÃO E REVISÃO DOS CONTRATOS**

SEÇÃO I - EXECUÇÃO  
SEÇÃO II - RESILIÇÃO: VONTADE DAS PARTES  
SEÇÃO III - RESOLUÇÃO E IMPLEMENTO DE CLÁUSULA RESOLUTIVA  
SUBSEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO DE RESOLUÇÃO  
SUBSEÇÃO II - CLÁUSULA RESOLUTIVA  
SUBSEÇÃO III - EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO  
SUBSEÇÃO IV - A REDIBIÇÃO COMO MODALIDADE (EXTINTIVA) DE RESOLUÇÃO  
SUBSEÇÃO V - RESOLUÇÃO (OU REVISÃO) E ONEROSIDADE EXCESSIVA  
SEÇÃO IV - CESSAÇÃO POR MORTE  
SEÇÃO V - EXERCÍCIO DO DIREITO DE ARREPENDIMENTO  
SEÇÃO VI - FALÊNCIA

**PARTE II - DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE**

**CAPÍTULO I - DA COMPRA E VENDA**

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO  
SEÇÃO II - ANÁLISE DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS  
SEÇÃO III - OBRIGAÇÕES DAS PARTES (EFEITOS COMPLEMENTARES)  
SEÇÃO IV - DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA  
SUBSEÇÃO I - DA RETROVENDA  
SUBSEÇÃO II - DA VENDA A CONTENTO E DA VENDA SUJEITA A PROVA  
SUBSEÇÃO III - DA PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA AQUISITIVA  
SUBSEÇÃO IV - DA VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO

A.



SUBSEÇÃO V - DA VENDA SOBRE DOCUMENTOS  
SUBSEÇÃO VI - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA  
SUBSEÇÃO VII - LEASING

CAPÍTULO II - DA TROCA OU PERMUTA  
SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO E DEFINIÇÃO  
SEÇÃO II - OBJETO  
SEÇÃO III - CLASSIFICAÇÃO  
SEÇÃO IV - EFEITOS (ESPECIFICIDADES)  
SEÇÃO V - INADIMPLENTO

CAPÍTULO III - DO CONTRATO ESTIMATÓRIO  
SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO  
SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO  
SEÇÃO III - DIREITOS E DEVERES DO CONSIGNANTE  
SEÇÃO IV - DIREITOS E DEVERES DO CONSIGNATÁRIO  
SEÇÃO V - INADIMPLENTO

CAPÍTULO IV - DA DOAÇÃO  
SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO  
SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO  
SEÇÃO III - ESPÉCIES DE DOAÇÃO  
SEÇÃO IV - RESTRIÇÕES À CAPACIDADE DE DOAR  
SEÇÃO V - INVALIDAÇÃO, RESOLUÇÃO E REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO  
PROMESSA DE DOAÇÃO

CAPÍTULO V - DA LOCAÇÃO DE COISAS  
SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO  
SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO  
SEÇÃO III - ESPÉCIES  
SEÇÃO IV - DIREITOS E DEVERES DO LOCATÁRIO  
SEÇÃO V - DIREITOS E DEVERES DO LOCADOR  
SEÇÃO VI - EXTINÇÃO  
SEÇÃO VII - ASPECTOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO VI - DO EMPRÉSTIMO  
SEÇÃO I - DO COMODATO  
SEÇÃO II - DO MÚTUO

CAPÍTULO VII - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO  
SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO  
SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES  
SEÇÃO IV - EXTINÇÃO  
SEÇÃO V - PARTICULARIDADES

CAPÍTULO VIII - DA EMPREITADA  
SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO  
SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO  
SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES  
SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

CAPÍTULO IX - DO DEPÓSITO  
SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO  
SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO  
SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES  
SEÇÃO IV - ESPÉCIES  
SEÇÃO V - EXTINÇÃO

CAPÍTULO X - DO MANDATO

AL.

SEÇÃO I - DO MANDATO EM GERAL

SEÇÃO II - ESPECIFICIDADES DO MANDATO "AD JUDICIA"

SEÇÃO III - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CAPÍTULO XI - DA COMISSÃO

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

CAPÍTULO XII - DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

CAPÍTULO XIII - DA CORRETAGEM

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

CAPÍTULO XIV - DO TRANSPORTE

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

CAPÍTULO XV - DO SEGURO

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

SEÇÃO IV - ESPÉCIES

SEÇÃO V - EXTINÇÃO

CAPÍTULO XVI - DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

CAPÍTULO XVII - DO JOGO E DA APOSTA

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

CAPÍTULO XVIII - DA FIANÇA

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

CAPÍTULO XIX - DA TRANSAÇÃO

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO

SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

CAPÍTULO XX - DO COMPROMISSO

SEÇÃO I - CONCEITUAÇÃO

AR.

*[Handwritten signature]*



SEÇÃO II - CLASSIFICAÇÃO  
SEÇÃO III - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES  
SEÇÃO IV - EXTINÇÃO

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica**

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, 17. ed. - São Paulo, Saraiva, v. III  
GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – contratos. São Paulo: Saraiva, 2008, vol. IV, tomos I e II.  
GOMES, Orlando. Contratos. 18 ed.. Rio de Janeiro, Forense, 1998.  
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume III: contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva, 2004  
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. 11 ed.. Rio de Janeiro, Forense, 2003, v. III.  
RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. - 2 ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2004.

### **Bibliografia complementar**

ALBERTIN, Alberto Luiz. Comércio eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. São Paulo: Atlas, 2000.  
ALVIM, Agostinho. Da compra e venda e da Troca. Rio de Janeiro: Forense, 1961.  
ALVIM, Agostinho. Da Doação. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1963.  
ASSIS, Araken de. Resolução do contrato por inadimplemento. 3. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.  
ASSIS, Araken de; ANDRADE, Ronaldo Alves de; e ALVES, Francisco Glauber Pessoa. Comentários ao Código Civil Brasileiro, v. 5: do Direito das Obrigações. Coord. Arruda Alvim e Thereza Alvim. Rio de Janeiro: Forense, 2007.  
AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral dos Contratos Típicos e Atípicos. São Paulo: Atlas, 2002.  
BECKER, Anelise. Teoria geral da lesão nos contratos. São Paulo: Saraiva, 2000.  
BEVILAQUA, Clovis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Edição histórica. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1980. TOP  
BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. Princípios e regras de interpretação dos contratos no novo Código Civil. São Paulo : Saraiva, 2002.  
BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Função Social dos contratos: interpretação à luz do Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.  
BRANDÃO, Wilson de Andrade. Lesão e Contrato no Direito Brasileiro. 3 ed. - Rio de Janeiro: Aide Ed., 1991.  
BUSSATTA, Eduardo Luiz. Resolução dos contratos e teoria do adimplemento substancial. São Paulo: Saraiva, 2007  
CAMARGO SOBRINHO, Mário de. Contrato de adesão e a necessidade de uma legislação específica. Campinas: Interlex Informações Jurídicas, 2000.  
CASSETTARI, Christiano. Multa contratual: teoria e prática. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2009.  
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil - São Paulo: Saraiva, volume IV.  
CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e Menezes. *Da boa-fé no Direito Civil*. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.  
COSTA, José Eduardo da. Eviscção nos contratos onerosos: fundamento, natureza e estrutura. São Paulo: Saraiva, 2004.  
DE LUCCA, Newton. Aspectos jurídicos da contratação informática e telemática. São Paulo: Saraiva, 2003.  
DE LUCCA, Newton. Direito e Internet: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2005.  
DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 4. ed. - São Paulo: Saraiva, 2002. (cinco volumes)  
DONNINI, Rogério Ferraz. A revisão dos contratos no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor. - 2ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2001.

- DONNINI, Rogério Ferraz. Responsabilidade pós - contratual no novo Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FONSECA, Arnaldo Medeiros da. Caso fortuito e teoria da imprevisão. 2 ed. - Imprensa Nacional, 1943.
- FRANTZ, Laura Coradini. Revisão dos contratos: elementos para sua construção dogmática. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Função social no Direito civil. São Paulo: Atlas, 2007.
- GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Função Social do contrato: os novos princípios contratuais. São Paulo: Saraiva, 2004.
- GREGORES, Valéria Elias de Melo. Compra e venda eletrônica e suas implicações. São Paulo: Editora Método, 2006.
- JORGE JUNIOR, Alberto Gosson. Cláusulas gerais no novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LARENZ, Karl. Derecho Civil, Parte General. - 3 ed. - Editorial Revista de Derecho Privado, 1978.
- LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. Contratos eletrônicos: validade jurídica dos contratos via internet. São Paulo: Atlas, 2007.
- LISBOA, Roberto Senise. Manual Elementar de Direito Civil. 2 ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, v. III.
- MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor - 4 ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- MARTINS, Fernando R. Estado de perigo no novo Código Civil: uma perspectiva civil constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Fernando Rodrigues. Princípio da Justiça Contratual. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARTINS-COSTA, Judith e BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MENDONÇA, J. X. Carvalho de. Doutrina e Prática das Obrigações. 2 ed. - Rio de Janeiro, s.d., v. II.
- MONTEIRO, Washington de Barros. Direito das Obrigações - 2ª Parte - 33 ed. - São Paulo: Saraiva, 2004.
- MORIN, Gaston. La Révolte du Droit contre le Code - La révisión nécessaire des concepts juridiques. Paris, Sirey, 1945.
- NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. Contrato e sociedade: princípios de direito contratual. Curitiba: Juruá, 2004.
- NEGREIROS, Teresa. Teoria do Contrato: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Direito Civil: alguns aspectos da sua evolução. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Lesão nos Contratos. 2 ed. - Rio de Janeiro, Forense, 1959.
- PRATA, Ana. A tutela constitucional da autonomia da vontade. Coimbra, Almedina, 1982.
- RIPERT, Georges. La Règle Morale dans les Obligations Civiles. Paris, LGDJ, 1949.
- RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. 28 ed. - São Paulo: Saraiva, 2002, v. 3.
- ROSENVALD, Nelson. Dignidade humana e boa-fé no Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SANTOS, Antonio Jeová. Função social do contrato. São Paulo: Editora Método, 2004.
- SERPA LOPES, Miguel Maria de. Curso de Direito Civil. - 4 ed. - São Paulo, Freitas Bastos, 1991, volumes III e IV
- SIDOU, J. M. A revisão judicial dos contratos e outras figuras jurídicas. 2 ed. - Rio de Janeiro: Forense, 1978
- SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. A boa-fé e a violação positiva do contrato. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. Lesão nos contratos eletrônicos na sociedade da informação: teoria e prática da juscibernética ao Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.
- TARTUCE, Flavio. Função Social dos Contratos: do Código de Defesa do Consumidor ao novo Código Civil. São Paulo: Método, 2005.
- THEODORO JR., Humberto. O contrato e seus princípios. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2001.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Contratos em espécie. - 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2004.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2004.
- WALD, Arnoldo. Obrigações e Contratos. 16 ed. - São Paulo: Saraiva, 2004.





**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Dantas de Oliveira  
Coord. de Graduação - FACULDADE DE  
Direção de Assessoria Acadêmica  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**EMENTA DE DISCIPLINA**

DISCIPLINA: DIREITO PENAL II			
CÓDIGO:		UNIDADE ACADÊMICA: FADIR	
PERÍODO/SÉRIE: 4º período		CH TOTAL TEÓRICA: 90 h	CH TOTAL PRÁTICA: 0 h
OBRIGATÓRIA: (X)	OPTATIVA: ( )	CH TOTAL: 90 h	

OBS: o conteúdo programático desmembra alguns itens previstos na ementa da disciplina, tornando seu estudo mais completo e abrangente.

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal I

CÓ-REQUISITOS:

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral:**  
Construir em conjunto com o discente a capacidade necessária para compreender a Parte Geral do Direito Penal (especialmente sobre a Teoria da Pena) e a Parte Especial do Código Penal, proporcionando-lhe as condições instrumentais imprescindíveis para o aprofundamento teórico e prático da atividade jurídico-penal.

**Objetivos Específicos:**

- Proporcionar ao discente uma visão propedêutica da Teoria da Pena no Direito Penal, preparando-o para compreender suas teorias construtivas e sua evolução no tempo e no espaço (arts. 32 ao 120)
- Conduzir o discente à compreensão da estrutura da Parte Especial do Código Penal, e capacitá-lo a adquirir as habilidades necessárias para a análise teórica e prática dos artigos 121 ao 234.
- Fomentar no discente a aplicação do Direito Penal e da Política Criminal como instrumentais para compreensão jurídica dos fenômenos sociais vinculados à criminalidade.
- Compreender a técnica utilizada pelo legislador na construção dos dispositivos penais da Parte Especial do Código.



## EMENTA

Da Aplicação da Sanção Penal. Efeitos da Sentença Penal. Reabilitação. Da Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Introdução ao estudo dos crimes em espécie. Objetos de proteção penal. Tipo legal de crime. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra a dignidade sexual.

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. Conseqüências jurídicas do delito: a pena e a medida de segurança.
  1. Espécies de pena;
    - 1.1. A pena privativa de liberdade. Origens, sistemas e características
      - 1.1.1. Os regimes de reclusão e detenção.
      - 1.1.2. Regras do regime fechado.
      - 1.1.3. Regras do regime semi-aberto.
      - 1.1.4. Regras do regime aberto.
      - 1.1.5. Progressão e regressão. Requisitos.
      - 1.1.6. Exame criminológico.
      - 1.1.7. Detração e remição.
      - 1.1.8. O trabalho permitido.
      - 1.1.9. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).
    - 1.2. Penas Restritivas de Direitos.
      - 1.2.1 Considerações gerais.
      - 1.2.2. Cominação e aplicação das penas alternativas.
      - 1.2.3. Espécies de penas restritivas.
    - 1.3. Pena de Multa ou Pecuniária.
      - 1.3.1. Considerações gerais.
      - 1.3.2. O Direito Penal positivo brasileiro: Cominação e aplicação da pena de multa.
      - 1.3.3. Fase executória da pena pecuniária:

## 2 Aplicação da Sanção Penal.

AL.

2.1 Aplicação da Pena: Individualização da pena.

2.2 Circunstâncias e elementares do crime.

2.3 Circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais: atenuantes e agravantes genéricas:

2.4 Circunstâncias preponderantes no concurso de agravantes e atenuantes.

2.5 Causas de aumento e de diminuição

2.6 Dosimetria da pena.

3. Concurso de Crimes

3.1 Introdução

3.2 Sistemas de aplicação da pena.

3.3 Espécies de concurso de crimes.

3.3.1 Concurso material.

3.3.2 Concurso formal.

3.3.3 Crime continuado.

3.4. Dosimetria da pena no concurso de crimes.

3.5. Erro na execução - *aberratio ictus*: Qualidades da vítima.

3.6. Resultado diverso do pretendido.

3.7 Limite de cumprimento da pena de prisão.

**4 Da Suspensão Condicional da Penal e do Processo.**

4.1 Suspensão Condicional da Pena: Origem e desenvolvimento do instituto.

4.2 Conceito e denominação do instituto.

4.3 Natureza jurídica.

4.4 A suspensão condicional do Direito positivo brasileiro: Requisitos ou pressupostos necessários.

4.5 Espécies de suspensão condicional: Condições do *sursis*.

4.6 O período de prova: Causas de revogação obrigatória.

4.7 Causas de revogação facultativa.

4.8 Prorrogação do período de prova.

4.9 Extinção da pena privativa de liberdade.

4.10 Suspensão Condicional do Processo.

**5 Do Livramento Condicional.**

5.1 Livramento Condicional: Origem e desenvolvimento do livramento condicional.

5.2 Conceito e caracteres da liberdade condicional.

5.3. Natureza jurídica da liberdade condicional.

5.4 Requisitos

5.5. Condições obrigatórias e facultativas

5.6. Causas de revogação do livramento condicional:

5.7. Suspensão do livramento condicional.

5.8. Efeitos de nova condenação.

5.9. Prorrogação do livramento e extinção da pena.

**6 Medidas de Segurança.**

6.1 Considerações introdutórias.

6.2 Diferenças entre pena e medida de segurança.

6.3. Princípio da legalidade.

6.4 Pressupostos ou requisitos para aplicação da medida de segurança.

6.5 Espécies de medidas de segurança.

6.6 Tipos de estabelecimentos. Prescrição e extinção da punibilidade.

6.7 Prazo de duração da medida de segurança.

6.8 Execução, suspensão e extinção da medida de segurança.

6.9 Substituição da pena por medida de segurança.

6.10 Verificação da cessação de periculosidade.

**7 Efeitos da Condenação e Reabilitação.**

7.1 Efeitos da condenação.

8 Reabilitação

8.1. Conceito; condições; requisitos; efeitos e revogação.

**9. Extinção da Punibilidade.**

9.1 Da Extinção da Punibilidade: Considerações gerais.

9.2 Causa extintivas da punibilidade: Morte do agente.

9.3 Anistia, graça e indulto.

9.4 *Abolitio criminis*.

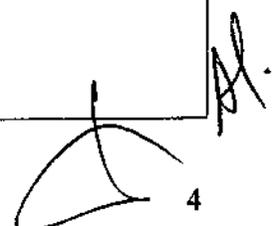
9.5 Prescrição, decadência e preempção.

9.6. Renúncia e perdão.

9.7. Retratação do agente.

9.8 Perdão judicial.

9.9 Prescrição:



4

9.9.1 Considerações introdutórias;

9.9.2 Espécies de prescrição:

9.9.2.1 Prescrição da pretensão punitiva;

9.9.2.2 Prescrição da pretensão punitiva abstrata;

9.9.2.3 Prescrição da pretensão punitiva retroativa;

9.9.2.4 Prescrição da pretensão punitiva intercorrente ou subsequente;

9.9.2.5 Prescrição da pretensão executória.

9.10. Termo inicial da prescrição.

9.10.1 Causas modificadoras do curso prescricional.

9.10.1.1 Suspensão do prazo prescricional.

9.10.2 Novas causas suspensivas da prescrição.

9.10.3 Interrupção do prazo prescricional.

9.10.4 Causas redutoras do prazo prescricional.

9.10.5 Prescrição da pena de multa.

10. Considerações gerais da parte geral e propostas de reforma em curso

**11. Introdução ao Estudo da Parte Especial do Código Penal brasileiro.**

11.1 Considerações Iniciais.

11.2 Objeto da Proteção Penal: o Bem Jurídico.

11.2.1 A objetividade jurídica.

11.3 Do Tipo Penal.

11.3.1 Conceito e Evolução dos Tipos Penais.

11.3.2 Funções do Tipo Penal.

11.3.3 Adequação Típica (tipicidade).

11.3.4 Elementos do Tipo Penal (objetivos, subjetivos e normativos).

11.3.5 Espécies de Tipo Penal.

11.3.6 Classificação Doutrinária dos Crimes.

**12 Dos crimes contra a pessoa.**

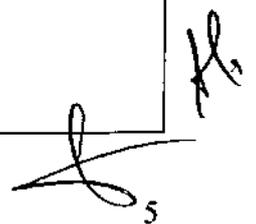
12.1 Crimes contra a vida.

12.1.1 Homicídio.

12.1.2 Participação em suicídio.

12.1.3 Infanticídio.

12.1.4 Aborto.



5

- 12.1.5 Lesões corporais.
- 12.2 Da periclitacão da vida e da saude.
  - 12.2.1 Perigo de contágio venéreo.
  - 12.2.2 Perigo de contágio de moléstia grave.
  - 12.2.3 Perigo para a vida ou saude de outrem.
  - 12.2.4 Abandono de incapaz.
  - 12.2.5 Exposição ou abandono de recém-nascido.
  - 12.2.6 Omissão de socorro.
  - 12.2.7 Maus-tratos.
  - 12.2.8 Rixa.
- 12.3 Dos crimes contra a honra.
  - 12.3.1 Calúnia.
  - 12.3.2 Difamação.
  - 12.3.3 Injúria.
  - 12.3.4 Disposições comuns dos crimes contra a honra.
  - 12.3.5 Ofensa à honra de autoridades públicas.
- 12.4 Dos crimes contra a liberdade individual.
  - 12.4.1 Constrangimento ilegal.
  - 12.4.2 Ameaça.
  - 12.4.3 Sequestro ou cárcere privado.
  - 12.4.4 Redução a condição análoga à de escravo.
- 12.5 Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.
  - 12.5.1 Violação de domicílio.
- 12.6 Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.
  - 12.6.1 Violação de correspondência.
  - 12.6.2 Sonegação ou destruição de correspondência.
  - 12.6.3 Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica.
  - 12.6.4 Correspondência comercial.
- 12.7 Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.
  - 12.7.1 Divulgação de segredo.
  - 12.7.2 Violação do segredo profissional.
- 13 Dos crimes contra o patrimônio.**
  - 13.1 Furto.



- 13.2 Furto de coisa comum.
- 13.3 Roubo.
- 13.4 Extorsão.
- 13.5 Extorsão mediante seqüestro.
- 13.6 Extorsão indireta.
- 13.7 Da usurpação.
- 13.8 Dano.
- 13.9 Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.
- 13.10 Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.
- 13.11 Alteração de local especialmente protegido.
- 13.12 Apropriação indébita.
- 13.13 Apropriação indébita previdenciária (acrescentado pela Lei 9.983, de 14.07.00).
- 13.14 Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.
- 13.15 Apropriação de tesouro.
- 13.16 Apropriação de coisa achada.
- 13.17 Estelionato.
- 13.18 Duplicata simulada.
- 13.19 Abuso de incapazes.
- 13.20 Induzimento à especulação.
- 13.21 Fraude no comércio.
- 13.22 Outras fraudes.
- 13.23 Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedades por ações.
- 13.24 Emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant.
- 13.25 Fraude à execução.
- 13.26 Receptação.
- 13.27 Imunidade relativa.
- 13.28 Exclusão de imunidade e privilégio.
- 14 Dos crimes contra a propriedade imaterial.**
- 14.1 Violação de direito autoral.
- 15 Dos crimes contra a organização do trabalho.**
- 15.1 Atentado contra a liberdade de trabalho.
- 15.2 Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
- 15.3 Atentado contra a liberdade de associação.

AP.  
87

15.4 Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.

15.5 Paralisação de trabalho de interesse coletivo.

15.6 Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola.

15.7 Frustração de direito assegurado por lei trabalhista.

15.8 Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.

15.9 Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.

15.10 Aliciamento para o fim de emigração.

15.11 Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.

#### **16 Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.**

16.1 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.

16.2 Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária.

16.3 Violação de sepultura.

16.4 Destruição, subtração ou ocultação de cadáver.

16.5 Vilipêndio a cadáver.

#### **17 Dos crimes contra a dignidade sexual.**

17.1 Introdução.

17.2 Dos crimes contra a liberdade sexual.

17.2.1 Estupro.

17.2.2 Violação sexual mediante fraude.

17.2.3 Assédio sexual.

17.3 Dos crimes contra vulnerável.

17.3.1 Estupro de vulnerável.

17.3.2 Corrupção de menores.

17.3.3 Satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

17.3.4 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.

17.4 Disposições gerais.

17.4.1 Da ação penal.

17.4.2 Aumento de pena.

17.5 Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual.

17.5.1 Mediação para servir a lascívia de outrem.

17.5.2 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.

17.5.3 Casa de prostituição.

17.5.4 Rufianismo

17.5.6 Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.

17.5.7 Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual.

17.6 Do ultraje público ao pudor.

17.6.1 Ato obsceno.

17.6.2 Escrito ou objeto obsceno.

17.7 Disposições gerais.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

BACIGALUPO, Enrique. **Direito penal – parte geral**. Trad. André Estefan. São Paulo : Malheiros, 2005, 574 p., ISBN: 8574206768

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, v. 2: parte especial**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 499 p. ISBN 85-0207-319-2

MACHADO, Fábio Guedes de Paula. **Prescrição Penal – Prescrição Funcionalista**. São Paulo: RT, 2000.

\_\_\_\_\_. **Culpabilidade no direito penal**. São Paulo : Quartier Latin, 2009.

MIR PUIG, Santiago. **Direito penal. Fundamentos e teoria do delito**. Trad. Cláudia Viana Garcia e José Carlos Porciúncula Neto. São Paulo : RT. 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 10 ed. São Paulo : RT, 2010.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro, v. 1: parte geral**. 9. ed. São Paulo: RT, 2010.

\_\_\_\_\_. **Direito penal – Parte especial. Arts. 121 a 196. Parte Especial**. São Paulo : RT, 2008,

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal – parte geral**. 3.ª ed. Rio de Janeiro : Lumen, 2007.

### **Bibliografia complementar:**

ARANHA, A. J. Q. T. de C. **Crimes contra a honra**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA PABLOS DE MOLINA, Antonio e BIANCHINI, Alice. **Direito penal. Introdução e princípios fundamentais**. Vol. 1, 2. ed . São Paulo : RT, 2009.

\_\_\_\_\_. **Direito penal. Parte geral**. Vol. 2. São Paulo : RT, 2009.

Handwritten signature and the number 9.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. 10. ed., rev., atual. Niterói: Impetus, 2008, v.1.  
JESUS, Damásio E. de. **Direito penal, v. 2: parte especial**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.  
MIRABETE, Júlio Fabrini. **Manual de direito penal, v. 2: parte especial- arts. 121 a 234 do CP**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2009.  
NUCCI, G. de S. **Código Penal Comentado**. 8. ed., rev., atual., ampl.. São Paulo: RT, 2008.  
REALE JR. Miguel. *Instituições de direito penal: parte geral: vol. 1*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.  
ROXIN, Claus. *Derecho penal – parte general, tomo I – Fundamentos. A estrutura da teoria do delito*. Trad. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y Garcia Conlledo e Javier de Vicente Remesal, da 2.ª ed. alemã, Madrid : Civitas, 1997.  
TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.  
WELZEL, Hans. *O novo sistema juridico-penal*. 2. ed. Trad. Luiz Régis Prado. São Paulo : RT, 2009.

APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Heivêdo Dantas de Castro  
Coordenador do curso  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** DIREITO CIVIL IV

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 5º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATÓRIA:** ( X )

**OPTATIVA:** ( )

**90 h**

**0 h**

**90 h**

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Direito Civil I, Direito Civil II e Direito Civil III.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral:**

Interpretar a legislação brasileira que regulamenta a posse, a propriedade e os direitos reais sobre coisas alheias, com atenção voltada para o norteamento constitucional dessa regulamentação, bem como doutrina e jurisprudência pertinentes a esses temas.

**Objetivos Específicos:**

- 1- Analisar o conceito de posse, suas várias classificações juridicamente relevantes, sua aquisição, efeitos e perda;
- 2- Analisar o conceito de propriedade, suas características, as limitações dos poderes do proprietário, modos de aquisição e perda desse direito, além das normas que regulamentam a propriedade comum e aquela constituída com finalidade de garantia de dívida (propriedade fiduciária);
- 3- Analisar os direitos reais sobre coisas alheias.

**EMENTA**

- 1- Posse;
- 2- Propriedade;
- 3- Direitos reais sobre coisas alheias.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

1. Posse:
  - 1.1. Conceito de posse: teorias explicativas da posse
  - 1.2. Classificações da posse:
    - 1.2.1. Posse direta e indireta;



- 1.2.2. Posse jurídica e natural;
- 1.2.3. Posse justa e injusta;
- 1.2.4. Posse de boa-fé e de má-fé;
- 1.2.5. Posse nova e velha;
- 1.2.6. Posse *ad interdicta* e *ad usucapionem*;
- 1.2.7. *Jus possidendi* e *Jus possessionis*;
- 1.2.8. Posse natural ou civil
- 1.3. Aquisição da posse
- 1.4. Efeitos da posse:
  - 1.4.1. Ações possessórias;
  - 1.4.2. Defesa direta;
  - 1.4.3. Percepção dos frutos que a coisa produz;
  - 1.4.4. Responsabilidade pelos danos causados na coisa;
  - 1.4.5. Direito à indenização pelas benfeitorias feitas na coisa;
  - 1.4.6. Posição mais favorável do possuidor na disputa pela propriedade da coisa;
  - 1.4.7. Usucapião
- 1.5. Perda da posse
- 1.6 Função social da posse
  
2. Propriedade
  - 2.1. Conceito de propriedade;
  - 2.2. Características do direito de propriedade;
  - 2.3. Função social da propriedade;
  - 2.4. Aquisição da propriedade;
  - 2.5. Perda da propriedade;
  - 2.6. Direitos de Vizinhança;
  - 2.7. Condomínio geral;
  - 2.8. Condomínio edilício;
  - 2.9. Propriedade resolúvel;
  - 2.10. Propriedade fiduciária.
  
3. Direitos reais sobre coisas alheias
  - 3.1. Superfície;
  - 3.2. Servidão;
  - 3.3. Usufruto;
  - 3.4. Uso;
  - 3.5. Habitação;
  - 3.6. Direito do promitente comprador;
  - 3.7 Disposições gerais aplicáveis ao penhor, à hipoteca e à anticrese;
  - 3.8. Penhor;
  - 3.9. Hipoteca;
  - 3.10. Anticrese;
  - 3.11. Concessão de uso especial para fins de moradia;
  - 3.12. Concessão de direito real de uso.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia Básica:**

- FARIAS, Cristiano Chaves de, ROSENVALD, Nelson. *Direitos Reais*. 6 ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.  
GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil brasileiro*. v.V: Direito das Coisas. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.  
MELO, Marco Aurélio Bezerra de. *Direito das Coisas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.  
RIZZARDO, Arnaldo. *Direito das Coisas: Lei 10.406, de 10.01.2002*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

### **Bibliografia Complementar:**

- MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Novo Código Civil anotado. v. V: Direito das Coisas (arts. 1.196 a 1.510) (Coord. José Maria Leoni Lopes de Oliveira). 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.  
PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil, v. 4: Direitos Reais*. 20 ed. Revista e atualizada por Carlos Edson do Rego Monteiro Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

AP-  
b



SANTOS, Ernane Fidelis dos. Comentários ao Novo Código Civil, v. XV: da posse – arts. 1.196 a 1.224 (Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira). Rio de Janeiro: Forense, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direitos Reais*. (coleção *Direito Civil*; v. 5) 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, Marco Aurélio da Silva. Comentários ao Novo Código Civil, v. XVI: dos direitos reais – arts. 1.225 a 1.510 (Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira). 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

## APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Cassio de Assis"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Alamar  
Diretor de Graduação da Faculdade de Direito  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO/FACULDADE DE  
CURSO DE DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Direito Processual Civil II

<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> ( UA que oferece a disciplina)		
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 5º período		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b>	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>	<b>CH TOTAL:</b>
<b>OBRIGATÓRIA:</b> ( X )	<b>OPTATIVA:</b> (   )	90		

**OBS:** (registrar, SE FOR O CASO, alguma característica específica de periodicidade da disciplina. P. ex: disciplina anual ofertada em curso de regime semestral, disciplina trimestral ofertada em regime anual etc.

**PRÉ-REQUISITOS:** (relacionar as disciplinas exigidas, ou quantidade de horas necessárias)

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Permitir ao aluno compreender o processo de conhecimento e seus institutos, os procedimentos a ele pertinentes, bem como diferenciá-lo dos demais tipos de processo.

**EMENTA**

Processo de Conhecimento; Diferenças entre procedimento comum e especiais; Procedimento Ordinário: características; Fase postulatória: petição inicial, pedido, tutela antecipada, respostas do réu; ação declaratória incidental; Fase Ordinatória: providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo; audiência preliminar; Fase probatória: teoria geral das provas, espécies de prova e audiência de instrução e julgamento; Fase Decisória: sentença; Coisa Julgada; Teoria Geral dos Recursos; Espécies de Recursos.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

1. Processo de Conhecimento;
1. Diferenças entre procedimento comum e especiais;

*Handwritten signature and initials*

2. Procedimento Ordinário: características;
3. Fase postulatória: petição inicial, pedido, tutela antecipada, respostas do réu; ação declaratória incidental;
4. Fase Ordinatória: providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo; audiência preliminar;
5. Fase probatória: teoria geral das provas, espécies de prova e audiência de instrução e julgamento;
6. Fase Decisória: sentença;
7. Teoria da Coisa Julgada;
8. Recursos: Teoria Geral;
9. Recursos em espécie.

### BIBLIOGRAFIA

#### Bibliografia básica

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva.  
DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. Salvador: Juspodium.  
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Processo de conhecimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

#### Bibliografia complementar:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.  
GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva  
GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva.  
SANTOS, Emame Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva.  
SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva.  
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense.  
WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. **Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

### APROVAÇÃO

Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Universidade Federal de Uberlândia  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R Nº 879/09

Carimbo e assinatura do Coordenador da  
Universidade Federal de Uberlândia  
Unidade Acadêmica de Direito  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R Nº 733/10



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

## FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR

<b>CÓDIGO:</b> GDR023	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> FACULDADE DE DIREITO	<b>SIGLA:</b> FADIR	
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 90	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>	<b>CH TOTAL:</b> 90

### OBJETIVOS

Possibilitar ao aluno compreender o processo de conhecimento, proporcionando, assim, uma necessária preparação para o avanço no estudo dessa área do conhecimento jurídico.

### EMENTA

Do processo de conhecimento. Procedimento comum. Petição inicial. Tutelas provisórias. Audiência de conciliação. Repostas. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas. Sentença e coisa julgada. Recursos. Recursos em espécies.

### PROGRAMA

1. Procedimento comum
  - 1.2 Disposições gerais
  - 1.3 Petição inicial
  - 1.4 Improcedência liminar do pedido
  - 1.5 Tutelas provisórias
  - 1.6 Audiência de conciliação
  - 1.7 Contestação, reconvenção e revelia
  - 1.8 Providências preliminares
  - 1.9 Julgamento conforme o estado do processo
  - 1.10 Audiência de instrução e julgamento
2. Provas
3. Sentença e coisa julgada



4. Recursos  
4.1. Disposições gerais  
4.2. Recursos em espécies

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo de Civil**. São Paulo: RT

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Salvador: Juspodium

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCATO, Antônio Carlos. **Procedimentos Especiais**. São Paulo: Atlas

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**. São Paulo: RT

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva

### APROVAÇÃO

21 / 10 / 15

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso  
Coordenadora de Graduação da Faculdade de Direito  
"Prof. Jacy de Assis" - Portaria R nº. 698/2015

21 / 10 / 15

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dra. Simone Silva Prudêncio  
Diretora Subs. da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R nº 618/2015  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
(que oferece o componente curricular)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL II

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 5º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( x ) OPTATIVA: ( )

60

- 0 -

60

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Empresarial I

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Ao final da disciplina o estudante será capaz de: estabelecer, do ensino aprendizagem, condições favoráveis para que disponha de conhecimentos científicos, para o acompanhamento e execução de serviços, do direito societário e da propriedade industrial.

CONTÉUDO

1. Teoria Geral do direito societário. 2. Personalidade Jurídica. 3. Sociedade. 4. Sociedades empresariais e simples. 5. Sociedades de fato. 6. Sociedades limitadas. 7. Sociedades anônimas. 8. Demais tipos societários. 9. Modificação das Sociedades. 10. Dissolução. 11. Propriedade industrial e legislação. 12. Conceituação e evolução dos principais componentes do direito da propriedade intelectual. 13. Atualidade e importância desse ramo do direito para a cultura e progresso técnico do país.

1. Personalidade jurídica das sociedades  
2. Sociedades empresárias:



- 2.1. Conceito
- 2.2.A "affectio societatis"
- 2.3. Ato constitutivo;
- 2.4. Constituição
- 2.5. Contrato da sociedade;
- 3. Sociedades de fato
- 3.1. Conceito
- 3.2. Prova;
- 3.3. Restrições
- 4. Sociedades simples
- 5. Sociedades limitada
- 5.1. Histórico
- 5.2. Conceito
- 5.3. Características
- 5.4. Constituição
- 5.5. Capital social
- 5.6 Quotas
- 6. Sociedade anônima:
- 6.1. Conceito
- 6.2. Ações
- 6.3. Valores mobiliários
- 6.4. Assembléias Gerais
- 6.5. Direitos dos Acionistas
- 6.6. Acordo de Acionistas
- 7. Modificação das Sociedades
- 7.1. Fusão
- 7.2 Cisão
- 7.3 Incorporação
- 8. Extinção das sociedades
- 8.1. Dissolução
- 8.2 Liquidação das sociedades
- 9. Direito do autor
- 10. Direito do inventor,
- 11. Marcas
- 12. Desenho industrial
- 13. Sinais de propaganda
- 14. Repressão ao abuso do poder econômico

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

BRITO , Cristiano Gomes de. *Sociedade Limitada & Cessão de Quotas*. São Paulo: Juruá, 2007.

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedade Anônimas*. São Paulo . Saraiva

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial v.2*



**Bibliografia complementar:**

LUCENA, José Waldeci. Das Sociedades Limitadas

VERÇOSA Haroldo Malheiros Duclerc. Curso de Direito Comercial. V. 2. São Paulo: Malheiros, 2006.

\_\_\_\_\_ Curso de Direito Comercial. V. 3. São Paulo: Malheiros, 2008

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Waldeci Damásio de Oliveira  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Faculdade de Direito  
Prof. Jaci de Assis  
Portaria R. Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agostinho Azevedo  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Faculdade de Direito  
Prof. Jaci de Assis  
Portaria R. Nº 733/10.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Penal III

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 5º Período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
60 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
60 h

OBRIGATÓRIA: (X) OPTATIVA: ( )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal I e II.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

**Objetivos Gerais:**

Construir em conjunto com o discente a capacidade necessária para compreender a Parte Especial do Código Penal, proporcionando-lhe as condições instrumentais imprescindíveis para o aprofundamento teórico e prático da atividade jurídico-penal.

**Objetivos Específicos:**

- Conduzir o discente à compreensão da estrutura da Parte Especial do Código Penal, e capacitá-lo a adquirir as habilidades necessárias para a análise teórica e prática dos artigos 235 ao 361.
- Fazer com que o aluno se familiarize com a legislação penal de nosso país, bem como, com a doutrina elaborada em razão desta legislação.
- Desenvolver o senso crítico, nos alunos, da necessidade de mudanças na legislação penal.
- Levar os alunos a compreender a objetividade jurídica dos delitos estudados nesta disciplina, assim como da necessidade da tutela penal.
- Habilitar os alunos ao exercício da advocacia criminal, além do que, levá-los a compreender a exigência atual da modificação das formas de cumprimento de pena, como forma de se conter a criminalidade no país.

Estimular no estudante a visão social da criminalidade e não apenas a face policial do problema, mas também sua face social e política.

EMENTA

Dos Crimes Contra a Família. Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública. Dos Crimes Contra a Paz Social. Dos Crimes Contra a Fé Pública. Dos Crimes Contra a Administração Pública.

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1 Dos crimes contra a família.

- 1.1 Dos crimes contra o casamento.
- 1.2 Dos crimes contra o estado de filiação.
- 1.3 Dos crimes contra a assistência familiar.
- 1.4 Dos crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.

### 2 Dos crimes contra a incolumidade pública.

- 2.1 Dos crimes de perigo comum.
- 2.2 Dos crimes contra a segurança dos meios de transporte e comunicação e outros serviços.
- 2.3 Dos crimes contra a saúde pública.

### 3 Dos crimes contra a paz pública.

### 4 Dos crimes contra a fé pública.

- 4.1 Da moeda falsa.
- 4.2 Da falsidade de títulos e outros papéis públicos.
- 4.3 Da falsidade documental.
- 4.4 De outras falsidades.

### 5 Dos crimes contra a administração pública.

- 5.1 Dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral.
- 5.2 Dos crimes praticados por particular contra a administração pública.
- 5.3 Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira.
- 5.4 Dos crimes contra a administração da justiça.
- 5.5 Dos crimes contra as finanças públicas.

## BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte especial. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.3.
- \_\_\_\_\_. **Tratado de Direito Penal**: parte especial. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v.4.
- \_\_\_\_\_. **Tratado de Direito Penal**: parte especial. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.5.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 7. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2009. v.3.
- \_\_\_\_\_. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 6. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2009. v.4
- JESUS, Damásio E. de. **Direito penal**. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999. v.3.
- \_\_\_\_\_. **Direito penal**. 11. ed. rev. atual. e aum. São Paulo : Saraiva, 2001. v.4
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 9. ed. São Paulo: RT, 2009.
- PRADO. Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro**: parte especial: arts. 250 a 359-H. 5.ed. São Paulo: RT, 2008. v.3.

### COMPLEMENTAR

- ARANHA, A. J. Q. T. de C. **Crimes contra a honra**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BITENCOURT, C. R. **Código Penal Comentado**. 3. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2005.
- JESUS, D. E. de. **Código Penal Anotado**. 12. ed., rev., atual. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal**. 22. ed., rev., atual. Atlas: 2004. v.2.v.3
- NUCCI, G. de S. **Código Penal Comentado**. 8. ed., rev., atual., ampl.. São Paulo: RT, 2008.
- ROXIN, C. **Derecho penal**: parte general. Trad. de la 2a. edicion alemana y notas por Diego-Manuel



Luzon Pena, Miguel Diaz y Garcia Conlledo, Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 1997.  
SANTOS, J. C. **Direito penal: Parte Geral**. 3. ed., rev., ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.  
TAVARES, J. **Teoria do injusto penal**. 3. ed., rev., ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.  
TOLEDO, F. de A. **Princípios Básicos de Direito Penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.  
WELZEL, H. **Derecho penal alemán: parte general**. Trad. Juan Bustos Ramirez y Sergio Yanez Perez. 11. ed. Santiago: Jurídica de Chile, 1976.  
ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. 7. ed., rev., atual. São Paulo: RT, 2007.

### APROVAÇÃO

<p>Universidade Federal de Uberlândia Universidade Federal de Uberlândia Prof. Dr. Agivaldo Carimbo e assinatura do Coordenador do curso Portaria R. Nº 733/10</p>	<p>Universidade Federal de Uberlândia Prof. Dr. Agivaldo Diretor da FACULDADE DE Carimbo e assinatura do Diretor da Portaria R. Nº 733/10 Unidade Acadêmica</p>
--	---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Direito Civil V

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 6º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATÓRIA:** (X)

**OPTATIVA:** ( )

60 h

0 h

60 h

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Direito Civil I

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

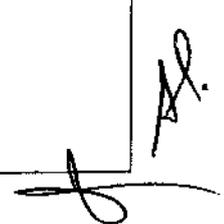
Compreender os institutos de Direito de Família, analisando, para tanto, de forma crítica, os instrumentos normativos afetos à matéria e o histórico de decisões jurisprudenciais acerca dos temas estudados, de modo a serem oferecidos os subsídios necessários a visualização das entidades familiares como núcleos de organização social.

**EMENTA**

Estudo do organismo familiar. Evolução da concepção de família. O casamento. Regime de bens. Divórcio. União estável. Parentesco. Filiação dentro e fora do casamento. Filiação adotiva. Poder familiar. Alimentos. Tutela e curatela.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

1. Introdução ao Direito de Família – Conceito e objeto;
  2. Do casamento – Conceito, Características, Natureza jurídica e finalidade.
  3. Da capacidade para o casamento e do processo de habilitação matrimonial
  4. Dos impedimentos matrimoniais
- a) Abordagens gerais acerca do instituto e sua importância no ordenamento pátrio;





- b) Os impedimentos na legislação de 1916;
- c) Impedimentos decorrentes de parentesco, de vínculo matrimonial anterior e de crime;
- d) As causas suspensivas;
- e) Oposição dos impedimentos e das causas suspensivas
- 5. Da celebração do casamento
- 6. Das provas do casamento
- 7. Espécies de casamento
  - a) Casamento putativo;
  - a) Casamento nuncupativo e em caso de moléstia grave;
  - b) Casamento religioso com efeitos civis.
- 8. Casamento e teoria das nulidades
- 9. Dos efeitos jurídicos do casamento
- 10. Da dissolução do vínculo matrimonial
  - a) generalidades;
  - b) formas de dissolução
- 11. Da Emenda Constitucional 66/2010
  - a) esboço histórico e evolução dos institutos de dissolução da sociedade conjugal e do matrimônio;
  - b) Objetivos e efeitos.
- 12. Do divórcio
- 13. Das Relações de Parentesco - Disposições gerais (espécies de parentesco, linhas e graus).
- 14. Da filiação
  - a) a presunção legal de paternidade;
  - b) ação negatória de paternidade.
- 15. Do reconhecimento dos filhos (filiação havida fora do casamento: reconhecimento voluntário e judicial).
- 16. Da adoção
- 17. Do poder familiar
- 18. Do regime de bens entre os cônjuges
  - a) Princípios gerais;
  - b) Regime da Separação legal;
    - a) Regime da Comunhão Parcial;
    - b) Regime da Comunhão Universal;
    - c) Regime da Participação final nos aqüestos;
    - d) Regime da separação convencional de bens.
- 19. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores
- 20. Dos Alimentos
  - a) Conceito e finalidade;
  - b) Espécies;
    - a) Características;
    - b) Pressupostos;
    - c) Ação de alimentos.
- 21. Do bem de família
  - a) Bem de família voluntário;
  - b) Bem de família legal.
- 22. Da União Estável.
  - a) Evolução histórica
  - b) Previsão legal;
  - c) Elementos caracterizadores;
  - d) Efeitos pessoais;
  - e) Conversão em casamento;

*[Handwritten signature]*



- b) Os impedimentos na legislação de 1916;
- c) Impedimentos decorrentes de parentesco, de vínculo matrimonial anterior e de crime;
- d) As causas suspensivas;
- e) Oposição dos impedimentos e das causas suspensivas
- 5. Da celebração do casamento
- 6. Das provas do casamento
- 7. Espécies de casamento
  - a) Casamento putativo;
  - a) Casamento nuncupativo e em caso de moléstia grave;
  - b) Casamento religioso com efeitos civis.
- 8. Casamento e teoria das nulidades
- 9. Dos efeitos jurídicos do casamento
- 10. Da dissolução do vínculo matrimonial
  - a) generalidades;
  - b) formas de dissolução
- 11. Da Emenda Constitucional 66/2010
  - a) esboço histórico e evolução dos institutos de dissolução da sociedade conjugal e do matrimônio;
  - b) Objetivos e efeitos.
- 12. Do divórcio
- 13. Das Relações de Parentesco - Disposições gerais (espécies de parentesco, linhas e graus).
- 14. Da filiação
  - a) a presunção legal de paternidade;
  - b) ação negatória de paternidade.
- 15. Do reconhecimento dos filhos (filiação havida fora do casamento: reconhecimento voluntário e judicial).
- 16. Da adoção
- 17. Do poder familiar
- 18. Do regime de bens entre os cônjuges
  - a) Princípios gerais;
  - b) Regime da Separação legal;
    - a) Regime da Comunhão Parcial;
    - b) Regime da Comunhão Universal;
    - c) Regime da Participação final nos aqüestos;
    - d) Regime da separação convencional de bens.
- 19. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores
- 20. Dos Alimentos
  - a) Conceito e finalidade;
  - b) Espécies;
    - a) Características;
    - b) Pressupostos;
    - c) Ação de alimentos.
- 21. Do bem de família
  - a) Bem de família voluntário;
  - b) Bem de família legal.
- 22. Da União Estável.
  - a) Evolução histórica
  - b) Previsão legal;
  - c) Elementos caracterizadores;
  - d) Efeitos pessoais;
  - e) Conversão em casamento;

*Handwritten signature or initials.*



23. Da tutela.  
24. Da curatela.

### BIBLIOGRAFIA

#### Bibliografia básica:

- COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2005  
DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. São Paulo: RT, 2009.  
DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

#### Bibliografia complementar:

- FARIAS, Cristiano Chaves de. Rosendal, Nelson. **Direito das famílias**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.  
GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito de família**. São Paulo: Atlas, 2009.  
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.  
RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.  
VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. vol VI. São Paulo: Atlas, 2010.

### APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Marcelo Damasceno de Oliveira  
Coord. de Ensino da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 879/09

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. Nº 134/09



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO/FACULDADE DE  
CURSO DE DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Processual Civil III

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: ( UA que oferece a disciplina)

PERÍODO/SÉRIE: 6º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: (X) OPTATIVA: ( )

60

OBS: (registrar, SE FOR O CASO, alguma característica específica de periodicidade da disciplina. P. ex: disciplina anual ofertada em curso de regime semestral, disciplina trimestral ofertada em regime anual etc.

PRÉ-REQUISITOS: (relacionar as disciplinas exigidas, ou quantidade de horas necessárias)

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Permitir ao aluno a compreensão acerca da ação rescisória, do procedimento sumário e dos procedimentos especiais.

EMENTA

Ação Rescisória; Procedimento sumário; Procedimentos Especiais.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. Ação Rescisória;
2. Procedimento sumário;
3. Procedimentos especiais: separação consensual; ação de consignação em pagamento; ações possessórias; inventário e partilha; ação monitória; ação de usucapião; curatela dos interditos.

AP

**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia básica:**

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva.  
DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. Salvador: Juspodium.  
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Processo de conhecimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

**Bibliografia complementar:**

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.  
GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva  
GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva.  
SANTOS, Emame Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva.  
SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva.  
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense.  
WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. **Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hebeide Dantas de Lillo  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Prof. Jacy de Assis  
Portaria R Nº 879/09

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aurálio Almeida  
Carimbo e assinatura do Diretor da Faculdade de Direito  
Prof. Jacy de Assis  
Portaria R Nº 733/10



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



**FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR**

<b>CÓDIGO:</b> GDR027	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> FACULDADE DE DIREITO		<b>SIGLA:</b> FADIR
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 60	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>	<b>CH TOTAL:</b> 60

**OBJETIVOS**

Possibilitar ao aluno, compreender o processo nos tribunais e as formas de impugnação das decisões judiciais, bem como, por meio do estudo comparativo dos diversos procedimentos estabelecidos na legislação processual, uma compreensão sistêmica do Processo Civil brasileiro e, em especial, abordar as peculiaridades dos vários procedimentos especiais codificados e não codificados, proporcionando, assim, uma necessária preparação para o avanço no estudo dessa área do conhecimento jurídico.

**EMENTA**

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária. Ação Rescisória

**PROGRAMA**

1. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa
  - 1.1 – Consignação em pagamento
  - 1.2 – Ação de exigir contas
  - 1.3 – Ações possessórias
  - 1.4 – Inventário e partilha
  - 1.5 – Ação monitória
  - 1.6 – Mandado de segurança individual e coletivo
2. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária
  - 2.1 – Disposições gerais
  - 2.2 – Alienação judicial
  - 2.3 – Divórcio e separação consensuais



- 2.4 – Herança jacente
- 2.5 – Interdição
- 3. Ação rescisória

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo de Civil**. São Paulo: RT, 2015.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Salvador: Juspodium, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCATO, Antônio Carlos. **Procedimentos Especiais**. São Paulo: Atlas, 2015

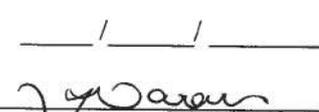
WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2015.

### APROVAÇÃO

  
\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Carimbo e Assinatura do Coordenador do Curso  
Coordenadora de Graduação da Faculdade de Direito  
"Prof. Jacy de Assis" - Portaria R n°. 698/2015

  
\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dra. Simone Silva Prudêncio  
Diretora Subs. da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
(que oferece o componente curricular)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA: Direito Empresarial III</b>				
<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA: FADIR</b>		
<b>PERÍODO/SÉRIE: 6º período</b>		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b>	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>	<b>CH TOTAL:</b>
<b>OBRIGATORIA: ( x )</b>	<b>OPTATIVA: ( )</b>	<b>30 h</b>	<b>0 h</b>	<b>30 h</b>

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS: Direito Empresarial I e Direito Empresarial II.**

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Ao final da disciplina o estudante será capaz de: estabelecer, do ensino aprendizagem, condições favoráveis para que disponha de conhecimentos científicos, para o acompanhamento e execução de serviços vinculados ao processo falimentar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

A Recuperação da Empresa  
*O Direito Falimentar*

**DISCIPLINA DE APROFUNDAMENTO**

- 1. RECUPERAÇÃO DA EMPRESA:**
- \* A recuperação judicial
  - \* Empresas impedidas de impetrar a recuperação judicial

- \* Efeitos da recuperação judicial
- \* Do pedido de recuperação
- \* Do encerramento da recuperação judicial
- \* Convolação da recuperação judicial em falência e recursos
- \* A recuperação extrajudicial da empresa
- \* Créditos que envolvem a recuperação extrajudicial
- \* A homologação judicial do plano de recuperação
- \* Efeitos da homologação e recursos

## 2. O DIREITO FALIMENTAR:

- Noções gerais sobre o instituto falimentar.
- Elementos essenciais para a existência do estado de falência.
- Da legitimidade passiva na ação falimentar.
- Da legitimidade ativa na ação falimentar.
- Juízo competente para declarar a falência.
- Do requerimento da falência e resposta do devedor comerciante (alegações de defesa).
- Do procedimento preliminar da falência (da defesa à sentença constitutiva).
- Da sentença denegatória da falência e sentença declaratória da falência.
- Dos recursos no processo falimentar.
- Juízo Universal.
- Dos efeitos da falência quanto aos direitos dos credores.
- Dos efeitos da falência quanto à pessoa do falido.
- Dos efeitos da falência quanto aos bens do falido.
- Dos efeitos da falência quanto aos contratos do falido.
- Da revogação dos atos praticados pelo devedor antes da falência.
- Ação Revocatória.
- Continuação do negócio pelo falido.
- Do pedido de restituição e dos embargos de terceiro.
- Da habilitação dos créditos.
- Dos créditos não sujeitos à habilitação.
- Da classificação dos créditos.
- Da liquidação e a alienação dos bens do falido.
- Do pagamento aos credores.
- Encerramento do processo da falência.
- Extinção das obrigações da empresa.
- Da concordata preventiva e da concordata suspensiva.
- Empresas não sujeitas à falência.
- Dos recursos.

### Bibliografia básica:

ALMEIDA, Amador Paes de. *Curso de Falência e Concordata*. São Paulo: Saraiva, 25ª ed., 2009.

Al.





BATALHA, Wilson de Souza Campos & Outra. *Falências e Concordatas*. São Paulo: LRT, 3ª ed.  
BERTOLDI, Marcelo M. *Curso Avançado de Direito Comercial*. São Paulo: Rev. Trib., Vol.1 e 2, 2008.  
BESSONE, Darcy. *Instituições de Direito Falimentar*. São Paulo: Saraiva, 1995.  
BEZERRA Filho, Manoel Justino. *Lei de Falências Comentada*. São Paulo: Rev. Trib., 2006.  
CARVALHO DE MENDONÇA, J.X. *Tratado de Direito Comercial*. Campinas: Bookseller, 2000.

**Bibliografia complementar:**

CARVALHO SANTOS, J.M. de. *Repertório enciclopédico do Direito Brasileiro*. Rio: Editor Borsoi, 49 Vol.  
COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 3 Vol., 2009.  
COVELLO, Sergio Carlos. *Contratos Bancários*. São Paulo: Leud., 4ª. ed., 2001.  
FUHRER, Maximilianus Cláudio A. *Roteiro das Falências e Concordatas*. Rev. Trib, 20ª ed.  
LACERDA, J.C. Sampaio de. *Manual de Direito Falimentar*. Rio: Freitas Bastos. 13ª ed.  
LUNARDI, Ângelo Luiz. *Operações de câmbio e pagamentos internacionais*. São Paulo: Aduaneiras, 2004  
LUZ, Aramy Dornelles da. *Negócios Jurídicos Bancários*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2ª. Ed, 1999.  
RAMALHO, Ruben. *Curso Teórico e Prático de Falência e Concordatas*. São Paulo: Saraiva, 3ª ed.  
RATTI, Bruno. *Comércio Internacional e Câmbio*. São Paulo: Aduaneiras, 12ª. ed., 2006.  
REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Falimentar*. São Paulo: Saraiva, 1º e 2º Vol. 24ª ed.  
RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos de Crédito Bancário*. São Paulo: Rev. Trib., 6ª. Ed., 2004..  
SILVA PACHECO. *Processo de Falência e Concordata*. Rio: Forense. 5ª edição.  
VALVERDE, Trajano de Miranda. *Comentários à Lei de Falências*. Rio: Forense, 4ª ed., 3 Vol., 1999.

APROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
M. Ms. Helécio Osório de Oliveira Cuiabá  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"PROFESSOR DE ALEMAR"  
Portaria Nº 14.673/09  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agninaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"PROFESSOR DE ALEMAR"  
Portaria Nº 14.673/09  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA:</b> Jurisdição Constitucional			
<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> FADIR	
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 6º período		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b>	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>
<b>OBRIGATÓRIA:</b> ( x )	<b>OPTATIVA:</b> ( )	30 h	0 h
		<b>CH TOTAL:</b> 30 h	

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria da Constituição, Direitos fundamentais, Organização do Estado e dos Poderes.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Capacidade de interpretação e aplicação das normas constitucionais tomando-se a Constituição como o cume da cadeia normativa; discernimentos sobre os órgãos infraconstitucionais de controle da constitucionalidade e dos instrumentos de controle de constitucionalidade

**EMENTA**

A posição da Constituição no sistema jurídico – sistemas de controle de constitucionalidade – o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

- i) A posição da Constituição no sistema – visões formalistas e não formalistas – sistema, valores e normas – classificação das Constituições e supremacia constitucional – a posição das Constituições no sistema moderno – garantias do poder constituinte – tensão entre estrutura do Estado e ação do governo

*AP.*

- ii) Sistemas de controle de constitucionalidade – órgãos políticos e órgãos judiciais de controle – nascimento do sistema judicial de controle nos EUA – sistemas europeus de controle de constitucionalidade – sistema prévio e sistema repressivo – o problema da legitimidade – sistemas mistos de controle – as dicotomias do sistema de controle: difuso x concentrado, abstrato x concreto, incidental x ação – efeitos decisórios no controle
- iii) Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade – o controle difuso – o recurso extraordinário – súmula vinculante - a representação interventiva – ação direta de inconstitucionalidade – ação declaratória de constitucionalidade – arguição de descumprimento de preceito fundamental – os efeitos na decisão do controle brasileiro

### BIBLIOGRAFIA

#### Bibliografia básica:

BARROSO, L. R. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro.** São Paulo: Saraiva.

MENDES, G. F.; MARTINS, I. G. **O controle concentrado de constitucionalidade.** São Paulo: Saraiva.

RAMOS, E. S. **Controle de constitucionalidade no Brasil – perspectivas e evolução.** São Paulo: Saraiva.

#### Bibliografia complementar:

SCHMITT, C. **O guardião da Constituição.** Belo Horizonte: Del Rey.

MENDES, G. F. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade.** São Paulo: Saraiva.

### APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hélcio Daris de Oliveira Couto  
Coord. de Graduação da FADDF de Direito  
Carimbo e Assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 87/109

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agivaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Prof. Jacy de Assis  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Processual Penal I

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 6º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
60 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
60 h

OBRIGATÓRIA: ( X ) OPTATIVA: ( )

OBS:

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria Geral do Processo;  
Direito Processual Civil I e II; Direito Penal I, II e  
II.

**CÓ-REQUISITOS:**

OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Ao final do curso de Processo Penal I o aluno será capaz de compreender, em parte, a estrutura do Processo Penal como instrumento de aplicação do Direito Penal pelo devido processo legal segundo o modelo garantista.

**Objetivos Específicos:** O aluno analisará a estrutura processual penal brasileira, pelo conhecimento da legislação, da doutrina e da jurisprudência sobre processo penal, bem como, instigar o pensamento crítico a respeito dos institutos processuais penais.

EMENTA

Evolução e Fundamentos do Processo Penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Incidentes Processuais. Provas. Sujeitos Processuais. Atos Processuais.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

**1. EVOLUÇÃO E FUNDAMENTOS DO PROCESSO PENAL**

Introdução, conceito

Relação com outras Ciências

Evolução Histórica

Fontes Evolutivas

Aplicação da Norma Processual no Tempo e no Espaço

Princípios Fundamentais que regem o Processo Penal

## **2. INQUÉRITO POLICIAL**

Finalidade / Preparação ao Exercício da Ação Penal

Conteúdo

Competência

Polícia Judiciária

Diligências

Encerramento

Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal

## **3. DA AÇÃO PENAL**

Objetivo

Iniciativa

Natureza

Princípios

Espécies de ação penal

Ação civil "ex delicto"

## **3. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA**

Jurisdição

Órgãos da Jurisdição Penal

Competência

Métodos de Determinação

Modificação

## **4. INCIDENTES PROCESSUAIS**

Questões Prejudiciais

Exceções

Conflito de Jurisdição

Restituição de Coisas Apreendidas

Medidas Assecuratórias

Incidente de Falsidade

Insanidade Mental do Acusado

## **6. PROVAS**

Conceito

Importância

Valor

Classificação

Meios

Princípios

Espécies no CPP

Sistemas de apreciação das provas

## **7. SUJEITOS PROCESSUAIS**

Funções

As Partes Processuais

AP.  




Capacidade Processual  
Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal

## 8. PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

Conceito, finalidade  
Espécies de prisão cautelar/provisória  
Formalidades  
Pressupostos  
Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal

## 9. ATOS PROCESSUAIS

Conceito e espécies

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.  
GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.  
NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 8ª ed. São Paulo: RT, 2010.  
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.  
TÁVORA, Nestor; ANTONNI, Rosmar. *Curso de Direito Processual Penal - 3ª ed - Revista, ampliada e atualizada com a lei 11.900/09*. Salvador: Jus Podium, 2010.  
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.

### Bibliografia complementar:

ARANHA, Adalberto José Q, T. de Camargo. *Da prova no processo penal*. São Paulo: Atlas, 2009.  
AVOLIO, Luiz Francisco Torquato. *Provas Ilícitas. Interceptações telefônicas, ambientais e gravações clandestinas*. São Paulo: RT, 2009.  
BADARÓ, Gustavo Henrique Righy Ivahy. *Ônus da Prova no Processo Penal*. São Paulo: RT, 2009.  
\_\_\_\_\_. Capítulo 1. *Garantias Processuais e o Sistema Acusatório*. *Obra: Direito Processual Penal*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, t. I. p. 1-36. Material da 4ª aula da Disciplina Teoria do Garantismo Penal, ministrada no Curso de Especialização Telepresencial e Virtual em Ciências Penais - UNISUL/REDE LFG. R.  
BARROS, Flaviane de Magalhães. *Reforma do Processo Penal*. Comentários críticos dos artigos modificadores pelas Leis n.11.690/08, n.11.719/08 e n.11.900/09. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.  
BARROS, Marco Antônio de. *A busca da verdade no processo penal*. São Paulo: RT, 2009.  
FERNANDES, Antônio Scarance. *Processo Penal Constitucional*. São Paulo: RT, 2009.  
FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. *Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. Doutrina e Jurisprudência*. v. 1 a 5. São Paulo: RT, 2009.  
JÚNIOR, Antônio Bedê; SENNA, Gustavo. *Princípios do Processo Penal – Entre o garantismo e a efetividade da sanção*. São Paulo: RT, 2009.  
KARAM, Maria Lúcia. *Competência no Processo Penal*. São Paulo: RT, 2009.  
LOPES JUNIOR, Aury. *Direito Processual Penal e Sua Conformidade Constitucional*. Vol. I e II. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010.  
\_\_\_\_\_. *Introdução Crítica ao Processo Penal – Fundamentos da Instrumentalidade Constitucional*. 4ª Edição. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.  
\_\_\_\_\_. *Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal*. 4ª Edição. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.



\_\_\_\_\_. *Direito ao Processo Penal no Prazo Razoável*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009.

\_\_\_\_\_. *Fundamento da Existência do Processo Penal: Instrumentalidade Constitucional*. Material da 2ª aula da Disciplina Teoria do Garantismo Penal, ministrada no Curso de Especialização TeleVirtual em Ciências Penais - UNISUL/REDE LFG/IPAN. r

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2009.

PEDROSO, Fernando de Almeida. *Competência Penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MACHADO, Antônio Alberto Machado. *Teoria Geral do Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2009.

ROXIN, Claus; ARZT, Günther; TIEDEMANN, Klaus. *Introdução ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Código de Processo Penal*. Vol.1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *Processo Penal*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *Processo Penal*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *Processo Penal*. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *Processo Penal*. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2009.

TRISTÃO, Adalto Dias. *Sentença Criminal*. 7ª Edição. São Paulo: Del Rey, 2009.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro*. São Paulo: RT, 2009.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Direito Processual Penal*. São Paulo: RT, 2009.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Direito Processual Penal*. São Paulo: Atlas, 2009.

SUANNES, Adauto. *Os fundamentos éticos do devido processo penal*. São Paulo: RT, 2009.

### APROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Ms. Hevelino Damis de Oliveira Cunha  
Coordenador de Curso - FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Aiemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R N° 733/10



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO/FACULDADE DE  
CURSO DE

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO I

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 6º PERÍODO

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: (X)

OPTATIVA: ( )

60 h

0 h

60 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS:

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Transmitir ao aluno conceitos básicos e informações necessárias para o conhecimento do direito do trabalho de modo objetivo, direto e profundo, com base em análise e discussões discriminadas de seus institutos.

Capacitar o aluno a identificar e adequar as normas de direito do trabalho a cada caso específico nas relações de emprego e de trabalho.

EMENTA

1. Introdução ao Direito do Trabalho.
2. Contrato Individual de Trabalho e Relações de Trabalho.
3. Sujeitos do Contrato Individual de Trabalho
4. Terceirização no Direito do Trabalho
5. Dano Moral no Direito do Trabalho
6. Salário e Remuneração.
7. Segurança e Medicina do Trabalho.

AP.



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

- História do Direito do Trabalho
- A Consolidação das Leis do Trabalho
- Definição de Direito do Trabalho
- Função do Direito do Trabalho
- Natureza do Direito do Trabalho
- Princípios de Direito do Trabalho
- Fontes do Direito do Trabalho
- Hermenêutica e Aplicação do Direito do Trabalho

### 2) CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO E RELAÇÃO DE TRABALHO

- Definição, Denominação, Forma e Característica.
- Prova, Classificação, Requisitos de Validade e conteúdo
- Nulidade, Renúncia e Transação.
- As Alterações Contratuais.
- As Suspensões e Interrupções na prestação de serviços.
- Prescrição e Decadência.

### 3) SUJEITOS DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

- **EMPREGADO**
- Conceito
- Requisitos legais da definição
- Tipos especiais de empregados.
  - Experiência;
  - Trabalho Doméstico;
  - Rural
  - Aprendizagem
  - Subempreitada;
  - Temporário;
  - A domicílio/Teletrabalho;
  - Mãe Social
  - Índios
- Figuras Afins
  - Diretor de Sociedade;
  - Autônomo;
  - Eventual;
  - Avulso;
  - Estagiário;
  - Voluntário;
- **EMPREGADOR**
- Conceito



- Definição da CLT.
- Tipos de empregador
- Grupos de empregador
- Poder de direção do empregador
- Sucessão de empresas.

#### **4) TERCEIRIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO.**

- Terceirização lícita e ilícita.
- Entes estatais e terceirização.
- Responsabilidade na terceirização.

#### **5) DANO MORAL NO DIREITO DO TRABALHO**

- Conceito;
- Proibição de Discriminação do Trabalhador;
- O Direito ao Trabalho de Portadores de Doenças como AIDS, Câncer, Hanseníase;

#### **6) SALÁRIO E REMUNERAÇÃO**

- Noções e distinções.
- Composição e formas de salário.
- Salário-utilidade.
- Comissão.
- Gratificação.
- Prêmios.
- Abonos.
- Salário mínimo.
- Adicionais legais.
- Salário Profissional.
- Proteção de salário. Pagamento do salário.
- Equiparação salarial.

#### **7) SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

- Insalubridade.
- Periculosidade.
- Penosidade.



## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia Básica**

- BARBOSA, Magno Luiz Barbosa. **Manual do trabalho doméstico**. São Paulo: LTr, 2008.  
BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. LTr Editora, 2010.  
CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. Editora Saraiva, 2010.  
DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.  
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2010.

### **Bibliografia Complementar:**

- ALMEIDA, Renato Rua de. **Direitos fundamentais aplicados ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.  
BARBOSA, Magno Luiz Barbosa. **AIDS, o direito e algumas reflexões sobre seu impacto nas relações de emprego**. Curitiba: Juruá, 2007.  
BARROS, Alice Monterio de. **A mulher e o direito do trabalho**. LTr Editora, 2009.  
BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Sindicatos – sindicalismo**. LTr Editora, 2009.  
CATHARINO, José Martins. **Tratado jurídico do salário**. LTr Editora, 2005.  
DAMASCENO, Fernando A.V. **Equiparação salarial**. LTr Editora, 2010.  
GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.  
LACERDA, Dorval. **A falta grave no direito do trabalho**. Edições Trabalhistas, 1989.  
LINS, Edilberto Quintela Vieira. **Incapacidade executiva de trabalho e contrato de emprego**. Editora Forense, 1984.  
MAGANO, Octávio Bueno. **Do poder diretivo na empresa**. Editora Saraiva, 1989.  
MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Direito do trabalho**. Atlas, 2009.  
MARANHÃO, Délio, VIANA, Segadas, SUSSEKIND, Arnaldo & TEIXEIRA, Lima. **Instituições de direito do trabalho**. LTr Editora, 2005.  
MARTINS, Nei Frederico Cano. **Estabilidade provisória no emprego**. LTr Editora, 1995.  
MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. Atlas, 2010.  
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito sindical**. LTr Editora, 2009.  
\_\_\_\_\_. **Iniciação ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2009.  
PINTO, José Augusto Rodrigues. **Curso de direito individual do trabalho**. LTr Editora, 2003.  
PRUNES, José Luiz Ferreira. **A Prescrição no direito do trabalho**. LTr Editora, 1996.  
\_\_\_\_\_. **Contratos triangulares de trabalho**. Editora Juruá, 2005.  
RODRIGUES, Américo Plá. **Princípios de direito do trabalho**. LTr Editora, 2004.  
RUPRECHT, Alfredo J. **Relações coletivas de trabalho**. LTr Editora, 1995.  
RUSSOMANO, Mozart Victor. **Princípios gerais de direito sindical**. Editora Forense, 1995.  
SAAD, Eduardo Gabriel. **Constituição e direito do trabalho**. LTr Editora, 1989.  
SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. LTr Editora, 2000.  
SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio & SEGADAS, Viana, **Instituições de direito do trabalho**. São Paulo: Ltr, 2005.

## APROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Danilo de Oliveira Lima  
Coordenador da FACULDADE DE DIREITO  
Prof. JACY DE ASSIS  
Porto Alegre, RS, 1999  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguiinaldo Azevedo  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Civil VI

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 7º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: (X) OPTATIVA: ( )

60 h

0 h

60 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I e Direito Civil V.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Compreender os conceitos envolvidos no Direito das Sucessões e seu viés constitucional, enquanto procedimento de transmissão do patrimônio de pessoa que vem a falecer, especialmente no que se refere à garantia do cumprimento de suas disposições de última vontade, e aos direitos e obrigações de seus sucessores.

EMTEMA

- I – Sucessão em geral;
- II – Sucessão Legítima;
- III – Sucessão testamentária;
- IV – Inventário e Partilha.

DESCRIBÇÃO

- I – Introdução ao Direito das Sucessões (aspectos históricos e viés constitucional)
- II – Abertura da sucessão e transmissão da herança
- III – Aceitação e renúncia da herança
- IV – Herança jacente
- V – Exclusão da sucessão por indignidade
- VI – Sucessão legítima - conceito e alcance
- VII – Ordem de vocação hereditária
  - a) Dos descendentes;
  - b) Dos ascendentes;
  - c) Do cônjuge sobrevivente;
  - d) Do companheiro sobrevivente;
  - e) Dos colaterais;
- VIII - Sucessão testamentária - conceito; alcance, restrições e capacidade testamentária.
- IX – Formas de testamento (ordinárias e especiais)
- X – Codicilos
- XI – Disposições testamentárias em geral (conteúdo dos testamentos)
- XII – Legados – conceito, modalidades, efeitos, pagamento e caducidade
- XIII – Substituições
- XIV - Direito de acrescer
- XIII – Redução das disposições testamentárias
- XIV – Revogação dos testamentos
- XV – Deserdação
- XVI – Inventário e partilha.

## BIBLIOGRAFIA

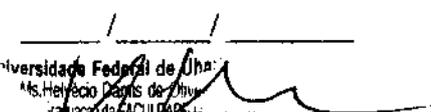
### Bibliografia básica:

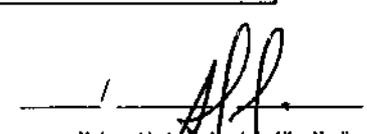
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2005
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das sucessões**. São Paulo: RT, 2009.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Curso de direito civil**. vol. VII. São Paulo: Saraiva, 2010.

### Bibliografia complementar:

- NEVES, Rodrigo Santos. **Curso de Direito das Sucessões**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.
- RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense, 2008
- VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**, vol VII. São Paulo: Atlas, 2010.

## PROVAÇÃO

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Ms. Helvécio Denis de Albuquerque  
Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Alemar  
Diretor da Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Processual Penal II

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 7º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
60 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
60 h

OBRIGATORIA: (x) OPTATIVA: ( )

OBS:

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria Geral do Processo;  
Direito Processual Civil I e II; Direito Penal I, II e  
II; Direito Processual Penal I.

**CÓ-REQUISITOS:**

OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Ao final do curso de Processo Penal II o aluno será capaz de compreender a estrutura do Processo Penal como instrumento de aplicação do Direito Penal pelo devido processo legal segundo o modelo garantista.

**Objetivos Específicos:** O aluno analisará a estrutura processual penal brasileira, pelo conhecimento da legislação, da doutrina e da jurisprudência sobre processo penal, bem como, instigar o pensamento crítico a respeito dos institutos processuais penais.

EMENTA

Sentença Criminal. Procedimentos comuns e especiais do Código Penal. Nulidades. Recursos. *Habeas Corpus*. Mandado de Segurança Criminal. Revisão Criminal.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

**1. SENTENÇA CRIMINAL**  
Conceito, espécies, requisitos

AL.

AL.

Princípios

“Emendatio Libelli” e “Mutatio Libelli”

Efeitos da sentença penal

## 2. PROCEDIMENTOS

Classificação

Procedimentos em Espécie

Procedimentos comuns:

- Procedimento ordinário
- Procedimento sumário
- Procedimento sumaríssimo
- Suspensão condicional do processo

Procedimentos especiais:

Procedimento do Tribunal do Júri

Procedimento dos crimes cometidos por funcionário público

Procedimento dos crimes contra a honra

## 3. NULIDADES

- Atos irregulares, nulos e inexistentes
- Nulidades absolutas e relativas
- Princípios norteadores das nulidades:
  - Princípio do prejuízo
  - Princípio da convalidação
  - Princípio da causalidade
  - Princípio do interesse
  - Princípio da instrumentalidade das formas

## 4. RECURSOS

**Teoria Geral dos Recursos**

- Conceito
- Fundamento
- Pressupostos
- Princípios
- Efeitos
- Classificação
- Coisa julgada

Recursos em espécie

- Recurso em sentido estrito
- Apelação
- Carta testemunhável
- Embargos declaratórios
- Embargos infringentes e nulidades
- Agravo em Execução Penal
- Correição parcial

Recursos para os Tribunais Superiores

- Recurso Ordinário Constitucional
- Recurso especial
- Recurso extraordinário

AP.



### 5. HABEAS-CORPUS

Antecedentes Históricos  
Natureza jurídica  
Cabimento  
Forma e prazo  
Competência  
Procedimento

### 6. MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA CRIMINAL

Cabimento  
Competência para o processo e julgamento  
Natureza jurídica, forma e prazo  
Procedimento

### 7. REVISÃO CRIMINAL

Natureza Jurídica  
Pressupostos  
Legitimidade  
Competência  
Prazo  
Efeitos  
Procedimento

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 8ª ed. São Paulo: RT, 2010.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

TÁVORA, Nestor; ANTONNI, Rosmar. *Curso de Direito Processual Penal - 3ª ed - Revista*, ampliada e atualizada com a lei 11.900/09. Salvador: Jus Podium, 2010.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.

### Bibliografia Complementar:

\_\_\_\_\_. *Processo Penal*. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. *Processo Penal*. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2010.

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. *Processo Penal*. São Paulo: Método, 2010.

BONFIM, Edílson Mougenot. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRINOVER, Ada Pellegrini, GOMES FILHO, Antônio Magalhães, FERNANDES, Antônio

AP.

184  
2

Scarance. Recursos no Processo Penal. São Paulo: RT, 2009.

GRINOVER, Ada, FERNANDES, Antônio Scarance, GOMES FILHO, Antônio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. São Paulo: RT, 2009.

GRINOVER, Ada, FERNANDES, Antônio Scarance, GOMES FILHO, Antônio Magalhães. GOMES, Luiz Flávio. *Juizados Especiais Criminais: comentários à Lei 9.099 de 26/09/95*. São Paulo: RT, 2005.

GRINOVER, Ada. CALMON, Petrônio. *Direito processual comparado*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Processo penal*. São Paulo: Atlas, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de processo penal comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

\_\_\_\_\_. *Tribunal do Júri*. São Paulo: RT, 2010.

RANGEL, Paulo: *Direito Processual Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Código de Processo Penal*. Vol.1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. *Processo Penal*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. *Processo Penal*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Dantas de Oliveira Cunha  
Coordenador do Curso de Graduação em Direito  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguiar de Azevedo  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R N° 733/10  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 7º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: (X)

OPTATIVA: ( )

60 h

0 h

60 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Civil I, II e III.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Estudar os conceitos basilares do processo cautelar e do processo de execução cível

Objetivos Específicos:

Entender a teoria geral dos processos cautelares e de execução.

Perceber os princípios fundamentais do direito processual;

Analisar em profundidade as questões divergentes no processo de execução e cautelar

EMENTA

1. DA EXECUÇÃO.
2. DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO
3. DO PROCESSO CAUTELAR
4. PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

DA EXECUÇÃO.

1. Introdução – Técnicas de Execução

Handwritten signature and initials.



2. Da atividade Executiva

3. Modalidade de Execução

4. Princípios da Execução

5. As Partes na Execução

6. Competência

7. Requisitos para Execução

8. Requisitos do Título Executivo

9. Responsabilidade Patrimonial

10. Liquidação de Sentença

#### DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

11. Execução das Obrigações de dar coisa certa

12. Execução das Obrigações de dar coisa incerta

13. Execução das Obrigações de fazer e não fazer

14. Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

15. Execução contra a Fazenda Pública

16. Execução de Prestação de Pensão Alimentícia

17. Defesa do Devedor em Juízo na Execução por Título Extrajudicial.

18. Execução por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente

19. Suspensão e Extinção das Execuções

#### DO PROCESSO CAUTELAR

1. Características do Processo Cautelar

2. Poder Geral de Cautela do Juiz

3. Direito Substancial e Cautela

4. Tutela Cautelar e Tutela Antecipatória

5. O Mérito nas Ações Cautelares

6. Procedimento Cautelar.

7. Responsabilidade Civil do Requerente

#### PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS

8. Do Arresto

9. Do Seqüestro

10. Da Caução

11. Da Busca e Apreensão

12. Da Exibição

197  
A

- 13. Da Produção Antecipada de Provas
- 14. Dos Alimentos Provisionais
- 15. Do Arrolamento de Bens
- 16. Da Justificação
- 17. Dos Protestos, Notificações e Interpelações
- 18. Da Homologação do Penhor Legal
- 19. Da Posse em Nome do Nascituro
- 20. Do Protesto e da Apreensão de Títulos
- 21. Outras Medidas Provisionais

### BIBLIOGRAFIA

#### Bibliografia Básica:

*Greco Filho, Vicente.* Direito Processual Civil Brasileiro, V.2 São Paulo. Saraiva. 2009.

*Teodoro Junior, Humberto.* Curso De Direito Processual Civil, V.2. Forense. Rio de Janeiro. 2009

*Marinoni, Luiz Guilherme, e Arenhart, Sérgio Cruz.* Curso De Processo Civil, V.3 e 4 São Paulo. RT, 2008.

*Gonçalves, Marcus Vinicius R.* Novo Curso de Direito Processual Civil, Vol 3, São Paulo, Saraiva. 2ª ed. 2009.

#### Bibliografia Complementar:

*Assis, Araken de.* Manual da Execução. São Paulo RT. 2009.

*Silva, Ovidio A. Batista da.* Curso De Processo Civil, V.2 . Rio de Janeiro. RT. 2007.

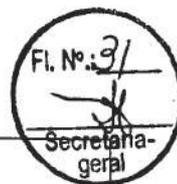
### APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damásio de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria N.º 879/09

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguilardo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria N.º 124/09



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



## FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR

<b>CÓDIGO:</b> GDR034	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> FACULDADE DE DIREITO	<b>SIGLA:</b> FADIR	
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 60	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>	<b>CH TOTAL:</b> 60

### OBJETIVOS

Objetivo Geral: Estudar os conceitos basilares do processo de execução cível

Objetivos Específicos: Entender a teoria geral do processo de execução; perceber os princípios fundamentais do direito processual; analisar em profundidade as questões divergentes no processo de execução e os meios de defesa do devedor.

### EMENTA

Da liquidação de sentença. Do cumprimento de sentença. Do processo de execução.

### PROGRAMA

1. DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA
2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO
3. DA EXECUÇÃO EM GERAL
  - a. Das partes
  - b. Da Competência
  - c. Dos Requisitos para o Processo de Execução
4. DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGAR DE COISA.
  - a. Da Entrega de Coisa Certa
  - b. Da Entrega de Coisa Incerta
5. DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER
  - a. Da Obrigação de Fazer
  - b. Da Obrigação de Não Fazer



6. DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA
  - a. Da Citação
  - b. Da Penhora, Depósito e Avaliação
  - c. Da Expropriação de Bens
    - i. Da Adjudicação
    - ii. Da Alienação
  - f. Satisfação do Crédito
7. DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA
8. DA EXECUÇÃO FISCAL
9. DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES DE PRESTAR ALIMENTOS
10. DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO
11. DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

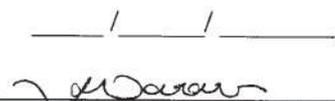
- BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2015.
- GONÇALVES, Marcus Vinícius R. Novo **Curso de Direito Processual Civil**. V. 3, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.
- GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. V. 2, São Paulo: Saraiva, 2015.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo de Civil**. V. 3 e 4, São Paulo: RT, 2015.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**, V. 2, Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato C.; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. São Paulo: RT, 2015.



**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ASSIS, Araken de. **Manual da Execução**. São Paulo: RT, 2015.

**APROVAÇÃO**

  
\_\_\_\_\_  
**Universidade Federal de Uberlândia**  
Carimbo e Assinatura da Coordenadora do Curso  
Coordenadora de Graduação da Faculdade de Direito  
"Prof. Jacy de Assis" - Portaria R nº. 698/2015

  
**Universidade Federal de Uberlândia**  
**Prof. Dra. Simone Silva Prudêncio**  
Diretora Subs. da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
**Unidade Acadêmica**  
(que oferece o componente curricular)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO/FACULDADE DE  
CURSO DE

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO II

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 7º PERÍODO

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: (X)

OPTATIVA: ( )

60 h

0 h

60 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: DIREITO DO TRABALHO I

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Transmitir ao aluno conceitos básicos e informações necessárias para o conhecimento do direito do trabalho de modo objetivo, direto e profundo, com base em análise e discussões discriminadas de seus institutos.

Capacitar o aluno a identificar e adequar as normas de direito do trabalho a cada caso específico nas relações de emprego e de trabalho.

EMENTA

1. Duração do Trabalho.
2. Períodos de Descanso.
3. Trabalho da Mulher e do Menor.
4. Estabilidade e FGTS.
5. Término do Contrato Individual de Trabalho.
6. Direito Coletivo.
7. Greve.



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1) DURAÇÃO DE TRABALHO

- Classificação da jornada de trabalhos.
- Intervalos
- Prorrogação e compensação.
- Trabalho noturno.
- Turnos ininterruptos de revezamento.

### 2) PERÍODO DE DESCANSO

- Repouso semanal remunerado.
- Feriados.
- Férias anuais.
  - Aquisição.
  - Duração.
  - Concessão.
  - Remuneração.
  - Abono de Férias.
  - Efeito de extinção do contrato de trabalho.
  - Prescrição.
  - Férias coletivas.

### 3) TRABALHO DA MULHER E DO MENOR-

- A constituição e a proteção de mulher e do menor.
- Proteção à maternidade.
- Contratos de trabalho e salário.
- Duração e condições de trabalho.

### 4) ESTABILIDADE E FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

- Legislação.
- Efeitos da rescisão de contrato de trabalho.
- Movimentação das contas.

### 5) TÉRMINO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

- Formas de extinção
- Prova.
- Aviso Prévio.
- Efeitos.
- Estabilidade.

### 6) DIREITO COLETIVO

- Organização sindical.

- Características, finalidade, função e reconhecimento do sindicato.
- Normas coletivas de trabalho.

#### 7) GREVE

- Conceito.
- Natureza jurídica.
- Fundamentos.
- Procedimentos.
- Garantias dos grevistas.
- Manutenção dos equipamentos.
- Serviços essenciais.
- Abuso do direito de greve.

### BIBLIOGRAFIA

#### **Bibliografia Básica**

- BARROS, Alice Monterio de. **Curso de direito do trabalho**. LTr Editora, 2010.  
CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. Editora Saraiva, 2010.  
DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.  
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2010.

#### **Bibliografia Complementar:**

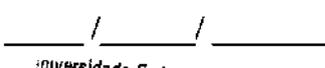
- ALMEIDA, Renato Rua de. **Direitos fundamentais aplicados ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.  
BARROS, Alice Monterio de. **A mulher e o direito do trabalho**. LTr Editora, 2009.  
BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Sindicatos – sindicalismo**. LTr Editora, 2009.  
DAMASCENO, Fernando A.V. **Equiparação salarial**. LTr Editora, 2010.  
GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.  
LACERDA, Dorval. **A falta grave no direito do trabalho**. Edições Trabalhistas, 1989.  
LINS, Edilberto Quintela Vieira. **Incapacidade executiva de trabalho e contrato de emprego**. Editora Forense, 1984.  
MAGANO, Octávio Bueno. **Do Poder diretivo na empresa**. Editora Saraiva, 1989.  
MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Direito do trabalho**. Atlas, 2009.  
MARANHÃO, Délio, VIANA, Segadas, SUSSEKIND, Arnaldo & TEIXEIRA, Lima. **Instituições de direito do trabalho**. LTr Editora, 2005.  
MARTINS, Nei Frederico Cano. **Estabilidade provisória no emprego**. LTr Editora, 1995.  
MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. Atlas, 2010.  
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito sindical**. LTr Editora, 2010.  
\_\_\_\_\_. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2009.  
PINTO, José Augusto Rodrigues. **Curso de direito individual do trabalho**. LTr Editora, 2003.  
PRUNES, José Luiz Ferreira, **A Prescrição no direito do trabalho**. LTr Editora, 1996.  
\_\_\_\_\_. **Contratos Triangulares de Trabalho**. Editora Juruá, 2005.  
RODRIGUES, Américo Plá. **Princípios de direito do trabalho**. LTr Editora, 2004.  
ROMITA, Arion Sayão. **O poder disciplinar do empregador**. Editora Freitas Bastos, 1983.  
RUPRECHT, Alfredo J. **Relações coletivas de trabalho**. LTr Editora, 1995.

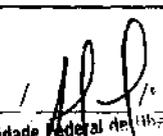
AL.



RUSSOMANO, Mozart Victor. **Princípios gerais de direito sindical**. Editora Forense, 1995.  
SAAD, Eduardo Gabriel. **Constituição e direito do trabalho**. LTr Editora, 1989.  
SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. LTr Editora, 2000.  
SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio & SEGADAS, Viana, **Instituições de direito do trabalho**. São Paulo: Ltr, 2005.

**APROVAÇÃO**

  
\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Instituto de Ciências Jurídicas  
Curso de Graduação em Direito  
Bacharelado em Direito  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

  
\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguiar de Oliveira  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R N° 133/09



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**ELIHA DE DISCIPLINA**

DISCIPLINA: Direito Civil VII

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 7º PERÍODO

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
60 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
60 h

OBRIGATÓRIA: (X)    OPTATIVA: ( )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Civil III, Direito Civil IV

CÓ-REQUISITOS:

**OBJETIVOS**

Ao final da disciplina o estudante será de:

Apontar os pressupostos da responsabilidade civil, bem como as teorias que justificam o direito das indenizações, com o necessário paralelo entre a responsabilidade subjetiva e a responsabilidade pelo risco criado pela atividade.

Perscrutar a responsabilidade civil como integrante do ramo das obrigações, partindo da idéia da *restitutio in integrum* a favor do lesado, mas ao mesmo tempo possibilitando a defesa do patrimônio do agente, ante a tutela do *piso vital mínimo*.

Preparar o aluno na utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da responsabilidade civil.

Possibilitar ao aluno a criação de espírito crítico referente à matéria, de forma que compreendendo a dogmática possa ir além da norma jurídica, da jurisprudência e dos textos estudados.

1. Introdução à responsabilidade civil.
2. Pressupostos da responsabilidade civil.
3. Reparabilidade e liquidação do dano.
4. Responsabilidade extracontratual.

AL.

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1. INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL

- 1.1. Fontes da obrigação. Fato jurígeno. Fato jurídico. Fato antijurídico.
- 1.2. Conceito de responsabilidade civil. Perspectivas: estruturalista, funcionalista e axiológica.
- 1.3. Evolução da responsabilidade civil. Da Lei de Talião à socialização da responsabilidade civil.

### 2. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

- 2.1. Introdução. Conduta humana. Nexo de causalidade. Dano e prejuízo. Noções gerais.
- 2.2 Conduta humana. Ato e atividade.
  - 2.2.1 Conduta humana culposa. Ato ilícito. Classificação da culpa. A responsabilidade subjetiva.
    - 2.2.1.1 O ocaso da culpa. Contra-ofensiva da culpa. Fragmentação dos modelos de conduta.
    - 2.2.1.2 Da culpa adestrada à moral à objetivação da culpa.
  - 2.2.2 Conduta humana de risco. O risco da atividade. A responsabilidade objetiva.
    - 2.2.2.1 Tipos casuísticos e cláusulas gerais de responsabilidade objetiva no Direito Comparado.
    - 2.2.2.2 Teorias do risco no direito brasileiro. Risco-criado. Risco-mitigado. Risco-perigo.
    - 2.2.2.3 Proposta de interpretação do dispositivo do parágrafo único do art. 927.
- 2.3 Nexo de causalidade. As condições e causas do dano. Causa natural e causa jurídica.
  - 2.3.1. Teorias justificadoras
    - 2.3.1.1 A equivalência das condições (*conditio sine qua non*).
    - 2.3.1.2 A causalidade adequada e a causalidade eficiente.
    - 2.3.1.3 A causalidade direta e imediata e a necessidade causal.
    - 2.3.1.4 Nexo causal flexível.
    - 2.3.1.5 Causalidade e o resultado mais grave.
    - 2.3.1.6 Causalidade alternativa e o grupo envolvido.
    - 2.3.1.7 Causalidades concorrentes.
  - 2.3.2 Excludentes tradicionais do nexo de causalidade e sua mitigação.
    - 2.3.2.1 O fortuito interno e a nova exigência da externidade.
- 2.4 O dano ressarcível. Conceito e requisitos. A expansão quantitativa e qualitativa dos danos.
  - 2.4.1 Dano patrimonial e sua classificação. Teoria da diferença.
    - 2.4.1.1 Dano direto e dano indireto.
    - 2.4.1.2 Dano emergente. Lucro cessante e a perda de uma chance.
    - 2.4.1.3 Reflexo do dano patrimonial aos direitos da personalidade. Espécies.
  - 2.4.2. O dano extrapatrimonial. A dignidade da pessoa humana. Teoria da consequência.
    - 2.4.2.1 Dano moral. Dano moral direto e indireto.
    - 2.4.2.2 Dano estético e a modificação involuntária da integridade física.
    - 2.4.2.3 Dano psíquico.
  - 2.4.3 Os novos danos e a universalização da reparabilidade.
    - 2.4.3.1 Os danos transindividuais. Dano moral coletivo e dano social. A função punitiva.
    - 2.4.3.2 Dano sexual. Dano de férias arruinadas. Dano à serenidade. *Bullying*.
    - 2.4.3.3 Rompimento de noivado. Abandono afetivo. Danos de *mass media*. *Mobbing*.
    - 2.4.3.4 Dano ao embrião e ao nascituro.

### 3. REPARABILIDADE E LIQUIDAÇÃO DO DANO

- 3.1 Reparação e modos de reparação.
  - 3.1.1 Reparação na responsabilidade contratual.
  - 3.1.2 Reparação na responsabilidade extracontratual.
    - 3.1.2.1 Ressarcimento do dano à vida e à integridade corporal.
    - 3.1.2.2 Ressarcimento dos danos existenciais.
      - 3.1.2.2.1 Ofensa à honra

Al.  
[Assinatura]



- 3.1.2.2.2 Ofensa à dignidade sexual
- 3.1.2.2.3 Ofensa à privacidade e intimidade
- 3.1.2.2.4 Ofensa à dignidade sexual
- 3.1.2.2.5 Ofensa ao nome e imagem

3.2 Liquidação, funcionalidade e suas modalidades

3.3 Teto máximo e piso mínimo da indenização.

3.4 Método de aferição do dano e técnica de ponderação. A distinção entre o dano e a ilicitude da conduta.

#### 4. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL

- 4.1 Responsabilidade civil complexa
- 4.2 Responsabilidade pelo fato da coisa
- 4.3 Responsabilidade pelo fato do animal
- 4.4 Responsabilidade por abuso do direito
- 4.5 Responsabilidade nas relações de vizinhança
- 4.6 Responsabilidade por danos ecológicos



#### Bibliografia Básica:

- AGUIAR DIAS, José de. *Da responsabilidade civil*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil brasileiro: responsabilidade civil*. v. 7. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA F., Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. Vol. 3. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GOMES, Orlando. *Obrigações*. 17 ed. rev. e atual. Atualização Edvaldo Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva. (última edição).
- NORONHA, Fernando. *Direito das Obrigações*. Vol. 1. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade Civil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: responsabilidade civil*. v. 4. São Paulo: Saraiva.
- SILVA, Wilson Melo da. *Responsabilidade sem culpa*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1974.
- STOCO, Rui. *Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial*. São Paulo: RT (última edição).

#### Bibliografia Complementar:

- ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas conseqüências*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1980.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Curso de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Responsabilidade civil nas atividades perigosas*. RT, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 590, p. 25-35, dez. 1984.
- \_\_\_\_\_. *Reparação civil por danos morais*. São Paulo: RT, 1993.
- CASILLO, João. *Dano à pessoa e sua indenização*. 2 ed. São Paulo: RT, 1994.
- CASTRO, Guilherme Couto de. *A Responsabilidade civil objetiva no Direito brasileiro: o papel da culpa em seu contexto*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- FERREIRA, Keila Pacheco. *Abuso do direito nas relações obrigacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

AP.



GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. *Responsabilidade civil pelo risco da atividade*. São Paulo: Saraiva, 2009.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Responsabilidade pressuposta*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

LIMA, Alvino. *Culpa e risco*. 2 ed. rev. e atual. Atualização Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: RT, 1999.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha. *Tratado de direito civil português*. 2ª Ed. Coimbra: Almedina, 2000.

NORONHA, Fernando. *Desenvolvimentos contemporâneos da responsabilidade civil*. Revista dos Tribunais. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 88, v. 761, p.31-44, mar. 1999.

\_\_\_\_\_. *Responsabilidade Civil: Uma tentativa de ressystematização*. Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 17, v. 64, p. 12-47, abr./jun. 1993.

SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2007.

STOCO, Rui. *Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

TRIMARCHI, Pietro. *Rischio e responsabilità oggettiva*. Milano: Giuffrè, 1961.

VAZ, Caroline. *Funções da responsabilidade civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Cleverton Damis de Oliveira  
Comitê de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Administrativo I

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 8º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

60 h

0 h

60 h

OBRIGATÓRIA: (x)    OPTATIVA: ( )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Organização do Estado e dos Poderes; Teoria Geral do Processo;

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Considerando que o Direito Administrativo é o ramo do Direito Público que disciplina o exercício da função administrativa, sob os aspectos subjetivo e objetivo, a chamada parte geral desse ramo jurídico intenta lançar as bases para o desenvolvimento posterior dos conceitos e institutos necessários para a vida em sociedade de todo aquele que se relaciona com o Estado, seja na condição de agente público ou na qualidade de cidadão.

EMENTA

1. Noções Introdutórias
2. Regime Jurídico Administrativo
3. Poderes da Administração Pública
4. Atos administrativos
5. Processo administrativo
6. Administração indireta
7. Reforma Administrativa
8. Serviços Públicos

DESCRIBÇÃO

1. **Noções Introdutórias**
  - 1.1. Funções do Estado
  - 1.2. Critérios de distinção das funções do Estado
  - 1.3. Direito Administrativo
  - 1.4. Administração Pública: sentidos
2. **Regime Jurídico Administrativo**
  - 2.1. Princípios da Administração Pública
  - 2.2. Interesse público
  - 2.3. Legalidade
  - 2.4. Impessoalidade
  - 2.5. Moralidade
  - 2.6. Publicidade
  - 2.7. Eficiência
  - 2.8. Razoabilidade
  - 2.9. Motivação
  - 2.10. Responsabilidade do Estado
  - 2.11. Controle ou tutela
3. **Poderes da Administração Pública**
  - 3.1. "Poder discricionário" e "poder vinculado"
  - 3.2. Poder regulamentar ou normativo
  - 3.3. Poder hierárquico
  - 3.4. Poder disciplinar
  - 3.5. Poder de polícia
4. **Atos administrativos**
  - 4.1. Conceito
  - 4.2. Perfeição, eficácia e validade
  - 4.3. Elementos
  - 4.4. Pressupostos
  - 4.5. Atributos
  - 4.6. Classificação e espécies
  - 4.7. Extinção
5. **Processo administrativo**
  - 5.1. Direito positivo
  - 5.2. Conceito
  - 5.3. Aspectos relevantes
  - 5.4. Modalidades
  - 5.5. Fases
  - 5.6. Processo administrativo federal (Lei nº 9.784/99)
6. **Administração indireta**
  - 6.1. Autarquias
  - 6.2. Fundações
  - 6.3. Sociedades de Economia Mista
  - 6.4. Empresas Públicas
  - 6.5. Consórcios públicos
7. **Reforma Administrativa**
  - 7.1. Os quatro núcleos de atividades do Estado e as novas figuras da Administração Pública
  - 7.2. Contrato de Gestão

A.



<ul style="list-style-type: none"><li>7.3. Agências executivas e agências reguladoras</li><li>7.4. Organizações Sociais (OS)</li><li>7.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público(OSCIP)</li><li>8. <b>Serviços Públicos</b><ul style="list-style-type: none"><li>8.1. Conceito</li><li>8.2. Atributos</li><li>8.3. Classificação</li><li>8.4. Princípios</li><li>8.5. Remuneração</li><li>8.6. Execução</li></ul></li></ul>		
---	--	--

**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia básica:**

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2.007.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2.010.

CARVALHO, Raquel Melo Urbano de. **Curso de Direito Administrativo: Parte geral, intervenção do Estado e estrutura da Administração**. Salvador: Juspodivm, 2.009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2.010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2.010.

**Bibliografia complementar:**

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2.006.

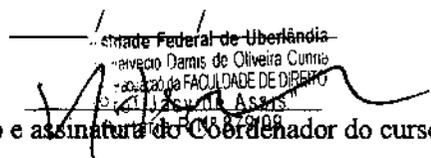
JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2.007.



MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2.010.

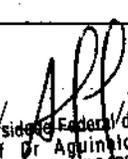
**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Rafael Damis de Oliveira Cunha  
Coordenador da FACULDADE DE DIREITO  
"Profa. Jacy de Assis"  
Rua R. Nº 733/110



Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquilino Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Profa. Jacy de Assis"  
Rua R. Nº 733/110



Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO/FACULDADE DE  
CURSO DE**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I

<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> FADIR		
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 8º período		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 60 h	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> 0 h	<b>CH TOTAL:</b> 60 h
<b>OBRIGATÓRIA:</b> ( X )	<b>OPTATIVA:</b> ( )			

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria Geral do Processo. Direito Processual Civil I, II, III, IV. Direito do Trabalho I e II.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Conhecer e aplicar as regras e princípios do Direito Processual do Trabalho, destinados à solução judicial dos conflitos trabalhistas.

Especificamente, orientar, preparar e capacitar o aluno para atuar na seara trabalhista, quer no âmbito da justiça do trabalho. Que nos variados segmentos abrangidos pela área especializada.

**EMENTA**

1. Direito Processual do Trabalho
2. Organização e Competência da Justiça do Trabalho
3. Atos, Termos e Prazos Processuais
4. Partes e Representação Processual
5. Reclamação Trabalhista
6. Audiência Trabalhista
7. Provas
8. Sentença



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1. Direito Processual do Trabalho

- História do Direito Processual do Trabalho
- Conceito
- Formas de solução dos conflitos trabalhistas
- Fontes
- Princípios

### 2. Organização e Competência da Justiça do Trabalho

- Varas do Trabalho
- Tribunais Regionais do Trabalho
- Tribunal Superior do Trabalho
- Ministério Público e órgãos auxiliares
- Competência da Justiça do Trabalho:
  - Em razão da matéria
  - Em razão da pessoa
  - Em razão do lugar
  - Conflitos de Competência
  - NOVA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

### 3. Atos, Termos e Prazos Processuais

- Atos
- Termos
- Prazos
- Comunicação de atos processuais
- Nulidades

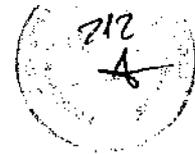
### 4. Partes e Representação Processual

- Capacidade
- Representação
- Partes
- *Jus Postulandi*
- Substituição Processual

### 5. Reclamação Trabalhista

- Petição inicial
- Requisitos

AR.



- Subsidiariedade do CPC

## **6. Audiência Trabalhista**

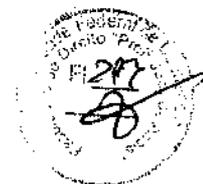
- Abertura
- Tentativa de Conciliação
- Resposta do Réu
- Razões Finais

## **7. Provas**

- Princípios
- Depoimento pessoal
- Prova documental
- Testemunhas
- Perícia
- Inspeção Judicial

## **8. Sentença nos Dissídios Individuais**

- **Honorários periciais e advocatícios**
- **Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros.**
- Estrutura da sentença:
  - Relatório;
  - Fundamentação;
  - Dispositivo
- Requisitos



## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

### Bibliografia Básica:

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de direito processual do trabalho**, São Paulo, LTR, 2010..

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**, São Paulo, Atlas, 2010.

SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**, São Paulo, Editora Método, 2010.

### Bibliografia Complementar:

BEBBER. **Princípios do processo do trabalho**, São Paulo, LTR, 1997.

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Ministério público do trabalho –doutrina, jurisprudência e prática**, São Paulo, LTR, 2006.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Sentença trabalhista**. Rio de Janeiro. Edições Trabalhistas, 1996.

CASTELO, Jorge Pinheiro. **O Direito processual do trabalho na moderna teoria geral do processo**, São Paulo, LTR, 2003.

CAVALCANTE, Jouberto Quadros Pessoa. JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Manual de direito processual do trabalho**, Rio de Janeiro, Lumen Júris, 2004.

LAMARCA, Antonio. **O livro da competência**, São Paulo, RT, 1979.

MACHADO JR., César P. S. **O ônus da prova no processo do trabalho**, São Paulo, LTR, 2001.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Manual da audiência trabalhista**, São Paulo, RT, 2004.

\_\_\_\_\_. **O processo na justiça do trabalho**, São Paulo, RT, 2008.

RODRIGUES PINTO, José Augusto. **Processo trabalhista de conhecimento**, São Paulo, LTR, 2005.

SILVA, Antonio Álvares da. **Pequeno tratado da nova competência da justiça do trabalho**, São Paulo, LTR, 2005.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Direito processual do trabalho. Efetividade, acesso à justiça, procedimento oral**, São Paulo, LTr, 1998.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **A Prova no Processo do Trabalho**, São Paulo, LTR, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Sentença no Processo do Trabalho**, São Paulo, LTR, 2004.

\_\_\_\_\_. **Petição Inicial e Resposta do Réu**, São Paulo, LTR, 1996.

## APROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Dantas de Oliveira  
Coordenador do curso  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 67/2010

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguiaraldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Prof. Dr. de Assis  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica

\_\_\_\_\_  
A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO</b>			
<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA: FADIR</b>	
<b>PERÍODO/SÉRIE: 8º período</b>		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b>	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>
<b>OBRIGATÓRIA: ( X )</b>	<b>OPTATIVA: ( )</b>	<b>60 h</b>	<b>0 h</b>
		<b>CH TOTAL: 60 h</b>	

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria do Estado e Democracia, Teoria da Constituição, Direitos Fundamentais e Organização do Estado e dos Poderes.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral:** Fornecer ao aluno as ferramentas e o conhecimento necessários para compreender o conteúdo jurídico das relações interestatais verificadas no plano internacional e suas interfaces com o Direito interno.

**CONTEÚDO**

A organização jurídico-política planetária. Normas internacionais. Personalidade internacional. Responsabilidade internacional. Domínio Público Internacional. Conflitos internacionais. Integração de Estados. Novos "Direitos" do plano Internacional.

**DESCRIÇÃO DE OBJETIVOS**

1. Organização jurídico-política planetária
  - 1.1 A Sociedade internacional e o surgimento do Direito Internacional Público
  - 1.2 Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado
  - 1.3 Direito Internacional Comum e Direito Internacional Particular



- 1.4 Direito Internacional Geral e Direito Internacional Especial
- 1.5 DIP, Relações Internacionais e Direito das Relações Internacionais
- 1.6 Idealismo e Realismo nas relações internacionais
- 1.7 Sociedade internacional e sociedade interna
- 1.8 Direito Internacional e Direito interno (Monismo e Dualismo)
- 1.9 Princípios que regem as relações entre os Estados
- 1.10 Direitos e deveres dos Estados
- 1.11 Fundamento do Direito Internacional Público
2. Fontes do Direito Internacional Público
  - 2.1 Fonte convencional do DIP: Os tratados internacionais
  - 2.2 Fontes não formais ou extra-convencionais
3. Pessoas de Direito Internacional
  - 3.1 Conceito de personalidade internacional
  - 3.2 Pessoas de DIP
    - 3.2.1 O Estado
      - 3.2.1.1 Elementos do Estado – a soberania
      - 3.2.1.2 Elementos do Estado – o território
      - 3.2.1.3 Elementos do Estado – a população
      - 3.2.1.4 Os Micro-Estados
      - 3.2.1.5 Sucessão de Estados
    - 3.2.2 Organizações Internacionais
      - 3.2.2.1 Conceito de Organização Internacional
      - 3.2.2.2 Classificação das Organizações Internacionais
      - 3.2.2.3 Organizações internacionais e Organizações não-governamentais
      - 3.2.2.4 Sucessão de Organizações Internacionais
    - 3.2.3 O indivíduo como sujeito de Direito Internacional
4. A responsabilidade internacional
  - 4.1 Elementos da responsabilidade internacional
  - 4.2 Responsabilidade por atos do Estado e por atos de particulares
  - 4.3 Modos de reparação do dano transfronteiriço
  - 4.4 Proteção do Estado a nacional seu alhures (proteção diplomática)
  - 4.5 Proteção da Organização Internacional a funcionário seu (proteção funcional)
5. Conflitos internacionais

- 5.1 Noção de conflitos internacionais
- 5.2 Modos de solução de conflitos internacionais
  - 5.2.1 A auto-defesa (self-defense)
  - 5.2.2 Retaliação, represália e retorsão
  - 5.2.3 Meios diplomáticos de solução de conflitos internacionais
  - 5.2.4 Meios políticos de solução de conflito internacionais
  - 5.2.5 Meios jurídicos de solução de conflitos internacionais
  - 5.2.6 A guerra
- 6. Integração Regional de Estados
  - 6.1 Formas de integração de Estados
  - 6.2 Integração de blocos regionais
- 7. Novos "Direitos" do plano Internacional
  - 7.1 O fenômeno da "globalização"
  - 7.2 Direito Ambiental Internacional
  - 7.3 Direito Internacional dos Direitos humanos
  - 7.4 Meio ambiente, Direito Internacional e Direitos humanos
  - 7.5 Direito Internacional Humanitario
  - 7.6 Direito Penal Internacional

#### BIBLIOGRAFIA

##### **Bibliografia básica:**

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva.

ALLEMAR, Aguinaldo. **Direito Internacional para Exame de Ordem & Concursos**. Curitiba: Juruá.

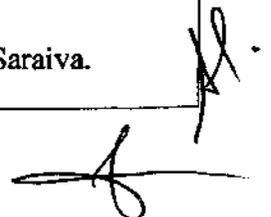
REZEK, José Francisco. **Direito internacional Público: Curso elementar** São Paulo: Saraiva.

##### **Bibliografia complementar:**

ACCIOLY, Hildebrando. **Tratado de Direito Internacional Público**. 3 vols. Rio de Janeiro: MRE.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Mercosul: Fundamentos e Perspectivas**. São Paulo: LTr.

ANDRADE, Agenor Pereira. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva.





AUGUST, Ray. **Public International Law**. New Jersey (EUA): Prentice Hall.

BOSON, Gerson de Brito. **Direito Internacional Público: O Estado em Direito das Gentes**. Belo Horizonte: Del Rey.

GINTNER, Luiz José. **Em busca de Liliput**. Rio de Janeiro: Litteris.

JO, Hee Moon. **Introdução ao Direito Internacional**. São Paulo: LTr.

KAPLAN, Morton. KATZEMBACH, Nicholas. **Fundamentos Políticos del Derecho Internacional**. México-DF: Limusa-Wiley.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos Políticos do Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Zahar.

MELLO, Celso Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 2 vols. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

PAULO VI, Papa. **Journée de la Paix**. Vaticano: Tipografia Poliglota Vaticana.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. V. 1. São Paulo: Atlas.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Econômico Internacional e Direito Comunitário**. Belo Horizonte: Del Rey.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. Belo Horizonte: Del Rey.

VALLE-RIESTRA, Javier. **Tratado de la Extradición**. 3 v. Lima (Perú): AFA Ed. Importadores.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aginaldo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**FICHA DE DISCIPLINA**

DISCIPLINA: Prática Civil

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 8º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( X ) OPTATIVA: ( )

0 h

90h

90 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I a VII; Direito Processual Civil I a IV.

CÓ-REQUISITOS:

**OBJETIVOS**

Exercitar efetivamente das diversas carreiras jurídica, bem como introduzir os acadêmicos nas práticas jurídicas, ambientando-o ao cotidiano forense, e ao mesmo tempo despertar os estudantes para a realidade social, conduzindo a um contato direto com comunidades carentes. E ainda, apresentar e promover a familiarização dos discentes com a estrutura administrativa dos órgãos do Poder Judiciário e demais funções essenciais à Justiça.

**EMENTA**

Da prática jurídica como estágio supervisionado: funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica, responsabilidade do profissional do direito, ética e cidadania. Organização Judiciária do Estado. Orientação Pedagógica. Análise de autos findos e casos concretos; solução de casos concretos; desenvolvimento das funções advocatícias, ministerial e da magistratura; simulação de práticas processuais envolvendo atividades judiciais, judiciárias e extrajudiciárias cíveis; montagem do caderno processual e comparação do processo real com o processo produzido. Visitação e observa o de atos jurídicos reais



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

04. Atividades programadas
  01. Capacitação: apresentação do NPJ; regras de funcionamento
  02. Capacitação: Da responsabilidade do profissional do Direito; ética e cidadania
  03. Análise de autos findos de casos concretos
  04. Elaboração de solução para caso concreto analisado
  05. Atuação simulada na função jurisdicional
  06. Atuação simulada na função ministerial
  07. atuação simulada na função advocatícia
  08. Atuação simulada de atividades administrativas suportes da atividade jurisdicional
  09. Montagem do caderno processual
  10. Comparação do processo real com processo produzido
  11. Observação de atos jurídicos reais
  12. Elaboração de relatórios
05. Metodologia:  
A disciplina prioriza o trabalho autônomo dos estagiários, promovendo a orientação adequada desde o atendimento ao cliente, passando por uma fase conciliatória, alcançando a produção de peças processuais.
06. Avaliação  
Os estudantes serão submetidos a rigoroso controle de frequência, combinado com entrega de relatórios mensais, devendo o professor orientador considerar, em relatório circunstanciado ao final do estágio, o aproveitamento satisfatório ou insatisfatório dos créditos.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

- CHACOM, Luiz Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- TARTUCE, Fernanda et al. **Manual de Prática Civil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática no Processo Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

### **Bibliografia complementar:**

- VENOSA, Sílvio de Salvo (org.). **Novo Código Civil Brasileiro: texto comparado Código Civil de 2002, Código Civil de 1916**. São Paulo: Atlas, 2002
- Rosa Maria de A.; NERY JÚNIOR, Nelson. **Código de Processo Civil Comentado. Revista dos Tribunais**: São Paulo, 2003.

AP.  
A

200  
A

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Marilene Damasceno de Oliveira  
Curso de Graduação em DIREITO  
FACULDADE DE DIREITO  
Prof. Jacy de Assis

*[Handwritten Signature]*

Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Prof. Jacy de Assis

*[Handwritten Signature]*

Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Penal

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 8º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( X )

OPTATIVA: ( )

0 h

30 h

30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Teoria Geral do Processo,  
Direito Penal I, II e III, Direito Processual Penal I e  
II.

CÓ-REQUISITOS: não

OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Preparar o aluno para a prática profissional na esfera criminal.

**Objetivos Específicos:** Aplicar os conhecimentos teóricos na prática extrajudicial e judicial, bem como, incentivar o aperfeiçoamento da oratória e a retórica dos alunos, bem como ensiná-los técnicas sobre a argumentação profissional.

EMENTA

Prática Jurídica Judicial e Extrajudicial Penal simulada.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

PROGRAMA:

1. FORMAS E FASES DO PROCESSO PENAL:

2. MARCHA DO PROCESSO

2.1. FASES PRELIMINARES (INVESTIGAÇÃO CRIMINAL)

2.1.1. Notícia do crime e abertura do Inquérito Policial



### 2.1.2. Inquérito Policial

- a) Finalidade
- b) Conteúdo
- c) Competência
- d) Diligências
- e) Encerramento

### 2.2. PRISÕES E PEDIDOS

- a) Conceito
- b) Finalidade
- c) Fundamentação legal
- d) Modalidades
  - d.1) Prisão em Flagrante
  - d.2) Prisão Preventiva
  - d.3) Prisão Temporária
- e) Pedidos de decretação
- f) Decisões de decretação
- g) Pedidos da Defesa
  - g.1) Liberdade Provisória
  - g.2) Relaxamento da Prisão
  - g.3) Revogação da Prisão Preventiva e Temporária

### 2.3. INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO PENAL:

- a) Finalidade
- b) Conteúdo
- c) Competência
- d) Propositura da Ação Penal: Denúncia ou Queixa-Crime
- e) Despachos do Juiz
- f) Defesa Preliminar e Resposta à Acusação
- g) Audiência de Instrução e Interrogatório
- h) Alegações finais orais e memoriais escritos

### 2.4. JULGAMENTO

- a) Atos preliminares
- b) Sentença
  - b.1) Decisões do Júri
  - b.2) Plenário do Júri – Instrução e Sustentações Oraís
  - b.3) Julgamento pelos Jurados

### 3. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS NO PROCESSO PENAL

- 3.1. APELAÇÃO;
- 3.2. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO;
- 3.3. HABEAS CORPUS;
- 3.4. REVISÃO CRIMINAL;
- 3.5. MANDADO DE SEGURANÇA;
- 3.6. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE;
- 3.7. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL;
- 3.8. RECURSO ESPECIAL (REsp);

AP.  
[Handwritten signature]

227  
f

3.9. RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE).

4. EXECUÇÃO CRIMINAL E SEUS RECURSOS

4.1. AGRAVO EM EXECUÇÃO;

4.2. CORREIÇÃO PARCIAL

**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia Básica:**

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. *Prática Forense Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.  
 ESCOBAR, Fernanda Maria Zichia; VANZOLINI, Maria Patrícia. *Exame de Ordem 2ª Fase Penal*. 7ª ed. São Paulo: Editora Método, 2009.  
 GRINOVER, Ada Pellegrini. *Recursos em Processo Penal*. São Paulo: RT, 2008.  
 NUCCI, Guilherme de Souza. *Prática Processual Penal*. 4ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: RT, 2009.

**Bibliografia Complementar:**

CAMPOS, Walfredo Cunha. *Tribunal do Júri: Teoria e Prática*. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.  
 CARDELLA, Haroldo Paranhos; OLIVEIRA, Paulo Sérgio de. *Coleção Prática do Direito – Recursos Criminais*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 FREITAS, Jayme Walmer de Freitas. *Coleção Exame da OAB – Segunda Fase – Área Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 ISHIDA, Válder Kenji. *Prática Jurídica Penal*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.  
 MESSA, Ana Flávia. *Prática Penal para Exame da OAB: Modelos com base no exame da OAB*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.  
 MORAES, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Legislação Penal Especial*. 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.  
 PIEDADE JÚNIOR, Heitor. *Direito Criminal. Casos e Respostas*. São Paulo: Del Rey, 2009.  
 ROBERTO, Welton. *Defesas Criminais – Coleção Prática do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 ROXIN, Claus; ARZT, Günther; TIEDEMANN, Klaus. *Introdução ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.  
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Prática de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 TRISTÃO, Adalto Dias. *Sentença Criminal*. 7ª Edição. São Paulo: Del Rey, 2009.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira  
 Coord. de Graduação da FADU/UFU  
 Carimbo e Assinatura do Coordenador do curso  
 Portaria R Nº 879/09

Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Dr. Aguiinaldo Alema  
 Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
 Carimbo e Assinatura do Diretor da  
 Unidade Acadêmica  
 Portaria R Nº 733/09

f



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

224  
A

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I**

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA: DIREITO**

**PERÍODO/SÉRIE: 8º PERÍODO**

**CH TOTAL  
TEÓRICA:  
60 horas**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0**

**CH TOTAL:  
60 horas**

**OBRIGATÓRIA: (X)**

**OPTATIVA: ( )**

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Metodologia e Epistemologia Jurídica.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Ao final da disciplina o estudante será capaz de:

- Elaborar um projeto de trabalho de conclusão de curso, bem como iniciar a redação da monografia.

**EMENTA**

Conteúdo variável de acordo com o tema escolhido pelo discente, nos termos do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

Conteúdo variável de acordo com o tema escolhido pelo discente, nos termos do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

**BIBLIOGRAFIA**

AR.

A



Conteúdo variável conforme as referências bibliográficas pesquisadas pelo discente e fornecidas pelo orientador do projeto, nos termos do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

### APROVAÇÃO

<p><del>Universidade Federal de Uberlândia</del> <del>Prof. Ms. Helvécio Damasc de Oliveira</del> <del>Coordenador da F. C. C. E. A. U. U.</del> <del>Profilaxia de Assin</del> <del>PROF. MS. HELVÉCIO DAMASC DE OLIVEIRA</del></p> <p>Carimbo e assinatura do Coordenador do curso</p>	<p><del>Universidade Federal de Uberlândia</del> <del>Prof. Dr. Paulo Roberto de Souza</del> <del>Diretor da FACULDADE U.</del> <del>PROF. DR. PAULO ROBERTO DE SOUZA</del></p> <p>Carimbo e assinatura do Diretor da Unidade Acadêmica</p>
--	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Penal

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 8º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
0 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
30 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( X )    OPTATIVA: (   )

OBS:

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria Geral do Processo,  
Direito Penal I, II e III, Direito Processual Penal I e  
II.

**CÓ-REQUISITOS:** não

OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Preparar o aluno para a prática profissional na esfera criminal.

**Objetivos Específicos:** Aplicar os conhecimentos teóricos na prática extrajudicial e judicial, bem como, incentivar o aperfeiçoamento da oratória e a retórica dos alunos, bem como ensiná-los técnicas sobre a argumentação profissional.

EMENTA

Prática Jurídica Judicial e Extrajudicial Penal simulada.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

PROGRAMA:

1. FORMAS E FASES DO PROCESSO PENAL:

2. MARCHA DO PROCESSO

2.1. FASES PRELIMINARES (INVESTIGAÇÃO CRIMINAL)

2.1.1. Notícia do crime e abertura do Inquérito Policial



### 2.1.2. Inquérito Policial

- a) Finalidade
- b) Conteúdo
- c) Competência
- d) Diligências
- e) Encerramento

### 2.2. PRISÕES E PEDIDOS

- a) Conceito
- b) Finalidade
- c) Fundamentação legal
- d) Modalidades
  - d.1) Prisão em Flagrante
  - d.2) Prisão Preventiva
  - d.3) Prisão Temporária
- e) Pedidos de decretação
- f) Decisões de decretação
- g) Pedidos da Defesa
  - g.1) Liberdade Provisória
  - g.2) Relaxamento da Prisão
  - g.3) Revogação da Prisão Preventiva e Temporária

### 2.3. INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO PENAL:

- a) Finalidade
- b) Conteúdo
- c) Competência
- d) Propositura da Ação Penal: Denúncia ou Queixa-Crime
- e) Despachos do Juiz
- f) Defesa Preliminar e Resposta à Acusação
- g) Audiência de Instrução e Interrogatório
- h) Alegações finais orais e memoriais escritos

### 2.4. JULGAMENTO

- a) Atos preliminares
- b) Sentença
  - b.1) Decisões do Júri
  - b.2) Plenário do Júri – Instrução e Sustentações Oraís
  - b.3) Julgamento pelos Jurados

### 3. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS NO PROCESSO PENAL

- 3.1. APELAÇÃO;
- 3.2. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO;
- 3.3. HABEAS CORPUS;
- 3.4. REVISÃO CRIMINAL;
- 3.5. MANDADO DE SEGURANÇA;
- 3.6. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE;
- 3.7. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL;
- 3.8. RECURSO ESPECIAL (REsp);

AR.

227  
f

3.9. RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE).

4. EXECUÇÃO CRIMINAL E SEUS RECURSOS

4.1. AGRAVO EM EXECUÇÃO;

4.2. CORREIÇÃO PARCIAL

**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia Básica:**

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. *Prática Forense Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.  
 ESCOBAR, Fernanda Maria Zichia; VANZOLINI, Maria Patrícia. *Exame de Ordem 2ª Fase Penal*. 7ª ed. São Paulo: Editora Método, 2009.  
 GRINOVER, Ada Pellegrini. *Recursos em Processo Penal*. São Paulo: RT, 2008.  
 NUCCI, Guilherme de Souza. *Prática Processual Penal*. 4ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: RT, 2009.

**Bibliografia Complementar:**

CAMPOS, Walfredo Cunha. *Tribunal do Júri: Teoria e Prática*. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.  
 CARDELLA, Haroldo Paranhos; OLIVEIRA, Paulo Sérgio de. *Coleção Prática do Direito – Recursos Criminais*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 FREITAS, Jayme Walmer de Freitas. *Coleção Exame da OAB – Segunda Fase – Área Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 ISHIDA, Válder Kenji. *Prática Jurídica Penal*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.  
 MESSA, Ana Flávia. *Prática Penal para Exame da OAB: Modelos com base no exame da OAB*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.  
 MORAES, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Legislação Penal Especial*. 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.  
 PIEDADE JÚNIOR, Heitor. *Direito Criminal. Casos e Respostas*. São Paulo: Del Rey, 2009.  
 ROBERTO, Welton. *Defesas Criminais – Coleção Prática do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 ROXIN, Claus; ARZT, Günther; TIEDEMANN, Klaus. *Introdução ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.  
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Prática de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 TRISTÃO, Adalberto Dias. *Sentença Criminal*. 7ª Edição. São Paulo: Del Rey, 2009.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira  
 Coord. de Graduação da FACULDADE DE  
 DIREITO  
 Carimbo e Assinatura do Coordenador do curso  
 Portaria R Nº 879/09

Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Dr. Aguiinaldo Alema  
 Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
 Carimbo e Assinatura do Diretor da  
 Unidade Acadêmica  
 Portaria R Nº 733/09

f



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Administrativo II

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 9º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: (x)

OPTATIVA: ( )

60 h

0 h

60 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Organização do Estado e dos Poderes; Teoria Geral do Processo; Direito Administrativo I.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Considerando que o Direito Administrativo é o ramo do Direito Público que disciplina o exercício da função administrativa, sob os aspectos subjetivo e objetivo, a chamada parte especial desse ramo jurídico intenta aplicar em institutos e figuras jurídicas específicas as bases lançadas no estudo da parte geral, a fim de viabilizar a compreensão dos direitos e deveres de todo aquele que se relaciona com o Estado, seja na condição de agente público ou na qualidade de cidadão.

1. Servidores Públicos
2. Licitação
3. Contrato Administrativo
4. Responsabilidade Civil do Estado
5. Intervenção do Estado na propriedade
6. Intervenção do Estado na ordem econômica
7. Bens públicos
8. Controle da Administração Pública





<b>8.4.</b> Controle pelo Tribunal de Contas	
<b>8.5.</b> Controle jurisdicional	

**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia básica:**

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2.007.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2.010.

CARVALHO, Raquel Melo Urbano de. **Curso de Direito Administrativo: Parte geral, intervenção do Estado e estrutura da Administração**. Salvador: Juspodivm, 2.009.

**Bibliografia complementar:**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2.010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2.010.

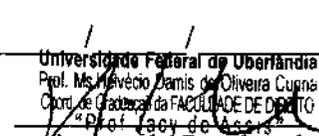
FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2.006.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2.007.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2.010.

**PROPOSTA**

<p> Universidade Federal de Uberlândia Prof. Ms. Márcio Damis de Oliveira Cunha Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO "Prof. Façy de Assis" Carimbo e assinatura do Coordenador do curso</p>	<p> Universidade Federal de Uberlândia Prof. Dr. Agivaldo Alamaí Diretor da FACULDADE DE DIREITO "Prof. Façy de Assis" Carimbo e assinatura do Diretor da Unidade Acadêmica</p>
---	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Internacional Privado

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO: 9º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
60 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
60 h

OBRIGATÓRIA: ( x )    OPTATIVA: (   )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I a VII; Direito Processual Civil I a IV; Direito Internacional Público.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

**Objetivo Geral:**

Ao final do Curso, os alunos deverão ser capazes de analisar questões relacionadas à aplicação de leis no espaço, decorrentes de fatos sujeitos a diversas jurisdições.

**Objetivos Específicos:**

1. Conhecer os princípios fundamentais do D.Int. Privado, suas fontes e caracterização.
2. Identificar as origens do Direito Internacional Privado, estudando sua evolução e influência na doutrina hoje vigente.
3. Estudar a natureza das normas de D. Int. Privado, os critérios para sua aplicação ou não, assim como as correntes doutrinárias sobre a aplicação do direito estrangeiro nos diversos foros nacional e estrangeiro.
4. Estudar as normas de D.Int. Privado brasileiro referentes aos diversos ramos da ciência jurídica e sua aplicação prática.

Obs: poderão ser desenvolvidos objetivos específicos para cada uma das unidades de conteúdo proposto.



## EMENTA

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.
2. HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.
3. PARTE GERAL: A APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA.
4. PARTE ESPECIAL: O SISTEMA BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.
5. A COMPETÊNCIA GERAL NO ÂMBITO DO D. INT. PRIVADO.
6. A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CARTA ROGATÓRIA.
7. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO / MERCOSUL.

## DESCRIÇÃO DE PROGRAMA

### **I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.**

- . Definições e denominação da disciplina.
- . Objeto do Direito Internacional Privado.
- . O DIP e outras disciplinas jurídicas.
- . As fontes de Direito Internacional Privado.
- . Os conflitos de leis.
- . O fato interjurisdicional.

### **II - HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.**

- . Das Origens ao Século XII e XIII.
- . Desenvolvimento no Século XVIII.
- . Aperfeiçoamento no Século XX.
- . O DIP no Século XXI.

### **III - APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA.**

- . As normas de Direito Internacional Privado.
- . A aplicação, a prova e a interpretação do direito estrangeiro.
- . As exceções à aplicação da lei estrangeira.
- . Os recursos com relação à aplicação da lei estrangeira.
- . As regras de conexão.
- . As conexões ou elementos de conexão.
- . A Teoria das Qualificações.
- . A Teoria do Retorno ou Devolução.

### **IV - SISTEMA BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.**

- . O sistema brasileiro de Direito Internacional Privado.
- . O nome da pessoa física
  - A personalidade.
- . A capacidade.
- . O Direito de Família.
- . A proteção aos incapazes.

- Questões referentes a bens.
- O Direito das Obrigações.
- O Direito Sucessório.
- As pessoas jurídicas / Organizações.
- O Direito do Trabalho Internacional

#### V - COMPETÊNCIA GERAL NO ÂMBITO DO DIP.

- Noções gerais sobre competência.
- A competência geral e a competência especial.
- Os princípios do exercício da jurisdição.
- A legislação brasileira em matéria de competência internacional.
- A imunidade de jurisdição e a competência.

#### VI - HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CARTA ROGATÓRIA.

- Noções gerais sobre sentença estrangeira e sua homologação.
- Sistemas de atribuição de eficácia às sentenças estrangeiras.
- A homologação de sentença estrangeira no direito brasileiro.
- As cartas rogatórias.

#### VIII - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO / MERCOSUL.

- Criação e estrutura da OMC e do Mercosul.
- Solução de controvérsias da OMC e do Mercosul.

#### BIBLIOGRAFIA

##### Bibliografia Básica:

- AMORIM, Edgar Carlos de. **Direito Internacional Privado**. 9.ed., rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Tratado de Direito Internacional Privado**. 2. ed. 2v. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- CASTRO, Amilcar de. **Direito Internacional Privado**. 6. ed. atualizada com notas de rodapé pela Profª. Carolina Cardoso Guimarães Lisboa. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Direito Internacional Privado: abordagens fundamentais, legislação, jurisprudência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Comentada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- DI LORENZO, Carlos Alberto. **Direito Internacional Público e Privado**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2009.
- DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado: parte geral ampliada e atualizada**. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

AP.

\_\_\_\_\_ **Direito Civil Internacional:** direito civil internacional; a família no direito internacional privado. v.I., tomo primeiro: casamento e divórcio no Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

\_\_\_\_\_ **Direito Civil Internacional:** direito civil internacional a família no direito internacional privado. v.I., tomo segundo: a criança no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

\_\_\_\_\_ **Direito Internacional Privado:** direito civil internacional; contratos e obrigações no Direito Internacional Privado. v.II. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

ESPINOLA, Eduardo e Eduardo E. Filho. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro:** comentada na ordem de seus artigos e atualizada por Silva Pacheco. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 3 v, 1999.

FINKELSTEIN, Cláudio. **O Processo de Formação dos Mercados de Bloco.** São Paulo: IOB – Thomson, 2003.

FRANCESCHINI, Luis Fernando; WACHOWICZ, Marcos. (Coord.). **Direito Internacional Privado:** negócios internacionais; contratos; tecnologia. Curitiba: Juruá, 2001.

HUCK, Hermes Marcelo. **Sentença estrangeira e Lex Mercatoria:** Horizontes e Fronteiras do Comércio Internacional. São Paulo: Saraiva, 1994.

JAEGER, Guilherme Pederneras. **Lei Aplicável aos Contratos Internacionais:** o regime jurídico brasileiro e a convenção do México. Curitiba: Juruá, 2008.

JO, Hee Moon. **Moderno Direito Internacional Privado.** São Paulo: LTR, 2001.

MELO, Luis Gonzaga de. **Introdução ao Estudo de Direito Internacional Privado.** São Paulo: WVC, 2001.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado:** teoria e prática. 8. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005.

STRENGER, Irineu. **Direito Internacional Privado:** parte geral. Direito civil internacional. Direito comercial internacional. 4. ed. aumentada e atualizada. São Paulo: LTR, 2000.

#### **Bibliografia Complementar ( pesquisa e consulta ):**

AKEHURST, Michael. **Introdução ao Direito Internacional.** Coimbra: Almedina, 1985.

AMORIM, Edgar Carlos de. **Direito Internacional Privado.** 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1994.

ANDRADE, Agenor Pereira de. **Manual de Direito Internacional Privado.** 6. ed., São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1987.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Dos contratos internacionais:** uma visão teórica e prática. São Paulo: Saraiva, 1994.

\_\_\_\_\_ **Normas de Direito Internacional Privado:** direito internacional da pessoa. São Paulo: LTR, tomo II, 2001.

\_\_\_\_\_ **Normas de Direito Internacional Privado:** direito internacional e econômico empresarial; integração latino-americana. São Paulo: LTR, v. 1., tomo III, 2002.

\_\_\_\_\_ **Normas de Direito Internacional Privado:** comércio internacional; OMC. São Paulo: LTR, v.2, tomo III, 2003.

BAPTISTA, Luiz Olavo; RODAS, João Grandino; SOARES, Guido Fernando Silva. (Organizadores). **Normas de Direito Internacional Privado:** normas de caráter geral. São Paulo: LTR, tomo II, 2001.

BARRAL, Welber. **Tribunais Internacionais.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro; KISS, Eduardo Amaral Gurgel. **Contratos internacionais.** São Paulo: Saraiva, 1990.

BASSO, Maristela. **Contratos internacionais do comércio.** 2.ed., revista, atualizada e ampliada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Tratado de Direito Internacional Privado.** 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2v, 1997.

pl.  
A



- BERNARDES, Wilba Lúcia Maria. **Da nacionalidade: brasileiros natos e naturalizados.** Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- BEVILAQUA, Clovis. **Direito Internacional Privado: Princípios elementares de direito internacional privado.** Campinas: RED Livros, 2002.
- BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. **Direitos adquiridos no Direito Internacional Privado.** Porto Alegre: SAFE, 1996.
- CARLA, Pinheiro. **Direito internacional e direitos fundamentais.** São Paulo: Atlas, 2001.
- CARVALHO, A. Dardeu de. **Situação jurídica do estrangeiro no Brasil.** 1. ed., São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1976.
- CERVINI, Raúl; TAVARES, Juarez. **Princípios de cooperação judicial penal internacional no Protocolo do Mercosul.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- CHAVES, Antonio. **Adoção internacional.** Belo Horizonte : Del Rey, 1994.
- COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** 4. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CORRÊA, Antônio. **Mercosul. Solução de conflitos pelos juízes brasileiros.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.
- CORREIA, A. Ferr. **Temas de direito comercial privado.** Coimbra: Almedina, 1989.
- COSTA, José Augusto Fontoura. **Normas de Direito Internacional: aplicação uniforme do direito uniforme.** São Paulo: Atlas, 2000.
- CRETELA NETO, José. **Curso de Arbitragem.** Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- CYSNEIROS, V.C. **O estrangeiro e a propriedade rural.** Porto Alegre: SAFE, 1985.
- DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **O Mercosul e nacionalidade: estudo à luz do direito internacional.** Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- DINIZ, Maria Helena. **Conflito de normas.** São Paulo: Saraiva, 1996.
- DOLINGER, Jacob. **Vade - Mécum de Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Renovar, 1994.
- \_\_\_\_\_ **A nova consolidação e o Direito Internacional.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1987.
- \_\_\_\_\_ **Direito Civil Internacional: a família no direito internacional privado: casamento e divórcio no direito internacional privado.** Rio de Janeiro: Renovar, tomo primeiro, 1997.
- ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio.** 2. ed. atualizada pela Lei nº 9.307/96; arbitragem; inclui regulamento de conciliação e arbitragem da CCI. São Paulo: Atlas, 1997.
- FARIA, Werter R. **Cheque - As convenções de Genebra e o direito brasileiro.** Porto Alegre: SAFE, 1978.
- FERRANTE, Miguel Geronimo. **Nacionalidade. Brasileiros natos e naturalizados.** 2. ed., São Paulo: Saraiva, 1984.
- FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem, jurisdição e execução.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- FRANCESCHINI, Luis Fernando; WACHOWICZ, Marcos. (Coord.). **Direito Internacional Privado: negócios internacionais; contratos; tecnologia.** Curitiba: Juruá, 2001.
- FULGENCIO, Tito. **Direito Internacional Privado.** 2. ed., rev. e atualizada pelo Prof. Sylvio Capanema de Souza, Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- GOUVÊA, Abel Murta de. **Direito Internacional do Trabalho.** Belo Horizonte: Del Rey, 1987.
- GROTIUS, Hugo de. **O Direito da Guerra e da Paz.** Introdução de Antonio Manuel. Hespânia. trad. Ciro Mioranza 2.v. Ijuí: Unijuí, 2004.
- GUIMARÃES, Francisco Xavier da Silva. **Nacionalidade: aquisição, perda e reaquisição.** 1. ed., São Paulo: Forense, 1995.
- HUCK, Hermes Marcelo. **Sentença estrangeira e Lex Mercatoria: Horizontes e Fronteiras do Comércio Internacional.** São Paulo: Saraiva, 1994.
- LIMA, Francisco Girson Marques de Lima. **Lei de Introdução ao Código Civil e aplicação do**

AL



- Direito do Trabalho.** São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1996.
- LITRENTO, Oliveiros. **A Ordem Internacional Contemporânea.** Porto Alegre: SAFE, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Manual de Legislação Atlas: Novo estatuto do estrangeiro.** 8. ed., São Paulo: 1980.
- LOTUFO, Renan (Coord.) **Cadernos de Direito Civil Constitucional.** Curitiba: Juruá. Caderno 2, 2001.
- MANCINI, Pasquale Stanislao. **Direito Internacional (Diritto Internazionale. Prelezioni).** Introdução de Tito Ballarino. Clássicos do Direito Internacional. Ijuí: Unijuí, 2003.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso Extraordinário e Recurso Especial.** 5. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- MARQUES, Claudia Lima; ARAUJO, Nadia de. (Orgs.) **O novo direito internacional: estudos em homenagem a Erik Jayme.** São Paulo: Renovar, 2005.
- MAZZUOLI, Valeio de Oliveira. **Direito Internacional Público: parte geral.** 4. ed. rev., atualizada e ampliada. São Paulo: RT, 2008.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Constitucional Internacional.** Rio de Janeiro: Renovar, 1994.
- MERCADANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de. (Coords) **Solução e Prevenção de Litígios Internacionais.** v. II. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
- MIRANDA, Jorge. **Constituição de diversos países.** Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2v. 1979.
- PARIZATTO, João Roberto. **Arbitragem: comentários à Lei 9307 de 23/09/96.** São Paulo: Editora de Direito, 1997.
- PIMENTEL, Juiz Otávio; REIS, Murilo Gouvêa dos. (Organizadores). **Direito comercial internacional: arbitragem.** Florianópolis: OAB/SE, 2002.
- RAMOS, Rui Manuel Moura. **Lei (da) Aplicável ao Contrato de Trabalho Internacional.** Coimbra: Almedina, 1991.
- RECHSTEINER, Beat Walter. **Arbitragem privada internacional no Brasil: teoria e prática.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- RI JUNIOR, Arno Dal.; OLIVEIRA, Odete Maria de. (Orgs.) **Cidadania e Nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais, globais.** 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.
- ROCHA, Osiris. **Curso de Direito Internacional Privado.** 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- RODAS, João Grandino. **Direito Internacional Privado brasileiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). **Contratos internacionais.** 3. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). **Contratos internacionais: Mercosul.** 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2. ed., 1995.
- RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. **Direito Internacional Privado do Trabalho.** 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- SANTOS, José Alexandre Rangel dos. **Contratos internacionais do comércio: primeiras linhas.** Campinas: Colopa, 1997.
- SANTOS, António Marques dos. **Normas (as) de aplicação imediata no Direito Internacional Privado.** Coimbra: Almedina, 1991.
- SCALOPPE, Luiz Alberto Esteves (Org.). **A internacionalização do Direito.** Série Transformações no direito nacional. Cuiabá: Fundação Escola Superior do Ministério Público. nº 1., 2001.
- SCAVONE, Rubens Teixeira de. **Legislação de Direito Internacional Privado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.
- SILVA, Agostinho Dias da. **Estudo programado de Direito Internacional Privado.** 2. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1983.

AL



**Introdução ao Direito Internacional Privado.** 2. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2v, 1982.

**A imunidade de jurisdição perante o Direito Constitucional brasileiro.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

SILVA, Luiz Alberto de Souza e. **A doutrina no Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

**Direito Internacional Privado: Lei de Introdução do Código Civil.** Curitiba: Lúmen Júris, 2000.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Econômico Internacional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

SILVA, Roberto Luiz; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. (Coords.) **O Brasil e os acordos econômicos internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos com o FMI.** São Paulo: revista dos Tribunais, 2003.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Common Law: introdução ao direito dos EUA.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

**Curso de Direito Internacional Público.** v. I. São Paulo: Atlas, 2002.

SOARES, Maria Ângela Bento; RAMOS, Rui Manuel Moura. **Contratos internacionais: compra e venda; cláusulas penais; arbitragem.** Coimbra: Almedina, 1995.

SORIANO, Aldir Guedes. **Liberdade religiosa no Direito Constitucional e Internacional.** 1. ed., São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

STRENGER, Irineu. **Direitos e obrigações dos estrangeiros no Brasil.** São Paulo: LTR, 1997.

**Curso de Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Forense, 1978.

**Reparação do dano em Direito Internacional Privado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

**Contratos internacionais do comércio.** 3. ed., revista e ampliada, São Paulo: LTR, 1998.

**Da autonomia da vontade.** Direito interno e internacional. 2. ed., São Paulo: LTR, 2000.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Tratados ratificados pelo Brasil.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.

TENÓRIO, Oscar. **Direito Internacional Privado.** 2. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2v, 1968.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais.** 2. ed. rev. e atualizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

VALADÃO, Haroldo. **Material de classe de Direito Internacional Privado.** 11. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.

**Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, v.1., 1974.

**Direito Internacional Privado. Parte especial: conflito de leis civis.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, v.2., 1983.

VERONESE, Josiane Rose Petry; PETRY, João Felipe Correa. **Adoção Internacional e Mercosul: aspectos jurídicos e sociais.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

VILLELA, Anna Maria. **O divórcio no Direito Internacional Privado Brasileiro.** Rio de Janeiro: Forense, 1980.

ZULUGA, Ruben Dario Lopes. **Derecho Internacional Contemporâneo.** Colômbia: Universidade de Medellin, 1985.

**A nacionalidade das pessoas físicas.** São Paulo: Ed. Revistas dos Tribunais, 1990, 80 p.



Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helécio Jamis de Oliveira  
Coordenador de Curso  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aginaldo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Direito Tributário

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 9º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATORIA:** ( x ) **OPTATIVA:** ( )

**90 h**

**0 h**

**90 h**

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria da Constituição, Direitos Fundamentais, Organização do Estado e dos Poderes, Direito Administrativo I e Direito Empresarial III.

**CÓ-REQUISITOS:** Direito Administrativo II

**OBJETIVOS**

Proporcionar ao aluno do direito obter informações e desenvolver estudos e pesquisas tendentes ao conhecimento do tributo, desde a sua instituição, fiscalização e arrecadação.

**EMENTA**

- 01 – Direito Financeiro.
- 02 – Atividade Financeira do Estado
- 03 – Despesa Pública
- 04 – Receita Pública
- 05 – Orçamento Público
- 06 – Direito Tributário
- 07 – Tributo
- 08 – Competência Tributária
09. Limitações ao Poder de Tributar
- 10 - Fontes do Direito Tributário
- 11 – Vigência e Aplicação da Legislação Tributária
- 12- Interpretação e Integração da Legislação Tributária

*Handwritten signature and initials.*



- 13- Obrigação Tributária
- 14- Fato Gerador da Obrigação Tributária
- 15- Sujeitos da obrigação Tributária
- 16- Isenções Tributárias
- 17- Lançamento Tributário
- 18- Suspensão da Exigibilidade da Obrigação Tributária
- 19- Extinção da Obrigação Tributária
- 20- Repetição do Indébito Tributário
- 21- Infrações e Sanções Tributárias
- 22- Garantias e Privilégios do Crédito Tributário
- 23- Administração Tributária

**DESCRIÇÃO DO PROJETO**

- 01. DIREITO FINANCEIRO
  - Conceito, evolução e autonomia
  - Relações com os demais ramos do Direito
- 02. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO
  - Conceito
  - Elementos essenciais
  - Finalidade
- 03. DESPESA PÚBLICA
  - Conceito
  - Evolução
  - Causas do aumento real
  - Classificação
  - Disciplina jurídica
  - Processamento
- 04. RECEITA PÚBLICA
  - Conceito
  - Evolução
  - Classificação
- 05. ORÇAMENTO PÚBLICO
  - Conceito
  - Elementos essenciais
  - Regime constitucional
  - Vedações constitucionais
  - Fiscalização e controle
- 06. DIREITO TRIBUTÁRIO
  - Conceito, evolução e autonomia
  - Relações com os demais ramos do Direito
- 07. TRIBUTO
  - Conceito
  - Espécies
- 08. COMPETENCIA TRIBUTÁRIA
  - Conceito

- Evolução
- Modalidades
- Exercício

**09. LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR**

- Limitações em normas infraconstitucionais
- Limitações em princípios e normas constitucionais
- Imunidades tributárias
- Limitações de alíquotas
- Limitações quanto à base de cálculo
- Limitações à concessão de isenções e benefícios

**10. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO**

- Noção de fonte
- Hierarquia e classificação das fontes

**11. VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

- Vigência das leis
- Regras gerais
- Vigência no espaço
- Vigência no tempo
- Aplicação da lei tributária

**12. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

- Noção de interpretação e de integração
- Interpretação no direito tributário
- Integração no direito tributário

**13. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

- Noção de obrigação
- Obrigação tributária
- Natureza jurídica
- Classificação
- Obrigação e fato gerador

**14. FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

- Noção e espécies de fato gerador
- Momento da ocorrência
- Fato gerador, presunções e ficções
- Tributação de atos ilícitos e ineficazes
- Efeitos do fato gerador

**15. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS**

- Conceito
- Regime jurídico
- Classificação
- Revogação

**16. SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

- Sujeito ativo
- Sujeito passivo
- Contribuinte
- Responsável
- Responsabilidade tributária no CTN
- Capacidade tributária

6 AL.

- Domicílio tributário
17. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO
- Noção e natureza jurídica de crédito tributário
  - Conceito de lançamento
  - Natureza jurídica do lançamento
  - Modalidades de lançamento no CTN
  - Efeitos do lançamento
  - Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário
18. SUSPENSÃO DA EXIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
- Obrigação tributária e exigibilidade
  - Moratória e parcelamento
  - Depósito do crédito tributário
  - Reclamações e recursos administrativos
  - Liminar e tutela antecipada
19. EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
- Extinção da obrigação e extinção do crédito tributário
  - Extinção da obrigação acessória
  - Causas extintivas do “crédito tributário” no CTN
20. REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO
- Pagamento indevido e restituição do indébito
  - Hipóteses de restituição
  - Restituição e compensação
21. INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS
- Infrações tributárias e sanções
  - Sanções administrativas e criminais
  - Infrações tributárias no CTN
  - Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações
  - Anistia
  - Crimes tributários
22. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
- Noção de garantia e privilégios do crédito tributário
  - Responsabilidade patrimonial pelo crédito tributário
  - Presunção de fraude
  - Indisponibilidade de bens
  - Preferência do crédito tributário
  - Prova de quitação de tributos
23. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
- Poderes das autoridades fiscais
  - Dívida ativa
  - Certidões negativas

*Handwritten signature*



## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 15. ed., São Paulo : Saraiva, 2.009.
- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. São Paulo : Maleiros, 2.001.
- BALEIRO, Aliomar. Direito tributario. 10ª.ed., Rio de Janeiro : Forense, 1981.
- \_\_\_\_\_. Uma introdução à ciência das finanças. 13ª. ed., Rio de Janeiro : Forense.
- \_\_\_\_\_. Limitações constitucionas do poder de tributar. 7ª. ed., Rio de : Forense, 1997.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e direito tributário. 8ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2001.

### Bibliografia complementar:

- CALMON, Sacha. Curso de direito tributário brasileiro. 10ª. ed., Riode Janeiro : Forense, 2009.
- CARRAZZA, Roque Antonio. 23ª. ed., São Paulo : Malheiros, 2007.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 21ª. ed., São Paulo : Saraiva, 2009.
- HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 19ª. ed, São Paulo : Atlas, 2010.
- MACHADO, Hu de Brito. Curso de direito tributário. 11ª. ed., São Paulo : Malheiros, 1996.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de direito financeiro. 2ª. ed., São Paulo : Revista dos Tribunais, 2008.

## APROVADO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damás de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agumaldo Alema  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito da Seguridade Social

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 9º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
60 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
60 h

OBRIGATÓRIA: (X)

OPTATIVA: ( )

OBS:

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria da Constituição, Direitos Fundamentais e Organização do Estado e dos Poderes.

**CÓ-REQUISITOS:** Direito Tributário.

OBJETIVOS

Os conteúdos a serem desenvolvidos destinam-se à formação crítica e técnica dos alunos, inserindo-os nas especificidades teóricas do Direito da Seguridade Social em suas diversas relações com a sociedade.

Parte-se do pressuposto de que é necessário o estudo das bases históricas e constitucionais da Seguridade Social, visando, após aprofundada análise teórica, estudar a aplicação prática dos temas debatidos, bem como a sua relevância social.

A necessidade de compreensão dos diversos aspectos, jurídicos e sociais que envolvem as regras de Seguridade Social e a busca por sua interpretação sistemática frente à Constituição de 1988 devem ser encarados como desafios que envolvam a atividade didático-pedagógica.

CONTÊNDOS

1. Histórico da Seguridade Social – Surgimento, desenvolvimento e teorias atuais.
2. Conceito, princípios, fontes e organização da Seguridade Social.
3. Assistência Social.
4. Previdência Social – Custeio, benefícios, crimes contra a previdência, e execução das contribuições na Justiça do trabalho.

Handwritten signature and initials.

- 5. Regimes próprios de previdência.
- 6. Saúde.
- 7. Tendências atuais da Seguridade Social.

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1. SEGURIDADE SOCIAL

- Evolução histórica da Seguridade Social
- Conceito de Seguridade Social
- Princípios e Autonomia
- Fontes
- Organização da Seguridade Social

### 2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- Conceito
- Princípios
  - Princípios constitucionais da Seguridade Social
  - Princípios gerais do Direito Previdenciário
  - Princípios específicos do custeio
  - Princípios específicos das prestações previdenciárias
- Regimes Previdenciários
- Direito adquirido na Previdência Social
- Aplicação e interpretação das normas previdenciárias

### 3. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL –RGPS

- Filiação e inscrição
- Beneficiários da Previdência Social
- Manutenção e perda da qualidade de segurado (período de graça)
- Dependentes

### 4. CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Relação Jurídica com o Seguro Social
- Generalidades
- Salário de Contribuição
- Contribuintes
  - Segurados
  - Empresas e equiparados a empresas
  - Apostadores de concursos de prognósticos
- Regras de arrecadação
  - Participações
  - fatos geradores
  - Alíquotas
- Contribuições ao sistema
- Contribuintes e responsáveis fiscais
- Isenções
- Remissão e anistia
- Decadência e prescrição

AL.

- Execução das contribuições sociais
- Dos crimes contra a Previdência Social
- Da execução das contribuições previdenciárias na Justiça do trabalho

## 5. BENEFÍCIOS

- Cálculo do salário de benefício e renda mensal inicial
- Reajustamento dos benefícios previdenciários
- Benefícios
  - Auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente
  - Aposentadoria por idade
  - Aposentadoria por tempo de contribuição
    - Certidão de tempo de serviço
    - Conversão de tempo especial em comum
  - Aposentadoria Especial
  - Salário-família e salário-maternidade
  - Pensão por morte, auxílio-reclusão e abono anual
- Serviços
  - Serviço social e serviços de reabilitação profissional
- Acumulação de benefícios previdenciários
- Prescrição

## 6. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA

- Generalidades
- Previsão constitucional
- Espécies de regimes
  - Regime dos servidores públicos
- Previdência complementar

## 7. ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Conceito e Princípios da Assistência Social
- Benefício de Prestação Continuada à Lei 8.742/93
- Outros benefícios relevantes
- Discussões relevantes

## 8. SAÚDE

- Conceito e princípios da saúde
- SUS
- Discussões relevantes
  - Judicialização das políticas de saúde brasileiras
  - Outras discussões

## 6. TENDÊNCIAS ATUAIS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO



Handwritten signature or initials.

### Bibliografia Básica:

- ALENCAR, Hermes Arrais. *Benefícios previdenciários*. São Paulo. LEUD, 2009.
- CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de direito previdenciário*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Curso de direito previdenciário*. 15 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.
- ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JR, Jose P. *Comentários à lei de benefícios da previdência social*. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Curso de direito previdenciário*. 3 ed. São Paulo: LTr, 2010
- MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. 29 ED. São Paulo: Atlas, 2010.

### Bibliografia Complementar:

- BERNARDO, Leandro Ferreira; FRACALOSSO, Willian. *Direito previdenciário na visão dos Tribunais*. São Paulo: Método, 2009.
- DUARTE, Marina Vasques. *Direito previdenciário*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.
- EDUARDO, Ítalo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. *Curso de direito previdenciário*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. 2 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.
- KERTZMAN, Ivan. *Curso de direito previdenciário*. 7 ed. Salvador: Juspodim, 2010.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. *A união homoafetiva no direito previdenciário*. São Paulo: LTr, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Aposentadoria especial*. 5 ed. São Paulo: LTr, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Comentários à lei básica da previdência social*. Tomos I, II, III e IV. São Paulo. LTr. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Desaposentação*. São Paulo: LTr, 2008
- \_\_\_\_\_. *Direito adquirido na previdência social*. 3 ed. São Paulo: LTr, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Princípios do direito previdenciário*. São Paulo: LTr, 1995.
- ROCHA, Daniel Machado da. *Direito fundamental à previdência social*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. *Curso de direito previdenciário*. Rio de Janeiro: Forense.
- TANAKA, Eduardo. *Direito previdenciário: custeio e parte geral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- VIANNA, Cláudia Salles Vilela *Previdência Social : custeio e benefícios*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2008.



\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria nº 6.21.2019

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO/FACULDADE DE  
CURSO DE

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 9º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( X ) OPTATIVA: ( )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: DIREITO DO TRABALHO  
I e II. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO  
I

CO-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Conhecer e aplicar as regras e princípios do Direito Processual do Trabalho, destinados à solução judicial dos conflitos trabalhistas.

Especificamente, orientar, preparar e capacitar o aluno para atuar na seara trabalhista, quer no âmbito da justiça do trabalho. Que nos variados segmentos abrangidos pela área especializada.

EMENTA

1. Recursos
2. Processo de Execução
3. Procedimentos Especiais
4. Algumas Ações Cíveis Admissíveis no Processo Trabalhista



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1) Recursos

- Conceito
- Fundamentos
- Princípios
- Embargos de Declaração
- Recurso Ordinário
- Recurso Revista
- Embargos (TST)
- Recurso Extraordinário
- Agravo
- Agravo regimental
- Correição Parcial

### 2) Processo de Execução

- Liquidação;
- Sentença de liquidação.
- Modalidades da execução;
- Recursos no processo de execução.
- Embargos do executado. Impugnação do exeqüente.
- Embargos de terceiro;
- Penhora, avaliação, arrematação, adjudicação e remição;
- Fraude à execução;
- Execução das decisões proferidas contra pessoas jurídicas de Direito Público. Precatórios

### 3) Procedimentos Especiais

- Procedimento Sumaríssimo
- Inquérito para apuração de falta grave

### 4) Algumas Ações Cíveis Admissíveis no Processo Trabalhista

- ✓ Arresto;
- ✓ Atentado;
- ✓ Cautelar;
- ✓ Civil Pública;
- ✓ Cominatória;
- ✓ Consignação em Pagamento;
- ✓ Declaratória (principal e incidente);
- ✓ Depósito;
- ✓ Embargos de Terceiro;
- ✓ Executiva;
- ✓ Exibição;
- ✓ Habeas Corpus;
- ✓ Habilitação incidente;
- ✓ Incidente de Falsidade;

- ✓ Mandado de Segurança;
- ✓ Monitória;
- ✓ Possessória;
- ✓ Prestação de Contas;
- ✓ Produção antecipada de prova;
- ✓ Protesto, notificação e interpelação;
- ✓ Reconvenção;
- ✓ Rescisória;
- ✓ Restauração de autos;
- ✓ Sequestro;
- ✓ Tutela Antecipada;

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

#### Bibliografia Básica:

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de Direito Processual do Trabalho**, São Paulo, LTR, 2010..

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**, São Paulo, Atlas, 2010.

SARAIVA, Renato. **Curso de Direito Processual do Trabalho**, São Paulo, Editora Método, 2010.

#### Bibliografia Complementar:

CASSAR, Vólia Bomfim. **Sentença Trabalhista**. Rio de Janeiro. Edições Trabalhistas, 1996.

CASTELO, Jorge Pinheiro. **O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo**, São Paulo, LTR, 2003.

CAVALCANTE, Jouberto Quadros Pessoa. JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Manual de Direito Processual do Trabalho**, Rio de Janeiro, Lumen Júris, 2004.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **O processo na justiça do trabalho**, São Paulo, RT, 2008.

RODRIGUES PINTO, José Augusto. **Processo Trabalhista de Conhecimento**, São Paulo, LTR, 2005.

### APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Ms. Márcio Dantas de Oliveira  
 Coord. de Graduação da FACULDADE DE  
 "Prof. Jaci de Assis"  
 Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Dr. Aguilino Alves  
 Diretor da FACULDADE DE  
 "Prof. Jaci de Assis"  
 Carimbo e assinatura do Diretor da  
 Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**FICHA DE DISCIPLINA**

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

CÓDIGO:		UNIDADE ACADÊMICA: DIREITO		
PERÍODO/SÉRIE: 9º PERÍODO		CH TOTAL TEÓRICA: 90 horas	CH TOTAL PRÁTICA: 0	CH TOTAL: 90 horas
OBRIGATORIA: (X)	OPTATIVA: ( )			

OBS:

**PRÉ-REQUISITOS:** Metodologia e Epistemologia Jurídica e Trabalho de Conclusão de Curso I.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Ao final da disciplina o estudante será capaz de:

- Elaborar uma monografia como trabalho de conclusão de curso, e defendê-la perante banca examinadora.

**EMENTA**

Conteúdo variável de acordo com o tema escolhido pelo discente, nos termos do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

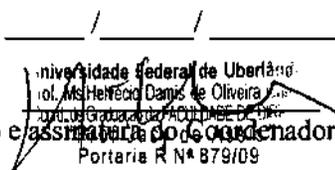
Conteúdo variável de acordo com o tema escolhido pelo discente, nos termos do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

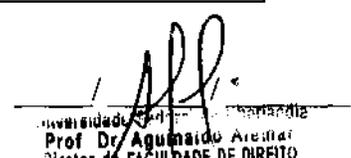
Handwritten signature and initials.

**BIBLIOGRAFIA**

Conteúdo variável conforme as referências bibliográficas pesquisadas pelo discente e fornecidas pelo orientador do projeto, nos termos do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Henécio Damis de Oliveira  
Diretor de Graduação ADUG/FAE DE UBERLÂNDIA  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agumado Arellano  
Diretor de FACULDADE DE DIREITO  
Prof. Jacy de Assis  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito do Consumidor

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º PERÍODO

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

60 h

0 h

60 h

OBRIGATORIA: (X)

OPTATIVA: ( )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Civil III, Direito Civil IV

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Ao final da disciplina o estudante será capaz de:

Verificar os elementos existenciais e princípios norteadores das relações de consumo, bem como perceber que a resposta ao globalismo é a inserção da pessoa humana no mercado com seus respectivos direitos.

Identificar o mercado como ambiente tutelado pela Constituição Federal tendo como principal ator o agente de consumo, enfim destinatário final de produtos e serviços, consubstanciado atualmente como portador de direito fundamental e carente do imperativo de tutela do Estado. Hoje já se faz inarredável a expressão 'nascer para o contrato', que é a hipótese radical do consumidor.

CONTÊNDIDO

1. Introdução ao direito do consumidor
2. Estrutura sistemática.
3. Relação jurídica de consumo e conceitos gerais.
4. Princípios gerais do Direito do Consumidor e técnica jurídica.
5. Direitos básicos e efetividade dos direitos fundamentais.
6. Qualidade dos produtos e serviços.
7. Responsabilidade pelo fato do produto.
8. Responsabilidade pelo fato do serviço.
9. Responsabilidade pelo vício do produto.
10. Responsabilidade pelo vício na prestação de serviço.
11. Responsabilidade na prestação de serviços públicos.

12. Decadência e prescrição.
13. Desconsideração da personalidade jurídica.
14. Oferta, mercado e a imposição de consumo: *locus* de todos.
15. Publicidade.
16. O abuso do direito e o limite ao exercício de posição jurídica.
17. Cobrança de dívidas.
18. Bancos de dados, cadastro e exclusão do mercado.
19. Negociação individualizada e negociação *standard*.
20. Teoria geral das cláusulas abusivas.
21. Contratos de adesão.

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### **1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO CONSUMIDOR**

- 1.1 Consumidor: agente social destacado
- 1.2 Importância da teoria geral do direito do consumidor
- 1.3 Aspectos históricos gerais.
- 1.4 Aspectos históricos específicos.
- 1.5 A idéia de consumidor na era pós-moderna.

### **2. ESTRUTURA SISTEMÁTICA**

- 2.1 Estratégia constitucional.
- 2.2 Lei imperativa.
- 2.3 Direito privado setorial e diálogo de fontes.
- 2.4 O direito do consumidor como direito fundamental.
- 2.5 O CDC no tempo.

### **3. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO E CONCEITOS GERAIS**

- 3.1 Conceito de consumidor.
  - 3.1.1 Consumidor equiparado.
    - 3.1.1.1 O consumidor-coletividade.
    - 3.1.1.2. O consumidor-vítima.
    - 3.1.1.3 O consumidor-intermediário.

- 3.2 Conceito de fornecedor.
- 3.3 Conceito de produto.
- 3.4 Conceito de serviço.

### **4. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR E TÉCNICA JURÍDICA**

- 4.1 A vulnerabilidade na sociedade de riscos.
- 4.2 A boa-fé nas relações de consumo.
- 4.3 O equilíbrio nas relações de consumo.
- 4.4. A autonomia privada e o contrato como fato social.
- 4.5 Estado e inadimplemento constitucional.

### **5. DIREITOS BÁSICOS E EFETIVIDADE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS**

- 5.1 Proteção à vida, à saúde e segurança.
- 5.2 Pedagogia do consumo.
- 5.3 Informação.
- 5.4 Confiança e veracidade das ofertas.
- 5.5 Proibição do abuso de direito.
- 5.6 Revisão contratual genética e funcional.

- 5.7 Prevenção e reparação a danos.
- 5.8. Abuso do direito (antijuricidade formal e antijuricidade material)
- 5.9 Acesso à justiça.
  - 5.9.1 Inversão do ônus e cooperação.
    - 5.9.9.1 Regra geral
    - 5.9.9.2 Regra específica a casos determinados (carga dinâmica)
    - 5.9.9.3 Regra contratual (responsabilidade subjetiva com presunção de culpa).
- 5.10 Eficiência no serviço público.

## **6. QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

- 6.1 Normalidade.
- 6.2 Anormalidade.
- 6.3 Retirada do produto ou serviço.
- 6.4 Recall (contrapublicidade).
- 6.5 A quem o dever normativo se impõe.

## **7. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO**

- 7.1 O defeito do produto como inservibilidade.
  - 7.1.1 Defeitos de criação.
  - 7.1.2 Defeitos de execução.
  - 7.1.3 Defeitos de informação.
  - 7.1.4 Critérios normativos de aferição do defeito.
- 7.2 O dever de indenizar.
  - 7.1 Responsabilidade objetiva.
  - 7.2 Excludentes ao fornecedor.
  - 7.3 Responsabilidade subsidiária do comerciante.

## **8. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO SERVIÇO**

- 8.1 O defeito do serviço como inservibilidade.
  - 8.1.1 Tipos de defeitos do serviço.
  - 8.1.2 Critérios normativos de aferição do defeito.
- 8.2 O dever de indenizar.
  - 8.2.1 Responsabilidade objetiva.
  - 8.2.2 Excludentes ao fornecedor.
  - 8.2.3 O profissional liberal entre a responsabilidade subjetiva com presunção de culpa e o risco da atividade.

## **9. RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO**

- 9.1 O vício do produto como inservibilidade.
  - 9.1.1 Tipos de vício do produto (qualidade e quantidade).
  - 9.1.2 Critérios normativos de aferição do produto viciado.
- 9.2 Responsabilidade objetiva e solidária.
  - 9.2.1. A ignorância do fornecedor.
  - 9.2.2 A garantia é legal.
  - 9.2.3 A ineficácia da cláusula de não indenizar.
- 9.3 Direitos do consumidor lesado pelos vícios.
  - 9.3.1 A substituição do produto.
  - 9.3.2 A restituição e perdas e danos.
  - 9.3.3 O abatimento proporcional do preço.
  - 9.3.4 Possibilidade de dilatação de prazo decadencial.

## **10. RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

- 10.1 Critérios normativos de aferição do vício na prestação de serviço.
- 10.2 Responsabilidade objetiva e solidária.
- 10.3 Direitos do consumidor lesado.



- 10.3.1 A reexecução da prestação de serviço (e a confiança).
- 10.3.2 A restituição e perdas e danos.
- 10.3.3 O abatimento proporcional do preço.
- 10.3.4 Cláusula implícita de dever pós-contratual.

## **11. RESPONSABILIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

- 11.1 Princípios gerais.
- 11.2 A Administração Pública serviente.
- 11.3 Regulação e humanismo.

## **12. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO**

- 12.1 Aspectos gerais.
- 12.2 Prazos decadenciais.
- 12.2 Prazos prescricionais.
- 12.3 Suspensão e interrupção de prazos.

## **13. DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA**

- 13.1 Hipóteses específicas.
- 13.2 Cláusula geral de desconsideração (*an debeatur*).
- 13.3 Contratos conexos, em rede e relacionais.
  - 13.3.1 Responsabilidade solidária.
  - 13.3.2 Responsabilidade subsidiária.
  - 13.3.3 Responsabilidade subjetiva.

## **14. OFERTA, MERCADO E A IMPOSIÇÃO DO CONSUMO: LOCUS DE TODOS**

- 14.1 Oferta, propaganda, publicidade e *marketing*.
- 14.2 Teoria da declaração na ótica pós-moderna (responsabilidade e confiança).
- 14.3 Princípios (cognoscibilidade e vínculo).
- 14.4 Requisitos.
- 14.5 Efeitos
  - 14.5.1 Inadimplemento absoluto
  - 14.5.2 Adimplemento imperfeito
  - 14.5.3 Execução específica

## **15. PUBLICIDADE**

- 15.1 Conceito.
- 15.2 Ônus empresarial da prova quanto ao prometido.
- 15.3 A publicidade enganosa e a nova perspectiva da má-fé.
- 15.4 A publicidade abusiva e o abandono da eticidade.
- 15.5. A publicidade enganosa por omissão e o dever de informar.

## **16. O ABUSO DO DIREITO E O LIMITE AO EXERCÍCIO DE POSIÇÃO JURÍDICA**

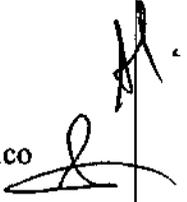
- 16.1 Práticas indicativas de abuso do direito (rol exemplificativo).
  - 16.1.1. Relativas à formação contratual.
  - 16.1.2 Relativas à execução contratual.
- 16.2 O orçamento: informações essenciais e boa-fé nas tratativas (fase pré-contratual).
- 16.3 Produtos e serviços sujeitos ao controle do poder público (intervencionismo direto e contratos de prestação de serviços relacionais)

## **17. COBRANÇA DE DÍVIDAS**

- 17.1 Cobrança de dívidas, inadimplência e o dever de proteção ao *alter*
- 17.2 Cobrança de dívidas e o direito ao sossego
- 17.3 A responsabilidade civil pela cobrança indevida: o consumidor não inadimplente

## **18. BANCOS DE DADOS, CADASTRO E EXCLUSÃO DO MERCADO**

- 18.1 O direito à informação sobre si face o conhecimento dos outros
- 18.2 A equiparação dos órgãos privados de informação às consequências de direito público
- 18.2 Requisitos



18.2.1 Cadastros objetivos, claros e verdadeiros, mediante linguagem acessível

18.2.2 Prazo de eficácia e prescrição do débito do consumidor

18.3 O devido processo legal da negativação (§ 2º e 3º)

18.4 O banco de dados invertido: o cadastro do fornecedor para a depuração do mercado

## 19. NEGOCIAÇÃO INDIVIDUALIZADA E NEGOCIAÇÃO *STANDARD*

19.1 'Assinatura mágica' *versus* dever de esclarecimento (conhecimento prévio do conteúdo)

19.2 A boa-fé na obrigação como processo (deveres anexos)

19.3 Hermenêutica e interpretação do contrato de consumo

19.4 A força vinculativa das tratativas

19.5 Prazo de reflexão

19.6 Garantia contratual

## 20. TEORIA GERAL DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS

20.1 Novamente o abuso de direito

20.2 Concepção europeia de cláusulas abusivas e a passagem para o desequilíbrio significativo

20.3 Tipos de cláusulas proibidas (leoninas, potestativas e abusivas)

20.3.1 Cláusulas eximentes de indenização

20.3.2 Cláusulas eximentes de restituição (decaimento)

20.3.3 Cláusulas de transferência

20.3.4 Cláusulas de prejuízo processual (inversão do ônus da prova e arbitragem)

20.3.5 Cláusulas mandato

20.3.6 Cláusulas eximentes da obrigação ao fornecedor

20.3.7 Cláusulas de variação de preço do contrato

20.3.8 Cláusulas unilaterais de cancelamento ou modificação do vínculo

20.3.9 Cláusulas impositivas de custos de cobrança

20.3.10 Cláusulas ofensivas ao meio ambiente e ao sistema consumerista

20.4 Regras para aferição da justiça contratual

20.5 Princípio da conservação do contrato

20.6 Legitimidade difusa do MP para controle do poder legislativo do empresário

20.7 Dever de informação e abatimento de encargos

20.8 Compensação da fruição e enriquecimento sem causa

## 21. DOS CONTRATOS DE ADESÃO

21.1 Conceito normativo

21.2 A cláusula resolutória deve ser alternativa (novamente deveres anexos)

21.3 Técnica normativa de redação (fim do consensualismo)

21.4 Cláusulas de destaque

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Básica:

ALMEIDA, João Batista de. *A proteção jurídica do consumidor*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008;

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Código do consumidor comentado*. 2ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: RT, 1995;

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos e *Comentários ao código de defesa do consumidor*. São Paulo: RT, 2005;

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito do consumidor*. 6ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DONATO, Maria Antonieta Zanardo. *Proteção do consumidor*. São Paulo RT, 1994.

AR  
6



FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direitos do consumidor*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2005

GRINOVER, Ada Pellegrini (Coord.). *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004;

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MIRAGEM, Bruno Nunes Barbosa. *Direito do consumidor*. São Paulo: RT, 2008

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. *Curso de direito do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2004.

**Bibliografia Complementar:**

GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do consumidor*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008;

GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. *Desconsideração da personalidade jurídica no código do consumidor, aspectos processuais*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

LUCCA, Newton de. *Direito do Consumidor: aspectos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2000;

MANDELBAUM, Renata. *Contratos de adesão e contratos de consumo*. São Paulo: RT, 1996.

NOVAIS, Alinne Arquette Leite. *A teoria contratual e o Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Política do Consumidor, Biblioteca de Direito do Consumidor. v.17: RT.2001.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade civil no Código do consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Juarez. *Comentários ao código de defesa do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 1991.

QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. *Da responsabilidade por vício do produto e do serviço*. v.11. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROCHA, Antônio do Rego Monteiro. *Código de defesa do consumidor, desconsideração da personalidade jurídica*. Juruá: Curitiba, 1999.

SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. *Código de defesa do consumidor anotado*. São Paulo: Saraiva, 2001.



Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Dantas de Oliveira  
Coord. da Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Uberlândia, RJ nº 879/09

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agninaldo Albino  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Trabalhista

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( x ) OPTATIVA: ( )

0 h

30 h

30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito do Trabalho I e II,  
Direito Processual Civil I a IV, Direito Processual  
do Trabalho I e II.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Fornecer ao aluno as ferramentas e o conhecimento necessários para compreender a interface entre a prática e o Direito Material e Processual Civil e do Trabalho, de modo a aplicar o conteúdo jurídico em peças jurídicas aplicáveis na prática cotidiana do exercício da atividade profissional.

EMENTA

Prática forense no processo de conhecimento trabalhista, desde a instauração, passando pela instrução, sentença, recursos até a fase de execução, com o uso de situações simuladas e reais.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. Elaboração de petição inicial trabalhista, seu trâmite e a devida instrução e sentença.
2. Elaborar as defesas do reclamado/devedor.
3. Realizar audiência trabalhista desenvolvendo a argumentação e o raciocínio prático.
4. Recursos em espécie: Embargos declaratórios. Recurso Ordinário. Recurso de revista.
5. Execução: introdução, fundamentos, processamento e modalidades. Liquidação: modalidades e sentença. Citação, penhora e avaliação. Garantia do juízo. Embargos e impugnação à execução. Sentença. Recursos no processo de execução. Alienação judicial dos bens penhorados e pagamento do crédito. Remição e Adjudicação.
4. Ações Especiais: noções gerais; consignação em pagamento; inquérito para apuração de



falta grave.

5. Mandado de Segurança.

6. Ação Rescisória.

7. Ações previstas no art. 659, da CLT – Consolidação das Leis de Trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

GIGLIO, Wagner D. .Direito Processual do Trabalho, SP: LTr, 2003.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho, SP: LTr, 2002.

SAADI, Eduardo Gabriel. Direito Processual do Trabalho, SP: Saraiva, 2003.

### Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Ísis de. Manual de Direito Processual do Trabalho. Ed. LTr.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. Ed. LTr.

COSTA, Coqueijo. Direito Processual do Trabalho. Ed. Forense.

PEIXOTO, Bolívar Viégas. Iniciação ao Processo Individual do Trabalho. Ed. Forense.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Prática de Direito Processual do Trabalho.

TOSTES MALTA, Christóvão Piragibe. Prática de Processo do Trabalho.

WINTER, Vera Regina Loureiro. Prática de Processo do Trabalho.

## APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helycio Damis de Oliveira Guim  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jaci de Assis"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Almeida  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA: ÉTICA PROFISSIONAL**

<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA: FADIR</b>		
<b>PERÍODO/SÉRIE: 10º período</b>		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b>	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b>	<b>CH TOTAL:</b>
<b>OBRIGATORIA: ( x )</b>	<b>OPTATIVA: ( )</b>	<b>30 h</b>	<b>0 h</b>	<b>30 h</b>

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria do Direito, Sociologia Jurídica, Psicologia Jurídica.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

**OBJETIVO GERAL:** Incentivar a busca do conhecimento da ética geral e também da ética profissional.  
**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Diferenciar ética geral e ética profissional, mas, ao mesmo tempo, ter conhecimento da unidade da ética. Analisar a ética como algo imprescindível para a ciência e para a sociedade na virada do milênio.

**EMENTA**

Relação entre a ética e o direito; A ética profissional e suas espécies; As profissões jurídicas; Ética do jurista e o papel da ciência do direito; A ética profissional: Ética profissional da Magistratura; Ética profissional dos membros dos órgãos judicantes não integrados no Poder Judiciário. 10; Ética profissional do representante do Ministério Público; Ética na atividade policial; Ética profissional do advogado; Ética das partes no processo judicial.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

**UNIDADE I**  
**Ética e Moral;** 1.1 - O dever moral: existência; natureza e conseqüências do dever moral; 1.2 - A consciência moral: valor da consciência moral; 1.3- A ética, a moral e as



regras de conduta; 1.4- Deontologia Geral e Deontologia Jurídica

#### **UNIDADE II**

**O Operador Jurídico e o Exercício da Profissão de Advogado;** 2.1- O advogado e a ética profissional; 2.2- Conceitos; origens históricas; requisitos legais e pessoais da profissão; deveres; impedimentos e direitos; 2.3- O Sigilo Profissional; 2.4- O Código de Ética e Disciplina; 2.5- Legislação Aplicada; 2.6 Defensoria Pública

#### **UNIDADE III**

**O Estatuto Ético da Magistratura;** 3.1 - O juiz: origens históricas; requisitos; deveres gerais e funcionais; direitos e garantias; impedimentos; 3.2 - Lei Complementar nº. 35/1979.

#### **UNIDADE IV**

**O Estatuto Ético do Ministério Público;** 4.1 - O promotor de justiça: origens históricas; requisitos; deveres gerais e funcionais; direitos e garantias; impedimentos; 4.2 - Lei Complementar nº. 75/1990 ( Lei Orgânica do Ministério Público da União); 4.3- Lei 8625/1993 ( Lei Orgânica do Ministério Público dos Estados)

#### **UNIDADE V**

**Ética das partes no processo judicial**

#### **UNIDADE VI**

**Ética na atividade policial**

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CALAMANREI, Piero. **Eles, os juizes, nós os advogados**; São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. MONDARDO, Dilsa. O direito e a hipercomplexidade. São Paulo: LTr, 2003.

\_\_\_\_\_. A crise do conhecimento jurídico: perspectivas e tendências do direito contemporâneo. Brasília: Editora da OAB, 2004.

\_\_\_\_\_. O novo (em) Direito. Brasília: Editora da OAB, 2006.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AGUIAR, Roberto. *A crise da advocacia no Brasil*. São Paulo : Alfa-Omega, 1991.

BARON, Robson. *Cartilha de ética do advogado*. São Paulo : LTr, 1995.

BENETI, A Sidnei. *A conduta do juiz*. São Paulo : Saraiva, 1997.

CARLIN, Volnei Ivo. *Deontologia jurídica: ética e justiça*. Florianópolis : Obra Jurídica, 1996.

CARLIN, Volnei Ivo (org.) *Ética e bioética*. Florianópolis : Terceiro Milênio, 1998.

CENEVIVA, Walter. *Segredos Profissionais*. São Paulo : Malheiros, 1996.

CORREIA, Orlando de Assis. *Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB*. Rio de Janeiro: Aide, 1995.

COSTA, Elcias Ferreira. **Deontologia Jurídica**; Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DIBO NETO, Azize. *Novo Estatuto da Advocacia e da OAB Comentado*. Florianópolis : Obra Jurídica, 1994.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. Holismo e a garantia dos direitos fundamentais. PEREIRA e SILVA, Reinaldo, org. In: *Direitos humanos como educação para a justiça*. São Paulo : LTr, 1998.

\_\_\_\_\_. Holismo, direito e ética. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina : Síntese*, v. 1., 1998, p. 157-165.

\_\_\_\_\_. O direito e a hipercomplexidade. *Caderno Goiano de Doutrina da Universidade de Goiás*. Disponível na internet. Direito e

Handwritten signature and initials.

sexualidade. *In*: Direitos da Família: uma abordagem interdisciplinar. Reinaldo Pereira e Silva, org. São Paulo: LTr, 1999.

FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1991.

FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo (coord). *Ministério Público: instituição e processo*. São Paulo : Atlas, Idesp, 1997.

HERKENHOFF, João Batista. *Ética, educação e cidadania*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

LANGARO, Luiz Lima. *Curso de Deontologia Jurídica*. São Paulo : Saraiva, 1992.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. *Comentários ao novo estatuto da advocacia e da OAB*. Brasília : Brasília Jurídica, 1996.

NALINI, José Renato (coord). *Uma nova ética para o juiz*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1994.

OLIVEIRA, M. Araújo de. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo : Loyola, 1993.

OLIVEIRA, M. Araújo de. *Ética e sociabilidade*. São Paulo : Loyola, 1993.

PERELMAN, Chaim. *Ética e direito*. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

MENA BARRETO CAMINO, Maria Ester. *Jurisgãia – a ética jurídico-ambiental*. Revista da OAB ano XXV, N. 60, jan/jun 1995.

PINHEIRO, Pe. José Ernane et al. *Ética, justiça e direito*. Petrópolis : Vozes, CNBB, 1996.

RODRIGUES, Horário Wanderlei. *Ensino jurídico e direito alternativo*. São Paulo : Acadêmica, 1993.

SÁ, Antonio Lopes. *Ética profissional*. São Paulo : Atlas, 1996.

SADEK, Maria Tereza. (org). *O Ministério público e a justiça no Brasil*. São Paulo : Sumaré, Idesp, 1997.

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

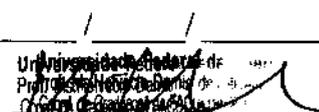
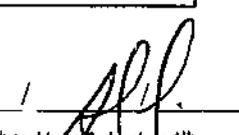
SODRÉ, Ruy de Azevedo. *Ética profissional e estatuto do advogado*. São Paulo : LTr, 1991.

SOUTO, Cláudio. *Ciência e ética no direito – uma alternativa de modernidade*. Porto Alegre : Sérgio Fabris, 1992.

VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. São Paulo : Brasiliense, 1995.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. *Ética*. São Paulo : Civilização Brasileira, 1976.

### APROVAÇÃO

<p>               Universidade Federal de Uberlândia              Pró-Reitoria de Administração              Coordenação do Curso              Carimbo e assinatura do Coordenador do curso         </p>	<p>               Universidade Federal de Uberlândia              Prof. Dr. Aguinaldo Azevedo              Diretor da FACULDADE DE DIREITO              Carimbo e assinatura do Diretor da Unidade Acadêmica              Portaria nº 733/10         </p>
---	--



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Estágio Supervisionado

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** a partir do 6º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATORIA:** ( ) **OPTATIVA:** ( X )

0 h

300 h

300 h

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:**

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

- Aproximar e adaptar o aluno do seu futuro ambiente de trabalho, colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso.
- Fomentar no aluno atividades de pesquisa empírica e de valoração intelectual dos conhecimentos apreendidos durante o curso, despertando nele senso crítico-analítico acerca da prática jurídica.
- Desenvolver um papel excepcional na estruturação e definição vocacional do aluno, a fim de que ele possa se certificar em relação ao ramo profissional escolhido e à área de atuação que deseja atuar.
- As atividades planejadas e executadas nos diversos períodos de estágio constituirão mais um momento privilegiado de iniciação profissional do aluno, que terá a oportunidade de tomar como objeto de estudo a experimentação prática.



## EMENTA

Conteúdo de Prática Processual Civil, de Prática Processual Penal e de Prática Processual Trabalhista.

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

- 1) Atividades de prática jurídica real, tais como visitas a fóruns, penitenciárias, delegacias de polícia dentre outros órgãos ou instituições cujas atividades sejam relacionadas com o exercício de profissões correlatas ao Direito; assistência a audiências e júris etc.;
- 2) Atividades de extensão como atendimento à população para prestação de orientação sobre assuntos jurídicos etc.;
- 3) Serviço de Assessoria Jurídica Popular do curso de Direito da UFU;
- 4) Estágios externos em órgãos ou instituições conveniadas, tais como: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, escritórios de advocacia etc.

## BIBLIOGRAFIA

### Prática Civil:

#### **Bibliografia básica:**

CHACOM, Luiz Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. São Paulo: Saraiva, 2010.  
TARTUCE, Fernanda et al. **Manual de Prática Civil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.  
ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática no Processo Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

#### **Bibliografia complementar:**

VENOSA, Sílvio de Salvo (org.). **Novo Código Civil Brasileiro: texto comparado Código Civil de 2002, Código Civil de 1916**. São Paulo: Atlas, 2002  
Rosa Maria de A.; NERY JÚNIOR, Nelson. **Código de Processo Civil Comentado. Revista dos Tribunais**: São Paulo, 2003.

Prática Penal:

**Bibliografia Básica:**

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. *Prática Forense Penal*. São Paulo: Saraiva, 2010.  
 ESCOBAR, Fernanda Maria Zichia; VANZOLINI, Maria Patrícia. *Exame de Ordem 2ª Fase Penal*. 7ª ed. São Paulo: Editora Método, 2009.  
 GRINOVER, Ada Pellegrini. *Recursos em Processo Penal*. São Paulo: RT, 2008.  
 NUCCI, Guilherme de Souza. *Prática Processual Penal*. 4ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: RT, 2009.

**Bibliografia Complementar:**

CAMPOS, Walfredo Cunha. *Tribunal do Júri: Teoria e Prática*. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.  
 CARDELLA, Haroldo Paranhos; OLIVEIRA, Paulo Sérgio de. *Coleção Prática do Direito – Recursos Criminais*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 FREITAS, Jayme Walmer de Freitas. *Coleção Exame da OAB – Segunda Fase – Área Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 ISHIDA, Válder Kenji. *Prática Jurídica Penal*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.  
 MESSA, Ana Flávia. *Prática Penal para Exame da OAB: Modelos com base no exame da OAB*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.  
 MORAES, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Legislação Penal Especial*. 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.  
 PIEDADE JÚNIOR, Heitor. *Direito Criminal. Casos e Respostas*. São Paulo: Del Rey, 2009.  
 ROBERTO, Welton. *Defesas Criminais – Coleção Prática do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 ROXIN, Claus; ARZT, Günther; TIEDEMANN, Klaus. *Introdução ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.  
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Prática de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009.  
 TRISTÃO, Adalberto Dias. *Sentença Criminal*. 7ª Edição. São Paulo: Del Rey, 2009.

Prática trabalhista:

**Bibliografia básica:**

GIGLIO, Wagner D. *Direito Processual do Trabalho*, SP: LTr, 2003.  
 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, SP: LTr, 2002.  
 SAADI, Eduardo Gabriel. *Direito Processual do Trabalho*, SP: Saraiva, 2003.

**Bibliografia complementar:**

ALMEIDA, Ísis de. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. Ed. LTr.  
 BATALHA, Wilson de Souza Campos. Ed. LTr.  
 COSTA, Coqueijo. *Direito Processual do Trabalho*. Ed. Forense.  
 PEIXOTO, Bolívar Viégas. *Iniciação ao Processo Individual do Trabalho*. Ed. Forense.  
 PINTO, José Augusto Rodrigues. *Prática de Direito Processual do Trabalho*.  
 TOSTES MALTA, Christóvão Piragibe. *Prática de Processo do Trabalho*.  
 WINTER, Vera Regina Loureiro. *Prática de Processo do Trabalho*.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
 Av. Melveco Damis de Oliveira Cunha  
 15.000-000 - Uberlândia - MG  
 Faculdade de Direito  
 "Prof. Jacy de Assis"  
 Portaria R Nº 879/09

Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Dr. Aguilaldo Alemar  
 Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
 "Prof. Jacy de Assis"  
 Portaria R Nº 733/09

Carimbo e assinatura do Diretor da



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Ações Constitucionais

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 10º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATORIA:** ( )

**OPTATIVA:** (X)

30 h

0 h

30 h

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Direito Processual Civil I a IV, Jurisdição Constitucional.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Ao final da disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender a sistematização do processo constitucional e das ações que o compõem, bem como o procedimento específico de cada uma delas

**EMENTA**

Jurisdição Constitucional. Controle de constitucionalidade. Mandado de Segurança, Habeas Data, Mandado de Injunção, Ação Popular.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

1. Jurisdição Constitucional
  - 1.1 Conceito e evolução da Jurisdição constitucional
  - 1.2 Direito Constitucional Processual e Direito Processual Constitucional
2. Controle de Constitucionalidade
  - 2.1 Teoria Geral

2.2 Controle de Constitucionalidade no Brasil

3. Mandado de Segurança

3.1 Evolução histórica

3.2 Cabimento

3.3 Direito líquido e certo

3.4 Ilegalidade ou abuso de poder

3.5 Legitimidade

4. *Habeas data*

4.1 Cabimento

4.2 Legitimidade

4.3 Competência

4.4 Procedimento

5. Mandado de Injunção

5.1 Cabimento

5.2 Legitimidade

5.3 Competência

5.4 Procedimento

5.5 Novas tendências

6. Ação Popular

6.1 Cabimento

6.2 Legitimidade

6.3 Competência

BIBLIOGRAFIA

**Bibliografia básica:**

BACHOF, Otto. **Normas constitucionais inconstitucionais?** Coimbra: Almedina, 1994.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de direito constitucional: tomo II.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Interpretação e aplicação da Constituição.** São Paulo: Malheiros, 1998.

\_\_\_\_\_. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

AR



CLÈVE, Clèmerson Merlin. **A fiscalização abstrata da constitucionalidade no direito brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

**Bibliografia complementar:**

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Efeitos da declaração de inconstitucionalidade**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo constitucional e direitos fundamentais**. 2. ed., São Paulo: Celso Bastos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teoria processual da Constituição**. São Paulo: Celso Bastos, 2000.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle concentrado de constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva, 2001.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Jurisdição constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

PACHECO, José da Silva. **O mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas**, 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **Tratado de argüição de preceito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2001.

VELOSO, Zeno. **Controle jurisdicional de constitucionalidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Elvécio Demis de Oliveira Cunha  
Coord. de Preparação de Material de Ensino  
Carimbo e Assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Adinoldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R N° 139/09



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO/FACULDADE DE  
CURSO DE**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 10º período

**CH TOTAL  
TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATÓRIA:** ( ) **OPTATIVA:** (X)

**30 h**

**0 h**

**30 h**

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria da Constituição,  
Direito Civil I, Direito Processual Civil I e  
II.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Compreender os meios alternativos de solução de litígios e sua normatização no Direito brasileiro.

**EMENTA**

Considerações gerais acerca da prevenção e resolução de conflitos por meios alternativos; Mediação, Conciliação, Negociação e Arbitragem; A Lei 9.307/96.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

- 1. Aspectos gerais da prevenção e resolução alternativa de disputa.**
  - a) A Jurisdição Estatal.
  - b) O conflito como decorrência natural da vida social e a sua resolução.
  - c) Processo autocompositivo e heterocompositivo.
  - d) Espécies de meios alternativos de prevenção e solução de conflitos e seu enquadramento aos conflitos.

*AA*



## **2. Negociação.**

- a) Definição, abrangência e cabimento.
- b) Espécies.
- c) Técnicas de Negociação.

## **3. Conciliação**

- a) Definição, abrangência e cabimento.
- b) Espécies
- c) Técnicas.
- d) Etapas do procedimento.

## **4. Mediação.**

- a) Definição, abrangência e cabimento.
- b) O mediador.
- c) Abrangência.
- d) O mediador
- e) Técnicas de mediação.
- f) O processo de mediação.

## **5. Arbitragem**

- f) Conceito;
- g) Limites;
- h) Normas aplicáveis;
- i) Constitucionalidade;
- j) Espécies.

### **5.1. Convenção de Arbitragem**

- d) Espécies;
  - e) Cláusula arbitral ou cláusula compromissória;
  - f) Compromisso arbitral;
  - g) Requisitos do compromisso arbitral;
  - h) Autonomia da cláusula arbitral.
3. A figura do Árbitro.
- e) Poderes e deveres dos árbitros.
  - f) A equiparação dos árbitros aos funcionários públicos.
  - g) Critérios para escolha.
  - h) Impedimento.
  - i) Impossibilidade de atuação.
  - j) Substituição.
  - k) Número de Árbitros e suplentes.

### **5.2. Procedimento Arbitral.**

- a) Normas procedimentais.
- b) Ata de missão.
- c) Princípios impositivos.
- d) Tentativa de conciliação.
- e) A instituição da Arbitragem.
- f) Nulidade da convenção.
- g) Questões prejudiciais.



- h) Produção de provas.
- i) Medidas de Urgência
- j) Pedido contraposto.
- k) Revelia
- l) Comunicação dos atos.
- m) Despesas procedimentais.

### **5.3 Sentença Arbitral.**

- a) Características.
- b) Exigibilidade.
- c) Prazo para emissão.
- d) Requisitos
- e) Pedido de esclarecimento.
- f) Nulidade
- g) Ação anulatória da sentença arbitral.

### **5.4 Sentença Arbitral Estrangeira.**

- a) A homologação pelo Judiciário Brasileiro.
- b) Procedimento da homologação.
- c) Rejeição do pedido de homologação.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Bibliografia básica:**

AMARAL, Lídia Miranda de Lima. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: LTr, 1994.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**, Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Arbitragem**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**. São Paulo: Malheiros, 1998.

### **Bibliografia complementar:**

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem no processo civil brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993

COOLEY, John W. **A Advocacia na Mediação**, trad.: R. Loncan, Brasília: UNB, 2001.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Manual da arbitragem**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

FIGURELLI, José Osmir. **Mediação e solução de conflitos: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.



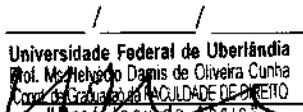
FURTADO, Paulo; BULOS, Uadi Lammego. **Lei da arbitragem comentada**. São Paulo: Saraiva.

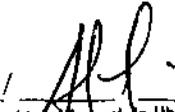
PINHO, Humberto Dalla Bernardina de (coord.). **Teoria Geral da Mediação**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**, Rio de Janeiro: Método, 2008.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Manual de Arbitragem**. São Paulo: Revista dos Tribunais

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. do Curso de GRADUAÇÃO EM FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacyr de Assis"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacyr de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R N° 133/10



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Processo Administrativo

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATORIA: ( )

OPTATIVA: (X)

30 h

0 h

30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Organização do Estado e dos Poderes; Teoria Geral do Processo; Direito Administrativo I.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Considerando que a função pública se exerce por meio do processo, o estudo e a discussão da temática inerente ao **processo administrativo** ensejarão oportunidade de compreensão e manejo razoável dos institutos de Direito material administrativo, a fim de que se realizem os fins do Estado, que abarcam a defesa de direitos e garantias individuais e coletivos, do melhor modo possível, mediante a contribuição e a conjugação de esforços de agentes públicos e de cidadãos.

CONTÉUDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao processo administrativo
2. Ato administrativo e processo administrativo
3. Recursos no processo administrativo
4. Efetividade do processo administrativo
5. Prazos no processo administrativo
6. Profissionalização da função pública e processo administrativo
7. Modalidades de Processo administrativo
8. Espécies de Processo administrativo

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

- 1. Introdução ao processo administrativo**
  - 1.1. Processo e procedimento administrativo no Brasil
- 2. Ato administrativo e processo administrativo**
  - 2.1. Princiologia aplicada ao ato e ao processo administrativos
  - 2.2. Extinção do ato administrativo processual
- 3. Recursos no processo administrativo**
  - 3.1. Efeitos dos recursos
  - 3.2. Recurso administrativo e mandado de segurança
- 4. Efetividade do processo administrativo**
  - 4.1. Eficiência no processo administrativo
  - 4.2. Tutelas de urgência no processo administrativo
- 5. Prazos no processo administrativo**
  - 5.1. Prazos, preclusão e decadência
- 6. Profissionalização da função pública e processo administrativo**
  - 6.1. Instrumentos da profissionalização
  - 6.2. Processualização da função pública
- 7. Modalidades de Processo administrativo**
  - 7.1. Processos punitivos
  - 7.2. Processos não punitivos
- 8. Espécies de Processo administrativo**
  - 8.1. Processo licitatório
  - 8.2. Processo disciplinar
  - 8.3. Processo antitruste
  - 8.4. Processo antidumping
  - 8.5. Processo de avaliação de desempenho

**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia básica:**

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Processo administrativo disciplinar**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

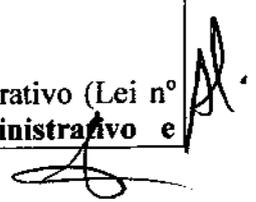
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Processo administrativo federal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

COSTA, Nelson Nery. **Processo administrativo e suas espécies**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FERRAZ, Sérgio e DALLARI, Adilson Abreu. **Processo administrativo**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

**Bibliografia complementar:**

GUIMARÃES, Bernardo Strobel. "Âmbito de validade da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99) – para além da Administração Federal". **Revista de Direito Administrativo e**





**Constitucional**, Belo Horizonte, ano 4, nº 16, p.193-218, abr/jun. 2004.

LIMA, Arnaldo Esteves de. **O processo administrativo no âmbito da administração pública federal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2.005.

MELLO, Rafael Munhoz de. **Processo administrativo, devido processo legal e a Lei nº 9.784/99**. Revista de Direito Administrativo e Constitucional, **Belo Horizonte, ano 3, nº 11, p.147-169, jan./fev./mar. 2003**.

MELLO, Shirlei Silmara de Freitas. **Tutela cautelar no processo administrativo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2.003.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional Administrativo**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Constitucionalização do Direito Administrativo e Princípio da Eficiência**. In: Antônio Marcos Guerreiro Salmeirão; Leslie de Oliveira Bocchino. (Org.). **Temas atuais de Direito Público**. Curitiba: UTFPR, 2007.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei nº 9.784/99**. São Paulo: Malheiros, 2.003.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Pimenta  
Coord. de Graduação  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Eloy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL E PARTIDÁRIO

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATORIA: ( ) OPTATIVA: ( X )

OBS:

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria da Constituição; Direitos Fundamentais; Organização do Estado e dos Poderes; Direito Civil I, II, III, V e VII; Direito Penal I, II e III; Direito Processual Civil I, II, III e IV; Direito Processual Penal I e II.

**CÓ-REQUISITOS:**

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Estabelecer no aluno a compreensão da disciplina, correlacionando a doutrina, a jurisprudência e a prática atinente à matéria, possibilitando o aprendizado de acordo com o progresso científico e estudo de casos.

Objetivo Específico

- Apresentar fundamentos doutrinários e jurisprudenciais relativos à disciplina.
- Demonstrar a importância dos temas tratados para a construção do aprendizado do Direito Eleitoral.

CONTÊNDIDO

Direito Eleitoral material (Objeto e Fontes do Direito Eleitoral. Princípios fundamentais em Direito Eleitoral. O voto no Brasil. Direitos políticos. Elegibilidade e inelegibilidade. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Alistamento eleitoral. Escolha e registro de candidatos. Propaganda eleitoral. Organização do corpo eleitoral e votação. Tópicos especiais). - Jurisdição Eleitoral. - Fundamentos



teóricos (Eleições e Democracia.História eleitoral..A judicialização da política.Tópica e Jurisprudência).

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

**Parte I – Direito Eleitoral material**

- **Objeto e Fontes do Direito Eleitoral.** Constituição. Lei Complementar 64/90 (inelegibilidades); Código Eleitoral (4.737/75); Lei das Eleições (9.504/97); Lei dos Partidos Políticos (9.096/95); Resoluções do TSE; Jurisprudência.
- **Princípios fundamentais em Direito Eleitoral.** Princípio republicano; princípio da universalidade e igualdade do voto; princípio do equilíbrio entre candidatos em disputa; princípio da moralidade; princípio da anterioridade da lei eleitoral; princípio da celeridade...
- **O voto no Brasil.** O processo de conquista da universalização do direito de votar; eleições diretas, secretas, periódicas, livres, universais e incertas; sistemas eleitorais (proporcional e majoritário); quociente eleitoral.
- **Direitos políticos.** Direito de votar e de ser votado; capacidade eleitoral ativa (obrigatória e facultativa); capacidade eleitoral passiva (condições de elegibilidade); limitações e impedimentos: inalistabilidade, inelegibilidades, suspensão e perda dos direitos políticos.
- **Elegibilidade e inelegibilidade.** Classificação das inelegibilidades (espécies, duração, desincompatibilização); divergências doutrinárias; a posição da jurisprudência. Conseqüências práticas.
- **Partidos políticos.** Natureza jurídica; criação e extinção; coligações partidárias; funcionamento parlamentar; filiação partidária.
- **Justiça Eleitoral.** Estrutura orgânica: TSE – TRE – Juiz Eleitoral – Junta Eleitoral; composição; repartição de competências.
- **Alistamento eleitoral.** Prazo; procedimento; impugnação; domicílio eleitoral; cancelamento e exclusão de eleitores.
- **Escolha e registro de candidatos.** Convenções partidárias; legitimidade para requerer registro de candidaturas; competência; nome e número de candidatos; impugnações; substituição de candidatos.
- **Propaganda eleitoral.** Princípios fundamentais; período; veículos; “horário político”; vedações; sanções; direito de resposta.
- **Organização do corpo eleitoral e votação.** Circunscrições, zonas e seções eleitorais; mesa receptora de votos: composição, convocação, fiscalização, nomeação e poderes do presidente

*Handwritten signature and initials.*



da mesa; medidas preparatórias e votação; urna eletrônica; apuração (transmissão de dados); totalização e proclamação dos resultados; diplomação.

- **Tópicos especiais.** Arrecadação de recursos e prestação de contas de campanha; condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral; captação ilícita de sufrágio; abuso de poder (político, econômico e de mídia); anulação do pleito e renovação da eleição. Consultas; calendário eleitoral.

## Parte II - Jurisdição Eleitoral

- Ação de Impugnação de Registro de Candidaturas (AIRC). Legitimidade; competência; prazos; provas; julgamento; recursos; efeitos.
- Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE). Legitimidade; competência; prazos; provas; julgamento; recursos; efeitos.
- Recurso Contra a Expedição de Diploma. Legitimidade; competência; prazos; provas; julgamento; recursos; efeitos.
- Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME). Legitimidade; competência; prazos; provas; julgamento; recursos; efeitos.
- Representações.
- Mandado de Segurança.
- Hábeas Corpus.

## Parte III – Fundamentos teóricos

- **Eleições e Democracia:** a lisura e eficiência do processo eleitoral para a garantia da realização da democracia em seu sentido minimalista; as promessas pendentes da democracia; a crise da representatividade política: desencanto, alienação X cidadania do protesto e democracia direta ou participativa (Bobbio, o Futuro da Democracia).
- **História eleitoral:** a criação da Justiça Eleitoral e o combate à corrupção sistêmica na administração do processo eleitoral; a universalização progressiva do direito ao voto (representatividade); o voto eletrônico. O deslocamento dos litígios eleitorais; a judicialização das eleições.
- **A judicialização da política:** revisão histórica do princípio da separação dos poderes; o Estado Social e as mudanças no perfil da legislação: regras abertas e voltadas para o futuro; o Estado Social e as mudanças no perfil do Judiciário, o “terceiro gigante” de Capelletti; do silogismo ao ativismo judicial.
- **Tópica e Jurisprudência:** sobre a teoria tópica e sua pertinência empírica para a análise da formação da vontade decisória. “O que é o justo aqui e agora?": ativismo ou construtivismo judicial, segurança



jurídica ou realização judicial de valores e princípios. Jurisprudência provisória: catálogo de tópicos decisórios.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

- COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- VELLOSO, Carlos Mario da Silva; AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 7. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.
- CÂNDIDO, Joel J.. Direito Eleitoral Brasileiro. 13. ed. São Paulo: Edipro, 2008.

### **Bibliografia Complementar**

- CÂNDIDO, Joel J.. Inelegibilidades no Direito Brasileiro. São Paulo: Edipro, 1999.
- CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Preleções de Direito Eleitoral: Direito Material. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 1v.
- CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Preleções de Direito Eleitoral: Direito Material. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 2v.
- CONEGLIAN, Olivar. Propaganda Eleitoral. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2006.
- COSTA, Tito. Recursos em Matéria Eleitoral. 5. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: RT, 1996.
- GARCIA, Emerson. Abuso de Poder nas Eleições: Meios de Coibição. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- JARDIM, Torquato. Direito Eleitoral Positivo. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Jurídica, 1998.
- LULA, Carlos Eduardo de Oliveira. Direito Eleitoral. São Paulo: Imperium, 2008.
- NISS, Pedro Henrique Távora. Direitos Políticos: Condições de Elegibilidades e Inelegibilidade. São Paulo: Edipro, 1996.

AL.  
A



NISS, Pedro Henrique Távora. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. São Paulo: Edirpo, 1996.  
PINTO, Djalma. Elegibilidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2008.  
TELES, Ney Moura. Direito Eleitoral. São Paulo: LED, 1996.  
RIBEIRO, Fávila. Direito Eleitoral. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.  
DECOMAIN, Pedro Henrique; PRADE, Péricles. Comentários ao Código Eleitoral. São Paulo: Dialética, 2004.

APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Melvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
2019.01.27  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Aiemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
2019.01.27  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Contratos Contemporâneos

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º PERÍODO

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( )

OPTATIVA: ( X )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Civil III, Direito Civil IV

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Verificar a evolução dos contratos e especialmente o abandono dos contratos típicos rumo aos contratos atípicos e os contratos de massa.

TEMAS

1. A nova crise do contrato.
2. Contratos de adesão.
3. Contratos atípicos.
4. Condições gerais de contratação.
5. Coligação contratual.
6. Contratos relacionais.
7. Contratos eletrônicos.

DESCRIÇÃO DO TEMA

1. A NOVA CRISE DO CONTRATO



- 1.1 Crise frente às cláusulas gerais ou crise frente à confiança?
- 1.2 Direitos fundamentais e direito privado.
- 1.3 Novos poderes e direitos oriundos do contrato a partir do CC/02 e CDC.
- 1.4 Novas tendências de extinção dos contratos.
- 1.5 A releitura da força obrigatória dos contratos e a nova ordem contratual.

## **2. CONTRATOS DE ADESÃO**

- 2.1 Introdução e conceito.
- 2.2 Razões de seu surgimento.
- 2.3 Elementos caracterizantes. Vantagens e desvantagens.
- 2.4 Regras específicas de interpretação.
- 2.5 Cláusulas abusivas e controle.

## **3. CONTRATOS ATÍPICOS**

- 3.1 Introdução e conceito.
- 3.2 A autonomia privada e seus limites.
- 3.3 O contrato além das fronteiras do Direito Interno e a influência do Direito Internacional.
- 3.4 O dever de solidariedade.
- 3.5 Os princípios gerais dos contratos e as regras de interpretação.

## **4. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO**

- 4.1 Introdução e conceito.
- 4.2 A função de ordenação da autonomia privada.
- 4.3 Elementos essenciais das condições gerais.
- 4.4. Inclusão das condições gerais no contrato singular.
- 4.5 Controle de conteúdo das condições gerais.

## **5. COLIGAÇÃO CONTRATUAL**

- 5.1 Introdução e conceito.
- 5.2 O fenômeno da colaboração empresária.
- 5.3 Grupos de empresas e grupos de contratos.
- 5.4 Características dos contratos conexos ou coligados
- 5.5 Efeitos e prova da coligação contratual.
- 5.6 Tipos contratuais comuns coligados.

## **6. CONTRATOS RELACIONAIS**

- 6.1 Introdução e conceito.
- 6.2 Solidariedade, confiança e cooperação econômica.
- 6.3 Visão e expectativa dos parceiros contratuais
- 6.4 Divisão e compartilhamento de ônus e benefícios
- 6.5 Regras de interpretação.

## **7. CONTRATOS ELETRÔNICOS**

- 7.1 Negócios jurídicos do comércio eletrônico.
- 7.2 Características
- 7.3 Novas práticas comerciais no comércio eletrônico
- 7.4 Pauta mínima de regulação e intervenção estatal.
- 7.5 Princípios gerais do contrato e regras de interpretação.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **Bibliografia básica:**

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. **Código do consumidor comentado**. 2ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: RT,



1995;

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos e *Comentários ao código de defesa do consumidor*. São Paulo: RT, 2005;

CATALAN, Marcos Jorge. *Descumprimento contratual*. Curitiba: Juruá, 2009.

**Bibliografia complementar:**

ITURRASPE, Jorge Mosset. *Contratos conexos*. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 1999.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. *Contratos relacionais e defesa do consumidor*. São Paulo: RT, 2007.

MARQUES, Cláudia Lima. *A nova crise do contrato: estudos sobre a nova teoria contratual*. São Paulo: RT, 2007;

\_\_\_\_\_. *Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor*. São Paulo: RT, 2004.

\_\_\_\_\_. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002;

MARTINS, Fernando Rodrigues. *Princípio da justiça contratual*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRAGEM, Bruno Nunes Barbosa. *Direito do consumidor*. São Paulo: RT, 2008;

NALIN, Paulo. *Do contrato: conceito pós-moderno*. Curitiba: Juruá, 2002.

NEGREIROS, Teresa. *Teoria do Contrato: novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

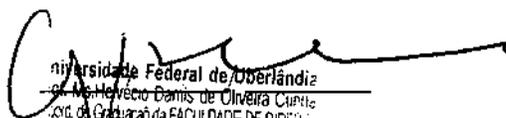
NUNES, Luiz Antônio Rizzato. *Curso de direito do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2004.

SÁ, Almeno de. *Cláusulas contratuais gerais e directiva sobre cláusulas abusivas*. Coimbra: Almedina, 2005.

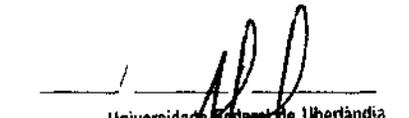
SILVA, Vivien Lys Porto Ferreira da. *Extinção dos contratos: limites e aplicabilidade*. São Paulo: Saraiva, 2010.

STIGLITZ, Rúben S. y STIGLITZ, Gabriel A. *Contratos por adhesión, clausulas abusivas y proteccion al consumidor*. Buenos Aires: De Palma, 1985.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Helvécio Damis de Oliveira Curte  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R. Nº 879/09

Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. D. Aquinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Portaria R. Nº 133/10  
Unidade Acadêmica

Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Tópicos Polêmicos de Direito Administrativo

CÓDIGO:		UNIDADE ACADÊMICA: FADIR		
PERÍODO/SÉRIE: 10º período		CH TOTAL TEÓRICA:	CH TOTAL PRÁTICA:	CH TOTAL:
OBRIGATORIA: ( )	OPTATIVA: (X)	30 h	0 h	30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Administrativo I e  
Direito Administrativo II.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Conhecer temas polêmicos de direito administrativo que não constam no programa do curriculum normal.

CONTÉUDO

- 1 – Consórcios Públicos
- 2 – Parcerias Públicos Privadas
- 3- Improbidade Administrativa
- 4 – Ação civil Pública
- 5 – Ação Popular
- 6 – Mandado de Segurança individual e coletivo
- 7 – Mandado de Injunção
- 8 – *Habeas Data*



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### Programa

#### 1 – Consórcios Públicos

- . Noções Gerais
- . Constituição, alteração e extinção
- . contrato de programa
- . contrato de rateio

#### 2 – Parcerias Público Privadas

- . conceito
- . concessão administrativa
- . concessão patrocinada
- . regime contratual das PPP
- . Licitações nas PPP
- . Fundo garantidor

#### 3- Improbidade Administrativa

- . Conceito
- . Elementos constitutivos do ato de improbidade
- . Figuras típicas
- . Sanções
- . Procedimento Administrativo
- . Ação judicial

#### 4- Ação Civil Pública

- . Origem e evolução
- . Pressupostos
- . Objeto
- . Sujeitos ativo e passivo
- . processo

#### 5 – Ação Popular

- .Evolução
- .Conceitos e pressupostos
- . Sujeito ativo e passivo
- . Objeto
- . Processo

#### 6 – Mandado de segurança individual e coletivo

- . Origem
- . Conceito e pressupostos
- .Sujeito ativo e passivo
- . Direito liquido e certo
- . Liminares

#### 7 – Mandado de Injunção

- . Conceito

*[Handwritten signature]*



- . Pressupostos
- . Controvérsias quanto à origem
- . Controvérsias quanto ao objeto

#### 8 – *Habeas data*

- . Conceito
- . Objeto
- . Legitimação e procedimento
- . Julgamento e execução

### BIBLIOGRAFIA

#### **Bibliografia básica:**

CARVALHO FILHO, JOSÉ DOS SANTOS. *Ação civil Pública*, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2001.

MEIRELLES, HELY LOPES. *Mandado de segurança*. 28ª Ed. Atualizado por Arnold Wald e Gilmar Ferreira Mendes. São Paulo: Malheiros, 2005.

HARGER, MARCELO. *Consórcios Públicos*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2007.

MEDAUAR, ODETE, OLIVEIRA, GUSTAVO. *Consórcio Público. Comentários a Lei 11.107/2005*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2006.

CAMAROSSANO, MÁRCIO. *O princípio constitucional da moralidade e o exercício da função administrativa*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2006.

FIGUEIREDO, MARCELO. *Proibição Administrativa*. São Paulo: Malheiros, 1998.

#### **Bibliografia Complementar:**

BARBOSA, Márcia Nol. *Princípio da Moralidade administrativa*. Porto Alegre: Livraria do



advogado, 2002.

BITENCOURT NETO, Eurico. **Improbidade administrativa e violação de princípios**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

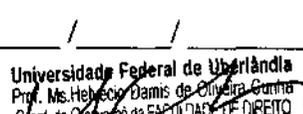
BUENO, Cássio Scarpinella. **Mandado de Segurança. Aspectos polêmicos**. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

FERRAZ, Sérgio. **Mandado de Segurança – Aspectos polêmicos**. 3º edição. São Paulo: Malheiros, 2002.

MANCUSO, Rodolfo Camargo. **Ação popular** 3º edição. São Paulo: RT 1998.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. **O limite da Improbidade Administrativa**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hebece Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Curso da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Pó-Haria R N° 879/09

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguiinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jaci de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Contratos Internacionais

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( )

OPTATIVA: ( X )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Internacional Privado.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Proporcionar ao aluno as ferramentas necessárias para compreender os modos e formas de construção dos contratos no plano internacional, notadamente quanto ao conteúdo e os efeitos das obrigações contraídas envolvendo sistemas jurídicos de diferentes Estados.

EMENTA

- I – CONCEITUAÇÃO DE CONTRATO INTERNACIONAL.
- II – REGRAS DE CONEXÃO APLICÁVEIS AOS CONTRATOS INTERNACIONAIS.
- III – CONVENÇÕES INTERNACIONAIS
- IV – O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE.
- V – CLÁUSULAS TÍPICAS DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS
- VI – AS REGRAS DO MERCOSUL
- VII – A JURISPRUDÊNCIA.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

- I CONCEITUAÇÃO DE CONTRATO INTERNACIONAL.



- 1.1 NA DOUTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA
- 1.2 NO DIREITO CONVENCIONAL
  
- II REGRAS DE CONEXÃO APLICÁVEIS AOS CONTRATOS INTERNACIONAIS.
  - 2.1 *LEX LOCI CONTRACTUS*
  - 2.2 *LOCUS REGIT ACTUM.*
  
- III CONVENÇÕES INTERNACIONAIS
  - 3.1 AS CONVENÇÕES DE ROMA E DE HAIA
  - 3.2 A CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE A LEI APLICÁVEL AOS CONTRATOS INTERNACIONAIS
  - 3.3 A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRATOS DE VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS
  - 3.4 OS PRINCÍPIOS DA UNIDROIT
  - 3.5 CONVENÇÃO DA ONU SOBRE UTILIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS EM CONTRATOS INTERNACIONAIS.
  
- IV - O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE.
  - 4.1 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO PRINCÍPIO
  - 4.2 A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO NO BRASIL
  
- V CLÁUSULAS TÍPICAS DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS
  - 5.1 CLÁUSULAS RELATIVAS AO FORO E À COMPETÊNCIA
  - 5.2 CLÁUSULAS TEMPORAIS
  - 5.3 CLÁUSULAS DE RISCO
  - 5.4 CLÁUSULAS COM IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS
  
- VI AS REGRAS DO MERCOSUL
  
- VII A JURISPRUDÊNCIA.

I



## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia Básica:**

AMORIM, Edgar Carlos de. **Direito Internacional Privado**. 9.ed., rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

COSTA, José Augusto Fontoura. **Normas de Direito Internacional: aplicação uniforme do direito uniforme**. São Paulo: Atlas, 2000.

### **Bibliografia complementar:**

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Tratado de Direito Internacional Privado**. 2. ed. 2v. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Dos Contratos Internacionais: uma visão teórica e Prática**. São Paulo: Saraiva, 1994.

\_\_\_\_\_. **Normas de Direito Internacional Privado: direito internacional e econômico empresarial; integração latino-americana**. São Paulo: LTR, v. 1., tomo III, 2002.

\_\_\_\_\_. **Normas de Direito Internacional Privado: comércio internacional; OMC**. São Paulo: LTR, v.2, tomo III, 2003.

\_\_\_\_\_; RODAS, João Grandino; SOARES, Guido Fernando Silva. (Organizadores). **Normas de Direito Internacional Privado: normas de caráter geral**. São Paulo: LTR, tomo II, 2001.

BASSO, Maristela. **Contratos Internacionais do Comércio: Negociação, Conclusão, Prática**. 2ª ed., rev. e atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

BASTOS, Celso; KISS, Eduardo Amaral Gurgel. **Contratos Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 1990.

CASTRO, Amílcar de. **Direito Internacional Privado**. 6. ed. atualizada com notas de rodapé pela Profª. Carolina Cardoso Guimarães Lisboa. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CORRÊA, Antônio. **Mercosul. Solução de conflitos pelos juizes brasileiros**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.

CORREIA, A. Ferr. **Temas de direito comercial privado**. Coimbra: Almedina, 1989..

CRETELA NETO, José. **Curso de Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Do Contrato Internacional de Franchising**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Direito Internacional Privado: abordagens fundamentais, legislação, jurisprudência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Comentada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense,

APF.  
J

2006  
D

2004.

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado: parte geral ampliada e atualizada**. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

\_\_\_\_\_ **Direito Internacional Privado: direito civil internacional; contratos e obrigações no Direito Internacional Privado**. v.II. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 2. ed. atualizada pela Lei nº 9.307/96; arbitragem; inclui regulamento de conciliação e arbitragem da CCI. São Paulo: Atlas, 1997.

ESPINOLA, Eduardo e Eduardo E. Filho. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro: comentada na ordem de seus artigos e atualizada por Silva Pacheco**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 3 v, 1999.

FARIA, Werter R. **Cheque - As convenções de Genebra e o direito brasileiro**. Porto Alegre: SAFE, 1978.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem, jurisdição e execução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

FINKELSTEIN, Cláudio. **O Processo de Formação dos Mercados de Bloco**. São Paulo: IOB - Thomson, 2003.

FRANCESCHINI, Luis Fernando; WACHOWICZ, Marcos. (Coord.). **Direito Internacional Privado: negócios internacionais; contratos; tecnologia**. Curitiba: Juruá, 2001.

HUCK, Hermes Marcelo. **Sentença estrangeira e Lex Mercatoria: Horizontes e Fronteiras do Comércio Internacional**. São Paulo: Saraiva, 1994.

JAEGER, Guilherme Pederneiras. **Lei Aplicável aos Contratos Internacionais: o regime jurídico brasileiro e a convenção do México**. Curitiba: Juruá, 2008.

JO, Hee Moon. **Moderno Direito Internacional Privado**. São Paulo: LTR, 2001.

LL.M., Ivo de Paula. **Direito Internacional Privado: contratos comerciais**. São Paulo: Pillares, 2005.

LITRENTO, Oliveiros. **A Ordem Internacional Contemporânea**. Porto Alegre: SAFE, 1991.

\_\_\_\_\_ **Manual de Legislação Atlas: Novo estatuto do estrangeiro**. 8. ed., São Paulo: 1980.

MARQUES, Claudia Lima; ARAUJO, Nadia de. (Orgs.) **O novo direito internacional: estudos em homenagem a Erik Jayme**. São Paulo: Renovar, 2005.

MELO, Luís Gonzaga de. **Introdução ao Estudo de Direito Internacional Privado**. São Paulo:

AL  
A



WVC,2001.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de.(Coords ) **Solução e Prevenção de Litígios Internacionais**. v. II. Porto Alegre: Livraria do Advogado,1999.

PARIZATTO, João Roberto. **Arbitragem**: comentários à Lei 9307 de 23/09/96. São Paulo: Editora de Direito, 1997.

PIMENTEL, Juiz Otávio; REIS, Murilo Gouvêa dos. (Organizadores). **Direito comercial internacional**: arbitragem. Florianópolis: OAB/SE, 2002.

RAMOS, Rui Manuel Moura. **Lei (da) Aplicável ao Contrato de Trabalho Internacional**. Coimbra: Almedina, 1991.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Arbitragem privada internacional no Brasil**: teoria e prática. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

\_\_\_\_\_**Direito Internacional Privado**: teoria e prática. 8. ed. rev. e atualizada.São Paulo: Saraiva, 2005.

RODAS, João Grandino. ( Coord) **Contratos Internacionais**: MERCOSUL. São Paulo: RT, 1995.

RODAS, João Grandino. **Direito Internacional Privado brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

\_\_\_\_\_( Coord.). **Contratos internacionais**. 3. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_( Coord.). **Contratos internacionais**:Mercosul. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2. ed., 1995.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. **Direito Internacional Privado do Trabalho**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SANTOS, António Marques dos. **Normas (as) de aplicação imediata no Direito Internacional Privado**. Coimbra: Almedina, 1991.

SANTOS, José Alexandre Rangel dos. **Contratos internacionais do comércio**: primeiras linhas. Campinas: Colopa, 1997.

SCALOPPE, Luiz Alberto Esteves ( Org.). **A internacionalização do Direito**. Série Transformações no direito nacional. Cuiabá: Fundação Escola Superior do Ministério Público. nº 1., 2001

SILVA, Roberto Luiz; MAZZUOLI, Valério de Oliveira.( Coords.) **O Brasil e os acordos econômicos internacionais**: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos dom o FMI. São Paulo: revista dos Tribunais, 2003.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Common Law**: introdução ao direito dos EUA.São Paulo:

AL-



Revista dos Tribunais, 1999.

\_\_\_\_\_**Curso de Direito Internacional Público.** v. I. São Paulo: Atlas, 2002.

SOARES, Maria Ângela Bento; RAMOS, Rui Manuel Moura. **Contratos internacionais:** compra e venda; cláusulas penais; arbitragem. Coimbra: Almedina, 1995.

STRENGER, Irineu. **Direito Internacional Privado:** parte geral. Direito civil internacional. Direito comercial internacional. 4. ed. aumentada e atualizada. São Paulo: LTR, 2000.

\_\_\_\_\_**Contratos internacionais do comércio.** 3. ed., revista e ampliada, São Paulo: LTR, 1998.

\_\_\_\_\_**Da autonomia da vontade.** Direito interno e internacional. 2. ed., São Paulo: LTR, 2000.

TRINDADE. Antonio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais.** 2. ed. rev. e atualizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Laev de Assis"  
Portaria R. Nº 878/09

Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Atemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Laev de Assis"  
Portaria R. Nº 73/10

Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**FICHA DE DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA:</b> Propriedade Intelectual			
<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> FADIR	
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 10º período		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 30 h	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> 0 h
<b>OBRIGATÓRIA:</b> ( )	<b>OPTATIVA:</b> (X)	<b>CH TOTAL:</b> 30 h	

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Direito Civil I, II, III e VI e Direito Empresarial I.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Aprender as noções, normas e fundamentos e distinções da Propriedade Industrial e do Direito Autoral.

**EMENTA**

1. Direito Industrial. 2. Direito Autoral

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

- 1. Direito Industrial
  - 1.1. Aspectos gerais
  - 1.2. Convenções internacionais
  - 1.3. Da Invenção
  - 1.4. Do Modelo de Utilidade
  - 1.5. Da Marca
  - 1.6. Do Desenho industrial
  - 1.7. Dos Sinais de propaganda
- 2. Direito Autoral
  - 2.1. Obras intelectuais protegidas.

- 2.2. Registro de obras intelectuais.  
2.3. Direitos dos autores.  
2.4- Sanções às violações dos direitos autorais.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

ASSAFIM, João Marcelo de Lima. **A Transferência de Tecnologia no Brasil – Aspectos Contratuais e Concorrenciais da Propriedade Industrial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2005.

BARBOSA, Denis Borges. **Direito da Inovação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006.

DEL NERO, Patrícia Aurélia. **Propriedade intelectual: a tutela jurídica da biotecnologia**. São Paulo: Editora Atlas, São Paulo: 1998.

DI BLASI, Gabriel. **A propriedade industrial: os sistemas de marcas, patentes e desenhos industriais analisados a partir da Lei nº 9279, de 14 de maio de 1996**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FEDERMAN, Sonia Regina. **Patentes: desvendando seus mistérios**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

### **Bibliografia complementar:**

FERNANDES, Luciana Alves; SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos da avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo : Atlas, 2006.

GOYANES, Marcelo. **Tópicos em propriedade intelectual: marcas, direitos autorais, designs e pirataria**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

PEREIRA, Elisabeth Dias Kanthack. **Proteção jurídica de software no Brasil**. 1ª ed. (2001), 5ª tir. (2005). Curitiba: Ed. Juruá, 2005.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org). **Direito internacional e da integração**. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2003.

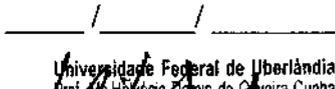
PRADO, Maurício Curvelo de Almeida. **Contrato internacional de transferência de tecnologia: patente e Know-how**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

WILLINGTON, João; OLIVEIRA, Jaury N. de . **A Nova Lei Brasileira de Direitos Autorais**. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2002.



ZAITZ, Daniela. **Direito & Know-How**. 1ª ed. (2005), 2ª tir. (2006), Curitiba: Juruá, 2006.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hélcio Dams de Oliveira Cunha  
Coordenador da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 879/09

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacyr de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direitos Humanos

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATORIA: ( ) OPTATIVA: ( x )

30 h

0 h

30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Teoria da Constituição, Direitos Fundamentais, Organização do Estado e dos Poderes, Direito Penal I, II e III.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Compreender historicamente o processo de consolidação dos direitos humanos no âmbito internacional, bem como seu processo de internalização na ordem jurídica brasileira. Estudar concretamente, a partir das decisões do STF, os limites e perspectivas do debate da internacionalização do direito e analisar as denúncias do Estado brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, analisando seus reflexos na realidade jurídica pátria.

EMENTA

A afirmação histórica dos Direitos Humanos. Os fundamentos filosóficos e políticos do princípio da dignidade humana. Direitos Humanos e sua recepção na ordem jurídica brasileira. A arquitetura internacional dos direitos humanos. A sociedade civil e o Estado na construção de políticas públicas de direitos humanos.

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### **Unidade 1 A afirmação histórica dos Direitos Humanos.**

- 1.1 Direitos das pessoas humanas na antiguidade: entre a escravidão e a cidadania.
- 1.2 Da submissão das pessoas aos diversos pluralismos medievais ao reconhecimento do indivíduo moderno renascentista.
- 1.3 O indivíduo moderno racional do iluminismo e as Revoluções Burguesas.
- 1.4 O advento da “questão social” e o reconhecimento dos direitos sociais.
- 1.5 As experiências totalitárias e o pós segunda-guerra: o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948.

### **Unidade 2 Os fundamentos filosóficos e políticos do princípio da dignidade humana.**

- 2.1 Universalismo e relativismo cultural: os desafios da superação de uma visão tradicional de direitos humanos e da construção de novos marcos emancipatórios.
  - 2.1.1 A instrumentalização do discurso tradicional dos direitos humanos na violação dos direitos.
- 2.2 Reconhecimento da dignidade humana e proteção da diversidade cultural.
- 2.3 O multiculturalismo como elemento essencial da concepção de direitos humanos.
  - 2.3.1 Os perigos do culturalismo.

### **Unidade 3 Direitos Humanos e sua recepção na ordem jurídica brasileira**

- 3.1 A questão da “hierarquia” dos tratados relativos aos direitos humanos: a posição anterior e posterior à emenda constitucional 45 na doutrina e na jurisprudência.
- 3.2 A eficácia e justiciabilidade dos direitos humanos na ordem jurídica brasileira.

### **Unidade 4 A arquitetura internacional dos direitos humanos**

- 4.1 Os fundamentos normativos e institucionais do sistema global (ONU)
  - 4.1.1 Precedentes históricos da construção da justiciabilidade dos direitos humanos na ordem internacional: o Tribunal de Nuremberg.
  - 4.1.2 A criação do Tribunal Penal Internacional e sua internalização na ordem constitucional brasileira.
- 4.2 Os fundamentos normativos e institucionais dos sistemas regionais interamericano, europeu e africano.
- 4.3 Análise comparada entre os mecanismos de defesa, monitoração e proteção dos direitos humanos dos sistemas global e regionais.



4.4 Estudo dos casos brasileiros levados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e suas repercussões no sistema interno de direitos e garantias fundamentais.

**Unidade 5 A sociedade civil e o Estado na construção de políticas públicas de direitos humanos.**

5.1 O Plano de ação de Viena e as recomendações da II Conferência Mundial de Direitos Humanos da ONU.

5.2 O contexto social, político e jurídico da aprovação do I e II programa/plano nacional de Direitos Humanos.

5.3 A construção democrática e participativa do III Plano Nacional de Direitos Humanos e os debates decorrentes.

5.4 Um sistema nacional a construir: o sistema único de defesa e promoção dos Direitos Humanos.

**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia básica:**

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

**Bibliografia complementar:**

ALVES, José A. Lindgren. **Os Direitos Humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FLORES, Joaquín Herrera. **A reinvenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos: os direitos como produtos culturais**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

\_\_\_\_\_. **El vuelo de anteo: derechos humanos y crítica de la razón liberal**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2000.

HINKELAMMERT, Franz J. **El sujeto y la ley: el retorno del sujeto reprimido**. Costa Rica: EUNA, 2003.

*[Handwritten signature]*



LAFER, Celso. **A reconstrução dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **Comércio, desarmamento e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **A internacionalização dos direitos humanos**. São Paulo: Manole, 2005.

LUÑO, Antonio E. Pérez. **Derechos humanos, Estado de Derecho y Constitucion**. Madrid: Tecnos, 2000.

PIOVESAN, Flávia e outros. **Direitos Humanos, democracia e integração jurídica na América do Sul**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

\_\_\_\_\_; SARMENTO, Daniel. **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

\_\_\_\_\_. (org.) **Código de Direito Internacional de Direitos Humanos anotado**. Franca: DPJ Editora, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Volume 1. Porto Alegre: Safe, 1997.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Volume 2. Porto Alegre: Safe, 1999.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Volume 3. Porto Alegre: Safe, 2003.



\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. do Curso de GRADUAÇÃO DE DIREITO  
"PROF. DR. ASSIS"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Arnaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Dr. Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



**FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR**

<b>CÓDIGO:</b> <b>GDR062</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <b>DIREITO AMBIENTAL</b>	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> <b>FACULDADE DE DIREITO PROF. "JACY DE ASSIS"</b>		<b>SIGLA:</b> FADIR
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> <b>30 h</b>	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> xxxxxx	<b>CH TOTAL:</b> <b>30 h</b>

**OBJETIVOS**

Propiciar aos alunos o aprendizado indispensável do Direito Ambiental brasileiro.

**EMENTA**

Teoria Geral do Direito Ambiental. Constituição Federal e o Meio Ambiente. Responsabilidade Ambiental: civil, penal e administrativa. Tutela processual do meio ambiente. Direito Administrativo Ambiental. Legislação ambiental.

**PROGRAMA**

**1. O DIREITO, O MEIO AMBIENTE E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE**

- 1.1 DIGNIDADE HUMANA
- 1.2 SUSTENTABILIDADE
- 1.3 JUSTIÇA INTERGERACIONAL
- 1.4 ACAUTELAMENTO DE DANOS E RISCOS
- 1.5 PARTICIPAÇÃO POPULAR

**2. EVOLUÇÃO DAS LEIS, DAS INSTITUIÇÕES E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS**

- 2.1 LEIS AMBIENTAIS
- 2.2 INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

### **3. CONCEITOS**

3.1 MEIO AMBIENTE, AMBIENTE NATURAL, AMBIENTE ARTIFICIAL, AMBIENTE CULTURAL E DO TRABALHO

3.2 BEM AMBIENTAL, MACROBEM AMBIENTAL E MICROBEM AMBIENTAL

3.3 IMPACTO AMBIENTAL, DANO AMBIENTAL E RISCO AMBIENTAL

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

### **4. BENS AMBIENTAIS (MACRO E MICROBENS)**

4.1 NOÇÕES GERAIS

4.2 TUTELA JURÍDICA DOS MACROBENS E MICROBENS

### **5. DIREITOS FUNDAMENTAIS E MEIO AMBIENTE.**

5.1 COLISÕES

5.2 ESTUDOS DE CASOS A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA

### **6. PRINCÍPIOS AMBIENTAIS**

6.1 PREVENÇÃO

6.2 PRECAUÇÃO

6.3 POLUIDOR-USUÁRIO-PAGADOR

6.4 PARTICIPAÇÃO

6.5 INFORMAÇÃO

6.6 RESPONSABILIDADE

6.7 COOPERAÇÃO

6.8 SUSTENTABILIDADE

6.9 ACESSO EQUITATIVO

6.10 JUSTIÇA INTERGERACIONAL

### **7. CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE**

7.1 O ARTIGO 225 E SUA HERMENÊUTICA

7.2 O MEIO AMBIENTE NA CF

7.3 DOMINIALIDADE

7.4 COMPETÊNCIAS LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA

7.5 ANTINOMIAS EM MATÉRIA LEGISLATIVA

7.6 INTERPRETAÇÃO DAS LEIS AMBIENTAIS

## **8. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

### 8.1 RESPONSABILIDADE CIVIL

#### 8.1.1 REQUISITOS

#### 8.1.2 TEORIAS APLICÁVEIS (IMPUTAÇÃO E NEXO CAUSAL)

#### 8.1.3 CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS E RISCOS

#### 8.1.4 RESPONSABILIDADE DO ESTADO

### 8.2 RESPONSABILIDADE PENAL

#### 8.2.1 REQUISITOS

#### 8.2.2 VIDE LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

### 8.3 RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

#### 8.3.1 INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### 8.3.2 COMPETÊNCIAS

#### 8.3.3 REQUISITOS

#### 8.3.4 ESPÉCIES DE SANÇÕES

## **9. LEI DE CRIMES AMBIENTAIS (NOÇÕES GERAIS)**

### 9.1 RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS NATURAIS

### 9.2 RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

### 9.3 PENALIDADES

### 9.4 AGRAVANTES E ATENUANTES

### 9.5 CRIMES

## **10. TUTELA PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE**

### 10.1 AÇÃO CIVIL PÚBLICA

### 10.2 AÇÃO POPULAR

### 10.3 TUTELAS INIBITÓRIAS

### 10.4 INDENIZAÇÃO POR DANO E RISCO

## **11. DIREITO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL**

### 11.1 LICENCIAMENTO E LICENÇAS AMBIENTAIS (NOÇÕES GERAIS)

### 11.2 DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS

## **12. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

### 12.1 PNMA

12.1 NOVO CÓDIGO FLORESTAL

12.2 POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

12.3 OUTRAS LEIS IMPORTANTES

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, P. A.L. **Direito ambiental brasileiro**. 23 ed. São Paulo: RT, 2015.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: a gestão em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. São Paulo: RT, 2014.

SILVA, J.A.. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2013.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, L.F.; MACIEL, S. **Crimes ambientais: comentários à Lei 9605.98**. São Paulo: RT, 2013.

LEITE, J. R.; AYALA, P. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 4.ed. São Paulo: RT, 2011.

MACHADO, P. A.L.; MILARÉ, E. **Novo código florestal**. São Paulo: RT, 2013.

MACHADO, M.L.G. **Direito das águas**. São Paulo: Atlas, 2013.

STEIGLEDER, A.M. **Responsabilidade civil ambiental: as dimensões do dano no direito brasileiro**. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

### APROVAÇÃO

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
(que oferece o componente curricular)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Eletrônico

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: (X)

30 h

0 h

30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I, II, III, IV e VII, Direito Penal I, II e III.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

1. Fornecer conceitos básicos de informática familiarizando os alunos com os respectivos termos técnicos.
2. Apresentar uma visão crítica sobre o uso das modernas tecnologias da informação e seu impacto na sociedade.
3. Identificar e apontar soluções para os principais problemas jurídicos surgidos com o uso crescente da tecnologia da informação.

CONTEÚDO

Direito e a Nova Tecnologia de Informação: Informação Eletrônica como Bem Jurídico. Delitos e Responsabilidade na Rede de Internet. Responsabilidade Civil e Penal na Internet. Internet e Privacidade: a Prova Informática no Direito Brasileiro.



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. Documento eletrônico.
2. Criptografia. Assinatura digital.
3. Contrato eletrônico.
4. Relações de consumo em ambiente eletrônico.
5. Os meios eletrônicos e a tributação.
6. Direitos autorais em ambiente eletrônico.
7. Crimes de informática.
8. Privacidade em ambiente eletrônico.
9. Trabalho em ambiente eletrônico.
10. Informatização do processo judicial.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

- BLUM, Renato Opice (organizador). **Direito Eletrônico. A Internet e os Tribunais.** EDIPRO, 2001.
- CASTRO, Aldemario Araujo. **Informática Jurídica e Direito da Informática.** Livro eletrônico, 2007.
- CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. **Crimes de Informática e seus Aspectos Processuais.** Lumen Juris, 2003.
- CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos Jurídicos da Internet.** Editora Saraiva, 2000.

### **Bibliografia complementar:**

- COSTA, Marcelo Antonio Sampaio Lemos. **Computação Forense.** Millennium Editora, 2003.
- FILHO, José Carlos de Araújo Almeida e CASTRO, Aldemario Araujo. **Manual de Informática Jurídica e Direito da Informática.** Editora Forense, 2005.
- GRECO, Marco Aurelio. **Internet e Direito.** Dialética, 2000.
- LUCCA, Newton de (coordenador). **Direito e Internet. Aspectos Jurídicos Relevantes.** EDIPRO, 2000.



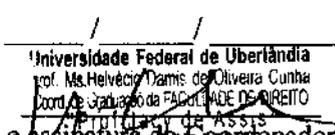
PECK, Patricia. **Direito Digital**. Editora Saraiva, 2002.

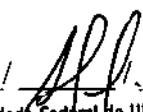
ROVER, Aires José (organizador). **Direito, Sociedade e Informática. Limites e perspectivas da vida digital**. Boiteaux, 2000.

SCHOUERI, Luís Eduardo (organizador). **Internet. O Direito na Era Virtual**. Forense, 2001.

ZUFFO, João Antonio. **A Tecnologia e a Infossociedade** (Livro I da Série A Sociedade e a Economia no Novo Milênio). Manole, 2003.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aginaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATORIA: ( )

OPTATIVA: ( X )

30 h

0 h

30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal I e II.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Ao final da disciplina o estudante deverá ser capaz de:

- apreender a complexidade de conteúdos que envolvem os estudos criminológicos;
- compreender os métodos e linhas de estudo e pesquisa da criminologia;
- conhecer e relacionar os conteúdos da Criminologia, da Política Criminal e do Direito Penal.

EMENTA

Funções do direito penal; direito penal e sociedade; o direito penal como subsistema jurídico; as funções do direito penal. Estudos de conceitos criminológicos básicos; conceitos de criminologia; linhas do pensamento criminológico; políticas criminais. Criminologia e política punitiva; funções das penas; princípios constitucionais-penais punitivos; tipos de apenamentos; penas restritivas de direitos; política punitiva: diretrizes minimalistas *versus* diretrizes punitivistas.



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### **INTRODUÇÃO: FUNÇÕES DO DIREITO PENAL**

#### **1 Direito penal e sociedade**

- 1.1 Direito e sociedade
- 1.2 Direito penal e proteção de bens jurídicos

#### **2 O direito penal como subsistema jurídico**

#### **3 As funções do direito penal**

- 3.1 O controle social
- 3.2 Funções político-normativas
- 3.3 Função teleológica: sistema pena de garantia
  - 3.2.1 Sistema penal e direitos fundamentais
  - 3.2.2 Sistema penal e criminalidade
  - 3.2.3 Sistema penal e política criminal

### **CONCEITOS CRIMINOLÓGICOS BÁSICOS**

#### **1 Conceitos de Criminologia**

- 1.1 Objeto de estudo: fatos criminosos e autores de crimes
- 1.2 Vitimologia e controle social
- 1.3 A criminologia e os conhecimentos auxiliares: Antropologia Criminal; Sociologia Criminal; Deontologia Jurídica; Psiquiatria Forense

#### **2 Linhas do pensamento criminológico**

- 2.1 Criminologia tradicional
- 2.2 Criminologia crítica

#### **3 Políticas criminais**

- 3.1 Política criminal punitivista
- 3.2 Política criminal crítica

### **CRIMINOLOGIA E POLÍTICA PUNITIVA**

#### **1 Funções das penas**

#### **2 Princípios constitucionais-penais punitivos**

#### **3 Tipos de apenamentos**

#### **4 Penas restritivas de direitos**

- 4.1 Conceitos básicos
- 4.2 Espécies de penas restritivas de direitos
- 4.3 Requisitos de Substituição

#### **5 Política punitiva: diretrizes minimalistas versus diretrizes punitivistas**

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

ARAÚJO JÚNIOR, João Marcelo de (org.). **Sistema penal para o terceiro milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

CARVALHO, Salo de. **Pena e garantias: uma leitura do garantismo de Luigi Ferrajoli no Brasil**.



Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

CERVINI, Raúl. **Os processos de descriminalização**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994.

CHRISTIE, Nils. **A indústria do controle do crime**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

COELHO, Edihermes Marques. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008.

**Bibliografia complementar:**

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

GALVÃO, Fernando. **Política criminal**. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função do direito penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2002.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hélcio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aginaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO AGRÁRIO

CÓDIGO:		UNIDADE ACADÊMICA: FADIR		
PERÍODO/SÉRIE: 10º período		CH TOTAL TEÓRICA:  30 h	CH TOTAL PRÁTICA:  0 h	CH TOTAL:  30 h
OBRIGATÓRIA: ( )	OPTATIVA: ( X )			

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I, II, III e IV.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Fornecer ao aluno as ferramentas e o conhecimento necessários para compreender o conteúdo jurídico do Direito Agrário no Brasil.

EMENTA

A institucionalização do Direito Agrário no Brasil. As atividades agrárias como objetivo do Direito Agrário. A função social do imóvel rural. A legitimação e a regularização de posses. A reforma agrária. O crédito rural. Cooperativismo e associativismo rural. Os contratos agrários. Cadastro e tributação do imóvel rural.



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

- O regime sesmarial como referencial histórico do Direito Agrário no Brasil.
- O regime de Posses na “Lei de Terras” de 1850.
- O instituto brasileiro de terras devolutas e os procedimentos discriminatórios.
- A institucionalização do Direito Agrário no Brasil na Emenda Constitucional nº 10, de 1964.
- O Estatuto da Terra como referencial legislativo. As atividades agrárias como objeto do Direito Agrário.
- O imóvel rural e sua classificação.
- A função social do imóvel rural.
- A reforma agrária e os procedimentos expropriatórios.
- Os contratos agrários como instrumentos de desenvolvimento agrário.
- A tributação do imóvel rural.
- O crédito rural como instrumento de política agrícola.
- A Política de Preços Mínimos dos produtos agrícolas.
- A política de armazenagem.
- Os programas de fomento à produção e incentivo à tecnologia.
- A política de seguro agrícola.
- Reforma agrária e política agrícola

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

SILVEIRA, Domingos Sávio Dresch, **Direito Agrário em Debate**. Livraria do Advogado/Editora, 1998.

MARTINS, Jovair Nogueira. **Crédito Rural. Antídoto em face de nulidades e ilegalidades praticadas pelos Bancos**. Lex Editora, 2001.



STEDILE, João Pedro. **A questão agrária, hoje.** Editora Universitária, 1994.

NETO, Sulaman Miguel. **Questão Agrária.** Bookseller Editora. Campinas-SP, 1997.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **A questão Agrária e a Justiça.** Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2000.

BARROS, Wellington Pacheco. **Os Contratos e os Títulos de Crédito Rural.** Livraria do Advogado/Editora, Porto Alegre-RS, 2000. BARROSO, Lucas Abreu. **Direito Agrário Contemporâneo.** Del Rey. Belo Horizonte-MG, 2004.

VIAL, Sandra Regina Martins. **Propriedade da Terra? Análise Sócio-jurídica.** Livraria do Advogado/Editora. Porto Alegre-RS, 2003.

**Bibliografia complementar:**

SANTOS, Weliton Militão dos. **Desapropriação, Reforma Agrária e Meio Ambiente.** Livraria Mandamentos Editora. Belo Horizonte-MG, 2001. SILVA, Leandro Ribeiro da. **Propriedade Rural.** Lúrnem Juris, Rio, 2001.

MORAES, José Diniz de. **A função social da propriedade e a Constituição Federal de 1988.** Malheiros Editores, São Paulo, 1999.

SCAFF, Fernando Campos. **Teoria Geral do Estabelecimento Agrário.** Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2001.

CAMARGOS, Luciano Dias Bicalho. **O Imposto Territorial Rural e a Função Social da Propriedade.** Livraria Dei Rey, Belo Horizonte-MG, 2001. COELHO, José Fernandes Lutz, **Contratos Agrários de Arrendamento & Parceria Rural no Mercosul.** Juruá Editora. Curitiba-PR, 2003. MOREIRA, Aroldo. **A Propriedade sob Diferentes Conceitos.** Forense, Rio, 1986.

JARQUES, Juan Jose. **Derecho Agrário.** Reus, S.A, Madrid, 1985.

MASSART, Alfredo. **Síntesis de Derecho Agrario.** Editorial Sapiência. San Jose, Costa Rica, 1991

ZELEDON, Ricardo Zeledon. **Derecho Agrario ? Nuevas Dirnensionis.** Juruá Editora, Curitiba-PR, 2001

CARROZZA, Antonio. et ZELEDON, Ricardo Zeledon. **Teoria General e Institutos de Derecho Agrário.** Editorial Astrea, Buenos Aires, 1990. JARQUE, Juan Jose. **Curso de Derecho Agrário Comparado.** Editorial

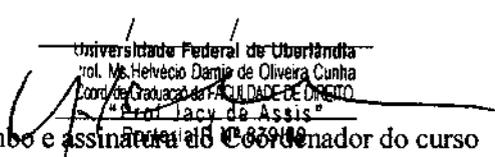


Comares. Granada-Espanha. 1993.

BARCELLONA, Marcio. **Proprietá Privada e Intervento Statale**. Jovene Editorial. Nápolis, Itália, 1980

SALAZAR, Honório Perez. **Proceso Dialectico de Ia Tenencia de Ia Tierra**. Editorial Temis Libreria. Bogotá-Colômbia, 1979.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damjó de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO/FACULDADE DE  
CURSO DE

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: ( X )

30

30

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal I, II e III,  
Direito Processual Penal I e II

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Ao final da disciplina o estudante deverá ser capaz de:

- compreender os diversos crimes previstos em leis esparsas;
- ser capaz de analisar conjuntamente o Código Penal e a legislação penal extravagante.

EMENTA

Leis Penais especiais: Lei dos crimes hediondos. Crime de tortura. Abuso de autoridade. Legislação de armas. Lei de Drogas. Crime Organizado. Lei Maria da Penha. Crimes ambientais. Crimes de trânsito. Execução Penal.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

**1 Lei dos crimes hediondos**

- 1.1 Considerações gerais
- 1.2 Crimes considerados hediondos
- 1.3 Medidas punitivas

**2 Crime de tortura**

- 2.1 Considerações gerais



- 2.2 Tipologia penal da tortura
- 3 Abuso de autoridade**
- 3.1 Considerações gerais
- 3.2 Tipologia penal do abuso de autoridade
- 4 Legislação de armas**
- 4.1 Considerações gerais
- 4.2 Tipologia penal
- 5 Lei de Drogas**
- 5.1 Considerações gerais
- 5.2 Tipologia penal
- 5.3 Regras especiais e aspectos processuais
- 6 Crime Organizado**
- 6.1 Considerações gerais
- 6.2 Tipologia penal
- 6.3 Aspectos processuais
- 7 Lei Maria da Penha**
- 7.1 Considerações gerais
- 7.2 Tipologia penal
- 7.3 Aspectos processuais
- 8 Crimes Ambientais**
- 8.1 Considerações gerais
- 8.2 Tipologia penal
- 9 Crimes de trânsito**
- 9.1 Considerações gerais
- 9.2 Tipologia penal
- 10 Execução Penal**
- 10.1 Sistema de penas
- 10.2 Procedimentos de execução

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Básica:

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação penal especial**. 2. ed. rev., atual., e aum.. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial**. 3. ed.. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 4.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Lei penais e processuais penais comentadas**. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

### Bibliografia Complementar:

- BATISTA, Weber Martins; FUX, Luiz. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Suspensão**



**Condiciona! do Processo Penal: A Lei No 9.099/95 e Sua Doutrina Mais Recente.** Rio de Janeiro: Forense, 1999.

BOAS, Alberto Vilas. **Código de Processo Penal: Anotado e Interpretado: Inclui: Lei de Execução Penal; Lei dos Juizados Especiais Criminais; Súmulas e Jurisprudência do Stj e stf.** Belo Horizonte: Del rey, 1999.

PENTEADO, Jaques de Camargo (coord.). **Justiça Penal: Críticas e Sugestões: 10 Anos da Constituição e A Justiça Penal; Meio Ambiente; Drogas; Globalização; O Caso Pataxó.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. v.6.

PRADO, Luiz Regis; BITENCOURT, Cezar Roberto . **Código Penal Anotado e Legislação Complementar.** 2. ed atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

LIMA, Marcellus Polastri . **Temas Controvertidos de Direito e Processo Penal.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

PENTEADO, Jaques de Camargo (coord.); Et al. . **Justiça Penal: Tortura; Crime Militar e Habeas Corpus.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. v.5.

APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damas de Oliveira Cunha  
Cargo de Cadeira de FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R. N.º 879/09

Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Resolução P. N.º 733/09

Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Notarial

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATORIA: ( ) OPTATIVA: (X)

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I a VII.

CO-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Conhecer e aplicar as regras e princípios do Direito Notarial, destinados à solução questões extrajudiciais, relacionadas ao Registro Público.

Especificamente, orientar, preparar e capacitar o aluno para atuar na área de Registros Públicos em seus variados segmentos.

EMENTA

1. Teoria Geral dos Registros Públicos
2. Registro Civil de Pessoas Naturais
3. Registro de Imóveis
4. Registro Civil de Pessoas Jurídicas
5. Registro de Títulos e Documentos
6. Tabelionato de Protestos
7. Tabelionato de Notas



**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

**1) Teoria Geral dos Registros Públicos**

- Princípios do Direito Registral e Notarial
- Atribuições e competência
- Requisitos para o ingresso na atividade
- Responsabilidade de registradores e notários
- Direitos e deveres dos notários e registradores
- Das infrações disciplinares
- Da publicidade dos atos
- Da escrituração, dos livros e da sua conservação

**2) Registro Civil de Pessoas Naturais**

- Nascimento, filiação e adoção: registro, local, nome e prazo.
- Capacidade, incapacidade, interdição e emancipação
- Morte
- Casamento e modalidades
- Dissolução do casamento
- União estável
- Opção de nacionalidade
- Da gratuidade dos serviços.
- Regime de bens do casamento

**3) Registro de Imóveis**

- Das atribuições do registrador, da escrituração, dos livros de registro.
- Matrícula
- Do processo de registro: protocolo, suscitação de dúvida, retificação: espécies e procedimento, invalidade do registro e efeitos.
- Da legitimidade para o registro e títulos registráveis.
- Do condomínio e da incorporação imobiliária
- Do parcelamento do solo urbano
- Do Estatuto da Cidade

**4) Registro Civil de Pessoas Jurídicas**

- Finalidades e princípios do RCPJ
- Das Pessoas Jurídicas e atos registráveis
- Das matrícula.
- Das impugnações

**5) Registro de Títulos e Documentos**

- Finalidades e princípios do RTD
- Títulos registráveis.
- Registros obrigatórios e facultativos
- Dos atos de registro e de averbação; livros.
- Da ordem de serviço: protocolo e prioridade

- Do cancelamento do registro.

#### 6) Tabelionato de Protesto

- Características e finalidade do protesto
- Análise do título protestável
- Distribuição
- Intimação do devedor e pagamento
- Sustação, cancelamento e suspensão do protesto
- Averbações e certidões
- Responsabilidade civil dos notários
- 

#### 7) Tabelionato de Notas

- Escritura pública: objeto, eficácia, fé pública. Separação, divórcio e inventário
- Testamentos e espécies
- Procurações e contrato de mandato
- Ata notarial
- Reconhecimento de firma
- Autenticação de cópias

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

#### Bibliografia Básica:

BRANDELLI, Leonardo. **Teoria geral do direito notarial**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos notários e dos registradores comentada**. São Paulo: Saraiva, 2010.

#### Bibliografia Complementar:

ASSAN, Ozires Eilel. **Registros públicos e notariais no novo código civil : doutrina, legislação e jurisprudência**. Santa Cruz da Conceição: Vale do Mogi, 2010.

CESAR, José Maria de Almeida. **Serviços notariais e de registro**. São Paulo: Leud, 1996.

ERPEN, Décio Antônio et al. Coordenador Ricardo Dip. **Introdução ao direito notarial e registral**. Porto Alegre: IRIB ; S. A. Fabris, 2004.

MARTINS, Cláudio. **Teoria e prática dos atos notariais**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

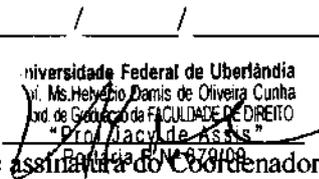
MELO JÚNIOR, Regnoberto M. de. **Dos emolumentos notariais e registrais : doutrina, legislação, jurisprudência**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

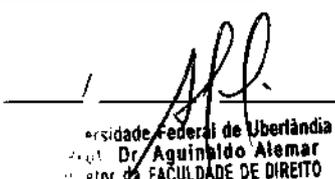
OLIVEIRA, Eversio Donizete. BARBOSA, Magno Luiz. **Manual prático do protesto extrajudicial**. Franca: Lemos & Cruz, 2009.



ORLANDI NETO, Narciso. **Serviços notariais e de registro.** Corregedorias do poder judiciário, São Paulo : Revista dos Tribunais.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria P. Nº 278/09  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Dr. Aguiinaldo Atemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria P. Nº 733/10  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO MUNICIPAL

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: (X)

30 h

0 h

30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Administrativo I e II;  
Direito Civil IV.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

O município é o ente federado em que o cidadão vive e convive com seus semelhantes, e que mais de perto relaciona com o Poder Público. É muito importante que o bacharel em Direito conheça a estrutura jurídica básica dos municípios. Por isso, a disciplina objetiva dotar o aluno do conhecimento elementar do funcionamento do município no plano jurídico.

EMENTA

- 1 – O Município Brasileiro
- 2 – Câmara Municipal
- 3 – Poder Executivo Municipal
- 4 – Poder de Polícia
- 5 – Bens Municipais
- 6 – Serviços Públicos Locais
- 7 – Finanças e Tributos Municipais



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### I UNIDADE: O MUNICÍPIO BRASILEIRO

- 1.1 – Conceito
- 1.2 – Origens e Evolução
- 1.3 – Organização
- 1.4 – Autonomia

### II UNIDADE: CÂMARA MUNICIPAL

- 2.1 – Conceito
- 2.1 – Composição
- 2.2 – Atribuições
- 2.3 – Processo Legislativo
- 2.4 – Técnica Legislativa
- 2.5 – Atividade de Fiscalização e Controle

### III UNIDADE – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- 3.1 – Conceito
- 3.2 – A Prefeitura e o Prefeito
- 3.3 – Atribuições do Prefeito
- 3.4 – Responsabilidades do Prefeito

### IV UNIDADE – PODER DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO

- 4.1 – Conceito
- 4.2 – Origem e Evolução
- 4.3 – Atributos e meios de atuação
- 4.4 – Setores de Atuação

### V UNIDADE – BENS MUNICIPAIS

- 5.1 – Conceito
- 5.2 – Classificação
- 5.3 – Alienação e Aquisição



5.4 – Uso de Bens Públicos

## VI – UNIDADE – SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS

6.1 – Conceito

6.2 – Competência

6.3 – Execução

6.4 – Principais Serviços Públicos Locais

## VII UNIDADE – FINANÇAS E TRIBUTOS MUNICIPAIS

7.1 – Conceitos Básicos

7.2 – Orçamentos Municipais

7.3 – Tributos Municipais

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 16ª Ed. Atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgar Neves da Silva. São Paulo: Malheiros. 2008.

CASTRO, José Neto de. **Direito Municipal Positivo**. 6ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey. 2006.

### **Bibliografia complementar:**

CASTRO, Nelson Nery. **Curso de Direito Municipal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Direito Municipal**, 2ª Ed. São Paulo: RT. 2005.

FERNANDES, Marcos Antônio. **Manual Para Prefeitos e Vereadores**. São Paulo: Quartier Latin. 2003.



BRAZ, Petrônio. **Direito Municipal na Constituição**. São Paulo: LED, 1994.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helycio Damis de Oliveira Cunha  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R N° 133/10



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO URBANÍSTICO

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: ( X )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Administrativo I e II;  
Direito Civil IV.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

É necessário dotar o acadêmico do Curso de Direito de conhecimentos básicos do Direito Urbanístico. Hoje este ramo do Direito Público permeia a vida do cidadão que vive nas cidades, em todas as relações que envolve a função social da cidade.

EMENTA

- 1 – Direito Urbanístico no Brasil
- 2 – Competência em matéria urbanística
- 3 – Parcelamento e zoneamento do solo urbano
- 4 – Plano Diretor
- 5 – Estatuto da Cidade
- 6 – Função Social da Cidade

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

**I UNIDADE – DIREITO URBANÍSTICO NO BRASIL**

- 1.1 – Conceito
- 1.2 – Histórico
- 1.3 – Evolução
- 1.4 – Posição Atual

**II UNIDADE – COMPETÊNCIA EM MATÉRIA URBANÍSTICA**

- 2.1 – Discriminação Constitucional de Competências
- 2.2 – Competência do Município
- 2.3 – Competências Partilhadas no Planejamento Urbanístico

**III UNIDADE – PARCELAMENTO E ZONEAMENTO DO SOLO URBANO**

- 3.1 – Conceito
- 3.2 – Natureza e Objetivos
- 3.3 – Regime Jurídico
- 3.4 – Modelos de Assentamento
- 3.5 – Planos de Loteamento

**IV UNIDADE – PLANO DIRETOR**

- 4.1 – Conceito
- 4.2 - Planejamento Municipal
- 4.3 – Obrigatoriedade
- 4.4 – Elaboração e Fiscalização
- 4.5 – Revisão

**V UNIDADE – ESTATUTO DA CIDADE**

- 5.1 – Evolução da Legislação
- 5.2 – Política Urbana
- 5.3 – Diretrizes Gerais da Política Urbana
- 5.4 – Instrumentos de Efetivação



**VI UNIDADE – FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE**

- 6.1 – A cidade como delimitação espacial e temporal
- 6.2 – Organização do Espaço Urbano
- 6.3 – Implementação da função social da cidade

**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia básica:**

AGUIAR, Joaquim Castro. **Direito da Cidade**. Rio de Janeiro: Renovar. 1996

CARVALHO FILHO, José dos Santos: **Comentários Ao Estatuto Da Cidade**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2005

DALLARI, Adilson e Ferraz, Sérgio. **COORD. Estatuto Da Cidade**. São Paulo: Malheiros. 2002

FERNANDES, Edésio. **Direito Urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey. 1998

**Bibliografia complementar:**

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Estatuto Da Cidade Comentado**. São Paulo: RT. 2002

MUKAI, Toshio. **Direito Urbano-Ambiental Brasileiro**. 2ª Ed. São Paulo: Dialética. 202

LEAL, Rogério Gesta. **Direito Urbanístico: Condições e Possibilidades da Constituição do Espaço Urbano**: Rio de Janeiro: Renovar. 2003.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 4ª Ed. São Paulo: Malheiros. 2006

**ASSINATURAS**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Hércio Damis de Oliveira Cordeiro  
Coordenador do Curso de Direito  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R Nº 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agninaldo Alemar  
Diretor da Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R Nº 733/10



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Comunitário

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: ( X )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Internacional Privado.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Proporcionar ao aluno as ferramentas necessárias para compreender os modos e formas pelos quais se materializa a integração de Estados sob a ótica do Direito, bem como interpretar as instituições e os atos comunitários enquanto definidores de um ordenamento jurídico supranacional.

EMENTA

1. CONCEITOS E FONTES DO DIREITO COMUNITÁRIO
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO COMUNITÁRIO
3. SOBERANIA E DIREITO COMUNITÁRIO
4. O SISTEMA DO DIREITO COMUNITÁRIO
5. INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS

DESCRIÇÃO DO REPERTE

1. CONCEITOS E FONTES DO DIREITO COMUNITÁRIO

Handwritten signature and initials.



1.1 Conceito de Direito Comunitário

1.2 Fontes do Direito Comunitário

1.3 Relações do Direito Comunitário com o Direito Internacional Público/Internacional Privado.

## 2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO COMUNITÁRIO

### 3. SOBERANIA E DIREITO COMUNITÁRIO

### 4. O SISTEMA DO DIREITO COMUNITÁRIO

4.1 Personalidade e capacidade jurídicas da comunidade

4.2 Efeito direto e supremacia das normas comunitárias

4.3 Princípios da autonomia

4.4 Direitos e deveres do Estado no direito comunitário

4.5 Direitos e deveres do indivíduo no direito comunitário

### 5. INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia Básica:**

AMORIM, Edgar Carlos de. **Direito Internacional Privado**. 9.ed., rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ARAÚJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Tratado de Direito Internacional Privado**. 2. ed., 2v. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Dos contratos internacionais: uma visão teórica e prática**. São Paulo: Saraiva, 1994.

\_\_\_\_\_. **Normas de Direito Internacional Privado: direito internacional da pessoa**. São Paulo: LTR, tomo II, 2001.

\_\_\_\_\_. **Normas de Direito Internacional Privado: direito internacional e econômico empresarial; integração latino-americana**. São Paulo: LTR, v. 1, tomo III, 2002.

\_\_\_\_\_. **Normas de Direito Internacional Privado: comércio internacional; OMC**. São Paulo: LTR, v.2, tomo III, 2003.

BAPTISTA, Luiz Olavo; RODAS, João Grandino; SOARES, Guido Fernando Silva. (Organizadores). **Normas de Direito Internacional Privado: normas de caráter geral**. São Paulo: LTR, tomo II, 2001.



BAPTISTA, Luiz Olavo. **Dos contratos internacionais: uma visão teórica e prática.** São Paulo: Saraiva, 1994.

\_\_\_\_\_. **Normas de Direito Internacional Privado: direito internacional da pessoa.** São Paulo: LTR, tomo II, 2001.

\_\_\_\_\_. **Normas de Direito Internacional Privado: direito internacional e econômico empresarial; integração latino-americana.** São Paulo: LTR, v. 1, tomo III, 2002.

\_\_\_\_\_. **Normas de Direito Internacional Privado: comércio internacional; OMC.** São Paulo: LTR, v.2, tomo III, 2003.

#### **Bibliografia complementar:**

BAPTISTA, Luiz Olavo; RODAS, João Grandino; SOARES, Guido Fernando Silva. (Organizadores). **Normas de Direito Internacional Privado: normas de caráter geral.** São Paulo: LTR, tomo II, 2001.

BORGES, José Souto Maior. **Curso de Direito Comunitário: Instituições de direito comunitário Comparado; União Européia e MERCOSUL.** São Paulo: Saraiva, 2005.

CASTRO, Amilcar de. **Direito Internacional Privado.** 6. ed. atualizada com notas de rodapé pela Prof. Carolina Cardoso Guimarães Lisboa. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CERVINI, Raúl; TAVARES, Juarez. **Princípios de cooperação judicial penal internacional no Protocolo do Mercosul.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CORRÊA, Antônio. **Mercosul. Solução de conflitos pelos juízes brasileiros.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.

CORREIA, A. Ferr. **Temas de direito comercial privado.** Coimbra: Almedina, 1989.

COSTA, José Augusto Fontoura. **Normas de Direito Internacional: aplicação uniforme do direito uniforme.** São Paulo: Atlas, 2000.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Direito Internacional Privado: abordagens fundamentais, legislação, jurisprudência.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Comentada.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DI LORENZO, Carlos Alberto. **Direito Internacional Público e Privado.** 1. ed. São Paulo: Rideel, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.



DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado: parte geral ampliada e atualizada**. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

\_\_\_\_\_ **Direito Internacional Privado: direito civil internacional; contratos e obrigações no Direito Internacional Privado**. v.II. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

ESPINOLA, Eduardo e Eduardo E. Filho. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro: comentada na ordem de seus artigos e atualizada por Silva Pacheco**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 3 v, 1999.

FINKELSTEIN, Cláudio. **O Processo de Formação dos Mercados de Bloco**. São Paulo: IOB – Thomson, 2003.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Lei de Proteção da Concorrência: Comentários à Legislação Antitruste**. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2008.

JO, Hee Moon. **Moderno Direito Internacional Privado**. São Paulo: LTR, 2001.

LITRENTTO, Oliveiros. **A Ordem Internacional Contemporânea**. Porto Alegre: SAFE, 1991.

MELO, Luís Gonzaga de. **Introdução ao Estudo de Direito Internacional Privado**. São Paulo: WVC, 2001.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de. (Coords ) **Solução e Prevenção de Litígios Internacionais**. v. II. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

OLIVEIRA, Amanda Flavio de. **Direito Econômico:—Evolução e Institutos**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

OLIVEIRA, Marcos Cavalcante de. **Moeda Juros e Instituições Financeiras: Regime Jurídico**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 8. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Econômico Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

SILVA, Roberto Luiz; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. ( Coords.) **O Brasil e os acordos econômicos internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos dom o FMI**. São Paulo: revista dos Tribunais, 2003.

STRENGER, Irineu. **Direitos e obrigações dos estrangeiros no Brasil**. São Paulo: LTR, 1997.

\_\_\_\_\_ **Curso de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

\_\_\_\_\_ **Reparação do dano em Direito Internacional Privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.



\_\_\_\_ **Contratos internacionais do comércio.** 3. ed., revista e ampliada, São Paulo: LTR, 1998.

\_\_\_\_ **Da autonomia da vontade.** Direito interno e internacional. 2. ed., São Paulo: LTR, 2000.

\_\_\_\_ **Direito Internacional Privado:** parte geral. Direito civil internacional. Direito comercial internacional. 4. ed. aumentada e atualizada. São Paulo: LTR, 2000.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais.** 2. ed. rev. e atualizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Secretaria R. N.º 879/100

Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguilardo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R. N.º 733/10

Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito do Comércio Internacional

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATORIA: ( )

OPTATIVA: ( X )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Internacional Privado.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno as ferramentas necessárias para compreender a dinâmica das relações comerciais no plano internacional na sua interface com o cenário jurídico, bem como o sistema monetário internacional no âmbito do Comércio Internacional.

EMENTA

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.
2. FATORES HISTÓRICOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.
3. RELAÇÕES JURÍDICAS COMERCIAIS INTERNACIONAIS
4. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.

- 1.1. Conceito e pressupostos fundamentais
- 1.2. Fontes do Direito do Comercio Internacional
- 1.3 Relações com outras disciplinas



## 2. FATORES HISTÓRICOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.

2.1. Primórdios do comércio internacional

2.2. *A lex mercatoria*

## 3. RELAÇÕES JURÍDICAS COMERCIAIS INTERNACIONAIS

3.1. Atos e fatos do comércio internacional

3.2. Regulamentação internacional das relações comerciais

3.3. A autonomia da vontade nas relações comerciais internacionais

## 4. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

4.1 O papel da Organização Mundial do Comércio

4.2 A solução de controvérsias no âmbito do comércio internacional.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Básica:

ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Dos contratos internacionais: uma visão teórica e prática**. São Paulo: Saraiva, 1994.

BARRAL, Welber. **Tribunais Internacionais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.  
**O Brasil e a OMC**. Curitiba: Juruá, 2009.

### Bibliografia complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro; KISS, Eduardo Amaral Gurgel. **Contratos internacionais**. São Paulo: Saraiva, 1990.

BASSO, Maristela. **Contratos internacionais do comércio**. 2.ed., revista, atualizada e ampliada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

BOLFER, Sabrina Ribas. **Arbitragem Comercial Internacional & Anti-Suit Injunctions**. Curitiba: Juruá, 2004.

CALLUF FILHO, Emir. **Arbitragem Internacional: o local da arbitragem**. Curitiba: Juruá, 2003.

CASTRO, Amilcar de. **Direito Internacional Privado**. 6. ed. atualizada com notas de rodapé pela Profª. Carolina Cardoso Guimarães Lisboa. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CORTADA, Antonio Martins. **Comércio e Integração do Brasil na América Latina**. Curitiba: Juruá, 2009.

CORRÊA, Antônio. **Mercosul. Solução de conflitos pelos juízes brasileiros**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.

CORREIA, A. Ferr. **Temas de direito comercial privado**. Coimbra: Almedina, 1989.

COSTA, José Augusto Fontoura. **Normas de Direito Internacional: aplicação uniforme do direito uniforme**. São Paulo: Atlas, 2000.

CRETELA NETO, José. **Curso de Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Comentada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado: parte geral ampliada e atualizada**. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

**Direito Internacional Privado: direito civil internacional; contratos e obrigações no Direito Internacional Privado**. v.II. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.



- ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 2. ed. atualizada pela Lei nº 9.307/96; arbitragem; inclui regulamento de conciliação e arbitragem da CCI. São Paulo: Atlas, 1997.
- ESPINOLA, Eduardo e Eduardo E. Filho. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro**: comentada na ordem de seus artigos e atualizada por Silva Pacheco. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 3 v, 1999.
- FARIA, Werter R. **Cheque - As convenções de Genebra e o direito brasileiro**. Porto Alegre: SAFE, 1978.
- FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem, jurisdição e execução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- FINKELSTEIN, Cláudio. **O Processo de Formação dos Mercados de Bloco**. São Paulo: IOB – Thomson, 2003.
- FRANCESCHINI, Luis Fernando; WACHOWICZ, Marcos. (Coord.). **Direito Internacional Privado**: negócios internacionais; contratos; tecnologia. Curitiba: Juruá, 2001.
- GOMES, Eduardo Biacchi. **Blocos Econômicos**: solução de controvérsias. Curitiba: Juruá, 2009.
- HUCK, Hermes Marcelo. **Sentença estrangeira e Lex Mercatoria**: Horizontes e Fronteiras do Comércio Internacional. São Paulo: Saraiva, 1994.
- LEE, Jaó Bosco. **Arbitragem Comercial Internacional nos países do MERCOSUL**. Curitiba: Juruá, 2004.
- LITRENTO, Oliveiros. **A Ordem Internacional Contemporânea**. Porto Alegre: SAFE, 1991.
- MARQUES, Claudia Lima; ARAUJO, Nadia de. (Orgs.) **O novo direito internacional**: estudos em homenagem a Erik Jayme. São Paulo: Renovar, 2005.
- MERCADANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de.(Coords ) **Solução e Prevenção de Litígios Internacionais**. v. II. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
- PARIZATTO, João Roberto. **Arbitragem**: comentários à Lei 9307 de 23/09/96. São Paulo: Editora de Direito, 1997.
- PIMENTEL, Juiz Otávio; REIS, Murilo Gouvêa dos. (Organizadores). **Direito comercial internacional**: arbitragem. Florianópolis: OAB/SE, 2002.
- RECHSTEINER, Beat Walter. **Arbitragem privada internacional no Brasil**: teoria e prática. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado**: teoria e prática. 8. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005.
- RODAS, João Grandino. (Coord.). **Contratos internacionais**. 3. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- \_\_\_\_\_(Coord.). **Contratos internacionais**: Mercosul. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2. ed., 1995.
- SANTOS, José Alexandre Rangel dos. **Contratos internacionais do comércio**: primeiras linhas. Campinas: Colopa, 1997.
- DI SENA JR., Roberto. **Comércio Internacional e Globalização**. Curitiba: Juruá, 2009.
- SILVA, Roberto Luiz. **Direito Econômico Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- SILVA, Roberto Luiz; MAZZUOLI, Valério de Oliveira.(Coords.) **O Brasil e os acordos econômicos internacionais**: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos do FMI. São Paulo: revista dos Tribunais, 2003.
- SOARES, Guido Fernando Silva. **Common Law**: introdução ao direito dos EUA. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- STRENGER, Irineu. **Direito Internacional Privado**: parte geral. Direito civil internacional. Direito comercial internacional. 4. ed. aumentada e atualizada. São Paulo: LTR, 2000.
- \_\_\_\_\_**Curso de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- \_\_\_\_\_**Contratos internacionais do comércio**. 3. ed., revista e ampliada, São Paulo: LTR, 1998.

AP.



TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**, 2. ed. rev. e atualizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria P. N.º 879/09

Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria P. N.º 733/09

Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Econômico

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: (X)

30 h

0 h

30 h

OBS:

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria da Constituição, Direitos Fundamentais, Organização do Estado e dos Poderes, Jurisdição Constitucional, Direito Administrativo I e II.

**CÓ-REQUISITOS:**

OBJETIVOS

1. Oferecer a construção argumentativo-jurídica capaz de balizar a a regulamentação da livre iniciativa e da livre concorrência.
2. Analisar os padrões metódicos que os valores oferecem como parâmetros de constitucionalidade as medidas intervencionistas do Estado no mercado.
3. Fornecer conceitos de direito econômico aos alunos com os respectivos termos técnicos.
4. Apresentar uma visão crítica sobre o direito da concorrência.
5. Identificar e apontar soluções para os principais problemas jurídicos surgidos com o abuso do poder econômico.
6. Compreender as estruturas de proteção a concorrência.

EMENTA

1. O processo de formação de preços no mercado. 2. O poder econômico. 3. A ordem jurídico-econômica. 4. Crime organizado. 5. Abuso do poder econômico. 6. Proteção da concorrência. 7. Infrações de ordem econômica. 8. Processo administrativo. 9. Formas de controle. 10. Execução judicial das decisões do CADE.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1- Princípios norteadores do Direito Econômico

Handwritten signature and initials.



Oferta e procura  
Modelo da concorrência perfeita  
Monopólio  
Concorrência monopolística  
Oligopólios e a teoria dos jogos  
Cartel  
Barreiras ao ingresso dos concorrentes; a concorrência praticável  
2- Poder econômico  
Caracterização  
3 Ordem jurídico-econômica  
Ordem econômica internacional e regional  
Intervenção do Estado no domínio econômico  
Planejamento econômico  
4. Abuso do poder econômico  
Livre iniciativa e livre concorrência  
Poder econômico e sua função social  
Poder econômico  
5. Proteção da concorrência  
Disciplina constitucional  
Conselho Consultivo de Defesa Econômica - CADE;  
Secretaria de Direito Econômico  
6. Infrações  
Delimitação da responsabilidade  
Solidariedade do grupo econômico  
Direito de ação  
7. Processo administrativo  
Averiguações preliminares  
Instauração e instrução  
8. Controle de atos e contratos  
Compromisso de desempenho  
Consulta  
9. Execução judicial das decisões do CADE.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 1998

\_\_\_\_\_. Elementos de Direito Econômico. Revista dos Tribunais São Paulo.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 23ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

### **Bibliografia complementar:**

FONSECA, João Bosco Leopoldino. Lei de Proteção da Concorrência: Comentários à Lei Antitruste. Forense: Rio de Janeiro

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2009

Salomão Filho, Calixto. Direito Concorrencial- As Estruturas. São Paulo: Malheiros, 2007.

\_\_\_\_\_. Direito Concorrencial- As condutas. São Paulo: Malheiros, 2007.

\_\_\_\_\_. O Novo Direito Societário. São Paulo: Malheiros, 2006

\_\_\_\_\_. Regulação da Atividade Econômica. São Paulo: Malheiros, 2008.



\_\_\_\_\_ Regulação e Concorrência. São Paulo: Malheiros, 2002.  
\_\_\_\_\_ Regulação e Desenvolvimento. São Paulo: Malheiros, 2002.  
TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2005  
VIDIGAL, Geraldo de Camargo. Teoria Geral do Direito Econômico. Revista dos Tribunais: São Paulo.

### APROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Dantas de Oliveira Cunha  
Coordenador do Curso de Direito  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. N.º 879/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Almeida  
Diretor da Faculdade de Direito  
Carimbo e assinatura do Diretor da Faculdade Acadêmica  
Portaria R. N.º 133/10



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA:</b> Direitos Difusos e Coletivos			
<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> FADIR	
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 10º PERÍODO		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 30 h	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> 0 h
<b>OBRIGATORIA:</b> ( )	<b>OPTATIVA:</b> ( X )	<b>CH TOTAL:</b> 30 h	

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Direito Processual Civil I, Direito Processual Civil II, Direito Processual Civil III.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Compreender o direito constitucional processual como forma de garantias aos direitos fundamentais de terceira e quarta gerações.

**CONTEÚDO**

1. Interesse e legitimação.
2. A defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
3. Proteção ao meio ambiente e à diversidade biológica.
4. Proteção ao consumidor.
5. Proteção ao patrimônio cultural, artístico, histórico, estético e turístico.
6. Proteção ao patrimônio público.
7. Proteção à criança e ao adolescente.
8. Proteção ao idoso.
9. Proteção à ordem econômica.
10. Proteção à ordem urbanística.
11. Portador de deficiência física e inclusão social.
12. Instrumentos processuais constitucionais dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

*Handwritten signature and initials*



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1. INTERESSE E LEGITIMAÇÃO

- 1.1. Interesse público e interesse privado.
- 1.2. Interesse público primário e interesse público secundário.
- 1.3 Interesses transindividuais e seu conceito normativo.
- 1.4 Interesses difusos. Interesses coletivos.
- 1.5 Interesses individuais homogêneos.
- 1.6 Interesses individuais indisponíveis e as regras de ordem pública.

### 2. A DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

- 2.1 Perda da diversidade biológica e proteção internacional.
- 2.2 A biossegurança e sua política nacional.
- 2.3 Florestas. Áreas de preservação permanente e unidades de conservação.
- 2.4 Controle de agrotóxicos, produtos nocivos e tóxicos.
- 2.5 A mineração.
- 2.6 A proteção da fauna.
- 2.7 A água e sua proteção legal.
- 2.8 A proteção ambiental frente à política e crise energética.
- 2.9 A energia nuclear à luz da Constituição Federal.
- 2.10.0 Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos nucleares.
- 2.11 Risco e perigo, o princípio da precaução e o princípio da prevenção.

### 3. PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

- 3.1 Conceito de relação jurídica de consumo.
- 3.2 Os sujeitos da relação jurídica de consumo.
- 3.3 Teoria maximalista teoria finalista e teoria finalista exacerbada.
- 3.4 Princípios e teoria geral do Direito do Consumidor.
- 3.5 Direitos básicos. Práticas abusivas.
- 3.6 A teoria da confiança e o regime consumerista da publicidade.
- 3.7 Controle de abusividade dos contratos pelo Ministério Público.

### 4. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL, ARTÍSTICO, HISTÓRICO, ESTÉTICO E TURÍSTICO:

- 4.1 O exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional.
- 4.2 Incentivo, valorização e difusão das manifestações culturais.
- 4.3 As produções indígenas, populares e afro-brasileiras.
- 4.4 Defesa do direito do autor e a defesa das obras de domínio público.
- 4.5 Os arquivos da repressão militar e historicismo axiológico (dimensão política da verdade).
- 4.6 O tombamento e seu registro. As reservas ambientais e culturais turísticas.

### 5. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

- 5.1 Conceito de patrimônio público.
- 5.2 Patrimônio público como direito fundamental.
- 5.3 Administração pública e acervo do patrimônio público.
- 5.4 Princípios *enformadores* da Administração Públicas.
- 5.5 Lei de improbidade administrativa e controle da Administração Pública.
- 5.6 A improbidade administrativa como forma de corrupção.

### 6. PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AP.  
X

- 6.1 Microssistema familiar, direitos fundamentais e princípios.
- 6.2 Prevenção.
- 6.3 Política de atendimento.
- 6.4 Medidas de proteção.
- 6.5 Prática de ato infracional.
- 6.6 Responsabilidade dos pais ou responsável.
- 6.7 Da colocação em lar substituto. Acesso à justiça.

#### **7. PROTEÇÃO AO IDOSO**

- 7.1 Noções gerais, direitos fundamentais e princípios.
- 7.2 Direitos básicos.
- 7.3 Medidas de proteção.
- 7.4 Política de atendimento e entidades.
- 7.5 Práticas infrativas.
- 7.6 Acesso à justiça.

#### **8. PROTEÇÃO À ORDEM ECONÔMICA**

- 8.1. O mercado como bem difuso por excelência.
- 8.2 Mercado, concorrência e boa-fé.
- 8.3 Mercado: *locus* da empresa, do empresário e do consumidor.
- 8.4 A proteção Constitucional à higidez do mercado.
- 8.5 A lei federal nº 8.884/94.
- 8.6 A lei federal nº 8.137/90.
- 8.7 Infrações de ordem econômica.

#### **9. PROTEÇÃO À ORDEM URBANÍSTICA**

- 9.1 O Estatuto da Cidade e a função social da propriedade.
- 9.2 Estudo de impacto de vizinhança.
- 9.3 Direito de preempção.
- 9.4 Concessão especial de uso.
- 9.5 Plano Diretor e gestão democrática.
- 9.6 Imposições e restrições urbanísticas.
- 9.7 Proteção rural pelo Estatuto da Cidade.

#### **10. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E INCLUSÃO SOCIAL**

- 10.1 Medidas protetivas.
- 10.2 Direitos fundamentais.
- 10.3 Inclusão no mercado.
- 10.4 Inclusão no serviço público.
- 10.5 Acessibilidade.

#### **11. INSTRUMENTOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

- 11.1 Ação civil pública.
- 11.2 Mandado de segurança coletivo.
- 11.3 Ação popular.
- 11.4 Mandado de injunção.
- 11.5 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

#### **BIBLIOGRAFIA**

#### **Bibliografia básica:**

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito processual coletivo brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.



\_\_\_\_\_. *Codificação do direito processual coletivo brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

ANTUNES, Paulo Bessa. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de, ALVIM, Thereza; ARRUDA ALVIM, Eduardo; e MARINS DE SOUZA, James J. *Código do consumidor comentado*. São Paulo, RT, 1992.

CARNEIRO, Ruy de Jesus Marçal. *Organização da cidade: planejamento municipal, plano diretor e urbanificação*. São Paulo: Max Limonad, 1998.

CORREIA, Fernando Alves. *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*. Coimbra: Almedina, 1989

#### **Bibliografia complementar:**

BENJAMIN, Antônio Herman (organizador). *Comentários ao Código de Proteção do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2001.

\_\_\_\_\_. *A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico*, In: *Ação civil pública – Lei 7.347/85 – reminiscências e reflexões após dez anos de aplicação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAPPELETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.

CANOTILHO, J.J. GOMES. *Proteção do ambiente e direito de propriedade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

CURI, GARRIDO & MARÇURA. *Estatuto da criança e do adolescente anotado*. São Paulo: RT, 1995.

DOTTI, René Ariel. *A tutela penal dos interesses coletivos*. In: *A tutela dos interesses difusos*. São Paulo: Max Limonad, 1984.

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direitos do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2007.

FIORILLO, Celso A. Pacheco. *Curso de direito ambiental*. São Paulo: Saraiva.

FREITAS, Vladimir Passos de. *A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais*. 2ª ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Código brasileiro de defesa do consumidor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2ª ed., 1992.

LOPEZ, Teresa Ancona. *Livre-arbítrio – Responsabilidade e produto de risco inerente*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

\_\_\_\_\_. *Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros. 13ª ed. 2005.



MARTINS, Fernando Rodrigues. **Controle do patrimônio público**. 3ª ed. São Paulo: RT, 2009.

MATEO, Ramón Martín. **Tratado del derecho ambiental**. Madrid: Trivium, 1991.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. São Paulo: Saraiva, 1996.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

OLIVEIRA, Aluísio Pires. **Estatuto da cidade: anotações à Lei 10.257, de 10.07.2001**. Curitiba: Juruá, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental Constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

\_\_\_\_\_. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

APROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Robercio Demis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 87/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguiinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. Nº 133/10



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
 FACULDADE DE DIREITO  
 CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Biodireito

**CÓDIGO:**

**UNIDADE ACADÊMICA:** FADIR

**PERÍODO/SÉRIE:** 10º período

**CH TOTAL  
 TEÓRICA:**

**CH TOTAL  
 PRÁTICA:**

**CH TOTAL:**

**OBRIGATÓRIA:** ( ) **OPTATIVA:** ( X )

30 h

0 h

30 h

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Direitos Fundamentais,  
 Direito Civil I e V, Psicologia Jurídica.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Visa dar continuidade ao estudo das repercussões jurídicas dos avanços da biotecnologia e da biomedicina em relação à pessoa humana, no campo do Direito Privado, utilizando os princípios balizadores da Bioética, conjuntamente com os princípios consagrados na Constituição Federal de 1988. O grupo objetiva, ainda, iniciar e desenvolver nos alunos a apreciação crítica do material pesquisado, e, se possível, a elaboração de pequenas monografias sobre os temas analisados.

Tem-se por objetivo discutir os novos temas que estão surgindo no campo do Biodireito, com ênfase nas questões geradas pela reprodução assistida, pesquisa com o embrião humano e com os seres humanos, células-tronco, autonomia da vontade, o consentimento assistido e eutanásia.

**CONTÊNDIDO**

Manipulação genética e dignidade humana. Direito e a homossexualidade, a intersexualidade e a Ética. Bioética. Biodireito transexualidade. Reprodução assistida e tecnologias reprodutórias. Eutanásia. Distanásia e ortotanásia.

AL.



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. Ética. Bioética. Biodireito.
  - 1.1. Conceitos. Princípios. Conteúdo.
  2. Direitos humanos fundamentais. Princípio da dignidade humana.
    - 2.1. Direitos da personalidade. Biotecnologia. Biométrica.
  3. Direito à vida.
    - 3.1. Início da vida. Condição jurídica do embrião e do nascituro. Aborto. Reprodução humana assistida. Repercussões nas relações familiares e sucessórias.
    - 3.2. Direito à saúde. Direito à integridade física e psíquica. Saúde pública e vigilância sanitária. Código de Ética Médica e direitos do paciente. Informação genética e direito ao sigilo. Sexualidade, intersexualidade e transexualidade.
    - 3.3. Direito ao corpo e às partes do corpo. Doação e transplante de órgãos, tecidos e células. Limite do sofrimento humano, recusa a tratamento e direito à morte digna. Formas de alienação da vida: eutanásia, ortotanásia e suicídio assistido. Testamento vital. Clonagem. Pesquisa e utilização de células-tronco.
  4. Engenharia genética ambiental. Impacto ambiental provocado pela biotecnologia. Biodiversidade e patrimônio genético.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

- CONTI, Matilde Carone Slaibi. **Biodireito: A Norma da Vida**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SÁ, Maria de Fátima Freire de & NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. (coord) **Bioética, Biodireito e Código Civil de 2002**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- SAUWERI, Regina Fiusa *et alli*. **O Direito *in Vitro*: da Bioética ao Biodireito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

### **Bibliografia complementar:**

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- BARBOZA, Heloisa Helena & BARRETO, Vicente de Paula. **Do Biodireito e Bioética**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Handwritten signature and initials.



BRAUNER, Maria Claudia Crespo. **Direito, Sexualidade e Reprodução Humana: Conquistas Médicas e o Debate Bioético.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

DIAFÉRIA, Adriana. **Clonagem Aspectos Jurídicos e Bioéticos.** São Paulo: EDIPRO, 2004.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R. Nº 329/10  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agnaldo de Azevedo  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R. Nº 733/10  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO



FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Políticas Sociais e Direito

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( )

OPTATIVA: ( X )

OBS:

**PRÉ-REQUISITOS:** Teoria do Direito, Filosofia Jurídica, Sociologia Jurídica, Psicologia Jurídica, Ciência Política, Economia Política, História do Pensamento Jurídico e Teoria do Estado e Democracia.

**CÓ-REQUISITOS:**

OBJETIVOS

**Objetivo Geral:**

- Conhecer os principais dilemas político-administrativos associados às diferentes fases do processo de formulação e implementação das políticas sociais públicas.

**Objetivos Específicos:**

- Proporcionar ao discente uma visão propedêutica das políticas sociais e o Direito preparando-o para compreender suas teorias construtivas e sua evolução no tempo e no espaço.
- Analisar a ação do Estado e dos movimentos sociais na conformação das políticas sociais públicas.
- Entender como as políticas sociais públicas e seus reflexos jurídicos funcionam como instrumento de combate a exclusão social.

EMENTA

Conceituação de políticas públicas: principais elementos constitutivos. Paradigmas interpretativos da política pública na ciência política e na sociologia. Modelos de políticas sociais públicas. Regime

jurídico constitucional das políticas sociais públicas. Estruturação, implementação, limites e controle das políticas sociais públicas. A política social pública como ação de governo resultante de opções valorativas. Os movimentos sociais e o exercício dos direitos de cidadania no processo político-administrativo definidor de políticas sociais públicas no Brasil. Políticas sociais públicas e o papel fiscalizador do Congresso Nacional. Instrumentos judiciais de controle das políticas sociais públicas. Políticas sociais públicas de sustentabilidade: defesa do meio-ambiente, segurança alimentar, desenvolvimento rural. Políticas sociais públicas de proteção da cidadania e ações afirmativas: igualdade racial e igualdade de gênero. Política Criminal.

### DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

- 1 Conceituação de políticas públicas: principais elementos constitutivos.
- 2 Paradigmas interpretativos da política pública na ciência política e na sociologia.
- 3 Modelos de políticas sociais públicas.
  - 3.1 Liberalismo Econômico.
  - 3.2 Neoliberalismo.
  - 3.3. Socialdemocracia.
  - 3.4 Socialismo/Marxismo.
- 4 Regime jurídico constitucional das políticas sociais públicas.
- 5 Estruturação, implementação, limites e controle das políticas sociais públicas.
- 6 A política social pública como ação de governo resultante de opções valorativas.
- 7 Os movimentos sociais e o exercício dos direitos de cidadania no processo político-administrativo definidor de políticas sociais públicas no Brasil.
- 8 Políticas sociais públicas e o papel fiscalizador do Congresso Nacional.
- 9 Instrumentos judiciais de controle das políticas sociais públicas.
- 10 Políticas sociais públicas de sustentabilidade.
  - 10.1 Defesa do meio-ambiente.
  - 10.2 Segurança alimentar.
  - 10.3 Desenvolvimento rural.
- 11 Políticas sociais públicas de proteção da cidadania e ações afirmativas:
  - 11.1 Igualdade racial.
  - 11.2 Igualdade de gênero.
- 12 Política Criminal.

AL



**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia básica:**

- APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. **Do estado liberal ao estado social**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- DAL BOSCO, Maria Goretti. **Discrecionalidade em políticas públicas**. Curitiba: Juruá, 2004.

**Bibliografia complementar:**

- ADORNO, T. W. **La educación después de Auschwitz. Conferencia propalada por la Radio de Hesse en 18 de abril de 1966**; se publicó en *Znm Bildungsbegriffdes Gegemvart*, Frankfurt, 1967, pág. 111 Y sigs.
- ALFONSIN, Jacques Tavares. **O acesso à terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais à alimentação e moradia**. Porto Alegre: Fabris Editor, 2003.
- ÁLVARES-MIRANDA, B. **El Estado de Bienestar: 20 años de argumentos críticos. Dilemas del Estado de Bienestar**. Madrid: Argentario, 1996.
- AZEVEDO, Plauto Faraco. **Direito, justiça social e neoliberalismo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- BARROSO, Lucas de Abreu; MIRANDA, Alcir G de.; SOARES, Mário Lúcio. **O direito agrário na Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- BAUMAN, Z. **La globalización: Consecuencias humanas**. Trad. Daniel Zadunaisky. 1. ed. 4. Reimpr. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O mal estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAYCE, R. **Políticas públicas: bienestar, reconocimiento, simulacro**. Revista Ciências Sociais Unisinos. Vol. 44, n. 1, p.69-79, jan./jun. São Leopoldo-RS: Universidade do Vale dos Sinos, 2008.
- \_\_\_\_\_. **El infierno postmoderno de la postmiseria**. Revista Ciências Sociais Unisinos. Vol. 43, n. 1, p.109-112, jan./jun. São Leopoldo-RS: Universidade do Vale dos Sinos, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tarea 3: evitar la utilidad marginal decreciente de las políticas sociales clásicas del Estado de Bienestar. 5 Tareas de Hércules.** Montevideo: Trilce, 2005.

\_\_\_\_\_. **5 tareas de Hércules: Para gobernar en el siglo XXI: Uruguay como ejemplo.** Montevideo: Ediciones Trilce, 2005.

\_\_\_\_\_. **Políticas educacionales en el Uruguay: las racionalidades de los actores, sus universos simbólicos, su evaluación.** Revista de Ciencias Sociales. n.º 3. Montevideo: ICS-UdelaR, 1988.

\_\_\_\_\_. **Educación, movilidad y desarrollo en la práctica empresarial uruguaya.** Revista de Ciencias Sociales. Montevideo: ICS-UdelaR, 1987.

\_\_\_\_\_. **El sistema educativo uruguayo: sus funciones societales y sus usos por los actores sociales.** Gillespie, Ch.; Goodman, L.; Rial, J.; Winn, P. (comps.). Uruguay y la democracia. Montevideo: Banda Oriental, 1984. t.1.

BITTAR, E. C. B. **O direito na pós-modernidade: e reflexões frankfurtianas.** 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Forense Universitária, 2009.

CABELLERÍA, Marcus Vaquer. **La acción social: un estudio sobre la actualidad del estado social de derecho.** Valencia: Instituto de Derecho Público, 2004.

CARRERA, Rodolfo Ricardo. **Derecho agrario para el desarrollo.** Buenos Aires: Depalma, 1978.

CHOSSUDOUSKY, Michael. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do banco mundial.** Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

DERBLI, Felipe. **O princípio da proibição de retrocesso social na Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia.** São Paulo: Unesp, 2006.

FARIA, José Eduardo (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça.** São Paulo: Malheiros, 2002.

FERREIRA, Leila. **A questão ambiental.** São Paulo: Boitempo, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia del oprimido.** Trad. Jorge Mellado. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Sabotagem.Revolt.Org., 1996.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. **Políticas públicas e responsabilidade do administrador e do Ministério Público.** São Paulo: Max Limonad, 2000.

GIMENEZ, Teresa Vicente (Coord.) **Justicia ecológica y protección del medio ambiente.** Madrid: Trotta, 2002.

Handwritten signature and initials.

- GONZALES MORENO, Beatriz. **El estado social: natureza jurídica y estructura de los derechos sociales**. Madrid: Civitas, 2002.
- KRELL, Andréas J. **Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha**. Porto Alegre: fabris Editor, 2002.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direito e transformação social**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.
- MARTINEZ, Gregório Peces-Barba. **Derechos sociales y positivismo jurídico**. Madrid: Dykinson, 1999.
- MISHRA, R. **The Welfare State in Capitalism Society: Policies of retrenchment and maintenance. Europe, North America and Australia, Studies in Internacional Social Policy and Welfare Harvester/Wheatsheaf**. London, 1990.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.
- OLIVEIRA, Flávia Medeiros de; GUIMARÃES, Flávio Romero. **Direito, meio ambiente e cidadania: uma abordagem disciplinar**. São Paulo: Madras, 2004.
- PESSANHA, Livia D. R.; JOHN, Wilkinson. **Transgênicos, recursos genéticos e segurança alimentar: o que está em jogo nos debates?** Campinas: Armazém do Ipê, 2005.
- PIOVEZAN, Flávia; CONTI, I. Luiz (Orgs.) **Direitos humanos á alimentação adequada**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.
- REIS, J. C. V. **As normas constitucionais programáticas e o controle do Estado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- RODRIGUES, Melissa; ARANTES, Olívia. **Direito ambiental e biotecnologia: uma abordagem sobre os transgênicos sociais**. Curitiba: Juruá, 2004.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SILVEIRA, R. de C. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil – de Sarney a FHC. 2009**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2009.
- SOARES, Remi Aparecida de Araújo. **Proteção ambiental e desenvolvimento econômico**. Curitiba: Juruá, 2004.
- TAKAGI, Maya; SILVA, José Graziano; BELIK, Walter. **Combater a fome e pobreza no meio rural**. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2002.
- VALENTE, Flávio Luiz S. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo:

Cortez, 2002.

VANOSI, Jorge Roberto. **El Estado de derecho en el constitucionalismo social**. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Senac, 2006.

VELLOSO, João Paulo R. (Org.) **Políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Friedrich Ebert, 1995.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Constitucionalismo e direitos sociais no Brasil**. São Paulo: Acadêmica, 1989.

ZELEDON Y ZELEDON, Ricardo. **Derecho agrário y derechos humanos**. Curitiba: Juruá, 2002

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. M. Melveio Damis de Oliveira Cunha  
Coordenador da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. D. Aginaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Orçamentário

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: ( X )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Tributário

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Analisar os problemas relativos ao orçamento público e suas soluções.

EMENTA

- 01 - Teoria geral do orçamento público
- 02 - Princípios orçamentários
- 03 - A Lei n. 4.320, de 17 de março de 1.964 (Lei Geral de Orçamento)
- 04 - A subvenção no direito brasileiro.
- 05 - Fiscalização financeira e orçamentária.
- 06 - Responsabilidade fiscal.

DESCRIÇÃO DE TÓPICOS

01. Teoria geral do orçamento público.
  - Origem e evolução do orçamento
  - O orçamento no direito comparado
  - O orçamento no Brasil
  - Aspectos do orçamento
  - Espécies de orçamento
  - As leis orçamentárias
  - Ação direta de inconstitucionalidade contra a lei orçamentária

*Handwritten signature and initials.*



02. Princípios orçamentários

- Princípio da exclusividade
- Princípio da anualidade
- Princípio da transparência orçamentária
- Princípio da responsabilidade na gestão fiscal.
- Outros princípios

03. A lei 4.320, de 17.03.1964( Lei Geral de Orçamento)

- Receita
- Realização da receita
- Despesa
- Realização da despesa
- Requisitos formais da proposta orçamentária.
- Exercício financeiro.
- Controle e execução orçamentária
- Prestação de contas.

04. A subvenção no direito brasileiro.

- As subvenções na lei. Subvenções sociais e econômicas
- Vedação constitucional de subvenção
- Direito à subvenção
- Ética na concessão de subvenções

05. Fiscalização financeira e orçamentária.

- Fiscalização financeira e orçamentária
- Tipos de controle orçamentários

06. Responsabilidade Fiscal

- A responsabilidade perante a Constituição Federal
- A lei geral de responsabilidade fiscal
- Responsabilidade na gestão fiscal
- Lei de Responsabilidade Fiscal , licitações e contratos administrativos
- Responsabilidade fiscal e as parcerias público privadas
- Tribunais de Contas.

**BIBLIOGRAFIA**

**Bibliografia básica:**

**BALEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 16ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2004.**

**BRUNO, Ricardo Moreira. Lei de responsabilidade fiscal & orçamento público. 3ª. ed., São Paulo: Juruá, 2008.**

**GANDRA, Ives & Outros. Comentários à lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: RT, 2001**

**Giacomni, James. Orçamento público. 15ª. ed., São Paulo: Atlas, 2010**



HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 19. Ed., São Paulo: Atlas, 2010

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de direito financeiro e tributário**. 5ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2000.

**Bibliografia complementar:**

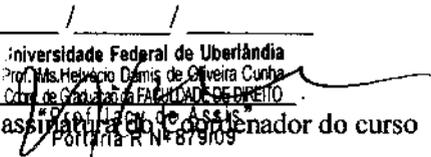
PALUDO, Agostinho. **Orçamento público e administração financeira e orçamentária**. 1ª. ed., São Paulo: Campus, 2009.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 2ª. ed., São Paulo: RT, 2008

SANTANA, Jair. **Lei de responsabilidade fiscal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. **O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário**. 5ª. ed., Rio de Janeiro, 1979.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 879/09

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguilinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. Nº 733/10



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: FILOSOFIA CONSTITUCIONAL

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º PERÍODO

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATORIA: ( ) OPTATIVA: ( X )

30 h

0 h

30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Filosofia Jurídica e Direitos Fundamentais.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Estudar e analisar criticamente os fundamentos filosóficos e políticos do constitucionalismo contemporâneo, relacionando-os com o debate sobre a jurisdição constitucional, a questão democrática e a interpretação dos direitos fundamentais.

EMENTA

Constituição, direitos fundamentais e democracia. Fundamentos filosóficos e políticos da jurisdição constitucional. Perspectivas teóricas: Teoria da Justiça de John Rawls; A leitura moral da Constituição proposta por Ronald Dworkin; A Teoria do Discurso de Robert Alexy; O procedimentalismo de Jürgen Habermas e John Hart Ely; O minimalismo judicial de Cass Sunstein; A crítica à revisão judicial formulada por Jeremy Waldron.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

1. O debate sobre a legitimidade da jurisdição constitucional: direitos fundamentais e democracia.
2. Teoria da Justiça e Constituição segundo John Rawls.
3. A leitura moral da Constituição de Ronald Dworkin.
4. A representação argumentativa de Robert Alexy.

Al.  
⊙



5. O procedimentalismo de Jürgen Habermas e John Hart Ely.
6. O minimalismo judicial de Cass Sunstein.
7. Desacordos e a dignidade da legislação segundo Jeremy Waldron.
8. Fundamentos filosóficos e políticos da jurisdição constitucional: balanço sobre argumentos favoráveis e contrários.

## BIBLIOGRAFIA

### **Bibliografia básica:**

ALEXY, Robert. **Direitos fundamentais no Estado constitucional democrático: para a relação entre direitos do homem, direitos fundamentais, democracia e jurisdição constitucional.**

Tradução de Luís Afonso Heck. **Revista de Direito Administrativo**, nº 217, p. 55-66, 1999.

BARROSO, Luís. R. **Controle de constitucionalidade no Direito brasileiro.** 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** São Paulo: Saraiva, 2009.

BIGONHA, A. C. A. MOREIRA, L. (Org.). **Legitimidade da jurisdição constitucional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BIGONHA, A. C. A. MOREIRA, L. (Org.) **Limites do controle de constitucionalidade.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

### **Bibliografia complementar:**

ALEXY, Robert. **Teoría del discurso y derechos constitucionales.** México: Distribuciones Fontamara, 2005b.

BINEMBOJM, Gustavo. **A nova jurisdição constitucional brasileira.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

COMELLAS, Víctor Ferreres. **Justicia constitucional y democracia.** 2ª ed. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2007.

CRUZ, Luis M. **La constitución como orden de valores: problemas jurídicos y políticos. Un estudio sobre los orígenes del neoconstitucionalismo.** Granada: Editorial Comares, 2005.

DWORKIN, Ronald. **Justice in robes.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006a.

\_\_\_\_\_. **O direito da liberdade. A leitura moral da Constituição norte-americana.** Tradução de Marcelo B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

\_\_\_\_\_. **O império do Direito.** Tradução de J. L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



- \_\_\_\_\_. **Levando os direitos a sério.** Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Uma questão de princípio.** Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ELY, John Hart. **Democracy and distrust: a theory of judicial review.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Democracia e desconfiança: uma teoria do controle judicial de constitucionalidade.** Tradução de Juliana Lemos. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ELSTER, Jon. **Ulises desatado: estudos sobre racionalidad, precompromisso y restricciones.** Traducción de Jordi Mundó. Barcelona: Gedisa, 2002.
- \_\_\_\_\_. (Comp.). **La democracia deliberativa.** Traducción de J. M. Lebrón. Barcelona: Gedisa, 2001.
- ELSTER, Jon. SLAGSTAD, Rune. **Constitucionalismo y democracia.** Traducción de M. U. Neira. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- GARGARELLA, Roberto. **La dificultad de defender el control judicial de las leyes.** In: VÁZQUEZ, Rodolfo (Comp.). **Interpretación y decisión judicial.** Mexico: Distribuciones Fontamara, 1998. p. 215-233.
- \_\_\_\_\_. **La justicia frente al gobierno: sobre el caracter contramayoritario del poder judicial.** Barcelona: Editorial Ariel, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Tradução de Flávio Beno Siebeneischler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2v.
- HIRSCHL, Ran. **Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2007.
- LINARES, Sebastián. **La (i)legitimidad democrática del control judicial de las leyes.** Madrid: Marcial Pons, 2008.
- RAWLS, John. **Justiça e democracia.** Tradução de Irene Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Uma teoria da justiça.** Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.
- \_\_\_\_\_. **O liberalismo político.** Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000b.
- SARMENTO, Daniel (Org.). **Filosofia e teoria constitucional contemporânea.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- SUNSTEIN, Cass. **A constituição parcial.** Tradução de M. T. Martins e R. Triginelli. Belo

PR.  
CO



Horizonte: Del Rey, 2009.

\_\_\_\_\_. **Radicals in robes: why extreme right-wing Courts are wrong for America.** New York: Basic Books, 2005.

\_\_\_\_\_. **One case at a time: judicial minimalism on the Supreme Court.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2001.

TATE, C., VALLINDER, T. **The Global Expansion of Judicial Power.** New York University Press, New York, 1997.

TEIXEIRA, Anderson V. OLIVEIRA, Elton S. (Orgs.). **Correntes contemporâneas do pensamento jurídico.** São Paulo: Manole, 2010.

VIANNA, Luiz W. et al. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIEIRA, Oscar V. **A Constituição e sua reserva de justiça: um ensaio sobre os limites materiais ao poder de reforma.** São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

WALDRON, Jeremy. **A dignidade da legislação.** Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Law and disagreement.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Ms. Helvécio Dalmis de Oliveira Cunha  
Coordenador da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aguinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FICHA DE DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA:</b> Direito Tributário Aplicado				
<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> FADIR		
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 10º período		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 30 h	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> 0 h	<b>CH TOTAL:</b> 30 h
<b>OBRIGATÓRIA:</b> ( )	<b>OPTATIVA:</b> ( X )			

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:** Direito Tributário

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

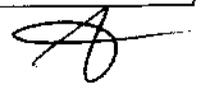
Proporcionar ao aluno o estudo e a prática de casos concretos, mediante a aplicação de conhecimentos do direito processual, administrativo e judicial tributário.

**EMENTA**

01. Processo administrativo tributário
02. Processo Judicial tributário
03. Estudo de casos em matéria tributária.

**DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

1. Procedimento e processo administrativo tributário
  - Princípios do procedimento e do processo administrativo tributário
  - O procedimento e o processo administrativo federal.
2. Processo Judicial Tributário
  - Tutela jurisdicional em matéria tributária
  - Ações ordinárias em matéria tributária



- Medidas liminares no processo tributário
  - Eficácia objetiva da coisa julgada e ação rescisória em matéria tributária
  - Ações coletivas e ações diretas em matéria tributária
  - Execução fiscal
3. Estudo de casos em matéria tributária
- Estudo de casos na fase administrativa
  - Estudo de casos na fase judicial.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

- ALVIM, Eduardo Arruda. **Mandado de segurança no direito tributário**. São Paulo: RT, 1.997
- \_\_\_\_\_. **“Ações de natureza tributária: considerações acerca das tutelas de urgência no processo cautelar e de execução”**, Tributação e processo (coord. James Marins), Curitiba: Juruá, 2.002.
- ALVIM, Teresa Arruda, MARINS, James e ALVIM, Eduardo. **Processo Tributário**. São Paulo: RT, 1.994.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 27ª. ed., São Paulo: Malheiros, 2.007.
- \_\_\_\_\_. **Direito tributário aplicado**. 1ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2.008.

### Bibliografia complementar:

- MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Processo Tributário**. 4ª. ed., São Paulo: Atlas, 2.009.
- MARINS, James. **Direito processual tributário brasileiro**. 2ª. ed., São Paulo: Dialética, 2.002.
- PONTES, Helenilson Cunha. **Coisa julgada tributária e inconstitucionalidade**. São Paulo: Dialética, 2.005
- PAULSEN, Leandro. **Direito tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**. 7ª. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado/Esmafe, 2.005.
- THEODORO JR. Humberto. **Lei de execução fiscal**. 4ª. ed., São Paulo: Saraiva, 1.998.
- \_\_\_\_\_. **Execução fiscal, doutrina e jurisprudência** (coord. Vladimir Passos de Freitas), São Paulo: Saraiva, 1.998.

## APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Hélio Ramis de Oliveira Costa  
Coordenador do Curso de Direito  
Carimbo e Assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R Nº 879/09

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Alemar  
Coordenador da Faculdade de Direito  
Carimbo e Assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito da Concorrência

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATORIA: ( ) OPTATIVA: (X)

30 h

0 h

30 h

OBS:

PRÉ-REQUISITOS:

Teoria da Constituição; Direitos Fundamentais; Organização do Estado e dos Poderes; Direito Empresarial I, Direito Empresarial II; Direito Empresarial III; Direito Administrativo I; e Direito Administrativo II

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Ao final da disciplina o estudante será capaz de: Compreender os institutos que compõem o ordenamento jurídico da concorrência e estabelecer um parâmetro e aprofundamento entre os temas que tangenciam esse setor da ciência jurídica e suas áreas de atuação e conhecimento a partir da interpretação da Lei Antitruste Brasileira, Lei nº 8.884/94, e de suas vertentes, repressiva e preventiva, com base na aplicação, caso a caso, do princípio da Regra da Razão.

EMENTA

1. Ordenamento Jurídico da Concorrência.
2. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).
3. Infrações à Ordem Econômica.



4. **Processo Administrativo.**
5. **Execução Judicial das Decisões do CADE.**
6. **Atos de Concentração.**
7. **Execução Judicial de Decisões do CADE.**
8. **Concorrência em Mercados Regulados.**

#### DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. **O Ordenamento Jurídico da Concorrência.**
  - 1.1. Princípios de direito da concorrência.
  - 1.2. Normas constitucionais de direito concorrencial.
  - 1.3. A lei antitruste brasileira.
  - 1.4. Resoluções do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
2. **Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).**
  - 2.1. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
  - 2.2. A Secretaria de Direito Econômico (SDE).
  - 2.3. A Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE).
3. **Infrações da Ordem Econômica.**
  - 3.1. Conceito e natureza jurídica.
  - 3.2. Conduta e práticas infrativas previstas nos artigos 20, 21 e incisos da Lei 8.884/94.
- 3.3. **O Processo Administrativo.**
  - 3.4. Sanções. Ordem de
  - 3.5. Cessação e Compromisso de Cessação. Acordo de Leniência.
4. **Atos de Concentração.**
  - 4.1. Estrutura



- 4.2. Requisitos para a Apresentação ao SBDC.
- 4.3. Atos e contratos previstos no artigo 54 e seguintes da Lei 8.884/94.
- 4.4. Fases da Análise.
- 4.5. Decisão do CADE.
- 4.6. Termo de Compromisso de Desempenho.
- 4.7. APRO (Acordo de Prevenção da Reversibilidade da Operação).

#### **5. Execução Judicial das Decisões do CADE.**

- 5.1. Procedimentos.
- 5.2. Intervenção judicial.

#### **6. Concorrência em Mercados Regulados.**

- 6.1. Modelos Brasileiros de Configuração Institucional dos órgãos de regulação e concorrência.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- RODAS, João Grandino e OLIVEIRA, Gesner. **Direito e Economia da Concorrência**. Ed. Renovar, 2004.
- LEOPOLDINO, João Bosco Leopoldino. **Direito Econômico**. Ed. Forense, 2007.
- BRUNA, Sérgio Varella. **O Poder Econômico e a Conceituação do Abuso em seu exercício**. Ed. TR, 1997.
- FORGIONI, Paula A. **Os Fundamentos do Antitruste**. Ed. TR, 2005.
- LEOPOLDINO, João Bosco Leopoldino. **Comentários à Lei 8.884/94**. Ed. Forense, 2007.
- FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**. Forense, 2009.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- ALVES, Jorge de Jesus Ferreira. **Direito da concorrência nas comunidades europeias**. 2. ed. Coimbra: Ed. Coimbra, 1992.
- ALVES, José Manuel Caseiro. **Lições de direito comunitário da concorrência**. Coimbra: Ed.



Coimbra, 1989.

ANPR - Rocha, João C. Carvalho (coord.). **Lei Antitruste: 10 anos de combate ao abuso do poder econômico.** ed. Del Rey, BH, 2005.

MATTOS, César (coord.). **A revolução do antitruste no Brasil: a teoria econômica aplicada a casos concretos.** São Paulo: Editora Singular, 2003.

PATRÍCIO, J. Simões. **Direito da concorrência: aspectos gerais.** Lisboa: Gradiva, 1982.

**APROVAÇÃO**

Iniversidade Federal de Uberlândia  
Apl. Ms. Helvécio Dantas de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Iniversidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aginaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito da Diversidade Sexual

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: (X)

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Teoria da Constituição,  
Direitos Fundamentais e Direito Civil V.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Ao final da disciplina o estudante será capaz de compreender os aspectos sociais e jurídicos da Diversidade Sexual no Brasil e no Direito Comparado.

TEMAS

1. Diversidade Sexual
2. Orientação Sexual e Identidade de Gênero
3. Princípios Constitucionais aplicados ao Direito da Diversidade Sexual
4. Aspectos sociais e jurídicos da União Homoafetiva
5. Transexualismo
6. Homofobia

DESENVOLVIMENTO DO TÓPICO

1. Diversidade Sexual
  - 1.1. Distinções da sexualidade.

AL



2. Distinção de orientação sexual e identidade de gênero
3. Princípios Constitucionais aplicados ao Direito Da Diversidade Sexual
  - 3.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana
  - 3.2. Princípio da Igualdade
  - 3.3. Princípio da Liberdade e da Autonomia Individual
  - 3.4. Princípio da Privacidade e da Intimidade
  - 3.5. Princípio da Proibição de Discriminação
4. Aspectos sociais e jurídicos da União Homoafetiva
  - 4.1. Histórico da Homossexualidade
  - 4.2. Uso do nome social
  - 4.3. Direito Comparado
  - 4.4. Aspectos Jurídicos da União Homoafetiva
    - 4.4.1. Legislações pertinentes
    - 4.4.2. Direitos Previdenciários aplicáveis
    - 4.4.3. Direitos Patrimoniais aplicáveis
    - 4.4.4. Direito Cartorial
    - 4.4.5. Filiação Homoparental e Adoção por homossexual
5. Transexualismo
  - 5.1. Aspectos gerais sobre o Transexualismo
  - 5.2. Cirurgia de Redesignação de Sexo
  - 5.3. Retificação de Nome e Sexo
6. Homofobia
  - 6.1. Noções gerais sobre discriminação e homofobia
  - 6.2. Legislações pertinentes aplicáveis
  - 6.3. Projeto de Lei nº 122/2006

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

- ALMEIDA, Luiz Mello de. **Da diferença à igualdade: os direitos humanos de gays, lésbicas e travestis**. In: LIMA, Ricardo Barbosa de, coordenador geral (et. al). **Direitos humanos no cotidiano**. Goiânia: Bandeirantes, 2001.
- AMARAL, Sylvia Mendonça do. **Manual Prático dos Direitos Homossexuais e Transexuais**. São Paulo: Edições Inteligentes, 2003.
- ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. **Adoção por casais homossexuais**. In: **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre: Síntese/IBDFAM, a. VII, n. 30, jun./jul. 2005.
- ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional do transexual**. São Paulo: Saraiva, 2000.



AZEVEDO, Álvaro Villaça. **União entre pessoas do mesmo sexo**. In: Repensando o direito de família: anais do I Congresso Brasileiro de Direito de Família/ Rodrigo da Cunha Pereira (coord.). Belo Horizonte: Del Rey, p. 141-159, 1999.

BAHIA, Cláudio José Amaral. **Proteção Constitucional a homossexualidade**. Leme: Mizumo, 2006.

**Bibliografia complementar:**

BANDEIRA, Marcos. **Adoção na prática forense**. Ilhéus: Editus, 2001.

BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. **Parcerias homossexuais: aspectos jurídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo (org.). **As novas orientações do Direito de família**. In: O Direito de família descobrindo novos caminhos. Canoas: Editora La Sale, 2001.

BRITO, Fernanda de Almeida. **União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos**. São Paulo: LTr, 2000.

BRUNET, Karina Schuch. **A união entre homossexuais como entidade familiar: uma questão de cidadania**. Revista Jurídica, v. 281, p. 80-88, mar./2001.

CARVALHO, Léa (org.). **No caminho do arco-íris: frases para um mundo melhor**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2010.

Carlos Mathias Coltro (coords.). **Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.**

CHAVES, Antônio. **Castração, esterilização e mudança artificial de sexo**. In: Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 276, p. 13-19, 1981

\_\_\_\_\_. **Castração, esterilização e mudança artificial de sexo**. In: Revista dos Tribunais, São Paulo, nº. 542, pp.12, dez. 1980.

CHAVES, Antônio. **Direito à vida e ao próprio corpo: intersexualidade, transexualidade, transplantes**. 2ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004

DIAS, Maria Benice. **Conversando sobre homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004

CHAVES, Marianna. **Adoção homoafetiva: panorama brasileiro e luso-hispânico**. In: Parentalidade: análise psico-jurídica/ Ivone Coelho de Souza (coord.). Curitiba: Juruá, p. 205 – 222, 2009.

CHAVES, Antônio. **Operações Cirúrgicas de Mudança de Sexo: Recusa de Autorização de Retificação do Registro Civil**. In: Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 6, p. 7-14, mai. 1992.

Handwritten signature and initials.



CHAVES, Marianna. **As famílias homoafetivas e a guarda compartilhada** In: Guarda compartilhada/ Mário Luiz Delgado e Antônio.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Transexualismo: debate aberto**. Conselho Federal de Medicina. Ano X, nº 80, abr., p. 21, 1997.

CORRÊA DE OLIVEIRA, José Lamartine; MUNIZ, Francisco José Ferreira. **Curso de Direito de Família**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 1999.

COSTA, Cristina M. F.; GADELHA, Mônica Roberto; MEIRELLES, Ricardo M. R. **Transexualismo: Revisão**, In: Revista JBM. Vol. 66, nº 6, jun. 1994. pp. 148-158

COUTO, Edvaldo Souza. **Transexualidade. O corpo em mutação**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade: o que diz a Justiça!**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva: o preconceito e a Justiça!** 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DIAS, Maria Berenice; CHAVES, Marianna. **As famílias homoafetivas no Brasil e em Portugal** In: Revista Perspectiva, n. 118, v. 32, p. 51-66, Erechim: EdIFAPES, 2008.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DROPA, Romualdo Flávio. **Unões homoafetivas, dignidade humana e os direitos fundamentais**. In: FACHIN, Zulmar. Direitos DUTRA, Mariana Silva Campos. **A tutela do transexual no ordenamento pátrio**. In: Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público, do Distrito Federal e Territórios-FESMPDFT. Brasília, ano 11, v.21, janeiro/junho, pp. 154-163, 2003.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. **O transexual, a cirurgia e o registro**. In: Revista Jurídica, Porto Alegre, n. 229, p. 21-23, nov. 1996.

FACHIN, Luiz Edson. **Aspectos jurídicos da união de pessoas do mesmo sexo**. Revista dos Tribunais, São Paulo, 85, v. 732, out. 1996.

FARIAS, Mariana de Oliveira; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi . **Adoção por homossexuais: A família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica**. Curitiba: Juruá, 2009

FERNANDES, RIBEIRO, Taísa . **Unões homossexuais e seus efeitos jurídicos**. São Paulo: Método, 2004.

FARINA, Roberto. **Transexualismo: do homem à mulher normal através dos estados de intersexualidade e das parafilias**. São Paulo: Novalunar, 1982.

FIGUEIRÊDO, Luiz Carlos de Barros. **Adoção para homossexuais**. Curitiba: Juruá, 2001  
GIORGIS, José Carlos Teixeira. **A relação homoerótica e a partilha de bens**, In: Homossexualidade: discussões jurídicas e psicológicas. Curitiba: Juruá, 2001.



GIRARDI, Viviane. **Famílias contemporâneas, filiação e afeto: a possibilidade jurídica da adoção por homossexuais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

HILGEMANN, Anete. **Adoção: Duas Mães para uma Vida,** Porto Alegre: Benites Jurídico, 2009.

LOREA, Roberto Arriada. **Homoparentalidade por Adoção no Direito Brasileiro.** Juizado da Infância e da Juventude, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano III, n. 5, p. 37-44, mar. 2005.

**APROVAÇÃO**

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Demis de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aginaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Desportivo

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO: 10º período

CH TOTAL  
TEÓRICA:  
30 h

CH TOTAL  
PRÁTICA:  
0 h

CH TOTAL:  
30 h

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: ( X )

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Teoria do Direito, Direito Civil I, II e III, Direito do Trabalho I e II.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

A disciplina Direito Desportivo, visa, precipuamente, proporcionar aos profissionais que atuam na área esportiva, em especial ao(a)s aluno(a)s do curso de graduação em Direito uma visão sistêmica da importância do Direito como regulador do convívio social e, não diferente com o esporte. O Curso de Direito Esportivo, especificamente, aborda temas importantes: tais como: O Direito como fonte proteção social; Origem e desenvolvimento da legislação desportiva; A regulamentação do esporte no Brasil via legislação; Proteção jurídica do Profissional de Educação Física; Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte; Justiça Desportiva, Bolsa Atleta etc.; Os Direito Trabalhistas inerentes aos profissionais do esporte, sem deixar de mencionar outros temas cruciais correlatos ao Desporto, a citar: a responsabilidade civil, não discriminação, direito de imagem, dentre outros..

Direito e Sociedade. A norma jurídica como ente regulador do Esporte. Origem e Evolução do Direito Desportivo. O sistema desportivo brasileiro (Federação, Confederação, Comitê Olímpico Nacional, ligas). Justiça Desportiva no Brasil. Ética Desportiva. A regulamentação jurídica do profissional de educação Física. A Lei Pelé. O estatuto do torcedor. Bolsa Atleta. Indenização por Dano Moral. Os Direitos Trabalhistas no Esporte.



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 1. Fundamentos do Desporto no Brasil e em outros países – Desporto e Sociedade.

Direito. Conceito. Norma Jurídica. Noção de Desporto. A exibição e a competição: o espetáculo e a prova. O papel do desporto na sociedade. A multidisciplinariedade do desporto. O desporto como fator de interação social e repercussão internacional. As modalidades Desportivas: desporto-rendimento, desporto-educacional, desporto-participação, desporto-profissional, desporto universitário, desporto paraolímpico e desporto-espetáculo.

### 2. Escorço Histórico do Desporto no Campo Jurídico da Idade Antiga até a Idade Moderna. Evolução Legal no Brasil.

### 3. Norma Jurídica Desportiva.

Conceito. Estrutura legal do Desporto. O Desporto na Constituição Brasileira de 1988 (Direitos Fundamentais no desporto. Desporto como vetor cultural e exercício da cidadania).

### 4. Sistema Desportivo Brasileiro.

O Comitê Olímpico Brasileiro-COB. O Comitê Paraolímpico Brasileiro. As entidades nacionais de administração do Desporto. As entidades regionais de administração do Desporto. As ligas regionais e nacionais. As entidades de prática desportiva.

### 5. Justiça Desportiva.

Previsão Constitucional. Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD). Organização Funcional. Competência. Processo e das Penas. Recursos.

### 6. Ética Desportiva.

Conceito. Princípios. *Fair Play*.

### 7. Proteção Jurídica do Profissional de Educação Física.

A regulamentação legal. Exercício ilegal da profissão.

### 8. A LEI Nº 9615/98 – PARTE I.

Aspectos gerais. Princípios fundamentais do desporto.

### 9. A LEI Nº 9615/98 – PARTE II.

Os sistemas brasileiro e nacional do Desporto. O Conselho de Desenvolvimento do Desporto. Entidades dirigentes, ligas e associações de prática: regime jurídico e administrativo.



#### 10. Estatuto do Torcedor – A LEI N° 10.671/03.

Generalidades. Direitos e Deveres do Torcedor. Proteção aos Expectadores na Relação de Consumo. A violência nas Arenas Esportivas. Direitos e garantias ao torcedor.

#### 11. Bolsa Atleta

Origem. Conceito. Finalidade. Duração.

#### 12. A responsabilidade Civil e Criminal Decorrente da Atividade Desportiva.

A responsabilidade civil no Desporto. A responsabilidade de organizadores e praticantes na atividade desportiva. A relação de consumo entre organizadores e torcedores. Dano Moral. A criminalidade no Desporto. O Desporto e o Direito Penal. Doutrinas de exclusão da ilicitude penal nas atividades desportivas: a teoria do consentimento. A obediência às leis do jogo e a sua repercussão na esfera penal.

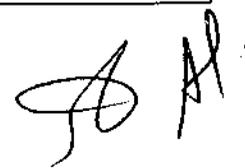
#### 13. Os Direitos Trabalhistas Aplicados ao Desporto.

Desporto profissional e amador. O estatuto do atleta profissional. Atleta empregado: direito e deveres. O Clube empregador: direitos e deveres. Remuneração e Salário - Jornada de trabalho dos atletas profissionais. Luvas, bicho e 13º salário. Consectários da relação jurídico Atleta e Clubes: o "passe", a cláusula penal e a rescisão contratual. Contribuições previdenciárias, prerrogativas regulamentares e encargos legais. Contrato de Trabalho no Futebol. Contrato de Trabalho de Atletas de outras modalidade esportivas. Contrato de Trabalho de outras pessoas relacionadas com o Desporto - Treinadores, médicos, preparadores físicos, árbitros e patrocinadores. Contrato de equipe de Comissão Técnica. Transferência e Empréstimo de Atleta - Indenização por formação de atleta. Direito de Imagem na Arena. A imagem como "bem" de direito: relação do direito à imagem com os direitos da personalidade – violação e reparação. O direito de imagem do desportista e a sua proteção jurídica. O direito de arena. Férias de Descanso do Atleta – concentração, repouso semanal remunerado. Direito Coletivo do Desporto - O desporto e a organização sindical. Dissídios e negociações coletivas. Acordo e convenção coletiva do trabalho. Greve. Segurança e Acidente no Desporto – prevenção e riscos – indenização por danos morais e patrimoniais. Direito Securitário nas relações desportivas. A relação vinculativa entre Agente e Jogador no âmbito trabalhista. A justiça trabalhista e o desporto.



#### Bibliografia básica:

ALTHOFF, Decat. **Direito Processual Desportivo**. Editora Del Rey, Belo Horizonte. 2008.





CAPEZ, Fernando. **Consentimento do Ofendido e Violência Desportiva**. Editora Saraiva, São Paulo, 2003.

FILHO, Álvaro Melo. **Direito Desportivo**. Novos Rumos. Editora Del Rey, 2004.

COSTA, Rodrigo Ferreira da e GRAICHE, Ricardo. **Elementos de Direito Desportivo Sistemico**, Editora Quartier Latin, 2008.

DECAT, Scheyla e Althoff. **Direito Processual Desportivo**. Editora Del Rey, 2008.

EZABELLA, Felipe Legrazie. **Direito Desportivo e Imagem do Atleta**. Editora IOB, 2006.

**Bibliografia complementar:**

\_\_\_\_\_. **Direito Desportivo – Aspectos Teóricos e Práticos**. Editora Thomson IOB, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Deporto Na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira**. Editora Malheiros, São Paulo, 1995.

KRIEGER, Marcílio César Ramos. **Anotações ao CBJD e Legislação Desportiva**. Editora OAB, 2006.

BEM, Leonardo Schmitt de. **Direito Penal Desportivo – Homicídios e Lesões no âmbito da prática desportiva**. 1ª. Ed, Editora Quartier Latin, 2009.

MACHADO, Rubens Appobato. **Curso de Direito Desportivo Sistemico**. Editora Quartier Latin. 2007

MALDONATO, Roberto Joanilho. **Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva**. Código, Justiça, Disciplina, Desportiva. Editora Juruá, Curitiba, 2000.

MIRANDA, Martinho Neves. **O Direito no Desporto**. Editora Lumen Juris. Niteroi. 2007.

NAPIER, Rogério Domingues. **Manual de Direito Desportivo e Aspectos Previdenciários**. 1ª. Ed., Editora IOB, 2003.

PESSOTI, Alan Menezes. **Direito do Atleta**. Editora Lumen Juris. Niteroi. 2003. Belo Horizonte, 2009.

RAMOS, Rafael Teixeira. **Direito Desportivo Trabalhista**, Editora Quartier Latin, 2010.

RODRIGUES, Hélder Gonçalves Dias. **A Responsabilidade Civil e Criminal nas Atividades Desportivas**. Editora Servanda, 2004.

RODRIGUES, Sérgio Santos. **Comentários ao Estatuto de Defesa do Torcedor**. Editora Del Rey

SENDROVICH, Beny. **Tudo o que você precisa ouvir sobre Direito Desportivo – Audiolivro**, Editora Saraiva, São Paulo

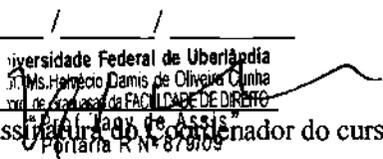
SOARES, Jorge Miguel Acosta. **Direito de Imagem e Direito de Arena no Contrato de Trabalho**



do Atleta Profissional. Editora LTr. 2008.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Nova Legislação Desportiva**. Editora LTr. São Paulo, 2004.

**APROVAÇÃO**

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Ms. Helécio Damis de Oliveira Cunha  
Coordenadora da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. N.º 879/09

  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aquinaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. N.º 733/10



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**TÍCIA DE DISCIPLINA**

**DISCIPLINA:** Fundamentos do Direito Penal Econômico

<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> FADIR		
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 10º período		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 30 h	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> 0 h	<b>CH TOTAL:</b> 30 h
<b>OBRIGATORIA:</b> ( )	<b>OPTATIVA:</b> ( X )			

**OBS:** o conteúdo programático desmembra alguns itens previstos na ementa da disciplina, tomando seu estudo mais completo e abrangente.

**PRÉ-REQUISITOS:** Direito Penal I, Direito Penal II e Direito Penal III.

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral:**

Esta disciplina pretende possibilitar ao discente uma ampla visão das novas formas de delinquência que originou a formação de um novo ramo do Direito Penal, que é o Econômico. Diante deste quadro, os institutos penais referentes à imputação são reapreciados para plena compreensão.

**Objetivos Específicos:**

- Analisar os institutos jurídicos-penais correlacionados com esta criminalidade, enfrentando os problemas de uma sociedade de risco e a solução dada pelo Direito Penal.
- Discutir julgados pronunciados pelos tribunais superiores do país, sobrepondo-os à dogmática jurídico-penal, desde uma concepção crítica.
- Possibilitar ao discente interessado tanto na pesquisa quanto na especialização profissional, que temas não ministrados na parte geral e outros, sejam expostos em grau de maior profundidade.
- Compreender a técnica utilizada pelo legislador na construção dos tipos penais inerentes ao Direito Penal Econômico.

## EMENTA

Introdução ao Direito Penal Econômico. Sujeitos do Direito Penal Econômico; Critérios de imputação; Análise dos tipos especiais

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### I- Introdução ao Direito Penal Econômico

1. Conceito e importância do tema;
2. Considerações criminológicas;
3. Legitimidade do Direito Penal para a tutela de bens jurídicos difusos. Princípios político-criminais do Direito Penal ante os delitos socioeconômicos. Direito Administrativo Sancionador versus Direito Penal Econômico;
4. Característica da legislação socioeconômica: norma penal em branco e delitos de perigo. A problemática constitucional das leis penais em branco.

### II- Sujeitos do Direito Penal Econômico

1- Autoria e participação nos delitos especiais próprios. Atuar em nome de outro.

1- A responsabilidade penal dos órgãos diretivos da empresa. Considerações gerais. Deveres dos administradores. Posição de garantia dos administradores.

2. A responsabilidade penal da pessoa jurídica.

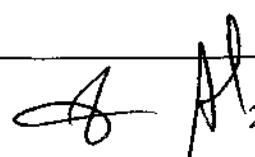
2.1. Argumentos político-criminais favoráveis, argumentos dogmáticos contrários e favoráveis à imputação jurídico-penal. Critérios de imputação.

2.2. Modelos de culpabilidade da pessoa jurídica.

2.2.1. Soluções alternativas. A aplicação de uma sanção penal sem culpabilidade. A responsabilidade fundada no estado de necessidade. A aplicação da medida de segurança. 2.2.2. A culpabilidade própria da pessoa jurídica. A culpabilidade ética da pessoa jurídica.

2.2.3. O Direito Penal das pessoas jurídicas. Modelos de culpabilidade. Culpabilidade pela condução da atividade empresarial. Culpabilidade construtivista. Culpabilidade por defeito de organização. Culpabilidade ética da pessoa jurídica. Modelos de responsabilidade penal das pessoas jurídicas de "terceira via".

2.3. Sanções à pessoa jurídica. Estado da questão.



### III- Os critérios de imputação

1. Imputação comissiva a pessoas físicas. A autoria mediata.
2. A imputação comissiva por omissão. Teorias da omissão imprópria.
3. Causalidade e imputação objetiva
4. Dolo, dolo eventual e erro de tipo. Aplicação no Direito Penal Econômico.
5. Causas típicas de justificação e exculpação no Direito Penal Econômico.

### IV- Delitos especiais

#### 1- Análise de tipos penais de conteúdo econômico

##### 1.1. O meio ambiente

##### 1.2. A proteção dos trabalhadores.

##### 1.3. Saúde, seguridade e direitos sociais.

##### 1.4. Delitos contra os interesses dos consumidores

##### 1.4.1. A responsabilidade penal pelo produto.

A publicidade enganosa. E outros delitos.

##### 1.5. Proteção do Mercado. Segredos empresariais. Abuso de informação privilegiada

##### 1.6. Delitos contra a propriedade industrial

##### 1.7. Delitos societários

##### 1.8. Proteção da fazenda pública e da seguridade social

##### 1.9 Delitos de contrabando; fraudes à seguridade social

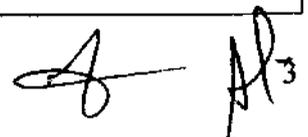


### **Bibliografia básica:**

ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello. **Dos crimes contra a ordem econômica.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello. **O Direito penal econômico.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, n. 25, jan./mar. 1999. p. 142-156.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl.; OLIVEIRA, William Terra de. **Lei de lavagem de capitais.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.





\_\_\_\_\_ e BIANCHINI, Alice. **Crimes de responsabilidade fiscal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Direito penal supra-individual – Interesses difusos**. São Paulo: RT, 2003.

\_\_\_\_\_. **Direito penal econômico como direito penal de perigo**. São Paulo : RT, 2006.

#### **Bibliografia complementar:**

ALTIERE DE MORAES PITOMBRO, Antônio Sérgio. **Considerações sobre o Crime de gestão Temerária de Instituição Financeira**. In: ESTELLITA SALOMÃO, Heloisa. *Direito Penal Empresarial*. São Paulo : Dialética, 2001.

BACIGALUPO ZAPATER (dir.) y cols: **Curso de Derecho penal económico**, Madrid, 2 ed. 2005.

BACIGALUPO, Silvina. **La responsabilidad penal de las personas jurídicas**. Barcelona: Bosch, 1998.

\_\_\_\_\_. **Problemas de participación en los delitos económicos**. *Revista Ibero-americana de Ciências Penais*, Porto Alegre, ano 2, nº 2, p. 159-68, jan./abr., 2001.

\_\_\_\_\_. **Algunas cuestiones de participación en el delito fiscal y en delito de administración desleal**. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, Madrid, 2ª época, nº extraordinario 1, p. 353-63, marzo, 2000.

\_\_\_\_\_. **La crisis de la filosofía del sujeto individual y el problema del sujeto del derecho penal**. *Cuadernos de Política Criminal*, Madrid, nº 67, p. 11-36, 1999.

BAJO FERNANDES, Miguel. **Marco constitucional del derecho penal económico**. In: *Comentarios a la legislación Penal*. COBO DEL ROSAL, M. (Dirig.). BAJO FERNANDES, M. (Coord.). Madrid : Edersa, tomo I (Derecho Penal y Constitución), 1982.

\_\_\_\_\_. **Marco constitucional del derecho penal económico**. In *Estudios de Derecho Penal Económico*, Cuenca, 1994.

\_\_\_\_\_. **El Derecho penal económico. Un estudio de Derecho positivo español**. *Anuario de Derecho Penal y Ciencia Penales*, Madrid, série 1, nº 3, fasc. 1, tomo XXVI, p. 91-139, enero/abril, 1973.

BAJO, M./BACIGALUPO, S., **Derecho penal económico**. 2. ed. CEURA Colección ; Madrid, 2010.

BERRUEZO, Rafael. **Responsabilidad penal en la estructura de la empresa**. Buenos Aires : B de F, 2007.

4



CORCOY BIDASOLO, M. (Dir.)/LARA GONZÁLEZ, R. (coord.), **Derecho penal de la empresa**, Universidad de Navarra : Pamplona, 2002.

FARIA COSTA, José de. **O fenómeno da globalização e o direito penal econômico**. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, ano 9, nº 34, p. 9-25, abril/junho, 2001.

\_\_\_\_\_. COSTA ANDRADE, Manuel da. **Sobre a concepção e os princípios do direito penal econômico – Notas a propósito do colóquio preparatório da AIDP**. In: PODVAL, Roberto. *Temas de Direito Penal Econômico*. São Paulo : RT, 2000.

FEIJÓO SÁNCHEZ, Bernardo. **Derecho penal de la empresa e imputación objetiva**. Madrid : Cámara, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cuestiones actuales de Derecho penal económico**, Montevideo-Buenos Aires : Colex, 2009.

FEIJÓO SÁNCHEZ, Bernardo. **Retribución y prevención general**. Buenos Aires: B de F, 2007.

GARCÍA CAVERO, Pedro. **Derecho Penal económico**. Parte General. T. I., 2ª ed., Lima, 2007.

\_\_\_\_\_. **Derecho Penal económico**. Parte Especial. T. II., 1ª ed., Lima, 2007.

GIMBERNAT ORDEIG, Enrique. **La omisión impropia en la dogmatica penal alemana. Una exposicion**. *Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales*. Madrid. 1997.

\_\_\_\_\_. **Las exigencias dogmaticas fundamentales hasta ahora vigentes de una parte general son idoneas para satisfacer la actual situacion de la criminalidad, de la medicion de la pena y del sistema de sanciones? (Responsabilidad por el producto, accesoriadad administrativa del Derecho penal y decisiones colegiadas)**. *Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales*, Tomo 52, Fasc/Mes 1-3, 1999.

\_\_\_\_\_. **La causalidad en la omisión impropia y la llamada omisión por comisión**. *Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales*. Madrid. Vol. 53, 2000, p. 29-132.

\_\_\_\_\_. **Omisión impropia e incremento del riesgo en el derecho penal de empresa**. *Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales*. Madrid. Vol. 54, 2001, p. 5-21.

\_\_\_\_\_. **La distinción entre delitos propios (puros) y delitos impropios de omisión (o de comisión por omisión)**. *Ciencias penales contemporáneas. Revista de derecho penal procesal penal y criminologia*. Mendonza. Vol. 2, fascículo 4, 2002, p. 27 a 86. También publicado na *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, vol. 11, fascículo 44, julho/setembro de 2003, p. 34-62.

HEINE, Gunter. **La responsabilidad criminal de las personas jurídicas: una perspectiva comparada**. Traducción por ALDO FIGUEROA NAVARRO e JOSÉ HURTADO POZO. Valencia: Tirant lo Blanch, 2001.

HILGENDORF, Eric. **Relación de causalidad e imputación objetiva a través del ejemplo de la**

 5



**responsabilidad penal por el producto.** Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales. Madrid. Vol. 55, 2002, p. 91-108.

JUANATEY DORADO, Carmen. **Responsabilidad penal omisiva del fabricante o productor por los daños a la salud derivados de productos introducidos correctamente en el mercado.** Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales. Madrid. Vol. 57, 2004, p. 53-75.

KUHLEN, Lothar. **Necesidad y límites de la responsabilidad penal por el producto.** Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales. Madrid. Vol. 55, 2002.

MARTÍNEZ-BUJÁN PÉREZ, C., **Derecho penal económico y de la empresa. Parte general**, 2 ed. Valencia : Tirant lo Blanch, 2007.

PODVAL, Roberto. **Temas de Direito Penal Econômico.** São Paulo : RT, 2000.

RAGUÉS VALLÈS, Ramon. **Atribución de responsabilidad penal en estructuras empresariales – problemas de imputación subjetiva.** Revista Ibero-Americana de Ciências Penais, Porto Alegre, ano 3, nº 6, p. 183-205, mai./ago., 2002.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Problemas penais concretos: crimes contra a ordem financeira, crimes contra a ordem econômica, crimes contra a ordem tributária, crimes culposos, crime contra os costumes.** São Paulo : Malheiros Editores, 1997.

\_\_\_\_\_. **Despenalização no Direito Penal Econômico: uma terceira via entre o crime e a infração administrativa?** Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, ano 7, nº 28, p. 116-29, out./dez., 1999.

\_\_\_\_\_. **Crime organizado e crime econômico.** São Paulo : IBCCRIM, 1995 (Seminário Internacional de Direito Penal Econômico).

SALOMÃO SCHECAIRA, Sérgio. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica – de acordo com a Lei nº 9.605/98.** São Paulo : RT, 1998.

SCHUNEMANN, Bernd. **Cuestiones básicas de dogmática jurídico-penal y de política criminal acerca de la criminalidad de empresa.** Traducción realizada por DANIELA BRUCKNER e JUAN ANTONIO LASCURAIN SÁNCHEZ. Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales, Madrid, tomo XLI, fasc. 1, p 529-58, enero/abril, 1988.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidad penal en el marco de la empresa Dificultades relativas a la individualización de la imputación.** Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales, Tomo 55, Fasc/Mes 1, 2002.

SILVA SANCHEZ, Jesús-Maria. **La expansão do Direito penal – Aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales.** Cuadernos Civitas : Madrid, 1999.

TERRADILLOS BASOCO, Juan Maria. **Derecho penal de la empresa.** Madrid : Editorial Trotta,



1995.

\_\_\_\_\_. **Empresa y Derecho Penal.** Buenos Aires : Ad-Hoc, 2001.

TIEDEMANN, Klaus. **Lecciones de Derecho Penal Económico – comunitario, español, alemán.** Barcelona : PPU, 1993.

\_\_\_\_\_. **El concepto de Derecho Económico, de Derecho Penal Económico e de Delito Económico.** Cuadernos de política criminal, Madrid, nº 28, p. 65-74, 1986.

\_\_\_\_\_. **La Ley Penal en Blanco – concepto y cuestiones conexas.** Revista Brasileira de Ciências Criminais **Responsabilidad penal de personas jurídicas y empresas en derecho comparado,** São Paulo, ano 10, nº 37, p. 73-97, jan./mar., 2002.

**PROVA 10**

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Damás de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R. Nº 87/09

\_\_\_\_\_  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Aginaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R. Nº 73/10



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO/FACULDADE DE  
CURSO DE**

**FICHA DE DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA:</b> Antropologia Jurídica			
<b>CÓDIGO:</b>		<b>UNIDADE ACADÊMICA:</b> FADIR	
<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 10º período		<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 30 h	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> 0 h
<b>OBRIGATÓRIA:</b> ( )	<b>OPTATIVA:</b> ( X )	<b>CH TOTAL:</b> 30 h	

**OBS:**

**PRÉ-REQUISITOS:**  
.....

**CÓ-REQUISITOS:**

**OBJETIVOS**

Na trajetória da disciplina o aluno(a) deverá ser capaz de:

- Ler e compreender de modo crítico e dinâmico os textos propostos;
- Relacionar os filmes e demais recursos de mídias, como jornais e revistas sugeridos, com os conteúdos ministrados em sala de aula;
- Associar de modo interdisciplinar esta disciplina com os demais conteúdos das áreas de fundamentos e dogmática do curso;
- Conceituar a Antropologia considerando seu o seu desenvolvimento histórico;
- Caracterizar o objeto de estudo, os métodos e os campos de aplicação da ciência antropológica;
- Apresentar as diversas significações do termo cultura;
- Demonstrar a importância da análise da cultura para a esfera do Direito;
- Analisar as noções de Etnocentrismo e Relativismo Cultural;
- Apresentar a relação Direitos Universais e Relativismo Cultural;
- Estimular a metodologia da pesquisa de campo e o olhar sobre a sociedade;
- Compreender como o fenômeno cultural é afetado e afeta a globalização;
- Pensar e julgar de forma complexa, crítica e interdisciplinar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Histórico e definição de Antropologia. Conceito de Cultura. A influência da Cultura no Direito. O Direito como fator de transformações sócio-culturais. Etnocentrismo, Relativismo Cultural e Direito. Culturalismo Jurídico.



## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

- I. O que é Antropologia
  - 1.1. Conceituação, histórico, objeto e métodos de pesquisa da Antropologia
  - 1.2. Teorias antropológicas: evolucionismo, difusionismo, funcionalismo, estruturalismo
- II. Cultura: um conceito antropológico
  - 2.1. Os diversos sentidos do termo Cultura
  - 2.2. Antecedentes históricos do conceito de cultura
  - 2.3. O desenvolvimento do conceito de cultura
- III. Cultura e Direito
  - 3.1. O papel da Cultura na construção do Direito
  - 3.2. O papel do Direito na dinâmica sócio-cultural
  - 3.3. Etnocentrismo, Relativismo Cultural e Direito
  - 3.4. Cultura e direitos humanos
  - 3.5. Cultura e Globalização: visões do mundo contemporâneo
4. Culturalismo Jurídico
  - 4.1. José Ortega y Gasset e Luis REcaséns Siches: o raciovitalismo e a lógica do razoável
  - 4.2. Miguel Reale: tridimensionalismo jurídico

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia básica:

- IANNI, O. **A sociedade global**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. **Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

### Bibliografia complementar:

- MARCONI, M. & PRESSOTO, Z. **Antropologia: uma introdução**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- PIOVESAN, F. (Coord.) **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional - desafios do Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limoad, 2002.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes.
- VAZ, Anderson Rosa. **Introdução ao direito**. Curitiba: Juruá, 2007.

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Ms. Helvécio Dantas de Oliveira Cunha  
Coord. de Graduação de FACULDADE DE DIREITO

Carimbo e assinatura do Coordenador do curso  
Portaria R N° 673/10

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Agnaldo Alemar  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO

Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
Portaria R N° 133/10



**FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR**

<b>CÓDIGO:</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”		<b>SIGLA:</b> FADIR
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 30 hs	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> xxx	<b>CH TOTAL:</b> 30 hs

**OBJETIVOS**

Tem-se como objetivo geral promover a reflexão crítico-filosófica da realidade globalizada, a qual cerca os alunos para os quais a disciplina será ministrada, no afã de levar aos acadêmicos as principais categorias jurídicas de Direito Internacional do Trabalho e sua problemática quanto à atuação dos principais institutos da matéria. Buscar-se-á o conhecimento das características do Direito Internacional Privado do Trabalho, com os contratos plurilocalizados na importação e exportação de mão-de-obra e as questões de jurisdição com leis incidentes e/ou mais benéficas; examinar o Direito Internacional Público do Trabalho, verdadeiro direito administrativo internacional, decorrente da OIT e, além disso, as questões atuais face às transformações geopolíticas e geoeconômicas. Pretende-se desenvolver as aulas com a abordagem dedutiva dos conteúdos insitos à disciplina proposta.

**EMENTA**

- 1- Conceito e objeto da disciplina.
- 2- Os direitos sociotrabalhistas como dimensão dos direitos humanos.
- 3- Contratos plurilocalizados de transferência de mão-de-obra: leis de regência (qualificação e conexões prevalentes) com aporte de Resoluções de entidades internacionais e Convenções.
- 4- Exceções à regra geral e as peculiaridades no direito pátrio.
- 5- Responsabilidade contratual e extracontratual do empregador no plano internacional.
- 6- Migrante e migração a trabalho: definições, características e direitos.
- 7- Experiências estrangeiras na política de migração de trabalhadores.
- 8- Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.
- 9- Inserção dos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro.
- 10- Tutela jurídico-trabalhista dos migrantes no Brasil.
- 11- Organização Internacional do Trabalho (OIT): origens, funcionamento, composição, representatividade e posições

atuais.

- 12- Sistemas de controle normativo da OIT.
- 13- Convenções e Protocolos de interesse do Brasil.
- 14- A incorporação das normas da OIT ao direito interno
- 15- Os limites da eficácia do direito internacional do trabalho

## PROGRAMA

### **1. Conceito e objeto da disciplina**

Denominação

Posição enciclopédica

Relação do Direito Internacional do Trabalho com outras searas do conhecimento jurídico

O sentido dos vocábulos globalização e mundialização

A abertura da sociedade internacional a outros sujeitos

Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Empresas multinacionais.

Sindicalismo no espaço global

### **2. Os direitos sociotrabalhistas como dimensão dos direitos humanos**

A tendência de universalização dos direitos humanos

Dimensões dos direitos humanos. Diferenças entre estes e os direitos fundamentais.

Direitos humanos sociotrabalhistas

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Tendências à universalização de direitos

### **3. Contratos plurilocalizados de transferência de mão-de-obra: leis de regência (qualificação e conexões prevalescentes) com aporte de Resoluções de entidades internacionais e Convenções**

O trabalho transfronteiriço: normativas aplicáveis.

Trabalho do brasileiro no exterior: Lei n. 7.064/1982

Código de Bustamante e elementos de conexão

O cancelamento da Súmula 207 do Tribunal Superior do Trabalho.

Disposições específicas da Lei n. 7.064/1982

Impactos das transferências no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

As diversas “localidades” de um contrato de trabalho: teoria do conglobamento

Lei n. 6.815/1980 – Estatuto do estrangeiro. Requisitos para o trabalho no Brasil.

### **4. Exceções à regra geral e as peculiaridades no direito pátrio**

Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e membros de suas famílias

Reforma da Lei n. 6.815/1980 e integração da Lei n. 7.064/1982

Trabalho nos países integrantes do MERCOSUL

Acesso ao trabalho decente, com ou sem vínculo empregatício. O papel do Brasil.

Processo de cooperação entre países

Empresas transnacionais, sindicatos transnacionais?

### **5. Responsabilidade contratual e extracontratual do empregador no plano internacional**

O meio ambiente do trabalho como direito humano

Responsabilidade do empregador por acidentes do trabalho: subjetiva e objetiva

Tendência mundial em tomar a responsabilidade objetiva do empregador como regra em questões relacionadas aos acidentes do trabalho

Por uma nova concepção de responsabilidade civil: a responsabilidade pressuposta

### **6. Migrante e migração a trabalho: definições, características e direitos**

Órgãos e competências

Concessão de visto

Conselho Nacional de Imigração e autorizações de trabalho

### **7. Experiências estrangeiras na política de migração de trabalhadores**

União Europeia

Carta de direitos fundamentais da União Europeia

A condição de cidadão europeu como fator de igualdade. Circulação de pessoas na União Europeia

NAFTA (North American Free Trade Agreement)

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)

Diferenças entre a política de proteção ao trabalho na União Europeia e aquelas existentes no MERCOSUL e NAFTA

### **8. Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**

Trabalho com vínculo empregatício.

Restrições ao exercício de profissão liberal e revalidação de diplomas: advocacia, engenharia e medicina.

Treinamento sem vínculo empregatício.

Intercâmbio profissional

Eventos esportivos

Assistência técnica.

Trabalho a bordo de embarcação ou plataforma.

Representação de instituição financeira.

Administrador com ou sem vínculo empregatício.

### **9. Inserção dos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro**

Proteção ao mercado de trabalho nacional

A inconstitucionalidade da “nacionalização do trabalho”

Migrações intraempresariais

Lei de regência do contrato

Grupo econômico e unicidade contratual

Alterações contratuais

Migrantes de baixa qualificação

Migrantes qualificados

### **10. Tutela jurídico-trabalhista dos migrantes no Brasil**

Tratados e Convenções Internacionais sobre direito do trabalho

Incorporação das normas internacionais no ordenamento jurídico brasileiro

Hierarquia das normas internacionais no direito brasileiro

Normas internacionais sobre direitos humanos: impacto trabalhista

A possibilidade de incorporação das normas internacionais com força de Emenda Constitucional

Tentativa de unificação das normas trabalhistas no mundo

### **11. Organização Internacional do Trabalho (OIT): origens, funcionamento, composição, representatividade e posições atuais**

Surgimento da OIT

Fundamentos e objetivos

A Constituição da OIT e seus princípios

O tripartismo como base institucional

### **12. Sistemas de controle da OIT**

Organismos que compõem a OIT: Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração e Escritório Internacional do Trabalho

Estrutura normativa da OIT: Convenções, Recomendações e Resoluções. Distinção entre diplomas normativos.

O sistema de controle normativo regular da OIT: Comissão de Peritos e Comissão de Aplicações de Normas da Conferência

Sistema de controle provocado: Reclamação e Queixa ante a OIT

Sistemas especiais de controle para a defesa da liberdade sindical

### **13. Convenções e Protocolos de interesse do Brasil**

Convenções Internacionais do Trabalho sobre proteção ao emprego (Convenções 118, 122 e 158 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre greve (Convenção 151 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre salário (Convenção 173 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre discriminação (Convenções 100, 111 e 159 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre menores (Convenção 182 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre licença remuneratória (Convenção 140 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre saúde e segurança (Convenções 115, 155 e 187 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre repouso (Convenção 132 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre trabalho forçado (Convenções 29 e 105 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre trabalhadores migrantes (Convenção 97 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre trabalho em domicílio (Convenções 177 e 189 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre trabalhadores indígenas (Convenção 169 da OIT)

Convenção Internacional do Trabalho sobre a Administração Pública (Convenção 94 da OIT)

Convenções Internacionais do Trabalho sobre sindicalização e representação (Convenções 87, 98 e 154 da OIT)

#### **14. A incorporação das normas da OIT ao direito interno**

As obrigações dos Estados-membros após adotada uma Convenção pela Conferência Internacional do Trabalho

O ato jurídico complexo pelo qual se ratifica uma Convenção da OIT

Posicionamento do STF acerca da obrigatoriedade de cumprimento, no Brasil, de Convenções da OIT internalizadas

A Convenção da OIT após a EC 45/04: direito do trabalho e direitos humanos

Solução de conflitos entre legislação interna em conflito com Convenção da OIT

Conteúdo.

Aplicação e interpretação.

#### **15. Os limites da eficácia do direito internacional do trabalho**

O impacto das normas internacionais do trabalho e dos sistemas de controle da OIT: limitações.

Obstáculos ao Direito Internacional do Trabalho

A soberania. O *jus cogens*.

Propostas

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; CESAR VILLATORE, Marco Antônio. **Direito Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho**: um debate atual. São Paulo: Atlas, 2015.

COLNAGO, Lorena de Mello Rezende; ZANOTELLI DE ALVARENGA, Rúbia (orgs.). **Direito Internacional do**

**Trabalho e As Convenções Internacionais da OIT Comentadas.** São Paulo: LTr, 2014.

CRIVELLI, Ericson. **Direito internacional do trabalho contemporâneo.** São Paulo: LTr, 2010.

GUNTHER, Luiz Eduardo. **A OIT e o Direito do Trabalho no Brasil.** Curitiba: Juruá, 2011.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso Básico de Direito Internacional Público e Privado do Trabalho.** 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

NICOLADELI, Sandro Lunard; PASSOS, André Franco de Oliveira; FRIEDRICH, Tayana Scheila. **O direito coletivo, a liberdade sindical e as normas internacionais.** 2 v. São Paulo: LTr, 2013.

RODRIGUES JÚNIOR, Edson Beas (org.). **Convenções da OIT e Outros Instrumentos de Direito Internacional Público e Privado Relevantes ao Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2015.

SILVA, Cláudio Santos da. **Liberdade sindical no direito internacional do trabalho:** reflexões orientadas pela Convenção 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011.

VILLAVICENCIO RÍOS, Alfredo. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT.** São Paulo: LTr, 2011.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, Nádia de. **Direito internacional privado:** teoria e prática brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Direito das Organizações Internacionais.** 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos.** 3 v. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado:** parte geral. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global:** assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: EDUnesp, 2005.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Inmigración y Derechos Humanos:** un análisis crítico del caso brasileño. Curitiba: Juruá, 2013.

PAIVA, Ana Lúcia Pinke Ribeiro de. **Contrato Internacional de Trabalho:** transferência de empregados. São Paulo: Saraiva, 2010.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público:** curso elementar. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Cláudio Santos da. **A liberdade sindical no direito internacional do trabalho:** reflexões orientadas pela Convenção n. 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011.

## APROVAÇÃO

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
(que oferece o componente curricular)

6 de 6



**FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR**

<b>CÓDIGO:</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> Faculdade de Direito Prof. "Jacy de Assis"		<b>SIGLA:</b> FADIR
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 30 hs	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> XX	<b>CH TOTAL:</b> 30 hs

**OBJETIVOS**

O estudo do direito coletivo do trabalho, enquanto reflexão científica multidisciplinar, tal como o é a própria ciência jurídica, propõe suscitar no acadêmico uma percepção crítica acerca da sociedade onde este se insere, com o escopo de conferir aos alunos em geral conhecimentos específicos acerca das questões coletivas de trabalho, as quais são rotineiramente deixadas de lado nas disciplinas obrigatórias de Direito do Trabalho por ausência de tempo para ministrar todo o conteúdo dogmático. Tem-se como objetivo geral promover a reflexão crítico-filosófica da realidade que cerca os alunos para os quais a disciplina será ministrada, no afã de levar aos alunos as principais categorias jurídicas de Direito Coletivo do Trabalho e sua problemática quanto à atuação de tais institutos.

**EMENTA**

- 1- Introdução ao estudo do direito coletivo do trabalho.
- 2- Características, conceito e natureza jurídica do direito coletivo do trabalho.
- 3- Princípios de direito coletivo do trabalho.
- 4- Fontes normativas: nacionais, internacionais e comunitárias.
- 5- Evolução sindical: proibição, tolerância e reconhecimento jurídico.
- 6- Dimensões da liberdade sindical.
- 7- Garantias da liberdade sindical.
- 8- Sindicato: definição, natureza jurídica, distinção de outras entidades.
- 9- Organização sindical: sistema confederativo. A problemática das centrais sindicais.
- 10- Representação e participação dos trabalhadores na empresa.
- 11- Conflitos coletivos de trabalho.

- 12- Negociação coletiva: funções, níveis, procedimentos.
- 13- Convenções e acordos coletivos de trabalho.
- 14- Greve: evolução histórica, conceito, natureza jurídica, distinção de outras figuras.
- 15- Arbitragem trabalhista: conceito, natureza jurídica, classificação, partes, procedimento. Conciliação e mediação.

## PROGRAMA

### **1. Introdução ao estudo do direito coletivo do trabalho.**

Liberalismo e contratualismo: do status ao contrato, liberdade e igualdade, funções do contrato.

O contrato e o movimento de codificação no século XIX: aplicação nas relações de trabalho.

A influência da questão social na ação política do Estado no contexto democrático: do contrato à lei, dirigismo contratual e liberdade de contratar.

Formas de organização do trabalho e da produção e disciplina e controle do empregado.

Negociação coletiva de trabalho: revalorização da liberdade contratual.

Refluxo da proteção legal do trabalho e da negociação coletiva no contexto da globalização: atuação coletiva na perspectiva da globalização.

### **2. Características, conceito e natureza jurídica do direito coletivo do trabalho.**

Denominação.

Posição do direito coletivo do trabalho na ciência jurídica.

Relações coletivas e individuais.

Interesse coletivo e liberdade sindical.

Criminalização, tolerância e a evolução dos direitos coletivos como direitos fundamentais.

Direito coletivo do trabalho como vertente do direito privado.

### **3. Princípios de direito coletivo do trabalho.**

Princípio da valorização do trabalho e do emprego.

Princípio da justiça social.

Princípio da vedação do retrocesso social.

Princípio da liberdade associativa e sindical.

Princípio da autonomia sindical.

Princípio da interveniência sindical na negociação coletiva.

Princípio da equivalência dos contratantes coletivos.

Princípio da lealdade e transparência na negociação coletiva.

Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva.

Princípio da adequação setorial negociada.

#### **4. Fontes normativas: nacionais, internacionais e comunitárias.**

Fontes materiais e fontes formais.

Fontes autônomas e heterônomas.

Fontes estatais e não estatais.

Fontes internas e externas.

Fontes de aplicação principal, de aplicação supletória e subsidiárias.

O papel da Organização Internacional do Trabalho.

União Europeia, MERCOSUL e NAFTA.

Diálogo de fontes.

#### **5. Evolução sindical: proibição, tolerância e reconhecimento jurídico.**

Em busca de um marco histórico: a Lei Le Chapelier.

O sindicalismo e as corporações de ofício.

Fase de tolerância: o direito de associação.

Sindicatos na concepção liberal e na concepção corporativista.

O sindicalismo após a Segunda Guerra.

O sindicalismo no Brasil, do período getulista até a Constituição Federal de 1988.

#### **6. Dimensões da liberdade sindical.**

Liberdade de organização.

Liberdade de administração.

Liberdade de filiação e não filiação.

Liberdade de exercício das funções.

A liberdade sindical na leitura da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O modelo brasileiro e a liberdade sindical.

#### **7. Garantias da liberdade sindical.**

Garantia provisória de emprego do dirigente sindical.

Inamovibilidade do dirigente sindical do local de trabalho.

Proteção contra atos antissindicais.

O atentado à liberdade sindical: repercussões coletivas quanto à natureza do dano moral.

#### **8. Sindicato: definição, natureza jurídica, distinção de outras entidades.**

Natureza jurídica do sindicato.

Conceito de sindicato.

Fundação de sindicatos: atos pré-constitutivos, estatuto, convocação da Assembleia, ata da Assembleia e definição do número de dirigentes.

Registro do sindicato: forma de proceder-se. O registro sindical após a Constituição Federal de 1988

Sindicato e figuras assemelhadas: distinção.

Representatividade e enquadramento sindical.

Financiamento dos sindicatos.

Eleições sindicais.

### **9. Organização sindical: sistema confederativo. A problemática das centrais sindicais.**

Centrais sindicais.

União orgânica e unidade de ação.

Centrais sindicais e pactos sociais.

As centrais sindicais e o sistema legal brasileiro.

A legalização das centrais sindicais em 2008.

Confederações e federações sindicais.

### **10. Representação e participação dos trabalhadores na empresa.**

Definição e características gerais.

Representantes sindicais e não sindicais na empresa: espécies, atribuições e prerrogativas.

Garantias ao representante dos trabalhadores.

Comissão de Empresa: definição. Natureza jurídica, estrutura, funções e prerrogativas.

Entidades sindicais e formas não sindicais de representação dos trabalhadores: coexistência.

### **11. Conflitos coletivos de trabalho.**

Terminologia.

Conceito.

Classificação.

Formas de solução: meios autocompositivos e heterocompositivos.

Sociologia dos conflitos.

### **12. Negociação coletiva: funções, níveis, procedimentos.**

Negociação coletiva e plurinormativismo.

A natureza jurídica das convenções coletivas e dos acordos coletivos.

Convenções e acordos coletivos: distinções.

O contrato coletivo de trabalho.

Teoria da acumulação e do conglobamento.

Prorrogação, revisão, denúncia ou revogação de normas coletivas.

Eficácia no tempo e no espaço das normas coletivas.

Procedimentos de depósito, registro e arquivo.

### **13. Convenções e acordos coletivos de trabalho.**

Terminologia.

Conceito.

Natureza jurídica.

Partes.

Sujeitos.

Conteúdo.

Aplicação e interpretação.

### **14. Greve: evolução histórica, conceito, natureza jurídica, distinção de outras figuras.**

Evolução histórica: da criminalização a direito fundamental.

Conceito e natureza jurídica.

Greves típicas e atípicas.

Greve e atividades essenciais e serviços inadiáveis.

Procedimento. Dação de aviso prévio.

Condições para o exercício do direito.

Direitos e obrigações recíprocos.

Salários dos dias de paralisação.

Greve e locaute: distinções.

Greve no serviço público.

### **15. Arbitragem, conciliação e mediação trabalhista.**

Distinção entre as figuras.

Conceito.

Natureza jurídica.

Classificação.

Partes na conciliação, mediação e arbitragem. Procedimento adotado.

Há renúncia ou transação de direitos na conciliação coletiva?

A figura do mediador e o diálogo entre as partes interessadas: dever de boa-fé.

Arbitragem e laudo arbitral.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALMEIDA, Renato Rúa de; CALVO, Adriana (orgs.). **Aplicação da teoria do diálogo das fontes no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2015.
- AROUCA, José Carlos. **Curso básico de direito sindical**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Organização sindical no Brasil**. São Paulo: LTr, 2013.
- BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Direito Sindical**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Direito coletivo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- MALLET, Estêvão. **Dogmática elementar do direito de greve**: elementos conceituais, proteção legal da greve, procedimento legal, atividades especiais, abuso e responsabilidade, greve e dissídio coletivo. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- MELO, Raimundo Simão de. **A greve no direito brasileiro**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro; NASCIMENTO, Marcelo Mascaro. **Compêndio de Direito Sindical**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- NICOLADELI, Sandro Lunard; PASSOS, André Franco de Oliveira; FRIEDRICH, Tayana Scheila. **O direito coletivo, a liberdade sindical e as normas internacionais**. 2 v. São Paulo: LTr, 2013.
- PIMENTA, Raquel Betty de Castro. **Condutas antissindicais praticadas pelo empregador**. São Paulo: LTr, 2014.
- SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Teoria das normas coletivas**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014.
- SILVA, Cláudio Santos da. **Liberdade sindical no direito internacional do trabalho**: reflexões orientadas pela Convenção 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011.
- VILLAVICENCIO RÍOS, Alfredo. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT**. São Paulo: LTr, 2011.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CAMERLYNK, G. H. **Traité de droit du travail**: contrat de travail. Paris: Dalloz, 1968.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- EWALD, François. **L'Etat Providence**. Paris: Bernard Grasset, 1986.
- GALLARDO MOYA, Rosario. **Democracia sindical interna**: un analisis jurídico. Madrid: Trotta, 1996.
- HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre a história operária. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- LORENZETTI, Ricardo Luís. **Teoria da decisão judicial**: fundamentos de direito. Trad. Bruno Miragem. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MARCELINO, Paula Regina Pereira. **Trabalhadores terceirizados e luta sindical**. Curitiba: Appris, 2013.

OLIVEIRA, Oris de. **O trabalho da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1994.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Destino do sindicalismo. São Paulo: Edusp, 1999.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Trad. Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1988.

SILVA, Cláudio Santos da. **A liberdade sindical no direito internacional do trabalho**: reflexões orientadas pela Convenção n. 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011.

SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. **Representação e participação dos trabalhadores na gestão da empresa**. São Paulo: LTr, 1998.

## APROVAÇÃO

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
(que oferece o componente curricular)



**FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR**

<b>CÓDIGO:</b> _____	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <b>ARTE E DIREITO</b>	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”		<b>SIGLA:</b> FADIR
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 30 hs	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> xxx	<b>CH TOTAL:</b> 30 hs

**OBJETIVOS**

Objetivo Geral: Compreender o Direito a partir das manifestações artísticas, estimulando, assim, o desenvolvimento de uma visão menos dogmática do fenômeno jurídico.

Objetivos Específicos: Examinar como o Direito aparece na arte, principalmente na literatura, no cinema, no teatro e na música. Verificar como o Direito, produto cultural que é, se relaciona com as outras manifestações culturais da sociedade. Demonstrar como a arte é uma das formas de compreensão da realidade, inclusive a jurídica, e, assim, incentivar o aluno a buscar o seu aprimoramento profissional também por seu intermédio.

**EMENTA**

Investigação das relações entre o Direito e as manifestações artísticas. Arte como índice de construções ideológicas. O problema da interpretação nas artes e no direito. Ética e estética. Manifestações artísticas em espécie e direito: cinema, teatro, música, literatura.

**PROGRAMA**

**1. Arte e Direito: Introdução ao tema**

- 1.1. Níveis de inter-relação
  - 1.1.1. O direito na arte
  - 1.1.2. A arte no direito
  - 1.1.3. O direito como arte
  - 1.1.4. A arte como direito
- 1.2. Lições da literatura jurídica
- 1.3. Ficção e narrativa histórica

- 1.4. Modelos narrativos aplicados ao direito
- 1.5. Narrativa e discurso no Auto de Prisão em Flagrante

## **2. O direito na Arte: Temas Recorrentes**

### **2.1. Os limites da liberdade**

- 2.1.1. No cinema: “Mar Adentro” (Alejandro Amenábar), “menina de Ouro” (Clint Eastwood), “As Invasões Bárbaras” (Denis
- 2.1.2. No teatro: “Èdipo Rei” (Sófocles)
- 2.1.3. Na música: “Pilotando o Bonde da Excursão” (Marcelo D2), “Rehab” (Amy Winehouse)
- 2.1.4. Na literatura: “De Profundis” (Oscar Wilde), “Memórias do Cárcere” (Graciliano Ramos).

### **2.2. Violência e criminalidade**

- 2.2.1. No cinema: “Tropa de Elite” (José Padilha), “Rèquiem para um Sonho” (Darren Aronofsky),
- 2.2.2. No teatro: “Vestido de Noiva” (Nelson Rodrigues), “Bodas de Sangue” (Federico Garcia Lorca),
- 2.2.3. Na música: “Diário de um Detento”(Racionais Mcs), “Hey Joe” (Bill Roberts versão O Rappa), “Se Não Avisar o Bicho Pega” (O Rappa)
- 2.2.4. Na literatura: “A Morte e a Bússola” (Jorge Luis Borges), “Feliz Ano Novo” (Rubem Fonseca), “Crime e Castigo” (Fiodor Dostoievki), “A Galinha Degolada” (Horácio Quiroga)

### **2.3. Autoritarismo e Democracia**

- 2.3.1. No cinema: “A Vida dos Outros” (Florian Henckel Von Donnersmarck), “O Último Rei da Escócia”.
- 2.3.2. No teatro: “O Bem Amado” (Dias Gomes)
- 2.3.3. Na música: “Apesar de Você” (Chico Buarque), “Tribunal de Rua” (O Rappa)
- 2.3.4. Na literatura: “O Senhor Presidente” (Miguel Angel Astúrias), “A Revolução dos Bichos” (George Orwel).

### **2.4. Família e Afetividade**

- 2.4.1. No cinema: “Juno” (jason Reitman, Diabolo Cody), “Volver” (Pedro Almodóvar), “Linha de Passe” (Walter Salles), “A Partilha” (Miguel Fallabela),
- 2.4.2. No teatro> “A Casa de Bernarda Alba” (Federico Garcia Lorca), “Romeu e Julieta” (William Shakespeare), “Antígona” (Sófocles),
- 2.4.3. Na música: “A Maça” (Raul Seixas), “Trocando em Miúdos” (Chico Buarque), “Sapato 36” (Raul Seixas),
- 2.4.4. Na literatura: “A Intrusa” (Jorge Luis Borges), “Dom Casmurro” (Machado de Assis),

### **2.5. Os Tribunais e a Argumentação Jurídica**

- 2.5.1. No cinema: “O Júri”, “O Provo Contra Larry Fklint”, “Tempo de Matar”, “Amistad”, “O Leitor”
- 2.5.2. No teatro: “O Mercador de Veneza” (William Shakespeare), “O Auto da Compadecida” (Ariano Suassuna – adaptação para o Cinema de Guel Arraes)
- 2.5.3. Na música: “Hino da Repressão” \*(Chico Buarque), “Senhor Delegado” (Antoninho Lopes/Jaú – interpretação de Gilberto Gil)
- 2.5.4. Na literatura: “O Processo” (Franz Kafka), “O Caso do Exploradores de Cavernas” (Lon Fuller)

### **2.6. Mercado e Propriedade**

- 2.6.1. No cinema: “A Rede Social” (David Fincher e Aaron Sorkin),”Wall Street: o dinheiro nunca dorme” e “Wall Street” (Oliver Stone),

2.6.2. No teatro: “A Morte do Caixeiro Viajante” (Arthur Miller)

2.6.3. Na música: “Cidadão” (Zé Ramalho) “Funeral de um Lavrador” (Chico Buarque, adaptando) João Cabral de Melo Neto)

2.6.4. Na literatura: “Fogo Morto” (José Lins do Rego), “São Bernadro” (Graciliano Ramos), “A Fogueira das Vaidades” (Tom Wolfe), “A Morte de Artemio Cruz” (Carlo Fuentes).

**3. Expressão artística e formas jurídicas.**

**4. Arte como índice de construções ideológicas.**

**5. O problema da interpretação nas artes e no Direito.**

**6. Ética e estética**

**7. Manifestações artísticas em espécie direito: cinema, teatro, música, literatura.**

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COPETTI NETO, Alfredo (org.). **Direito & literatura:** reflexões teóricas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, .

\_\_\_\_\_. **Direito & literatura:** ensaios críticos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, .

OST, François. **Contar a lei:** as fontes do imaginário jurídico. Tradução de paulo Neves. Porto Alegre: UNISINOS, .

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Rogério Monteiro. **A narração e a descrição:** uma análise do positivismo e do pós-positivismo a partir da literatura. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. 16. Belo Horizonte. 2007. Anais Eletrônicos... Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. Disponível em: Acesso em: 09 abr. 2008. p. 5018-5037.

Daniel Nicory do. **Autos da barca do inferno - O Discurso Narrativo dos Participantes da Prisão em Flagrante.** Salvador: Faculdade Baiana de Direito.

GODOY, Arnaldo Sampaio Moraes de. **Direito e literatura:** ensaio de síntese teórica. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito.** São Paulo: Acadêmica.

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **O estudo do Direito através da literatura.** Tubarão: Editorial Studium. Disponível em: PRADO.

## BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

CARVALHO FILHO, Aloysio de. **Machado de Assis e o problema penal.** Salvador: UFBA.

\_\_\_\_\_. **O Processo Penal de Capitu.** Salvador: Imprensa Regina.

FREITAS, Raquel Barradas de. **Direito, linguagem e literatura**: reflexões sobre o sentido e alcance das inter-relações. Working Paper (Programa de Doutorado e Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: Acesso em: 03 jun. 2007

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. Lisboa: Calouste Guebenkian.

LUDMER, Josefina. **O corpo do delito**: um manual. Tradução de Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: UFMG.

POSNER, Richard. **Problemas de filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes.

PRADO, Daniel Nicory do. Aloysio de Carvalho Filho: **pioneiro nos estudos sobre “Direito e Literatura” no Brasil?** In: ENCONTRO PREPARATÓRIO PARA O CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. 17. Salvador. Anais Eletrônicos... Florianópolis: Fundação Boiteux. Disponível em: Acesso em: 23 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Panorama dos estudos sobre “Direito e Literatura” no Brasil**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia. v. 15. Salvador: Fundação Faculdade de Direito. p. 143-160.

SARAPU, Daniel Vieira. Memento ou a amnésia do Direito. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. 16. Belo Horizonte. Anais Eletrônicos... Florianópolis: Fundação Boiteux. Disponível em: Acesso em: 09 abr. 2008. p. 4929-4943.

TRINDADE, André Karam; SCHWARTZ, Germano (coord.). **Direito e literatura**: o encontro entre Themis e Apolo. Curitiba: Juruá.

## APROVAÇÃO

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Diretor da  
Unidade Acadêmica  
(que oferece o componente curricular)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Linguagem Brasileira de Sinais – Libras I

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FAGED

PERÍODO/SÉRIE: 10º Período

CH TOTAL  
TEÓRICA:

CH TOTAL  
PRÁTICA:

CH TOTAL:

OBRIGATÓRIA: ( ) OPTATIVA: ( X )

30 h

30 h

60 h

OBS: Libras I é disciplina optativa que, excepcionalmente, é ministrada com 60 horas de atividades. Cada uma de todas as demais disciplinas optativas do curso de graduação em Direito compreendem 30 horas. Como o aluno deve cursar 06 disciplinas optativas, caso curse a disciplina de Libras I, ao final do curso terá integralizado 30 horas de disciplinas optativas a mais que o mínimo exigido (60 horas das disciplinas de Libras I mais 150 horas das outras 05 disciplinas optativas escolhidas), dada a diferença de carga horária entre a disciplina de Libras I e as demais disciplinas optativas.

PRÉ-REQUISITOS:

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

**Geral:**

Compreender os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, língua oficial da comunidade surda brasileira, contribuindo para a inclusão educacionais dos alunos surdos.

**Específicos:**

- Utilizar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) em contextos escolares e não escolares.
- Reconhecer a importância, utilização e organização gramatical da Libras nos processos educacionais dos surdos;
- Compreender os fundamentos da educação de surdos;
- Estabelecer a comparação entre Libras e Língua Portuguesa, buscando semelhanças e diferenças;
- Utilizar metodologias de ensino destinadas à educação de alunos surdos, tendo a Libras como elemento de comunicação, ensino e aprendizagem.

EMENTA

Conceito de Libras, Fundamentos históricos da educação de surdos. Legislação específica. Aspectos Lingüísticos da Libras.

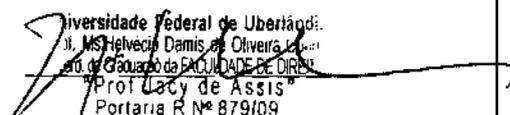
DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

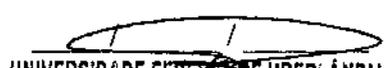
- 1 – A Língua Brasileira de Sinais e a constituição dos sujeitos surdos.
  - História das línguas de sinais.
  - As línguas de sinais como instrumentos de comunicação, ensino e avaliação da aprendizagem em contexto educacional dos sujeitos surdos;
  - A língua de sinais na constituição da identidade e cultura surdas
- 2 – Legislação específica: a Lei nº 10.436, de 24/04/2002 e o Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.
- 3 – Introdução a Libras:
  - Características da língua, seu uso e variações regionais.
  - Noções básicas da Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais, números; expressões socioculturais positivas: cumprimento, agradecimento, desculpas, expressões socioculturais negativas: desagrado, verbos e pronomes, noções de tempo e de horas.
- 4 – Prática introdutória em Libras:
  - Diálogo e conversação com frases simples
  - Expressão viso-espacial.

## BIBLIOGRAFIA

- BARBOZA, H. H. e MELLO, A.C.P. T. O surdo, este desconhecido. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1997.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24/04/2002.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.
- BOTELHO, Paula. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos. Belo Horizonte: Autêntica.1998.
- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- FELIPE, Tanya. LIBRAS em contexto: curso básico (livro do estudante). 2.ed. ver. MEC/SEESP/FNDE. Vol I e II. Kit: livro e fitas de vídeo.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik, tradução de Adelaide La G. Resende. (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In Revista Educação e Realidade: Cultura, mídia e educação. V 22, no. 3, jul-dez 1992.
- LUNARDI, Márcia Lise. Cartografando os Estudos Surdos: currículo e relação de poder. IN. QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: Estudos lingüísticos. Porto Alegre. Artes Médicas. 2004.
- REIS, Flaviane. Professor Surdo: A política e a poética da transgressão pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação e Processos Inclusivos). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- SACKS, Oliver. Vendo vozes. Uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- SKLIAR, Carlos (org). Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Texto: A localização política da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre, Mediação, 1999.
- SKLIAR, Carlos B. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Editora Mediação. Porto Alegre.1998.

## APROVAÇÃO

  
 Universidade Federal de Uberlândia.  
 Prof. Lacy de Assis  
 Portaria R Nº 879/09

  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
 Prof. Dra. Mara Rúbia Alves Marques  
 Diretora da Faculdade de Educação  
 Portaria R. 0108 de 01/02/2009